UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

IRMINA DONEUX SANTOS

A LUSITANIA E A IBERIA
UM ESTUDO DA MUDANÇA NA URBANIZAÇÃO PRÉ E PÓS-
ROMANIZAÇÃO
(DA PRÉ-CONQUISTA ROMANA AO BAIXO IMPÉRIO - SÉCULOS II A.C. A V D.C.)

Conimbriga

SÃO PAULO - 2013
Versão Corrigida
A versão original encontra-se na Biblioteca do MAE-USP

IRMINA DONEUX SANTOS

A LUSITANIA E A IBERIA
UM ESTUDO DA MUDANÇA NA URBANIZAÇÃO PRÉ E PÓS-
ROMANIZAÇÃO
(DA PRÉ-CONQUISTA ROMANA AO BAIXO IMPÉRIO - SÉCULOS II A.C. A V D.C.)

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DO MUSEU DE
ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DOUTOR EM
ARQUEOLOGIA

DEZEMBRO DE 2013

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: **ARQUEOLOGIA**

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a **MARIA ISABEL D'AGOSTINO FLEMING**

LINHA DE PESQUISA: **ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

Versão Corrigida

A versão original encontra-se na Biblioteca do MAE-USP

SÃO PAULO
2013

RESUMO

A *Lusitania* e a *Iberia*. Um estudo da mudança na urbanização pré e pós-romanização (da pré-conquista romana ao Baixo Império – séculos II a.C. a V d.C.)

O presente trabalho buscou demonstrar a mudança na urbanização da *Lusitania* a partir do estudo dos *fora* e outras estruturas monumentais introduzidos pelos romanos a partir da nova organização territorial augustana, do final do século I a.C. Para isto, foram apresentados os assentamentos pré-romanos ibéricos, com ênfase nos existentes no futuro território da *Lusitania*, o processo de conquista romana e o urbanismo romano, a descrição e análise da arquitetura forense e pública romanas, que serviram de subsídio para a análise de dois estudos de caso, as cidades de *Ammaia* e de *Conimbriga*, escolhidas por apresentarem histórias de implantação e de pesquisa arqueológica distintas. Foram incluídos, no *Corpus Documental*, de forma mais restrita, outros assentamentos romanos, que serviram de comparação na análise, especialmente a capital provincial, *Augusta Emerita* (Mérida).

Embora o estudo da *Lusitania* romana sofra pela limitação imposta pela escassez dos dados arqueológicos disponíveis e/ou publicados, foi possível observar a existência de um padrão na urbanização introduzida por Roma na *Lusitania*, que é visível nos *fora* e demais elementos urbanos, distinto do antigo urbanismo local pré-existente.

Palavras-chave: *Lusitania*, urbanização romana, fóruns, *Conimbriga*, *Ammaia*.

ABSTRACT

Lusitania and Iberia. A study of urbanization change in pre- and post-Romanization (from the Roman pre-conquest to the Low Empire – IIth BC to Vth century AD)

The present work tried to exhibit the change in urbanization of *Lusitania* starting from the study of the *fora* and other monumental structures introduced by Romans from the new Augustan territorial organization of the final of Ist century B.C. For this the pre-Roman Iberic settlements were presented with emphasis in those existent in the future territory of *Lusitania*, the process of Roman conquest and the Roman urbanism, the description and analysis of the forensic and public Roman architectures, which served as subsidiary material for the analysis of two case studies, the cities of *Ammaia* and *Conimbriga*, chosen because they presented distinct implantation and archaeological research histories. Other Roman settlements, in a more restricted form, were included in the *Documental Corpus*, which served as comparison in the analysis, specially the provincial capital, *Augusta Emerita* (Merida).

Though the study of Roman *Lusitania* suffers the limitation imposed by the scarcity of available and/or published archaeological data, it was possible to observe the existence of a pattern in the urbanization introduced by Rome in *Lusitania*, which is apparent in the *fora* and further urban elements, distinct from the old pre-existing local urbanism.

Keywords: *Lusitania*, Roman urbanization, *fora*, *Conimbriga*, *Ammaia*.

COMENTÁRIO À VERSÃO CORRIGIDA

Esta versão da minha tese de doutoramento passou por uma revisão após a defesa, corrigindo alguns erros de digitação, falhas na bibliografia e, especialmente, melhorando a sua diagramação.

Entretanto, as correções mais importantes foram os ajustes realizados após as sugestões da banca de defesa. Especialmente a inclusão do *Corpus Documental* como um capítulo – o que efetivamente é – e uma melhor elaboração da análise das fontes literárias.

Agradeço, portanto, aos membros da minha banca de doutorado pela análise criteriosa que realizaram e, sobretudo, pelas sugestões que permitiram aprimorar meu trabalho (e pela generosidade de seus comentários):

Profa. Dra. Maria Isabel D’Agostino Fleming, presidente

Profa. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata

Profa. Dra. Norma Musco Mendes

Dra. Silvana Trombetta

Prof. Dr. Vargner carvalho Porto

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha gratidão à Prof^a Dr^a Maria Isabel D’Agostino Fleming, que generosamente aceitou ser minha orientadora e, paciente e incansavelmente, ajudou a elaborar e concluir esta tese, apesar de todos os percalços e dificuldades pelos quais passamos ao longo desses anos. Mabel, muito obrigada.

Sou muito grata pelo apoio académico ao Prof. Dr. Carlos Fabião, da Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Sua ajuda foi fundamental para colocar em perspectiva as informações e, principalmente, as dúvidas encontradas no estudo das cidades romanas na *Lusitania*. E à Profa. Dra. Helena Paula de Abreu Carvalho, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que gentilmente me acolheu em Braga e nas escavações em Vieira do Minho, juntamente com seu marido, Prof. Dr. Francisco Azevedo Mendes.

Às Profas. Dras. Silvana Trombetta e Elaine Farias Veloso Hirata, pela leitura cuidadosa e sábios conselhos recebidos na Qualificação, e durante todo o processo de elaboração da pesquisa.

Também agradeço ao corpo de professores, funcionários e alunos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Em especial, às Profas. Dras. Maria Beatriz Borba Florenzano, diretora do MAE durante meu doutorado; Fabíola Andréa Silva, presidente da Comissão de Pós-Graduação; Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos e Prof. Dr. Eduardo Góes Neves, pelo apoio nas horas mais difíceis, mas também nas mais gratificantes.

Aos meus amigos e colegas do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP/USP, agradeço a companhia, o apoio e o auxílio. Em especial, Elaine Cristina Carvalho da Silva, minha companheira de pesquisas em Portugal, e Alex dos Santos Almeida, com quem permutei – e de quem fotocopiei – dezenas de livros.

Provavelmente, deixarei de citar pessoas que me ajudaram durante esses anos, mas não posso deixar de agradecer aos amigos que trabalham na Biblioteca do MAE, pois além de aguentarem estoicamente minha presença nem sempre silenciosa, atenderam sempre com gentileza e presteza – quando possível – às minhas solicitações. E também aos amigos da Seção Acadêmica, que estavam lá quando precisei.

À minha família, agradeço a paciência e os cuidados de minha mãe, Maria Cecilia Doneux Santos, sobretudo nos momentos finais; Francisca Batista de Souza, que me alimentou quando eu nem me lembrava de comer. Aos meus irmãos, desculpo pela falta de interesse e apoio, e lembro a eles que “não tenho a vida ganha”. E às pequeninas Zoé e Dida Braudel, sempre presentes, agradeço com carinho pela companhia nem sempre silenciosa, mas constante.

Por fim, sou grata à CAPES, que financiou com uma bolsa de doutorado as pesquisas; e à FAPESP, pela ajuda financeira em Portugal.

Se esqueci de alguém, peço que me desculpe. E, a todos, muito obrigada.

ÍNDICE

Introdução	13
Capítulo 1. A Península Ibérica Pré-Romana	19
1. Resumo Histórico	19
2. Assentamentos e cidades indígenas da Península Ibérica	23
2.1. Complexidade Regional e Metodologias	23
2.2. Os Povos Ibéricos	28
<i>Oppida e outros tipos de assentamentos na Europa Central</i>	<i>29</i>
<i>Os assentamentos celtas na Península Ibérica: Castros e Oppida</i>	<i>33</i>
<i>A questão da definição dos assentamentos urbanos pré-romanos</i>	<i>39</i>
3. Antecedentes de Ammaia e Conimbriga	42
<i>Ammaia</i>	<i>42</i>
<i>Conimbriga</i>	<i>44</i>
<i>Ammaia e Conimbriga</i>	<i>45</i>
 Capítulo 2. Urbanização romana na Península Ibérica	 47
1. A conquista da Península Ibérica	47
<i>Lusitania</i>	<i>51</i>
2. O modelo romano de cidade	53
3. O plano urbano romano introduzido nos assentamentos provinciais: o complexo formado pelo capitólio-fórum	54
4. A cidade de Roma como modelo (ou não)	56
5. Urbanismo romano: algumas questões	61
6. Opções na criação das cidades romanas da Lusitania	72
 Capítulo 3. Edifícios Públicos Romanos que identificam uma Cidade Provincial	 77
1. A arquitetura romana	77
2. A escolha das estruturas monumentais públicas identificadoras do contexto urbano romano	80

3. O complexo fórum-capitólio/templo de culto imperial	81
<i>Fóruns</i>	<i>85</i>
<i>Fórum Romano</i>	<i>86</i>
<i>Fóruns Imperiais</i>	<i>91</i>
<i>“Fórum Tripartido” nas províncias ocidentais</i>	<i>97</i>
<i>Fórum Provincial” ou Santuário Provincial de Culto Imperial</i>	<i>98</i>
<i>Basílicas forenses</i>	<i>101</i>
<i>Basílicas republicanas na Itália</i>	<i>103</i>
<i>Basílicas de Roma</i>	<i>107</i>
<i>Basílicas das províncias ocidentais no início do Império</i>	<i>114</i>
<i>Decoração interna das basílicas</i>	<i>116</i>
<i>Cúrias</i>	<i>116</i>
<i>Cúria como edifício autônomo nas províncias</i>	<i>118</i>
<i>Cúrias integradas às basílicas</i>	<i>119</i>
4. Templos e santuários urbanos	120
<i>Arquitetura religiosa provincial do Ocidente no fim da República e início do Império: o exemplo da Península Ibérica</i>	<i>123</i>
<i>Arquitetura religiosa sob Nero e os imperadores flávios (segunda metade do século I d.C.)</i>	<i>126</i>
<i>Arquitetura religiosa na época de Adriano</i>	<i>128</i>
<i>Templos dos períodos antonino e Severiano</i>	<i>130</i>
<i>Fanum</i>	<i>133</i>
<i>Capitólíios</i>	<i>133</i>
5. Muralhas e portas urbanas	134
6. Pórticos e Quadripórticos	136
<i>Criptopórticos</i>	<i>138</i>
7. Monumentos de espetáculo e de lazer	140

<i>Teatros romanos</i>	140
<i>Teatros nas províncias ocidentais</i>	144
<i>Anfiteatros</i>	148
<i>Circos</i>	154
<i>Circos das Províncias Ocidentais</i>	157
Capítulo 4. <i>Corpus Documental Lusitaniae</i>	159
Mapa dos Sítios	160
<i>AMMAIA, Civitas Ammaiensis</i>	161
1. Evolução estatutária	161
2. Situação do sítio arqueológico	163
3. Síntese histórica	165
4. Localização e situação geográfica	168
5. Fases de ocupação	171
6. Descrição	173
6.1. Território da <i>civitas</i> e o <i>Suburbium</i>	173
6.2. Malha urbana (rede de ruas e <i>insulae</i>)	183
6.3. Muralha	187
6.4. Complexo monumental da Porta Sul	190
6.5. “ <i>Peristylum</i> ” (<i>Macellum</i>)	197
6.6. Termas do Fórum ou Complexo Termal	197
6.7. Fórum	198
7. Reconstrução 3D de <i>Ammaia</i> pelo Projeto Radio-Past	205
<i>CONIMBRIGA, Municipium Flavia Conimbrica</i>	213
1. Evolução estatutária	213
2. Situação do sítio arqueológico	214
3. Síntese histórica	217
4. Localização e situação geográfica	218
5. Fases de ocupação	220
6. Descrição	222
6.1. Território da <i>civitas</i> e o <i>Suburbium</i>	224
6.2. Muralhas	228

6.3. Portas	231
6.4. Malha urbana (rede de ruas e <i>insulae</i>)	234
6.5. Termas	239
6.6. Fórum	242
<i>Fórum Augustano</i>	243
<i>Fórum Flaviano</i>	245
<i>Debates sobre o Fórum Flaviano</i>	256
<i>Possibilidade de existência de um segundo Fórum Municipal</i>	262
7. Reconstruções de <i>Conimbriga</i>	264
<i>Colonia Augusta Emerita</i>	273
<i>Fóruns</i>	286
<i>Ebora Liberalitas Iulia</i>	293
Bobadela	305
<i>Fórum</i>	305
<i>Anfiteatro</i>	310
<i>Civitas Cobelcorum</i>	311
<i>Civitas Igaeditanorum</i>	315
<i>Fórum</i>	318
<i>Centum Cellas</i>	323
 Capítulo 5. Análise do <i>Corpus Documental Lusitaniae</i>	327
<i>Fóruns</i>	331
<i>Fóruns de Conimbriga</i>	333
<i>Edifícios lúdicos</i>	335
 Conclusão	337
Bibliografia	345
Anexos	359
Anexo 1. Os imperadores de Roma de Augusto a Constantino	359
Anexo 2. Ordenamento Romano	363
Anexo 3. Metodologia do Projeto Radio-Past em <i>Ammaia</i>	365
Anexo 4. Cronologia Sinóptica	376

INTRODUÇÃO

Devo começar a introdução desta pesquisa a partir do que foi proposto inicialmente e, ao mesmo tempo, tentar demonstrar os limites encontrados para a sua realização. Eram objetivos que, por si sós, cada um deles, exigiria uma tese específica, ou o trabalho de uma vida.

O tema original – “A *Lusitania* e a *Iberia*. Um estudo da mudança na urbanização pré e pós-Romanização (da pré-conquista romana até o Baixo Império - séculos II a.C. a V d.C.)” – mostrou-se, de fato, demasiado vasto, de um ponto de vista geográfico e cronológico. Desse modo, precisei limitar ao estudo de algumas cidades, especialmente seus fóruns, em uma amplitude geográfica consideravelmente menor, a *Lusitania*. Os contornos gerais da abordagem, na pretensão inicial de estudo tão ampla, foram melhor definidos, e elegi alguns estudos de caso – o *Corpus Documental Lusitaniae* e não mais um catálogo – para documentar a nova abordagem.

O primeiro objetivo colocado era traçar um panorama dos tipos de assentamentos existentes na Península Ibérica antes da conquista romana, tentando entender as relações internas dos diferentes povos ali existentes e a relação entre eles. Agora, a abordagem será focada no período de dominação romana, porém sem deixar de lado a presença de povos pré-romanos cujas estratégias de ocupação dos espaços e de sobrevivência sofreram modificações pela presença dos conquistadores, inicialmente, e posteriormente passaram para o seu domínio.

O segundo objetivo pretendido era comparar os fóruns lusitanos com os das demais regiões romanas buscando, se houvesse, sua especificidade. Porém, este objetivo só faz sentido a partir de alguns estudos de casos escolhidos. Outro fator que interferiu nos objetivos originais foi a constatação da escassez de informação disponível para a maioria dos casos, o que me levou a selecionar para os estudos de caso, os sítios melhor conhecidos, estudados e publicados.

O último objetivo, conhecer o destino dos fóruns no final do Império – destruição/reutilização como matéria-prima – dentro do contexto geral urbano, não gerou grandes problemas. Quando as cidades não foram abandonadas, foram ocupadas pelos chamados “povos bárbaros”, especialmente visigodos e, posteriormente, pelos reinados islâmicos. Num primeiro momento, na passagem dos séculos III para o IV, os edifícios

urbanos mais periféricos foram desmontados para a construção de muralhas defensivas em muitas cidades que estavam na linha de invasão. Posteriormente, muitas foram abandonadas, num processo denominado pelos portugueses de “desertificação”, a população se concentrando em algumas cidades centrais. Por fim, as cidades abandonadas tornaram-se jazidas de material de construção. Mais informações são limitadas pelo desconhecimento; ou seja, não há informações.

Existia uma estrutura urbana antes da chegada dos romanos na Península Ibérica, porém, esta estrutura era muito diversificada, tanto por causa de fatores internos (entre eles, a geografia, economia e cultura regionais) quanto externos (o contato com culturas mediterrâneas desde um período muito precoce, especialmente na região mais próxima ao Mediterrâneo).

A partir da reforma augustana, que estabeleceu as novas divisões da Península Ibérica em *provincia* e *conventus*, houve uma grande transformação territorial, inspirada, em boa parte, nos conflitos internos romanos (guerras civis), que se relacionavam justamente com o tema da distribuição de terras aos eméritos das campanhas militares; ou, em ótica institucional, a fixação de comunidades de cidadãos fora da Península Itálica. Foram criadas cidades romanas para abrigar cidadãos romanos, embora com uma expressiva presença de indígenas, obviamente.

Grande parte das novas cidades estabelecidas na *Lusitania* foram constituídas *ex nihilo*, rompendo claramente com os padrões de instalação indígenas. Aparentemente, só houve promoção dos assentamentos pré-existentes quando estes se apresentavam já aos olhos dos romanos como verdadeiras cidades, no princípio mediterrâneo do termo.

Mas parece que houve variedade na transformação urbana ocasionada pela conquista romana. Observamos casos em que o novo urbanismo “varreu” as cidades pré-existentes e outros em que se terá adaptado (esta última parece-me ter sido a opção mais rara). Mas há também *Conimbriga*, onde Virgílio Hipólito Correia sugere não ter existido um urbanismo clássico (como o de *Ammaia*, por exemplo) por razões que se prenderiam ao arranjo urbano do assentamento pré-romano.

Dessa forma, este trabalho pretende pesquisar a urbanização do tipo colonial romano na *Lusitania* a partir da análise dos fóruns, abordando seus três elementos essenciais:

templo, basílica e cúria, e área livre central. Mas, agora, busquei inserir o fórum dentro da *urbs* e esta, dentro do *territurium*. Por causa da deficiência de informação encontrada com relação aos fóruns, preferi escolher uma visão mais holística das cidades lusitanas selecionadas, partindo de uma visão macro – o território e o *suburbium* – até chegar ao centro, o fórum. Deste modo, serão descritas também as muralhas, necrópoles e portas urbanas, posteriormente a malha urbana e as *insulae*, os escassos edifícios lúdicos encontrados, aquedutos e, brevemente, algumas termas e *domus*. Essa ampliação da abordagem possibilitou não apenas ampliar as observações sobre os fóruns dentro de seu contexto urbano, como também o das próprias cidades dentro de seu território. Portanto, a mudança de abordagem mostrou-se frutuosa.

A grande carência de informação levou à escolha da análise de um *corpus documental*, abordando duas realidades distintas – uma cidade fundada de raiz (*ex nihilo*), *Ammaia*; e outra a partir de um assentamento proto-histórico, *Conimbriga* – e bem documentadas e publicadas. As duas também apresentam uma realidade distinta com relação ao método de pesquisa. *Ammaia* foi estudada com os métodos atuais de pesquisa arqueológica, e também serviu de laboratório para um grande projeto interdisciplinar de análise que utiliza modernas técnicas de prospecção não invasiva, denominado Projeto Radiografia do Passado, Radio-Past (ver o Anexo 3 sobre a sua metodologia). Já *Conimbriga* sofreu intervenções arqueológicas que hoje poderíamos designar de “pseudoarqueológicas”, desde o início do século XX, que objetivavam o desaterro do sítio romano para transformá-lo em monumento nacional, em detrimento dos dados arqueológicos menos expressivos, como cerâmicas de uso comum, vestígios pré-romanos, estruturas mais “pobres” etc. Felizmente, esta metodologia de pesquisa mudou totalmente nos anos 1960.

Conimbriga acabou por se tornar a estação arqueológica mais pesquisada, escavada e publicada de Portugal, o que a tornou um modelo para o estudo dos demais sítios romanos lusitanos, especialmente com relação ao seu fórum “flaviano”.

A carência de dados sobre os fóruns lusitanos é alertada por alguns arqueólogos, como Carlos Fabião. Apesar de haver já há alguns anos um impulso no estudo dos fóruns lusitanos, as pesquisas – com raras exceções (HAUSCHILD 2009) – estão no início e as publicações são poucas em relação à quantidade de sítios existentes. Dentre os vários problemas que os arqueólogos enfrentam, Carlos Fabião destaca “o desconhecimento da rede de centros urbanos da *Lusitania*, ou o escasso conhecimento das estruturas forenses de

muitas das cidades, porque somente poucos casos foram estudados e publicados de um modo amplo e sistemático, para não mencionar os outros que são simplesmente desconhecidos”. Há dificuldade em estabelecer cronologias precisas, fundamentais para a análise da informação existente sobre os elementos arquitetônicos e outros materiais arqueológicos mais modestos (FABIÃO 2009: 343).

Esse desconhecimento da rede de centros urbanos lusitanos ocorre especialmente por falta de investigação. Os textos antigos e a epigrafia mostram uma grande variedade de núcleos urbanos, porém são conhecidas somente pequenas parcelas, além de desconhecemos onde se localizariam muitos desses centros citados nas fontes.

Plínio, o Velho (*H.N.* 4, 117) menciona 45 *populorum* na *Lusitania*, mas não se conseguiu distribuí-los corretamente no território; dos 36 *oppida stipendiaria* citados, não são conhecidas muitas de suas localizações precisas; nem quais seriam todos os *oppida* dos *turduli* de que fala Pomponio Mela (III, 8); o mesmo valendo para a obra de Cláudio Ptolomeu e os referidos no *Itinerário Antonino*. Há diversas propostas, mas carecem de investigação arqueológica para sua confirmação. Além do mais, há *civitates* identificadas arqueologicamente – como a da Torre de Almofala – que não são citadas em nenhuma fonte literária (FABIÃO 2009: 345-6).

Outro problema gira em torno da questão das fronteiras políticas modernas, que colocam pelo menos um terço do antigo território lusitano – incluindo sua capital, *Augusta Emerita* (Mérida) – em terras espanholas. Para Fabião e Patrick Le Roux, entre outros, a *Lusitania* deve ser vista como uma unidade de análise, ultrapassando a divisão imposta pelas modernas fronteiras. Para que isto seja possível, as pesquisas devem envolver, “de uma forma coerente e continuada, investigadores dos diferentes países” (FABIÃO 2009: 345).

O presente trabalho está estruturado em três capítulos iniciais, seguidos pelo Capítulo 4, com o *Corpus Documental Lusitaniae*, sua análise (Capítulo 5) e a conclusão final. Tentei basear a pesquisa sempre que possível unicamente nos dados arqueológicos, pois acredito que as fontes literárias possuem alguns vícios e ideologias característicos de suas épocas e gêneros literários – como era de se esperar, de fontes tão antigas – que são repetidas nos relatos históricos como fidedignas.

No primeiro capítulo, tracei o esboço da situação da Península Ibérica – com ênfase no território da futura *Lusitania* – antes da conquista romana. Após um resumo histórico

inicial, abordei os assentamentos e cidades indígenas da Península. Nesta segunda parte, procurei destacar as questões metodológicas relacionadas às pesquisas sobre a época pré-romana na região em questão, e, num segundo momento, descrever os tipos de assentamentos encontrados, relacionando-os com as “etnias” locais. Como será mostrado, a determinação do tipo de assentamento – o que leva ao estabelecimento das culturas envolvidas – necessita de maiores especificações. Foram colocados alguns exemplos. Por fim, dentro das possibilidades fornecidas pelos dados arqueológicos disponíveis, tratei especificamente dos antecedentes hispânicos dos dois sítios escolhidos para o estudo de caso, *Ammaia* e *Conimbriga*.

No capítulo seguinte, trato da urbanização romana na Península Ibérica. O capítulo se inicia com o período anterior a Augusto, os 200 anos entre as Guerras Púnicas e a reforma administrativa que criou a *Lusitania*. Em seguida, se colocarão breves palavras sobre a criação da *Lusitania*.

A segunda parte do capítulo 2 aborda o modelo romano de cidade, também de forma breve, para em seguida entrar na questão do plano urbano romano introduzido nos assentamentos provinciais: o complexo formado pelo capitólio-fórum. No item 4, é tratada a questão da cidade de Roma como possível modelo para as cidades provinciais e, a seguir, algumas questões relacionadas ao urbanismo romano a partir de diferentes visões teóricas. Por fim, na última parte do capítulo, são abordadas as opções na criação das cidades romanas da *Lusitania*.

O capítulo 3 é dedicado aos edifícios públicos romanos que identificam uma cidade provincial. Após um breve comentário sobre a arquitetura romana, falo, no item 2, da escolha das estruturas monumentais públicas identificadoras do contexto urbano romano, para em seguida apresentar a descrição das diversas estruturas monumentais romanas encontradas nas cidades, a começar pelo complexo fórum-capitólio/templo de culto imperial.

Não serão breves descrições morfológicas, mas sim uma análise da evolução dos edifícios e estruturas, seus papéis na sociedade romana metropolitana e provincial e, principalmente, sua importância na introdução e manutenção da ideologia imperial romana. O objetivo do capítulo é fornecer os dados para a posterior análise dos seus correlatos lusitanos. A ênfase será no fórum e nas estruturas relacionadas a ele, como basílicas, templo, cúrias etc.

O capítulo seguinte é o *Corpus Documental Lusitaniae*, que se inicia pela descrição e análise de *Ammaia* e *Conimbriga*, seguidas dos sítios selecionados para servir de subsídio para a análise posterior: *Colonia Augusta Emerita*, *Ebora Liberalitas Iulia*, Bobadela, *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala) e *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) e, por fim, *Centum Cellas* (*Lancia Oppidani?*).

Novamente, o *corpus* terá já, no seu conteúdo, uma análise mais profunda de cada um desses assentamentos, que será retomada, de forma comparativa, no capítulo seguinte, a análise do *Corpus Documental*, que já faz uma conclusão prévia de todo o trabalho. É preciso acrescentar que, para *Ammaia* e *Conimbriga*, foi acrescentada, no final da descrição, uma série de reconstituições realizadas a partir dos dados arqueológicos, com uma breve análise sobre as questões envolvidas nas reconstituições.

Por fim, no capítulo final, apresento as minhas conclusões.

Os mapas, quando necessários, serão colocados no corpo do texto. E, no final, estão incluídos quatro anexos: uma Cronologia Sinóptica; a lista dos imperadores romanos; a metodologia do Projeto Radio-Past, desenvolvido em *Ammaia*; e algumas informações sobre o ordenamento romano das províncias e conventos.

CAPÍTULO 1

A PENÍNSULA IBÉRICA PRÉ-ROMANA

1. RESUMO HISTÓRICO

Apesar da longa pré-história peninsular, pretendo me ater apenas aos períodos que podem ser de interesse para o presente capítulo, a Idade do Ferro. Ela é marcada, inicialmente, pelo contato com os povos comerciantes do Mediterrâneo: fenícios, gregos e ibéricos.

Na primeira Idade do Ferro (*c.* 700 - *c.* 200 a.C.), a metalurgia do ferro está crescendo gradualmente, suplementando e eventualmente substituindo o bronze na manufatura de armamentos. Essa tecnologia pode ter sido importada diretamente para o sul da Península Ibérica a partir do Mediterrâneo oriental, mediada por um novo grupo de habitantes: os fenícios, que também foram os responsáveis pela introdução da escrita (aplicada, sobretudo, em inscrições) e do torno cerâmico. A primeira evidência de produção de ferro na Espanha é do século VIII a.C., contemporânea ao estabelecimento definitivo de assentamentos fenícios no sul.

Lendariamente, a primeira e mais importante fundação fenícia (por indivíduos oriundos de Tiro) foi Gades (moderna Cádiz), por volta de 1.100 a.C. Porém, não há nenhuma evidência arqueológica que suporte esta data, e os achados mais antigos próximos a Gades são sepultamentos do século VI a.C. Entretanto, no sítio vizinho de Castillo de Doña Blanca há evidência de ocupação do início do século VIII a.C., o que corresponde à data que foi estabelecida para vários outros assentamentos fenícios ao longo da costa sul (como Almuñécar e Sexi). Até o momento, na falta de maiores evidências, o século VIII a.C. é o momento mais antigo da presença fenícia na Espanha (COLLINS 1998: 8-9).

Acredita-se hoje que esses assentamentos fenícios eram pequenos centros comerciais, ou *emporia*, que permutavam com a população local pela sua riqueza mineral e, através disso, indiretamente exerciam controle econômico e cultural sobre as comunidades indígenas vizinhas. “[Porém] um sítio recentemente descoberto perto de Málaga, no Cerro Del Villar, pode levar à mudança de opinião e até mesmo reverter algumas ortodoxias recentes. Este sítio constitui o maior assentamento fenício já encontrado na Península, com

uma população que pode ter excedido 1.000 pessoas, e data pelo menos do século VIII a.C. Seu tamanho faz dele mais do que apenas uma estação comercial” (COLLINS 1998: 9).

O período de influência fenícia direta na Espanha foi relativamente curto, devido aos reveses políticos no Oriente Próximo¹.

Os gregos representam a segunda maior influência cultural externa na Península Ibérica no I Milênio a.C. Neste caso, o comércio parece ter precedido a colonização. Apesar do que afirmam os relatos das fontes clássicas, o mais provável é que não tenha havido cidades gregas no sul da Espanha (COLLINS 1998:10). Porém, por volta de 600/580 a.C. – na mesma época do estabelecimento de *Massalia* – os focos estabeleceram um *emporion* na ilha da costa da Catalunha: a *Palaiopolis* ou “Cidade Velha”, de Ampúrias. Rapidamente a expansão de *Palaiopolis* incluiu o novo assentamento de *Emporion*, na costa. A atividade comercial de *Emporion* espalhou-se por toda a costa leste da atual Espanha. Essa influência grega pode também ter sido sentida nos estilos construtivos, como em assentamentos da costa mediterrânea do Levante, assim como a fenícia (El Oral e Santa Pola). Parece que focos e indígenas mantinham relações amigáveis, uma vez que estes tinham também um assentamento próprio, *Indika* (Ullastret), muito próximo a Ampúrias. “Embora a influência comercial e cultural grega tenham declinado a partir do século IV a.C., Ampúrias permaneceu importante e, em face ao rápido crescimento da ameaça cartaginesa no sul, compartilhou da sorte de Roma na II Guerra Púnica, em 218 a.C.” (COLLINS 1998: 10).

Fora das várias influências mediterrâneas orientais, foi no período entre c.650 - c.550 a.C. que emergiu a civilização ibérica indígena. Geograficamente, sua cultura foi do Vale do Guadalquivir (no sul) até os Pirineus orientais. Incluíram-se nessa órbita as Ilhas Baleares (c.550 - 450 a.C.) e, na metade do século IV a.C., quando atingiu sua maior extensão, a cultura ibérica alcançou o Vale do Ebro e cruzou os Pirineus até o sudoeste da França. Em geral, estendeu-se paralelamente à costa mediterrânea, onde se localizavam os fenícios, púnicos e gregos.

“A sociedade ibérica nunca gozou de uma unidade política, sendo composta por uma série de reinos competitivos e pequenos estados. Especialmente o século IV a.C. é particularmente

¹ O Império Assírio, que tinha sido o principal mercado fenício para os metais importados, foi conquistado pelos babilônios em 612 a.C. Estes, então, começaram a estender seu poder sobre a própria Fenícia, e Tiro, o último reino independente, caiu em 573 a.C. Estas mudanças e o poder crescente do agora independente assentamento fenício de Cartago parece ter levado ao abandono ou à destruição da maioria das estações de comércio na Espanha na metade do século VI a.C. Assim, o assentamento de Toscanos, a moderna Vélez Málaga, que parece ter sido estabelecido pelos fenícios por volta de 750 a.C., claramente expandiu-se consideravelmente em tamanho em 650 a.C, apenas para ser abandonado em c. 550 a.C.

marcado por evidências de destruição em um grande número de sítios, indicativo de um estado de guerra endêmico. Os ibéricos podem até mesmo nunca terem tido uma única língua, mas a cultura material dos níveis superiores da sua sociedade por toda a área mostra similaridades marcantes e uma dívida comum às influências dos assentamentos comerciais de origem mediterrânico-orientais na costa” (COLLINS 1998: 10).

O primeiro “estado” ibérico com o qual as colônias fenícias inicialmente entraram em contato, na Idade do Bronze Tardia espanhola, foi Tartessos, cuja sofisticação provavelmente foi exagerada pelas fontes gregas (como Heródoto, *c.* 484 a.C.). Sua riqueza vinha do controle dos recursos minerais (especialmente prata e cobre) em seu território, metais que os fenícios, por sua vez, exportavam para o Oriente Próximo, especialmente a Assíria. Vários assentamentos indígenas contemporâneos aos fenícios foram localizados, especialmente no Vale do Guadalquivir. O impacto oriental foi especialmente marcante entre os tartéssicos, e não apenas fenício; objetos gregos, especialmente cerâmica, foram encontrados no sul da Península desde *c.* 600 a.C. em diante.

“Além disso, existem achados significativos de cerâmicas e objetos de metal de manufatura italiana, produzidos pelos etruscos e pelas recentes fundações gregas do sul da Itália. Estilos edilícios derivados de protótipos orientais também foram identificados. Um dos mais famosos exemplos é a estrutura descoberta em Cancho Roano, cujos antecedentes orientais têm sido geralmente aceitos, embora a natureza dos vestígios edilícios seja altamente controversa”² (COLLINS 1998: 11).

O reino de Tartessos desfez-se no século V a.C. em um padrão mais complicado de pequenos reinos tribais e cidades-estados³. Alguns sítios indicam períodos de intensa prosperidade local seguidos igualmente por declínio súbito. Especialmente o século IV a.C. pode ser visto arqueologicamente como tendo sido um período de considerável violência, refletindo conflitos entre os reinos ou até mesmo mais localizados. O assentamento de Ullastret é um exemplo disso: parece ter sido queimado por volta de 400 a.C.; na metade do século IV a.C., o nível de destruição aumentou, o que deve estar relacionado com um tratado entre Roma e Cartago, realizado em 348 a.C., que deveria definir as áreas de influência das duas potências, mas na verdade parece ter intensificado a competição entre os governantes ibéricos locais. “No devido tempo, seria o conflito aberto entre Roma e Cartago na II Guerra

² Já foram identificados como um templo, um palácio, um grande altar e alguma forma de fábrica. Geralmente o desenvolvimento de formas mais retilíneas nas moradias indígenas neste período são vistas como outra influência externa.

³ Apesar de Collins utilizar o termo “cidade-estado” para caracterizar as sociedades que surgiram no século IV a.C. ibérico, os dados arqueológicos são ainda insuficientes para designá-las de forma segura como tal.

Púnica no final do século III a.C. que levaria à sujeição política e ao declínio cultural da sociedade ibérica” (COLLINS 1998: 11).

Enquanto a cultura ibérica dominou a maior parte do sul e do leste da Península no período entre *c.* 600 e *c.* 200 a.C., as suas outras regiões estavam sujeitas a diferentes influências.

Segundo Collins, a segunda leva de imigração celta ocorreu no século VI a.C. quando entraram na Península pelos Pirineus Orientais e se estabeleceram nas regiões norte e oeste, ao longo da Baía de Biscaia, e desceram toda a costa atlântica. “*Estas sociedades tribais celtas foram responsáveis pelas construções dos castros*, que eram assentamentos fortificados ovais que continham casas circulares, que eram particularmente amplamente distribuídas ao longo do noroeste da Espanha e no norte de Portugal” (COLLINS 1998: 12, grifo meu).

Porém, segundo Helena Carvalho (2008), o povoamento da Idade do Ferro no noroeste português resulta de um processo extremamente longo de desenvolvimento, desde a Idade do Bronze. Na Idade do Ferro, esse longo processo tem um momento de aceleração, nos últimos dois séculos a.C., e especialmente no século I a.C., quando as campanhas romanas na *Hispania Ulterior* provocam um surto de desenvolvimento, consolidando e acentuando uma tendência que já existia. Portanto, não uma característica celta, mas um processo de fortificação dos povoados, que vem desde a Idade do Bronze e se intensifica na Idade do Ferro, com o povoamento em locais altos e a tendência à fortificação, com aparatos defensivos diversos.

“A sociedade celta era altamente estratificada, com uma aristocracia guerreira muito competitiva no seu ápice. Esta sociedade celta pode ter dominado uma população subjugada amplamente não celta” (COLLINS 1998: 12).

Com uma identidade cultural separada, a Celtibéria (nome dado pelos autores clássicos⁴) era, como o nome sugere, marcada pela fusão entre elementos celtas e ibéricos. Centralizava-se no Vale superior do Ebro e Aragão, mas também se estendia para o sul em direção ao centro da Península e a norte, à Cantábria. Aqui, como no sul ibérico, contatos

⁴ “O poeta Marcial (*c.*40-104 d.C.), que viera de Bilbilis, falava de si mesmo como ‘nascido dos celtas e dos iberos’ (*Epigramas* X, 65)” (COLLINS 1998: 37, nota 14).

com civilizações de fora da Península levaram ao desenvolvimento de formas mais complexas de organização política e de assentamentos⁵.

2. ASSENTAMENTOS E CIDADES INDÍGENAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

2.1. COMPLEXIDADE REGIONAL E METODOLOGIAS

Segundo Díaz-Andreu & Keay (1997), a arqueologia ibérica, entre os anos 1920 e 1970, enfatizou a acumulação de dados e a construção de “culturas” arqueológicas, uma imposição das ditaduras franquista e salazarista. No final dos anos 1960, novos estudos, especialmente os de Gordon Childe, com suas ideias marxistas e concepção de história, “levou à fundação de escolas histórico-materialistas que tiveram um papel importante nas interpretações da arqueologia na Península Ibérica”. Por razões que não são claras, abordagens arqueológicas pós-processuais não são populares entre os académicos espanhóis e portugueses. Para os autores, um resquício das ditaduras (DÍAZ-ANDREU e KEAY 1997: 2-3). Seja como for, o fato é que, ao ler artigos e trabalhos arqueológicos (e também quando se trabalha com arqueólogos portugueses), percebe-se uma ênfase no acúmulo de dados e informações, na sua catalogação e tipologia, mas nem sempre sua análise e interpretação são satisfatórias. Manuela Martins (1997: 143 ss.) afirma, por exemplo, que há uma tradição centenária no estudo dos castros do noroeste de Portugal, iniciada por Martins Sarmiento, que ainda é muito influente. Mas os dados arqueológicos já são suficientes para superar a visão histórico-cultural clássica que tem sido utilizada para construir a evolução cultural do noroeste ibérico no I milênio a.C. (ainda utilizada por A. C. F. da SILVA 1986, 2012 e em FABIÃO 1992?). Para ela, a abordagem de S. O. Jorge do Bronze Final da região supera essa visão clássica⁶.

Outra pesquisa que aborda de forma diferente os castros do noroeste de Portugal é a da Dra. Helena Carvalho, “O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*” (Tese de Doutorado realizada na Universidade do Minho, defendida em 2008). Ao analisar o povoamento na época romana da fachada ocidental do *Conventus Bracarensis* (representada pela atual região portuguesa do Entre-Douro-e-Minho), determinou a rede de

⁵ No capítulo 2, será tratado especificamente a questão da conquista romana da Hispania, também no contexto dos contatos entre romanos e ibéricos.

⁶ A autora cita diversos artigos de Jorge, entre eles "Pré-história, IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia", in J. Alarcão (ed.), *Nova História de Portugal*, I: 163-251, Lisboa: Presença, 1990.

itinerários principais que implicou uma redefinição dos eixos estruturadores do povoamento entre os quais se destaca a criação de um número considerável de aglomerados secundários, que parecem obedecer a uma articulação clara com a rede viária, e a presença de novas formas de exploração da terra, representadas pelas *villae*. Helena Carvalho percebeu que, na região de vale e litoral há uma clara distinção entre a mancha densa de vestígios arqueológicos da região de vale relativamente a uma mancha espaçada e rarefeita de povoados na orla costeira. “Finalmente verifica-se uma forte densidade de povoamento em torno de *Bracara Augusta*, e a presença de um cadastro romano que se organiza segundo uma modulação de 20 x 20 *actus*” (CARVALHO 2008: xi).

E o uso de novas abordagens não destrutivas propiciadas pelas novas tecnologias de prospecção geofísicas (como realizadas em *Ammaia*, no Projeto Radio-Past), permitem estudos mais amplos, menos demorados e menos custosos, que estão levando ao conhecimento holístico dos sítios arqueológicos, não apenas pequenos trechos, como os pesquisados pelas escavações tradicionais, mas todo o território. De todo o modo, são pesquisas novas, que prometem grandes resultados interpretativos, mas ainda não permitem uma visão ampla de todo o território peninsular.

Manuela Martins propõe “uma leitura alternativa da dinâmica cultural” para o noroeste de Portugal no I milênio a.C., pois seria preciso adotar uma perspectiva crítica. Motivos: 1) falta de dados empíricos para a região; 2) também porque a racionalização dos processos de continuidade e mudança é sempre limitada pelo caráter relativo e truncado dos dados arqueológicos; e 3) porque os fenômenos que formam o objeto de uma análise em um determinado momento no tempo têm sido selecionados subjetivamente (MARTINS 1997: 143-4).

Na visão tradicional (MARTINS 1997: 144 ss.), o noroeste de Portugal forma uma unidade geográfica, com uma homogeneidade cultural no I milênio a.C.: a *Cultura Castreja*; mas é possível detectar diferentes ritmos de desenvolvimento e expressões culturais sub-regionais. Na perspectiva histórico-cultural que tem sido utilizada, a definição da chamada “Cultura Castreja do noroeste ibérico” apoia-se no tipo de assentamento característico nessa área, os castros (castro significando assentamento fortificado). Seria uma “cultura” uniforme com influência “celta” (étnica e cultural) na população. E uma das fases principais de sua evolução seria a propiciada pelas migrações indo-europeias, estabelecendo a cronologia evolutiva dos castros e da cultura de todo o milênio, quando surgem os assentamentos fortificados oriundos da instabilidade causada pelas invasões celtas (também responsáveis

pela introdução do ferro)⁷. Análises posteriores propiciaram um modelo cronológico mais sofisticado: expressões internas dessa "cultura", como as fortificações, juntamente com as premissas das influências celtas e hallstatianas, e eventos associados com a conquista romana. “Este modelo está implícito em todas as propostas cronológicas elaboradas mesmo durante os anos 70 e 80, com novos dados empíricos sendo acrescentados assim que se tornam disponíveis” (MARTINS 1997: 145)⁸.

Já Maluquer de Motes (1973), numa perspectiva funcionalista, vê a Cultura Castreja como o resultado de um processo cultural local, representando uma adaptação particularmente bem-sucedida ao ambiente regional, como um resultado de um processo cultural interno (MOTES 1975). “Entretanto, no final, sua proposta cronológica foi estabelecida com referência a eventos culturais externos, como a queda de Tartessos, a expansão celta para o noroeste (c. 500 a.C.) e a campanha de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.). Esta interpretação tornou-se amplamente aceita (Acuña Castroviejo 1977: 249; Tranoy 1981: 77; Silva 1986)” (MARTINS 1997: 145).

Na sua “visão alternativa”, a autora analisa as alterações sofridas na região noroeste durante o I milênio a.C. Nos séculos VII e VI a.C., há uma primeira mudança, com uma maior exploração da agricultura nos vales com a criação de castros não defensivos, mas visualmente delimitadores⁹. No século II a.C., há uma nova mudança, não causada por incursão romana, mas por intensificação econômica interna. A autora expõe a segunda fase evolutiva, demonstrando que não foi uma evolução apenas gerada por fatores externos, mas dividida em pelo menos duas fases de mudança principais até a conquista romana e que estas foram propiciadas, principalmente, por fatores internos.

Novas tentativas de interpretação são, portanto, válidas e oportunas, tendo como base os dados já levantados e compilados (e também já interpretados) para a Península Ibérica. Porém, não podemos esquecer que, como lembra Manuela Martins (1997: 152), “os conceitos de continuidade e mudança são relativos e dependem da evidência, ou variáveis, disponível, que pode ser usada para ler os processos culturais”. É preciso questionar-se sobre

⁷ Segundo Manuela Martins, “a cronologia para o I milênio a.C. para toda a Europa foi construída sobre um esquema histórico, com referência a fontes literárias e pela adoção de uma perspectiva étnica e regionalista. Esta visão tem sido questionada apenas recentemente (Pereira Menault 1992)” (MARTINS 1997: 153, nota 6).

⁸ Exceção: C. A. F. Almeida (1983), Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia* 8: 70-4, Porto: GEAP, que propõe um modelo baseado no desenvolvimento interno da cultura.

⁹ Esta é exatamente a interpretação dada ao *oppidum* de *Conimbriga* no século VI a.C. por Virgílio Hipólito Correia: não teria muralhas defensivas mas sua posição geográfica o tornava dominante da região circundante (como veremos no *Corpus Documental Lusitaniae*).

que mudanças significativas podem ser observadas quando se consideram longos períodos de tempo e que importância pode ser atribuída a elas.

“Na verdade, mudanças só podem ser detectadas uma vez que estejam presentes”. Considerando que os artefatos nem sempre mudam em conexão com as demais transformações culturais, o pesquisador precisa buscar outros indicadores, tais como padrões de assentamento, mobilidade e as estratégias de exploração de território, que “tornam claro que mudanças sociais acontecem em um ritmo diferente do que a dos artefatos portáteis. As mudanças sociais ocorrem mais lentamente, uma vez que respondem à estabilização das comunidades no espaço, à exploração dos recursos disponíveis e a coações ideológicas. [...] Qualquer leitura de continuidade e mudança é sempre arbitrária, quando é baseada em raciocínios contingentes. Isto resulta da nossa inabilidade em lidar com profundidade de tempos sociais diferentes e seus múltiplos significados, durante os quais comunidades constroem suas vidas” (MARTINS 1997: 152).

A breve análise do estudo de Martins é apenas um exemplo da complexidade regional da Península Ibérica e dos problemas metodológicos existentes. Tal complexidade aconselha que se faça um corte geográfico para um estudo mais profundo; no caso, escolhi a província da *Lusitania*, por motivos basicamente práticos, como demonstrado na Introdução. Mas sem deixar de lembrar que a noção de “província” é uma criação romana por excelência. Diferentemente da noção de território relacionada às nações modernas, que inclui uma fronteira delimitada, a província romana definia-se somente pela existência de um comandante ou de uma autoridade romana que exercia o poder sobre populações, e não territórios, identificados e localizados por uma definição étnica. Assim, a *Lusitania* romana, estabelecida nos seus contornos físicos e administrativos por Augusto, praticamente nada tem a ver com o atual território português além da coincidência geográfica de algumas de suas partes (LE ROUX 2014, no prelo).

Outra questão que deve ser levada em conta na *Hispania* pré-romana em geral e no território da futura *Lusitania*, em particular, é a da existência de uma “protourbanização” da península. Não podemos analisar o urbanismo – ou a falta dele – na Península Ibérica a partir de noções greco-romanas mediterrâneas. Castros ou *oppida* como Sanfins, Briteiros e *Conimbriga* apresentam, no período pré-romano, uma estrutura que considero urbanas: ruas, “bairros”, áreas comuns (como “praças” e estruturas comunais), muitas vezes muralhas etc.

Os *oppida* da Gália são considerados as protocidades celtas, nos séculos II e I a.C. Mas esta é uma visão para a Gália que não necessariamente precisa e deva ser seguida. Inclusive, como veremos, a própria noção de *oppidum* é diferente quando usado para a Gália e para a *Lusitania*. Além do mais, o *oppidum* era apenas uma das formas de assentamento encontrada na *Lusitania*¹⁰.

E o mesmo se aplica a noção de *civitas*. Por *civitates*, na Gália Central, pode-se entender uma série de pequenos Estados, cada um deles com pelo menos um local central, ou *oppidum*, os centros administrativos geralmente fortificados de cada território, abrigando uma população permanente não-agrícola e um local de atividades produtivas especializadas para consumo tanto local quanto para o comércio de longa distância. Algumas *civitates* parecem ter possuído centros de comércio especializados em acréscimo aos locais centrais (HASELGROVE 1986: 108). Na literatura histórica Ibéria, *civitas* algumas vezes indica de forma equivocada uma cidade romana – ou romanizada – que normalmente exercia o papel de capital regional. Entretanto, aqui adoto a definição de *civitas* como a congregação de um organismo urbano (a cidade) e o território (*territorium*) sobre o qual esse organismo exerce a autoridade administrativa (LEVEAU 1993: 152; *apud* DIAS 1997: 289).

Na verdade, a situação proto-histórica entre a Gália e o Noroeste da Península Ibérica apresenta muitas diferenças, que estão sendo cada vez mais determinadas. Não podemos estabelecer um único modelo que valha para todo o ocidente europeu para o período pré-conquista romana. Na Idade do Ferro do noroeste peninsular, havia um povoamento de assentamento fortificados em áreas elevadas em grande número e, tanto quanto os dados arqueológicos até agora indicam, não existiam assentamentos de planície. Alguns desses castros funcionariam como centros regionais, tendo uma predominância sobre outros, menores, demonstrando que havia uma relação hierárquica entre os povoados. Foram cadastrados, entre o Minho e o Douro, 365 castros, portanto, uma grande densidade de povoamento (TRÉMENT e CARVALHO 2013: 251). Muitos com grandes aparatos defensivos (CARVALHO 2008). Já na *Civitas Arvernorum* (Clermont-Ferrant, França, antiga província da Aquitânia), no mesmo período, foi identificado um único castro (ou

¹⁰ Na literatura historiográfica francófona (principalmente), todos os assentamentos que não *oppida* são denominados “agglomérations secondaires”, literalmente, “aglomerações secundárias”. Mas esta tradução não exprime exatamente o significado de “agglomération” – uma comunidade culturalmente organizada – denotando um sentido de “falta de organização” sócio-política e cultural. Por isso, uma tradução mais correta seria “assentamentos”, “comunidades” ou “povoados secundários”. E secundários simplesmente pelo fato que não eram as capitais das *civitates*, mas centros de dimensões menores, de “importância secundária”. Os portugueses utilizam a tradução, aglomeração.

oppidum) da Idade do Ferro e povoamento dos vales. O que se encontra na região dos *Arverni* é um grande *oppidum* e povoamento de planície (TRÉMENT e CARVALHO 2013).

2.2. OS POVOS IBÉRICOS

Os celtas, segundo Heródoto (*Geographia* III, 33), ocupavam o interior da Ibéria. Mas é uma caracterização para a qual faltam informações, assim como para outros dados étnicos fornecidos pelos autores clássicos.

“No estado atual dos conhecimentos, nada indica que houvesse fixação de Gregos ou Cartagineses no território hoje português, mas certamente para aqui mandaram os seus mercadores e outras gentes de análoga procedência” (FABIÃO 2012: 28).

As informações fornecidas por Heródoto são, frequentemente, oriundas de fontes secundárias que não conhecemos. Não podemos exigir dos autores clássicos o que hoje chamaríamos de “rigor científico”; eles, como nós, são produto de sua época, e os parâmetros literários e “acadêmicos” eram diferentes dos nossos. No caso da história, por exemplo, os autores clássicos a consideravam, acima de tudo, um gênero literário, como as apologias, os discursos etc. Assim, para além dos estereótipos e da visão mediterrânica dos escritores gregos e latinos, na época da conquista e integração da Ibéria ao Império Romano, “existia uma considerável fragmentação, étnica e política, nas populações do Ocidente hispânico, com expressões culturais bem distintas” (FABIÃO 2012: 28).

Arqueologicamente, também é percebida essa fragmentação. Nas regiões litorâneas a sul do Mondego, são conhecidos grandes povoados, normalmente implantados nos estuários ou nas margens dos grandes rios, como Castro Marim, Mértola (*Myrtilis*), Alcácer do Sal ou Lisboa (*Olisipo*), onde foram encontrados sinais de uma organização mais parecida com a dos povos mediterrâneos, inclusive urbanisticamente.

“Já no interior sul, o modelo conhecido suscita outras interrogações: o povoamento era concentrado, em aglomerações fortificadas, por regra, de menores dimensões que os congêneres litorais, como Mesas do Castelinho, Almodôvar, Cabeça de Vaiamonte, Monforte ou Segóvia, Elvas, e neles encontramos vestígios de intercâmbios com o mundo mediterrâneo, mas também uma marcada personalidade própria, com persistência das tradições artesanais ausentes nas regiões litorais” (FABIÃO 2012: 29).

Para Fabião, talvez não se possa chamar tais povoados de “cidades”, como nos moldes mediterrâneos.

“Nas regiões setentrionais, o povoamento era concentrado, em núcleos de menor expressão, de cariz eminentemente tribal” (FABIÃO 2012: 29). Seriam os castrejos.

Então, *grosso modo*, não se afasta muito da interpretação tradicional dos povos ibéricos pré-romanos, onde se sai de uma região “urbanizada” nos moldes mediterrâneos, o sul peninsular; passa-se por uma região intermediária, onde se mantêm contatos com o mediterrâneo, mas sem apresentar uma organização estatal centralizada e urbanizada (mas sim protourbanizada); e chega-se às regiões mais distantes, montanhosas, do noroeste, onde as populações são organizadas em povoados de altura, menos urbanizados, os castros.

Percebemos, na descrição de Fabião, que ele evita utilizar os termos *oppidum* e *castrum*. Mas não podemos fugir destes nem das suas definições.

OPPIDA E OUTROS TIPOS DE ASSENTAMENTOS NA EUROPA CENTRAL

Na Europa central, nos locais onde houve grande crescimento econômico por volta do século II a.C. (há diferenças regionais) e que, por isso, eram mais densamente ocupados, houve a difusão de um novo padrão de assentamento, com sítios frequentemente defensivos, descritos por César como cidades, os *oppida*. Embora haja considerável variação local na forma precisa e na localização desses sítios, eles atuavam como centros locais, de produção especializada e trocas (os tipos de indústrias documentadas são muito numerosos, incluindo cerâmica, metalurgia, marcenaria e trabalho em couro). Foi adotado um sistema de escrita e havia uma padronização de pesos e medidas na Europa Central e Ocidental. A partir do século III a.C., a cunhagem começou a ser amplamente utilizada e, no início do século I a.C., moedas de baixo valor estavam se tornando comuns e eram particularmente associadas a novos sítios urbanos, tendo um papel significativo na facilitação do comércio (CHAMPION e CHAMPION 1985: 64).

Embora a evidência histórica seja muito importante no estudo das sociedades europeias no momento imediatamente anterior à conquista romana, com relação à Península Ibérica há muito menos relatos que para a Gália. No caso das Gálias, as fontes literárias são importantes porque permitem definir com alguma clareza as comunidades políticas individuais. O relato de César sobre as Gálias nos anos 50 a.C. mostra que as comunidades eram unidades territorialmente definidas, e frequentemente fornece informações que

permitem reconstituir suas fronteiras. Inclusive, muitos desses territórios foram preservados pelas divisões administrativas romanas.

Em segundo lugar, fornecem informações sobre a natureza dessas comunidades políticas. Os autores latinos utilizam, por exemplo, a palavra *civitas* (que pode significar “Estado”, “cidadania” ou ainda “nacionalidade”)¹¹, indicando que eram reconhecidos como comunidades políticas que possuíam características de um Estado, mas não era a cidade-estado clássica. Cada “Estado” parecia consistir de um número de subgrupos territoriais (*pagi*), talvez quatro ou cinco, e o grau de controle dessas subdivisões podia flutuar consideravelmente. Os próprios “Estados”, embora independentes e de igual importância, podiam variar muito quanto ao seu status e autoridade política. Os éduos, arvernos e séquanos, por exemplo, eram comunidades políticas autônomas, mas cada uma delas, em diferentes épocas, possuía posição de prestígio diferente com relação às outras. E, assim como havia comunidades maiores, também havia grupos menores que podiam, algumas vezes, ser consideradas partes de um “Estado” maior, ou autônomos, mas comunidades políticas inferiores.

Em terceiro lugar, a evidência histórica fornece indicação sobre o desenvolvimento da organização social e política. Todos os relatos sobre a organização social são unânimes em identificar uma divisão da sociedade em nobres guerreiros, uma classe culta de sacerdotes, os druidas (no caso da Gália e da Britânia principalmente), e o povo comum. Os nobres competiam entre si por status e poder, em parte adquiridos via clientelismo (CHAMPION e CHAMPION 1985: 65).

No caso da Ibéria, porém, há uma dificuldade. Os relatos de Políbio (a fonte principal) e Posidônio, que se concentram no período entre o século IV e final do II a.C., não mencionam instituições políticas centralizadas; as informações de que dispomos vêm, sobretudo, das fontes arqueológicas e, segundo Almagro-Gorbea (1994), do estudo comparativo com as comunidades regionais da Alta Idade Média ibérica. César, para as Gálias, menciona duas transformações importantes nas organizações políticas: a emergência da realeza como instituição difundida (que parece ter surgido na segunda metade do século II a.C.) e o surgimento de instituições características de um Estado (pelo menos na Europa Ocidental, onde as evidências são mais completas). A evidência deriva particularmente de

¹¹ Para os escritores gregos, o termo apropriado não era *polis*, a cidade-estado, mas *ethnos*, um termo usado, por exemplo, para outros Estados gregos que não apresentam o modelo de uma cidade-estado (como a Macedônia).

César e se aplica, por isso, à fase final de seu desenvolvimento. Internamente, o poder estava firmemente nas mãos dos nobres, e havia luta política entre eles. A atitude adotada com relação a Roma era uma forma conveniente de estabelecer dissensões e rivalidades, havendo facções pró ou contra os romanos. Neste ponto, há relatos também para os ibéricos de facções pró e contra os romanos, mas para o período das guerras civis.

Vários autores, entre eles John Collis (1989 e 1996), veem os *oppida* como a expressão física de uma urbanização na Europa não mediterrânea antes da conquista romana. Para Collis (1996), a urbanização na Europa continental e na Britânia é essencialmente um fenômeno dos séculos II e I a.C., ocorrendo em um amplo arco da Espanha Central e Portugal, no Ocidente, à bacia cárpata, no Oriente. Os sítios urbanos nesta área contrastam com os dos povos mediterrâneos, pois geralmente são maiores em tamanho, mas menores em número (as cidades do litoral mediterrâneo, gregas, etruscas ou romanas, são pequenas, mas densamente ocupadas).

“Isto em parte parece estar relacionado com sua organização política e social: as cidades mediterrâneas geralmente surgiram como cidades-estado, enquanto, pelo menos na Gália, estamos lidando com Estados tribais que possuem territórios muito maiores” (COLLIS 1996: 170).

O surgimento dos *oppida* na Europa continental e na Britânia não é cronologicamente homogêneo, como também não houve um motivo comum para seu surgimento. O fator principal, para muitos sítios e áreas, foi a defesa e a concentração da população em um sítio defensivo, mas não para todos. Existem sítios abertos na Gália e no sul da Germânia que precedem os *oppida* defensivos, e mesmo alguns *oppida* gauleses, como Villeneuve-Saint-Germain, não possuem uma situação defensiva ideal. De qualquer modo, a organização política e econômica necessárias para fundar um sítio dessa natureza implica uma organização tribal desenvolvida capaz de sustentar assentamentos urbanos mesmo antes de eles estarem estabelecidos. O contato com o Mediterrâneo também influenciou o incremento da produção que, por sua vez, estimulou o crescimento dos contatos comerciais com o Mediterrâneo, tornando-se também outro fator para a urbanização.

Embora Collis afirme que a emergência dos *oppida* tenha desencadeado certamente uma reestruturação do território em função da nova divisão, acredito que uma nova estruturação da sociedade e do território é que tenha levado ao surgimento de *oppida* em primeiro lugar. Conhece-se, entretanto, muito mal este aspecto da evolução do hábitat celta. De todo modo, nos séculos II e I a.C., os *oppida* surgiram como uma mudança fundamental

no modelo de assentamento na Europa transalpina. Nos séculos imediatamente anteriores, a regra, em grande parte da Europa, eram as pequenas comunidades ou aldeias agrícolas, “e mesmo as fortalezas¹² eram um fenômeno raro, limitado, sobretudo, à Costa Atlântica da Bretanha e da Inglaterra ocidental” (COLLIS 1996: 36).

Porém, diferentemente do que afirma Collis, segundo Almagro-Gorbea (1994), os castros eram o principal tipo de assentamento no noroeste da Península Ibérica, sendo muito comuns mesmo após a conquista romana. Os primeiros *oppida* apareceram no La Tène C2 (entre 200 e 140 a.C.) (COLLIS 1989: 20-1), data corroborada por Almagro-Gorbea (1994: 26).

Não há dúvidas de que os celtas, tanto da Gália Central como os ibéricos, conheciam cidades nos moldes gregos clássicos no século II a.C. Entretanto, se para os *oppida* do sul da Gália pode-se falar em influência principalmente arquitetônica, “para os *oppida* da Europa temperada a influência diz respeito, sobretudo, ao fenômeno de estruturação do território, à existência de um sítio central que controla política e economicamente uma vasta região” (COLLIS 1989: 21). Fichtl considera o *oppidum* do fim do período celta como a última evolução de um tipo de hábitat tradicional no mundo não-mediterrâneo (os sítios fortificados de altitude da Idade do Bronze e da época de Hallstatt), mas difere deles profundamente por seu tamanho e, sobretudo, sua função (FICHTL 2005: 33-4). Neste ponto, a opinião de Fichtl assemelha-se à de Almagro-Gorbea (1994) para a Península Ibérica: o tamanho é fundamental na identificação de um sítio como *oppidum* e não como castro, que seria o tipo de assentamento anterior que teria evoluído até virar um *oppidum*.

De forma geral:

“O termo *oppidum* abrange uma ampla série de diferentes tipos de assentamentos defensivos, muito variáveis em tamanho, caráter de ocupação e, presumivelmente, função. Ele também exclui um número de assentamentos abertos ou sítios parcialmente defensivos que possuem muitas das características dos *oppida*, demonstrando que, embora a nucleação por razões defensivas fosse o fator principal nas origens urbanas, fatores econômicos e sociais também tiveram seu papel; de fato, sem recursos físicos e controle político centralizado, os próprios *oppida* não poderiam ter sido fundados” (COLLIS 1996: 159).

O termo *oppidum* adquiriu, na Arqueologia, um sentido extremamente preciso. Indica a unidade cultural, a norte dos Alpes, espalhada por grande parte da Europa, das Ilhas

¹² *Castellieri*, em italiano; *hillforts*, em inglês; e castros, em português e espanhol. Os espanhóis também utilizam o latim *castellum*.

Britânicas à Europa Central, durante todos os dois últimos séculos a.C., no fim da Idade do Ferro, com semelhanças que podem ser atribuídas à civilização celta. Atualmente, utiliza-se o termo *oppidum* para designar os assentamentos proto-históricos fortificados da Idade do Ferro, não importando seu tamanho e sua data (também é empregado algumas vezes para designar as fortalezas hallstattianas). Mas o termo também é utilizado de uma maneira estrita, limitando-se ao contexto específico da cultura de tipo urbano dos celtas dos séculos II e I a.C.

OS ASSENTAMENTOS CELTAS NA PENÍNSULA IBÉRICA: CASTROS E OPPIDA ¹³

Para Almagro-Gorbea (1994), houve uma evolução, na Hispânia Celta, de castros para *oppida*.

[Essa evolução] “é essencial para analisar sua economia, sociedade e ideologia, por ser resultado da interação sociedade/meio natural de uma sociedade agropastoril e guerreira, o que explica seus elementos comuns dentro das lógicas diferenças geográficas. Derivam de um antigo substrato ‘protocelta’ do Bronze Final que, no I milênio a.C., evoluiu em culturas protourbanas [com influências mediterrâneas indiretas advindas através de turdetanos e ibéricos], dando lugar, logo antes do século III a.C., ao surgimento de *oppida* e *civitates* que controlavam um amplo território como centro de uma sociedade cada vez mais complexa. Mas o interesse nessas tradições [urbanísticas pré-romanas] é que adaptaram as formas da paisagem, do hábitat e os costumes que perduraram na cultura popular até a atualidade, especialmente em áreas montanhosas e zonas marginais da Meseta” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 13)¹⁴.

Para o autor, **Castro** – palavra originária de *castrum* (ou *castellum*) – designa “os pequenos povoados fortificados em altura de fácil defesa” (ALMAGRO-GORBEA 1993:

¹³ Algumas definições geográficas tornam-se necessárias quando lidamos com novas regiões. No caso da Península Ibérica, duas regiões são muito citadas: Estremadura – literalmente, o local mais longínquo, o extremo. Na Península Ibérica, a província centro-ocidental da Espanha, que faz divisa com a parte central de Portugal; e Meseta – ou terras altas. Forma praticamente todo o interior da península. Ergue-se a mais de 600m de altitude. “Embora as terras altas se estendam até as províncias de Trás-os-Montes, Beira e Alentejo, a meseta cobre quase a mesma área que o reino histórico de Castela, o núcleo da Espanha moderna. (...) Excepto o oeste – onde a meseta desce suavemente até às amplas planícies costeiras de Portugal –, a meseta central de Castela está delimitada por amplas cadeias montanhosas” (VINCENT e STRADLING 1997: 15). A Hispânia Celta (ou indo-europeia) corresponde às regiões central e ocidental da Península.

¹⁴ Na versão em inglês do resumo do texto espanhol de Almagro-Gorbea há algumas “traduções” que valem a pena assinalar. O “castro”, na versão castelhana, evoluiu para *oppida*; na inglesa, “castro” torna-se sinônimo de *hillfort*, e não cita os *oppida*. Também aparecem como sinônimos proto-histórico e Iron Age. Pessoalmente, prefiro me ater aos termos “regionais”, ou seja, utilizar o termo *hillfort* apenas para os povoados fortificados de altura na Grã-Bretanha no período pré-conquista romana; *oppida* para os povoados fortificados da Europa Central e Ocidental nos dois primeiros séculos antes de Cristo (principalmente); e castro para os povoados fortificados ibéricos de modo geral no I milênio a.C., até, aproximadamente (pois depende da região), o século III e II a.C. quando, segundo Almagro-Gorbea, transformaram-se em *oppida*. Porém, vários castros do noroeste de Portugal e da Espanha permaneceram ocupados no início do período romano.

14-5). Termo empregado habitualmente na Galícia e nas Astúrias, designa a “Cultura Castreja”, e estendeu-se para os povoados elevados de Portugal, Estremadura e das zonas montanhosas da Meseta.

O “castro” não é apenas uma concepção urbanística, mas engloba elementos culturais, econômicos, sociais e ideológicos desses povoados.

“Entendido deste modo, pode se considerar que *castro* é um povoado situado em um local de fácil defesa, reforçado com muralhas, muros externos fechados e/ou acidentes naturais, que protege no seu interior um conjunto de casas de tipo familiar e que controla uma unidade territorial elementar, com uma organização social escassamente complexa e hierarquizada” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 15, grifo meu).

Esta definição permitiria, para o autor, diferenciar os castros tanto das fortificações sem habitações diferenciadas (como atalaias¹⁵ ou *turres* ibéricos), como de populações mais complexas, “do tipo protourbano, como os *oppida* do Mediterrâneo Ocidental ou da Europa central, embora a transição de castro a *oppidum* deva ser considerada gradual tanto com relação ao tamanho superficial quanto no sentido tipológico e cultural” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 15). Nesta definição, também estão incluídas as citânias ou cidades galegas como Sabroso, Briteiros e Santa Tecla, “que, por seu tamanho e complexidade, devem ser consideradas como autênticos *oppida* que representam o final deste processo urbanístico pré-romano no noroeste peninsular” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 15). Os castros seriam, sobretudo, elementos de controle territorial, sendo o fator defensivo secundário. Mas só controla os recursos (meios de produção e comunicações) de um território reduzido. É um controle visual sempre que possível. Estão incluídos na definição povoados com muralhas e casas de adobe em terrenos planos, mas os castros mais conhecidos situam-se em áreas montanhosas, onde se utiliza pedra local e outros materiais nas técnicas construtivas.

Segundo Almagro-Gorbea, os menores castros têm menos de 0,2 ha, sendo meros recintos que vão paulatinamente aumentando seu tamanho até 5 ha (ou até 7 a 10 ha, em alguns grupos), “tamanho a partir do qual já parecem desempenhar função de *oppidum*, por oferecer ruptura do ranking e por ocupar a escala máxima de hierarquização, correspondendo a centros de territórios com povoados menores subordinados; mas esta divisão não deixa de ser arbitrária e exige ser precisada em cada grupo” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 16). Ou seja, os castros vão crescendo até sobrepujarem outros povoados, tornando-se um *oppidum*, centro de uma *civitas*; mas sempre se levando em conta o grupo

¹⁵ *Atalaya*, atalaia, é uma torre ou lugar de vigia.

regional ao qual pertence. Se esta caracterização está correta, difere do visto para os *oppida* gauleses, pois não encontrei referência a um povoado murado pré-existente que foi se desenvolvendo ao longo dos séculos até tornar-se centro-capital regional. Ao contrário, vários autores (e especialmente Anne COLIN 1998) dizem que houve mais de um período de construções de *oppida*, e eram ocupados apenas durante algumas gerações, raramente chegando a um século. Quanto à divisão territorial (*civitas*) era étnica, não particularmente hierárquica, apesar de haver uma hierarquização dentro de cada etnia.

O elemento que mais se destacava na estrutura do castro era a fortificação, “normalmente uma muralha adaptada ao terreno” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 17). Podia ser desde um simples muro formado pelas paredes posteriores das casas, até muralhas de 2 a 5 m de largura. Também podiam possuir fossos, simples ou duplos, à frente dos muros. Neste ponto, também se assemelha aos *oppida* gauleses quanto ao elemento estrutural mais visível.

Entre os séculos VI e IV a.C., o castro ibérico, “como único sistema de hábitat e de estrutura social e controle territorial, alcança seu apogeu, generalizando-se paulatinamente um novo tipo de urbanismo”. Na definição de Almagro-Gorbea, este [urbanismo] se caracteriza pelo “*povoado fechado*, que consiste na construção de casas retangulares com paredes divisórias comuns dispostas com seus muros posteriores com função de muralha, se possível sobre um alcantil¹⁶ ou borda de declive, a porta dando para um espaço central nos castros mais simples, que se converte na rua longitudinal nos mais organizados. Posteriormente, esta rua longitudinal se multiplica e dá lugar a estruturas mais complexas e evoluídas, já de transição para os autênticos *oppida* da última fase” (ALMAGRO-GORBEA 1993: 24; grifo meu).

Almagro-Gorbea fala em “protocidades”, considerando que o “verdadeiro” urbanismo aparece no centro e no noroeste da Península Ibérica com os romanos. Entretanto, castros como o de Sanfins ou o de Briteiros podem ser considerados cidades, obviamente não nos moldes mediterrâneos.

Autores e trabalhos realizados mais recentemente sobre os castros do noroeste português (CARVALHO 2008, 2013 e TRÉMENT e CARVALHO, 2013) não demonstram uma visão evolutiva de castro para *oppidum*. Os primeiros seriam fruto de um processo de longa duração que levou à formação de uma cultura bem definida e individualizada na proto-história peninsular, designada geralmente de Cultura Castreja. “Sem dúvida uma das

¹⁶ Alcantil, cume. Na definição de Caldas Aulete, “sítio alto e despenhado, monte muito íngreme e com escabrosidades” (5. ed., Rio de Janeiro: Delta, 1964).

manifestações mais significativas da personalidade deste vasto território, cuja originalidade é já reconhecida pelos autores clássicos, em especial, pelo historiador Estrabão (64-63 a.C. - 24-25 d.C.)” (A. C. F. da SILVA 2012: 34).

Tongobriga, que se tornou uma cidade romana (Marco de Canaveses, Porto) é considerada um castro antes dos romanos (DIAS 1997: 333).

De forma resumida, podemos dizer, então, que entre os séculos VI e IV a.C. há um impulso de desenvolvimento significativo na região do Entre-Douro-e-Minho, e o povoamento passa a concentrar-se em locais com uma topografia marcante na paisagem, isto é, locais altos acidentados, onde os objetivos estratégicos de controle do território parecem ser determinantes. A fortificação dos povoados é uma norma e há a consolidação das comunidades no quadro geográfico dos principais vales. Entre inícios do século IV a.C. e o período da transição da era, ou seja, a presença romana, o número de povoados aumenta exponencialmente.

“A estruturação de um novo cenário de povoamento pode sintetizar-se em três processos: nuclearização, fortificação e territorialização, ou seja, necessidade de demarcação das áreas de exploração económica das comunidades, garantia da posse da terra e da sua apropriação. E com economia agro-silvo-pastoril que permitia a produção de cereal, a recolha de frutos para homens e animais, a alimentação do gado e uma reserva de bens energéticos e construtivos fundamentais à sobrevivência das comunidades” (CARVALHO 2013).

No período imediatamente anterior à conquista romana do noroeste, há o aumento da produção agrícola, incremento das trocas comerciais, mudanças nos padrões de povoamento e nas características da organização “interna” de alguns povoados, acompanhados de transformações no quadro social das comunidades, registando-se a tendência para o aparecimento de um tipo de povoamento claramente hierarquizado, nalgumas áreas, ou de “potencial hierarquização” social noutras.

Toda esta dinâmica é demonstrada arqueologicamente, e demonstram estruturas que considero, assim como outros pesquisadores (como Helena Carvalho), urbanas. Há ruas, edifícios públicos/comunitários (como banhos, silos, praças etc.), rede de distribuição e coleta de águas, muralhas etc. Como um assentamento de tal tipo pode não ser considerado urbano? (Figuras 1.1 e 1.2).

Figura 1.1. Castro de Briteiros (imagem Google).

Figura 1.2. Vista aérea do Castro de Sanfins (imagem Google).

A Citânia de Sanfins (Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira), por exemplo, teria sido a capital dos povos Calaicos, dos Brácaros. É protegida por várias linhas de muralhas e ocupa uma área aproximada de 15 hectares. “Tem mais de 150 construções de planta

circular e rectangular, agrupadas em cerca de 40 conjuntos de unidades familiares” (Armando C. F. da SILVA 2012: 36).

Sanfins possui uma organização urbana bem definida, o que a adéqua à designação de “cidade”.

“As suas portas principais estavam guardadas por estátuas de guerreiros”, símbolos de uma sociedade guerreira em que os chefes garantiam a proteção do castro, da comunidade e do seu território. Alguns edifícios destacam-se dentre os demais – as residências familiares – por sua arquitetura, que sugere uma função pública, de reunião, e edifícios destinados a banhos.

“As unidades domésticas, constituindo núcleos habitacionais, cada qual pertencente a um grupo familiar (avós, filhos, netos e colaterais), ocupam a generalidade do espaço intramuros, distribuindo-se a composição de cada um destes núcleos em torno de um pátio de acordo com a sua função: cozinha com lareiras e forno, local de armazenamento de géneros, zonas de dormida, área para guarda de animais, espaços de reunião e até recintos funerários, manifestando a importância da coesão dos laços de sangue como o elemento fundamental da estruturação da sociedade castreja a partir da sua célula primária” (A. C. F. da SILVA 2012: 36) (Figura 1.3).

Figura 1.3. Reconstituição de uma unidade residencial castreja (A. C. F. da SILVA 2012: 37).

A união de vários grupos familiares organizados, descendentes do mesmo antepassado comum, místico, constituiria a primeira unidade suprafamiliar, o castro, cuja coesão se basearia em relações gentílicas, segundo Ferreira da Silva (2012), e que, segundo Virgílio H. Correia e Adriaan De Man, serão encontradas em *Conimbriga*, ainda presentes no período romano, determinadas através do estudo da epigrafia (CORREIA e DE MAN 2010).

Segundo Ferreira da Silva (2012: 35-6), há mais de 1.200 castros identificados entre os rios Minho e Vouga.

A QUESTÃO DA DEFINIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS URBANOS PRÉ-ROMANOS

Conceitualmente, para Almagro-Gorbea, o termo *oppidum* latino refere-se a um espaço fortificado, mas sem uma precisão de tamanho¹⁷. Toponimicamente equivale, no mundo celta hispânico, aos nomes terminados em *-briga*. O topônimo *-briga*, que parece estar associado a habitats importantes e em altura, era tão importante ideologicamente que permaneceu até época flávia. “Do ponto de vista social, tais povoados equivaleriam a verdadeiras cidades, independentemente de que tivessem regime municipal romano ou não, pois assim o indicam os testemunhos históricos e arqueológicos” (ALMAGRO-GORBEA 1995: 30).

Como já mencionado, para a Ibéria, há poucas e pouco confiáveis fontes escritas. Os relatos de Políbio (a fonte histórica principal) e Posidônio se concentram no período entre o século IV e final do II a.C., e não mencionam instituições políticas centralizadas. Portanto, as informações de que dispomos vêm, sobretudo, das fontes arqueológicas.

Além do mais, *oppidum* é um termo mencionado pelos escritores latinos, e é um termo latino, não ibérico (este, também, um termo exógeno, grego). Talvez, devêssemos designar os assentamentos [proto] urbanos da Península Ibérica de “*kortom*”, a palavra celtibérica que os celtiberos utilizariam para designar suas cidades segundo Jürgem Untermann, 1996¹⁸ (BURILLO 2009: 178).

¹⁷ Porém, *oppidum*, em latim, como utilizado por César, refere-se a “cidade”, não especificamente fortificada.

¹⁸ J. Untermann (1996), “Onomástica”, in F. Beltrán, J. de Hoz e J. Untermann, *El tercer bronce de Botorrita (Contrebia Belaisca)*, Zaragoza, Gobierno de Aragón, pp. 109-180.

Na verdade, segundo Burillo Mozota, “Celtibéria é o nome de uma região geográfica que, na etapa histórica dos séculos II e I, se situa no Sistema Ibérico Central e a borda montanhosa que penetra nos rios Ebro, Douro e Tejo” (BURILLO 2009: 175).

E celtíberos, um termo exoétnico como tantos outros, é mais um de uma série de nomes compostos criados no âmbito helênico. O mesmo acontece com o termo *oppidum*.

“O termo *oppidum* costuma definir, nos escritores clássicos, a morfologia da zona residencial, a aglomeração, sem especificação de sua categoria jurídica¹⁹. Se bem um *oppidum* se assemelha a um assentamento fechado e rodeado de muralhas, e Lívio o situa numa categoria inferior às *urbs*, não se pode distinguir claramente desta, já que ambos termos se usam com funções de lugar central” (BURILLO 2009: 178).

O termo *oppidum*, assim, é geralmente assimilado como “cidade indígena”, limitado a sua categoria morfológica residencial, sem referência à sua situação jurídico-política.

O que acabamos percebendo é que, frequentemente, não há uma preocupação nos autores em estabelecer uma definição – seja ela histórica ou arqueológica – para o termo *oppidum*. Os autores que trabalham com a Gália, por exemplo, usam-no para designar os assentamentos fortificados em altitude pré-romanos, *que não sofreram alteração provocada pela conquista romana*, e que exerciam geralmente o papel de centros políticos administrativos, ou “capitais” de uma grande região.

“A fase final a Idade do Ferro [...], antes da conquista romana, é denominado La Tène III (c. 180 - 40 a.C.), e também apresenta grande homogeneidade cultural [na região da Europa Central]. [...] Este período se caracteriza por uma “cultura” La Tène tardia substancialmente homogênea (denominada, muitas vezes, até mesmo de “civilização”) que se espalha por todo o Ocidente e o Centro Europeu, da França à Tchecoslováquia e Hungria. Tal homogeneidade é demonstrada pela cultura material: os broches, a decoração cerâmica pintada etc. [...] Nos locais onde houve grande crescimento econômico e que, por isso, eram mais densamente ocupados, também houve *a difusão de um novo padrão de assentamento, com sítios freqüentemente defensivos, descritos por César como cidades (os oppida)*. Embora haja considerável variação local na forma precisa e na localização desses sítios, eles atuavam como centros locais, de produção especializada e trocas (os tipos de indústrias documentadas são muito numerosos, incluindo cerâmica, metalurgia, marcenaria e trabalho no couro)” (SANTOS 2006: 30; grifos meus).

Ainda segundo Santos, “os *oppida* não ‘desapareceram’ simplesmente. Pelo menos, não todos. Logo após a conquista romana da Gália eles, na verdade, continuaram não apenas

¹⁹ Que, obviamente, sendo uma característica de cidades romanas, não possuíam!

a existir, como muitos inclusive cresceram e outros foram fundados. Seu real declínio só aconteceu a partir das reformas administrativas de Augusto” (SANTOS 2006: 53)²⁰.

Para a *Lusitania* e as demais províncias ibéricas, fundações *romanas* podiam ser designadas *oppidum*, no sentido físico e jurídico latinos do termo, ou seja, “cidade”. Por exemplo, Isidoro de Sevilha, no *Etymologium libri* (XV, 1), chama Tarragona de *oppidum* (LÓPEZ M. 2009: 12-13). Parece que foi o caso de *Ammaia*. Designa uma cidade romana ou indígena que sofreu romanização, possuindo um estatuto jurídico romano, normalmente inicial, isto é, com poucos direitos romanos, ainda, antes de se tornar *municipium*.

Assim, *oppidum* define núcleos urbanos de um amplo espectro geográfico e temporal (em menor escala), mas com uma entidade própria distinta da cidade mediterrânea greco-romana, não implicando, porém, uniformidade entre os diversos modelos (BURILLO 2009: 179). Há, inclusive, *oppida* itálicos (GUALTIERI 2009).

O que pude observar nas leituras, além do mencionado acima por Burillo Mozota, é que a escolha da designação dos assentamentos do Final da Idade do Ferro Hispânica e início do período romano depende de alguns fatores: a existência de alguma fonte histórica que por ventura faça alguma menção especificamente a ele ou à região onde se localiza, determinando o tipo de assentamentos ali existentes (e, daí, recebe uma designação étnica estrangeira); a proximidade ou o pertencimento a uma região com assentamentos já designados anteriormente por outros pesquisadores como *oppidum*, ou castro, ou *castellum* etc.; ou ainda, por fim, suas características morfológicas e geográficas, ou seja, local alto, com estruturas defensivas (entenda-se muralhas e/ou fossos) e, também, sua localização regional (novamente).

Encontrei menções a *Conimbriga* pré-romana como sendo *oppidum*, *oppidum* aberto (ou seja, sem muralhas, o que parece uma contradição) e castro. Onomasticamente, o sufixo *-briga* define o assentamento pré-romano como um *oppidum*, se seguirmos a definição de Almagro-Gorbea. Mas *Tongobriga*, com o mesmo sufixo, é considerada castro.

Concluindo, parece haver uma separação geográfica **moderna** no uso de *oppidum*, castro e *castellum*. *Oppidum* para as regiões centrais da Península Ibérica – incluindo, algumas vezes, a região central de Portugal – e a França e a Alemanha (e, nestes dois casos, com cronologias diferentes dos ibéricos). Castro é usado para o noroeste Peninsular,

²⁰ Para a análise mais detalhada sobre os *oppida* pré-romanos na Gália, ver Santos 2006, especialmente páginas 37 a 60.

incluindo norte da Espanha e de Portugal – um noroeste expandido para sul – (a Cultura Castreja), e, neste caso, “castro” pode ser permutado por *castellum*, na Espanha. E *emporion* e *urbs* são utilizados para a região mediterrânea ao sul.

3. ANTECEDENTES DE *AMMAIA* E *CONIMBRIGA*

AMMAIA

A área do futuro território de *Ammaia* situava-se na zona de contacto entre duas populações de origem indo-europeia: os lusitanos, que se estabeleceram na região da Beira e na Estremadura espanhola; e os cónios, que ocupavam o Alentejo, as áreas meridionais da Estremadura espanhola e o Algarve, no final do II milênio a.C. Entre 500 e 250 a.C., houve a imigração de populações celtas, que trouxeram consigo a tecnologia do uso do ferro (VERMEULEN 2013: 7).

Ao mesmo tempo, o período coincide com a crescente influência mediterrânea e o contato com tartéssicos, fenícios, gregos e cartagineses, que se estabeleciam ao longo da costa sul da Península Ibérica. Após a 2ª Guerra Púnica, os romanos se estabeleceram definitivamente na Península, sendo que, na região onde seria fundada *Ammaia*, a ocupação teria ocorrido entre 178 a.C., com o Exército romano sob o comando de Lúcio Póstumo Albino chegando à região, e 138 a.C., quando o general Décimo Júnio Bruto conquista *Olisipo* (Lisboa) e *Moron* (perto de Santarém, a romana *Scallabis*), “consolidando a presença romana ao sul do Tejo”. “A integração definitiva desta região consumou-se em 72 a.C., depois da Guerra Sertoriana” (VERMEULEN 2013: 7).

Mas a presença romana era ainda limitada, os assentamentos indígenas ainda se mantiveram povoados e basicamente iguais até pelo menos a primeira metade do século I a.C. – embora haja evidências de um progressivo declínio dos assentamentos (PEREIRA 2009: 129) – quando os primeiros imigrantes itálicos começam a se instalar na região.

Os povoados próximos a *Ammaia* – especificamente o dos Vidais, Alto do Corregedor (Marvão), Água Formosa (Castelo de Vide) – apresentam dimensões reduzidas, com baixa demografia, embora tenham sido encontrados vestígios de romanização (como ânforas, denários e cerâmicas campanienses). “Mas o local com melhores condições estratégico-defensivas e que poderia desempenhar uma notória preponderância seria Marvão” (PEREIRA 2009: 130).

Os povoados sobreviveram até o final da República e inícios do Império, mas com a reorganização administrativa de Augusto – quando é criada a Província da Lusitânia, tendo a nova *Colonia Emerita Augusta* (Mérida) como capital – há o desenvolvimento de vários centros importantes, como *Pax Iulia* (Beja), *Olisipo* (Lisboa), *Norba Caesarina* (Cáceres) e *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora). E a fundação de *Ammaia*, junto à rede viária da Lusitânia central, que estabelecia a ligação entre a capital *Emerita Augusta* e o Atlântico, e estabelecida por imigrantes e populações locais.

Os vestígios mais antigos encontrados no sítio da Quinta do Deão, em *Ammaia*, remontam ao Neolítico ou Calcolítico – machado de pedra polida, uma enxó de calcite, fragmentos de sílex, percutores etc. Também são encontrados materiais característicos da Idade do Ferro, porém recolhidos isoladamente e em pequena quantidade: fragmentos de cerâmica e uma conta de colar de pasta vítrea multicolorida. “Contudo, as escavações não revelaram, até o momento, qualquer estrutura pré-romana”, reforçando a hipótese de *Ammaia* ser uma fundação de raiz (ou *ex novo* ou *ex nihilo*). Mas, para Sérgio Pereira, “a dúvida subsiste, dada a reduzida área escavada e o facto de a maioria das *civitates* da *Lusitania* ter sido implantada sobre sítios anteriormente ocupados. Perante a impossibilidade de reconverter um dos povoados da Idade do Ferro atrás citados, segundo o modelo urbanístico romano, tornar-se-ia mais viável a criação de um novo aglomerado ou *oppidum*” (PEREIRA 2009: 130-1).

Neste ponto, é preciso ressaltar que esta não parece ser a opinião do arqueólogo Carlos Fabião²¹. Para ele, na *Lusitania*, os romanos deram preferência à fundação de novos centros urbanos em espaços que não eram anteriormente ocupados. Entretanto, como já mencionado, havia uma grande variedade de tipo de ocupação entre as diferentes regiões peninsulares durante a Idade do Ferro. No noroeste, por exemplo, havia uma intensa urbanização, mas baseada nos castros, e não foram encontrados, até agora, evidências arqueológicas de ocupação nas terras de planície (CARVALHO 2008). No sul, havia uma urbanização do tipo mediterrâneo.

²¹ Questionado se na *Lusitania*, grande parte das novas cidades foi edificada sobre, ou exatamente ao lado das autóctones, o Dr. Carlos Fabião respondeu que “Não é verdade. A Lusitânia tem uma vasta lista de cidades que foram constituídas de novo, rompendo claramente com os padrões de instalação indígenas. Aparentemente, só houve promoção dos aglomerados pré-existentes quando estes se apresentavam já aos olhos dos romanos como verdadeiras cidades, no princípio mediterrâneo do termo. Diria que houve de tudo”. E completou: “[Há] Os casos onde o novo urbanismo ‘varreu’ as pré-existências e outros onde se terá adaptado (esta última parece-me ter sido a opção mais rara). Mas há também *Conimbriga*, onde Virgílio Hipólito Correia sugere não ter existido um urbanismo clássico (como o de *Ammaia*, por exemplo) por razões que se prenderiam com o arranjo urbano do aglomerado pré-romano” (Durante curso ministrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 2013).

De qualquer modo, independente da sua denominação quando da sua fundação, *Ammaia*, à semelhança de outras cidades da província, “funcionava como centro urbano político-administrativo que geria eficazmente o território circundante”.

“O aglomerado urbano de *Ammaia* tornou-se, portanto, parte integrante da grande transformação operada na Península Ibérica pelos romanos: comunidades autónomas fundadas de raiz que passaram a constituir os novos centros na região” (VERMEULEN 2013: 8).

Entre o principado de Augusto e os finais do século I d.C., as comunidades livres da Lusitânia foram gradualmente recebendo o estatuto municipal, entre elas *Ammaia*. Este novo estatuto implicou em importantes alterações no padrão de povoamento rural em toda a região, “atingindo densidades significativas no período flaviano (finais do século I d.C.)” (VERMEULEN 2013: 8).

CONIMBRIGA

O caso de *Conimbriga* com relação aos seus antecedentes pré-romanos é o oposto de *Ammaia* no que diz respeito aos estudos realizados. As pesquisas em *Ammaia* começaram numa época em que há cada vez mais uma preocupação com o território do núcleo urbano e sua interação com esse território. Deste modo, *Ammaia* é privilegiada.

Já em *Conimbriga*, a ênfase foi dada ao estudo do núcleo urbano romano. Embora sem ignorar seus antecedentes pré-romanos, os dados levantados são poucos, dificultando, inclusive, estabelecer a real importância do *oppidum* pré-romano. Há muitos vestígios pré-romanos, especialmente sob as estruturas do fórum e das Termas Antoninas, mas a prioridade nas escavações foi para os vestígios romanos.

Segundo as informações arqueológicas, no século IX a.C., tem início da fixação humana no planalto, e os níveis de habitação mais antigos pertencem à II Idade do Ferro. Na I Idade do Ferro, é um castro aberto e com influências culturais mediterrâneas. (ALARCÃO 1995: 70). E pelos estudos sobre a segunda leva celta que entrou na Península Ibérica, na metade do século IV a.C., cruzando os Pirineus e chegando à costa atlântica pelo norte, é muito provável que a região de *Conimbriga* tenha entrado em contato com esses celtas.

Na segunda metade do século II a.C., ocorrem os primeiros contatos com os romanos (campanhas militares de Décimo Júnio Bruto), atestados pela presença de moedas e cerâmicas (fragmentos de ânforas e vasos) (ALARCÃO 1995: 70).

Pela distância, a influência mediterrânea e o contato com tartéssicos, fenícios, gregos e cartagineses, que se estabeleceram ao longo da costa sul da Península Ibérica, pode ter sido menor que em *Ammaia*, mas não inexistente. Tal contato deve ter sido realizado através da costa atlântica, pois há referências a *Conimbriga* nas fontes históricas, mesmo que se resumam, para o período pré-romano, à sua citação entre os *oppida* enumerados por Plínio, o Velho, ao descrever a *Lusitania* (*H.N.* IV, 113).

A presença romana, mesmo após o final da conquista, era ainda limitada, e os assentamentos indígenas se mantiveram povoados e atuantes na região, como demonstra a manutenção do *oppidum* de *Conimbriga*.

AMMAIA E CONIMBRIGA

No mapa abaixo (Figura 1.4), está demonstrada a localização das cidades romanas, com seus estatutos, sobrepostas aos povos indígenas, ou etnias. Ambas partilham da mesma categorização, “cidades latinas e peregrinas”. O mapa não traz a época a que se refere, mas com certeza é depois do período augustano; provavelmente alto-imperial. Também o nome de *Ammaia* está grafado incorretamente, como *Ammania*.

Figura 1.4. Núcleos urbanos e povoados da Hispânia romana (segundo J. P. Magnier) (LE ROUX 2006: 194, mapa 1).

Ambas as cidades estariam em território lusitano, mas com influência de outro povo, como vimos acima, para *Ammaia* (os cónios), que, no mapa, são indicados como habitantes do extremo sudoeste.

Podemos perceber, então, que apenas com estudos arqueológicos regionais poderíamos traçar propostas mais seguras para os antecedentes pré-romanos de *Ammaia* e de *Conimbriga*.

CAPÍTULO 2

URBANIZAÇÃO ROMANA NA PENÍNSULA IBÉRICA

1. A CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA

No século II a.C., Roma estava ampliando visivelmente sua esfera de domínio além da Península Itálica e tornando-se um Império. Se até este momento os elementos gregos e etruscos são os mais presentes em Roma (Momigliano (1984: 380) considera a existência de influências fenícias, uma vez que os etruscos mantinham laços, ao menos comerciais, com esses povos desde pelo menos o século VIII a.C.), agora ela entra em contato mais estreito com cartagineses e com diversos povos ibéricos, tanto de origem celta como autóctone. Porém, enquanto para o Oriente (e os reinos helenísticos) há fontes literárias não romanas, para os territórios ocidentais as fontes são praticamente todas arqueológicas (construções militares, habitações, artefatos etc.)²² (ASTIN 2000: 1).

Cartago, fundada por Tiro no norte africano, acabou produzindo uma sociedade púnica própria, através do contato e assimilação de características norte-africanas. Veio a dominar os assentamentos fenícios da costa sul espanhola após o declínio de Tiro, no século VI a.C., criando novas fundações e transformando antigas estações comerciais em cidades cartaginesas. Com a derrota de Cartago na I Guerra Púnica (247-241 a.C.), pelo controle da Sicília, os cartagineses tornaram-se realmente expansionistas em sentido territorial na Península, aumentando seu império. Sob a liderança de Amílcar Barca, que se estabeleceu em Gadir (Cádiz) em 237 a.C., os cartagineses lançaram-se em uma série de campanhas de conquista de seus vizinhos ibéricos no sul. Seu filho Asdrúbal fundou Cartago Nova (Cartagena) em 228 a.C. e continuou o processo de expansão em direção ao norte da costa mediterrânea. Após seu assassinato em 221 a.C., seu irmão Aníbal continuou a estender o governo cartaginês em direção ao Vale do Ebro. Isto levou rapidamente à deflagração da II Guerra Púnica, iniciada em 218 a.C., pelo ataque cartaginês à cidade de *Saguntum* (Sagunto), que era protegida por um tratado com Roma. O primeiro exército romano estacionou em Ampúrias. A maior parte das lutas aconteceu na *Hispania*, e Roma saiu, por

²² No caso da Península Ibérica, e do Ocidente romano em geral, segundo Astin, as fontes arqueológicas (construções, fortificações, artefatos etc.) de origem romana são mais facilmente identificáveis e analisáveis, pois não sofrem a interferência de povos com aspectos construtivos muito semelhantes aos romanos, como no Oriente helenístico.

fim, vitoriosa em 207 a.C. Os termos do Tratado de Paz de 201 a.C. forçou Cartago a abandonar todas as suas possessões na Península Ibérica.

Em 197 a.C., com a derrota de Cartago, Roma cria duas províncias na Península Ibérica, a *Hispania Citerior* (a mais próxima) e a *Ulterior* (Pompônio Mela, *De Situ Orbis*, 2, 27) (Figura 2.1). Mas estas duas se limitavam a um estreito território que abrangia as costas levantinas e o sul, sem fronteiras bem definidas, e governadas por dois magistrados eleitos entre os membros do Senado Romano, com forças militares de apoio.

Figura 2.1. Primeira divisão da Hispania: 197 a.C. (gentilmente cedida pela Dra. Helena Carvalho).

Não houve um plano romano organizado de conquista da Península Ibérica. Nos últimos anos do século III a.C., os romanos se movimentaram pela península com o objetivo de deter os cartagineses; com a derrotas destes, Roma passa a dominar e assumir o controle das áreas antes dominadas pelos cartagineses, “sendo a aquisição destes territórios mera consequência da guerra” (FABIÃO 2012a: 26).

Mas o domínio da Ibéria não foi um mero incidente colateral das guerras, pois os romanos, tendo expulsado os cartagineses, não expressaram qualquer intenção de se retirar.

No processo de conquista, que durou dois séculos, Roma desenvolveu as estratégias de conquista e dominação, de administração e povoamento que iria empregar, de forma muito mais rápida, na Gália.

“Passaram-se quase dois séculos de guerra intermitente, durante a qual Roma veio a estabelecer o controle direto sobre toda a Península Ibérica. O estágio final desse processo foi concluído nas duras lutas das Guerras Cantábricas, de 27-19 a.C., nas montanhas do norte” (COLLINS 1998: 13).

O prolongado processo de conquista da Península Ibérica foi principalmente um reflexo do sistema político republicano romano, para Collins.

“As magistraturas urbanas tornaram-se essencialmente militares nesta época, e era necessário encontrar áreas em que ao menos um dos dois cônsules e vários dos seis pretores, todos eleitos anualmente, pudessem exercer sua autoridade. [...] Colocado de forma simples, era do interesse de políticos romanos individuais e também do benefício financeiro do estado que se mantivesse um estado de conflito endêmico na Península Ibérica” (COLLINS 1998: 13).

Porém, pode haver outros fatores. No processo de conquista da Península Ibérica, Roma passou de uma República aristocrática com um exército de cidadãos para uma potência militar dominada por um *princeps* (Otaviano) com poderes equivalentes ao de um monarca e a possuir um exército formado por um corpo de profissionais recrutados entre a plebe itálica e outros povos já assimilados (FABIÃO 2012a: 26). Portanto, todo o processo de conquista e dominação da Península Ibérica aconteceu concomitantemente com as transformações internas na própria Roma, especialmente as Guerras Civis, quando vários episódios tiveram a Ibéria como palco.

Em 82 a.C., Quinto Sertório, aliado do popular general Gaio Márcio, liderou uma revolta na *Hispania* contra os apoiadores do ditador Sila. Conseguiu adquirir o controle da maior parte das duas províncias que agora compunham o território dominado por Roma na Península, e estabeleceu seu quartel-general em *Oscá* (Huelva). Ele atraiu o apoio de muitas das mais poderosas tribos indígenas, entre elas a dos lusitanos, e obteve uma série de vitórias sobre os exércitos romanos, mas sua posição foi eventualmente enfraquecida e em 72 a.C. foi morto por um de seus próprios generais.

Pompeu imprimiu represálias severas aos aliados indígenas de Sertório, com a destruição de muitos assentamentos que acabaram por se tornar, posteriormente, cidades romanas (*Clunia*, Huesca, Tiermes e *Uxama* foram todas destruídas, assim como foi Cabezo de Alcalá). A Guerra Civil de 49-45 a.C. entre Pompeu e César também teve sua dimensão

ibérica, devido à presença de importantes unidades militares romanas na *Hispania*, que tomaram lados diferentes no conflito.

Com a restauração da relativa estabilidade em todo o Mediterrâneo, Augusto, com o auxílio de Agripa, conquistou a Cantábria, em 27/26 a.C. “Embora a guerra tenha, em teoria, terminado em 22 a.C., a Península só foi finalmente pacificada e todas as suas partes incorporadas no Império após a supressão de uma última revolta dos cantábrios em 19 a.C.” (COLLINS 1998: 14).

“Em termos concretos, é pouco o que a literatura antiga nos diz sobre a conquista do Ocidente peninsular”, uma vez que o foco eram os romanos, e não os povos “bárbaros” que habitavam o local. Um dos relatos nos fornece Estrabão (*Geographia* III, 3,1), referindo-se à expedição até a foz do rio Minho por Décimo Júnio Bruto, quando identifica as cidades de *Olisipo* (Lisboa) e *Móron* (esta, talvez, Chões de Alpompé, perto de Santarém).

Assim, o início da presença romana na Ibéria começou em 218 a.C., com o desembarque romano em *Emporion* (norte de Barcelona) no contexto das Guerras Púnicas, portanto, ainda sem uma intenção de conquista do território. Até 19 a.C., com o fim das Guerras Cantábricas, decorrem 200 anos de “conquista”.

“Sangrenta e destrutiva foi sem dúvida a conquista, mas a construção de um império não se podia fazer pela chacina e pelo terror. Provavelmente, a longevidade do Império Romano resultou da capacidade de captar, integrar e promover as elites locais das distintas regiões conquistadas” (FABIÃO 2012: 27).

A *Hispania* representou, na verdade, uma espécie de “tubo de ensaio” para as conquistas romanas posteriores.²³ A Península Ibérica tornou-se a primeira saída de Roma para além do que era considerado seu território natural de expansão, desenvolvendo estratégias de conquista e de domínio.

O próprio termo *provincia* demonstra uma evolução que acompanhou o próprio ritmo da conquista. Inicialmente, em meados do período republicano, *provincia* é um cargo da magistratura romana, sem nenhuma conotação administrativa ou territorial; depois, em 197 a.C., passa a significar o comando, o controle, de uma área geográfica, com a primeira subdivisão da *Hispania* em *Citerior* e *Ulterior*; e, na época de Augusto, passa a indicar uma circunscrição geográfica territorial, com administração e política romanas. Assim, apenas

²³ A Península Itálica, primeira região de expansão de Roma, não foi exatamente um ensaio, porque, segundo Catão, seria o território natural de Roma.

com Augusto o termo *provincia* se consolida²⁴. E a conquista da Gália durou apenas seis anos (de 58 a 52 a.C.) porque ocorreu numa época e num contexto completamente diferentes.

Até hoje as pesquisas arqueológicas não conseguiram determinar com exatidão os nomes dos diferentes povos que habitavam a *Hispania* pré-romana nem a localização exata da maioria deles. De todo modo, podemos apresentar alguns desses povos com suas localizações mais prováveis (Figura 2.2).

Figura 2.2. Etnias e assentamentos no tempo das guerras republicanas (LE ROUX 2010: 365, mapa 1).

LUSITANIA

Como todos os nomes pelos quais conhecemos os povos peninsulares, *Lusitanii* também é uma criação externa, no caso, romana. A designação ocorreu na passagem do século III para o II a.C., no contexto do conflito dos romanos no sul da Península.

Em 194 a.C., identifica-se na literatura o primeiro conflito bélico entre lusitanos, quando estes foram derrotados por Públio Cornélio Cipião Nasica, na atual Andaluzia. E seu

²⁴ *Privincia*, -ae - cargo confiado a um magistrado; posteriormente, cargo de governador de província. Daí, em sentido particular, administração de um território conquistado, governo de província. Na linguagem comum, tinha o sentido de cargo, função, missão, emprego (FARIA 1985: 449).

espaço de atuação é novamente relacionado predominantemente à Andaluzia nas Guerras Lusitanas (GUERRA 2012: 30).

Os lusitanos, durante as Guerras Sertóricas, tornaram-se aliados deste general. Essas alianças se formaram quando Quinto Sertório foi governador da *Hispania Ulterior*. Perseguido por Sila, refugiou-se em local conhecido, onde criara uma rede de alianças e clientelismo. Assim, grande parte de seu poder assentava-se nos seus aliados hispânicos. Mas não era um defensor dos povos ibéricos.

“Sertório, ciente da superioridade da cultura latina, ao mesmo tempo que desenvolve laços mais estreitos com as elites hispânicas, sustenta uma concessão de domínio romano mais integradora, das populações na sua cultura e nunca alimenta qualquer ideia autonomista” (GUERRA 2012: 32).

A tripartição da Península Ibérica que criou a *Provincia Ulterior Lusitania* apenas ocorreu com Augusto, após as guerras contra os Astures e os Cântabros, que só terminaram em 19 a.C. (Figura 2.3).

Figura 2.3. Províncias romanas ibéricas a partir de Augusto, com as divisões conventuais e respectivas cidades-sede (CARVALHO 2012: 150, fig. 1).

Como as demais províncias romanas, a *Lusitania* não era independente de Roma, sendo criada segundo uma preocupação administrativa e autoritária romana, na qual não era levada em conta uma anterior “unidade étnica”, mas sim a demarcação de territórios em que a aceitação da autoridade imperial romana deveria ser total. Não é ocasional que a capital da nova província Lusitana fosse *Augusta Emerita*, uma colônia de veteranos augustana das guerras cantábricas, e não uma colônia de *Lusitanii*.

Desse modo, a divisão administrativa estabelecida por Augusto, sob os conselhos de Agripa, foi estabelecida a partir de populações forjadas ao longo do tempo, assim como no controle governamental e na segurança, preservando a liberdade dos cidadãos romanos (LE ROUX 2014, no prelo).

2. O MODELO ROMANO DE CIDADE

Cícero considerava a cidade Republicana, do século I a.C., como o espaço da política, política na sua acepção primária, "como transformação das relações humanas selvagens e desordenadas para as civis e organizadas; o nascimento da cidade, organismo político por definição, se identifica com o próprio início da civilização" (ROMANO 1999: 43). Portanto, cidade não é formada apenas pelas suas muralhas, casas etc., pelo tecido urbano; estes só se tornam elementos da cidade pela intervenção da política, vista como uma "associação de homens" (Cic. *Off.* 2, 15).

Mas a cidade, nos autores clássicos, também é "um espaço urbano definível topograficamente e urbanisticamente, [a ideia] de uma cidade que, antes de tudo, só podia ser [...] a cidade de Roma". Porém, essa percepção de Roma como cidade ideal formou-se "tarde, e graças à passagem decisiva representada pela crise final da República e pela transição ao Principado" (ROMANO 1999: 45).

Esse interesse pela topografia romana tem especial força nos últimos decênios do século I a.C., quando a crise da República suscita novas indagações sobre a memória e a identidade. Não é por acaso, segundo Elisa Romano (1999), que a obra de Vitruvius tenha sido escrita nesta mesma época, e na qual está presente um tratado dedicado à urbanística (Livro I). Mas Vitruvius apresenta incongruências estruturais no livro I.

“A cidade real vitruviana é, podemos dizer, a justaposição dos *aedificia* individuais, que possuem, ao contrário, um tratamento amplo e sistemático para tipologias. [...] Os *aedificia* estão no centro de qualquer projeto e o princípio que os coloca racionalmente dentro de uma forma, de

um espaço concreto ou de um modelo de organização urbana frequentemente é intrínseco" (ROMANO 1999: 46).

Assim como acontece atualmente, também na Antiguidade não era fácil para os escritores definir intelectualmente o que seria uma cidade. Autores diferentes apresentam definições diferentes, baseadas no seu próprio entendimento e experiências urbanas pessoais. Uma cidade pode ser definida politicamente, pelo seu sistema de governo; fisicamente, por suas construções e traçados urbanos; por seu papel dentro de uma comunidade ou país; em contraposição ao campo ou a outras cidades; ou mesmo pelo que nela está ausente. Não se pretende, aqui, elaborar uma definição de cidade provincial romana. Existe uma tendência à "flexibilização parcial". Há indicadores claros de que uma cidade é romana ou sofreu a sua influência, mesmo que entre diferentes cidades haja diferenças evidentes. Revell (2009) buscou enxergar nas cidades romanas o modo de vida romano no dia a dia urbano, a "romanidade" (*Roman-ess*). Aqui, se pretende buscar, nos edifícios e estruturas romanas públicas implantadas nas cidades, a constituição de cidades que possuem características semelhantes e próprias, oriundas não apenas de seu passado pré-romano mas também da sua própria história dentro do Império.

3. O PLANO URBANO ROMANO INTRODUZIDO NOS ASSENTAMENTOS PROVINCIAIS: O COMPLEXO FORMADO PELO CAPITÓLIO-FÓRUM

Como premissa básica, Zanker entende que "a imagem urbana expressa uma situação histórica particular". Se o desenvolvimento histórico da cidade é produto e expressão da sociedade como um todo, "a ordenação característica do espaço é o resultado tanto do planejamento deliberado pelo Estado quanto de um longo e anônimo processo de evolução histórica. Em lados opostos do espectro, tanto o plano urbano gerado a partir da prancheta de um governante autônomo quanto a aparência de um distrito que evoluiu através de processos sociais e econômicos de longa duração *representam estruturas que podem ser entendidas como planos urbanos históricos*" (ZANKER 2000: 25; grifo meu).

Quando Roma implantava cidades pelo território conquistado, o fazia com uma intenção específica, determinada. Roma entendia que havia uma forma física de cidade que deveria corresponder às suas necessidades sociais, políticas e administrativas. Porém, de alguma forma, também seus habitantes respondiam e este espaço e se apropriavam dele. Roma

estabelece um plano básico, mas não inflexível, que se repetirá nas fundações posteriores, com algumas variações, mas sempre aderindo rigorosamente a uma ideia básica, conforme descreve Paul Zanker (2000). Desde as menores colônias, com cerca de trezentos cidadãos, para os quais bastava um plano rudimentar, havia uma rede de ruas seguindo uma formação estritamente axial-simétrica, semelhante ao das cidades gregas do século VII a.C. Mas havia três diferenças importantes: as cidades estavam não apenas próximas a uma estrada romana, como um de seus eixos principais, o *cardo* ou o *decumanus*, literalmente combinava-se com essa estrada como uma linha; essa via principal cruzando a cidade levava ao, ou passava pelo Capitólio, situado na interseção do *cardo* com o *decumanus*; e o local de reunião da comunidade ficava em frente ao Capitólio. Nas colônias iniciais, esta área ainda não era um fórum completamente desenvolvido, pois os cidadãos romanos ainda podiam exercer seus direitos políticos em Roma. “Mas é evidente que a orientação do Capitólio, voltado para a praça central da cidade, que poderia mais tarde tornar-se uma característica tão comum e, inclusive, canônica na Itália e nas províncias ocidentais, já está implícita neste plano urbano primevo” (ZANKER 2000: 27).

A repetição desse novo plano ortogonal com centro cívico-religioso carregava uma mensagem deliberada. Por um lado, evidenciava o plano de ação político de Roma de permanente incorporação do local em questão, protegendo o tráfico rodoviário, e tornando o território uma povoação romana. Por outro lado, do ponto de vista dos colonos, ele expressava seu senso direto de pertencer à *res publica romana*. O local dominante do templo principal naturalmente enfatizava o senso de *pietas* como a maior virtude cívica. A orientação espacial do fórum e do Capitólio que encontramos nas cidades mais recentes deriva desse conceito e também estava mergulhada em implicações ideológicas (ZANKER 2000: 28-9).

Zanker considera essa configuração capitólio-fórum central como “a própria evidência de que as novas colônias romanas nas províncias possuíam uma aparência dramaticamente diferente da das veneráveis cidades dos habitantes nativos, e que essa diferença conferia às novas fundações um status especial”. Esse complexo capitólio-fórum se desenvolverá em vários tipos particulares e variações individuais, desde a renovação e expansão de fóruns mais antigos à construção das grandes colônias de Augusto. “Tanto no Ocidente quanto no Oriente, a praça foi gradualmente isolada da rede de ruas, enquanto certas funções originais do fórum, como mercado e local de jogos públicos, foram transferidas para outros locais. O resultado foi que o fórum tornou-se progressivamente um local onde o Estado e seus funcionários podiam exhibir seu poder e os cidadãos, sua distinção

e status social. O espaço aberto remanescente foi gradualmente preenchido com estátuas e outros monumentos honoríficos” (ZANKER 2000: 35). Os fóruns romanos e coloniais são considerados por Zanker como o mais claro sinal da presença romana em qualquer local.

Por este motivo descrito acima – a importância do complexo capitólio-fórum na urbanização romana provincial – é que foi escolhido, para o presente trabalho, analisar principalmente os fóruns provinciais da Península Ibérica, fóruns estes que incorporavam o capitólio (em suas diferentes denominações: templo políade, de culto imperial etc.) no complexo forense.

Mas não apenas os fóruns. Eles eram uma parte dos equipamentos urbanos romanos fundamentais, incluindo, quando possível, o território ou o subúrbio dessas cidades.

4. A CIDADE DE ROMA COMO MODELO (OU NÃO)

Uma pergunta que precisamos colocar é se Roma, como capital do Império, seria ou não o modelo urbano utilizado para as cidades provinciais. A resposta é, ao mesmo tempo, sim e não, como veremos a seguir. Porém, não podemos nunca deixar de ter em mente que uma cidade é o reflexo de sua política e de sua sociedade e, quanto mais centralizadores e poderosos são os responsáveis por sua política, maior é o reflexo desta nos edifícios públicos que estabelece.

A partir dos reis tarquínios e até o final da República há uma intensa atividade edilícia em Roma. Numerosos e imponentes santuários foram erigidos, como o Templo de Júpiter Capitolino, as muralhas (segunda metade do século VI a.C.) e os primeiros sistemas de canalização e esgotos (cujo principal foi a *Cloaca Maxima*), drenando o fundo dos vales, o que permitiu a realização do primeiro pavimento no vale do Fórum. Aparecem alguns dos santuários mais importantes, como o Templo de Saturno e o de Cástor e Pólux (os Dióscuros), no Fórum, e o de Ceres, aos pés do Aventino, todos com influência grega.

A partir do século V a.C. os romanos conquistam outras cidades latinas e os povos vizinhos, e a cidade estava mudando para se transformar em um *Estado em expansão*. "Não era um processo pacífico" (MIERSE e WAGG 1999: 11).

A urbanização sofre uma notável retomada nos séculos IV e III a.C., cujo maior empreendimento é a reconstrução das muralhas, em blocos de *grotta oscura*, mais resistentes. Houve a criação das grandes construções do Capitolino e do Palatino, e a construção ou

reconstrução de vários templos. Acentua-se a presença de artistas da Magna Grécia em Roma, "sinal de que o nível médio da cultura aumentou e os romanos têm condições de apreciar os produtos da arte grega". São colocadas estátuas de bronze nas praças e edifícios públicos, várias de terracota sendo substituídas pelas de bronze (como a quadriga que ornava o topo do Templo de Júpiter Capitolino, em 296 a.C.). (COARELLI 2003: 11). Roma, embora demonstre conhecimento dos modelos urbanos gregos, se tornava muito diferente de uma cidade grega ou helenística; possuía um sistema político diferente, a República, e era a capital de um Estado em expansão. É o período da conquista da Itália (das guerras samnitas às contra Tarento e Pirro), seguida da conquista da Sicília e da Sardenha (após a Primeira Guerra Púnica). "É a fase clássica da República romana, onde a sua força expansiva baseia-se, sobretudo, em uma grande classe de pequenos e médios proprietários, que constituíam a força principal do Exército. [...] A partir do início do século II a.C., [porém,] uma crise deflagrou, corroendo pouco a pouco as estruturas do Estado republicano e terminou com a criação do Império" (COARELLI 2003: 12). Crise, sobretudo, econômica, que arruinou os pequenos e médios proprietários e propiciou o surgimento de "latifúndios".

Coarelli considera os dois últimos séculos da República determinantes também urbanisticamente para o aspecto de Roma nos séculos seguintes. Com o enorme crescimento populacional devido à emigração das cidades itálicas, Roma precisou criar os grandes bairros populares, com estruturas de moradia de aluguel de vários andares, as *insulae*, que se tornaram a solução urbanística obrigatória, mesmo durante o período imperial.

Por outro lado, a pressão dessa massa urbana e o desejo de buscar seu apoio político levaram os membros das grandes famílias dominantes a uma política de prestígio. O Fórum, o Monte Capitolino e, especialmente, o Campo de Marte se cobriram de pórticos, jardins, templos monumentais, edifícios para espetáculos, enquanto que, paralelamente, devia-se prover a cidade de novas estruturas (um novo porto, armazéns, aquedutos) para o seu abastecimento. Este duplo aspecto, funcional e de representação, e a própria divisão da cidade em bairros especializados, juntamente com o nascimento de imensos bairros populares que possuíam apenas habitações e comércio, caracterizam a cidade também no período Imperial.

"A urbanística de prestígio e de representação se desenvolve sobretudo no Fórum, no Capitolino e no Campo de Marte. Especialmente este último vai gradativamente assumindo um aspecto monumental: no século II a.C. uma série de templos e de pórticos surge na área circundante ao Circo Flamínio, com a intervenção de arquitetos e artistas gregos; a atividade de Pompeu, de César e de Augusto somente acentuou esta tendência, facilitada pelo caráter público do solo" (COARELLI 2003: 12-3; grifo meu).

A partir do início do século I a.C., com os romanos controlando grande parte do mundo Mediterrâneo, Roma precisa apresentar uma imagem que condiga com sua condição; uma imagem unificada, que reflita não um governo formado por diferentes famílias, mas que transmita sua nova função, de sede do governo e capital "nacional". "Edifícios individuais em Roma [no final da República] satisfaziam esses critérios de beleza [Vitruvianos (Vitruvius I, 2, 1), de ordem, organização, na proporção, simetria, propriedade e economia], mas a cidade como um todo, não. Roma não era planejada, era desordenada e certamente possuía um desenho não econômico" (FAVRO 1996: 45-6). Ou seja, Roma era *formalmente* inadequada.

Assim, os romanos começam a redefinir sua cidade em termos mais universais, pois passam a entendê-la como representativa de uma hegemonia poderosa. "Na literatura do século I a.C., Roma não é apenas uma cidade, mas a conquistadora do mundo. Explorando o trocadilho entre *urbs* e *orbis*, os romanos uniram a imagem personificada de Roma com a do globo terrestre. [...] A cidade controlava e representava o mundo romano. Como resultado, sua forma física passou a ser vista como um reflexo direto do sucesso do Estado" (FAVRO 1996: 65).

Essa “nova” Roma que surge é baseada, sobretudo, em novos monumentos e edifícios que acabam por definir e influenciar a urbanização e as estruturas edilícias provinciais, não apenas tipologicamente, mas também com relação ao significado e função dessas estruturas provinciais. A cidade de Roma, no início do Período Imperial, sai de um aspecto fragmentado, que Zanker chama de "desacordo iconográfico" (1992: 57), para se tornar cada vez mais ordenada e grandiosa – mesmo levando-se em conta suas limitações físicas –, tornando-se uma representação de seu Império e de seu governante.

A política urbanística de Augusto, embora menos grandiosa e radical que a inicialmente idealizada por César, relaciona-se diretamente com ela. Augusto reestruturou totalmente a cidade e a dividiu em catorze regiões, estabelecendo a organização que permaneceu em vigor até o final da Antiguidade. Canalizou o curso do Tibre, criou novos aquedutos e as primeiras termas públicas (as de Agripa), dois teatros e um anfiteatro e bibliotecas abertas ao público. O Fórum Romano, tendo perdido, com a instauração do Principado, a função política que possuía desde suas origens, adquiriu, a partir de então, seu aspecto definitivo, de praça monumental. Um novo fórum, o de Augusto, foi erguido ao lado do de César.

Para Favro, por dois motivos Roma não passou por uma completa reformulação no início do Período Imperial. O primeiro diz respeito à política interna de Augusto, de legitimar seu poder dando-lhe ares de "republicano", o que o impedia de remodelar totalmente a cidade, fazendo com que perdesse totalmente o seu aspecto anterior. O segundo motivo pode ser relacionado com o primeiro, mas possui uma característica específica romana. *A cidade era a representação física da história romana*, já dizia Varrão. Mesmo que os romanos admirassem amplas ruas, como as das cidades orientais, por exemplo, não desejavam refazer Roma completamente à imagem delas. "O poder do lugar [com seus *Genii locorum*] e o poder dos direitos de propriedade eram muito fortes. [...] Augusto reverentemente preservou as labirínticas ruas, os espaços públicos irregulares e as pobres instalações residenciais de Roma. De um ponto de vista do planejamento, a cidade continuou desorganizada, embora conceitualmente sua forma afirmasse a identidade de Roma como capital dos romanos" (FAVRO 1996: 116). Cada esforço de Augusto foi para reafirmar a cidade como o centro do mundo romano. Como a "cabeça" de um "corpo", era onde se iniciavam as estradas para o resto do mundo, o local escolhido pelos deuses, e deveria ser também o memorial para as futuras gerações.

"O lento e incomum desenvolvimento da estrutura urbana de Roma significa que *a cidade dificilmente teria um papel de modelo a ser copiado concretamente*. Assim, se entendemos a Romanização como uma assimilação da aparência externa, visível, da cidade, então *ela deve ser limitada meramente ao empréstimo de estruturas e ambientes políticos específicos*, tais como aquelas partes do fórum onde se localizam o *Comitium* e a *Curia*, ou a formas arquitetônicas particulares, como a basílica ou as termas. Mas 'Romanização' também pode ser entendida como algo abstrato e idealizado, isto é, a noção de como um romano imaginava que a cidade ideal (ou certos elementos dessa cidade ideal) deveria aparentar, o que F. E. Brown chamava 'um projeto'²⁵ premeditado para o que um ambiente funcional romano deveria ser"²⁶ (ZANKER 2000: 26).

As cidades provinciais, por sua vez, não "sofriam" do problema de serem "representantes da história romana", pelo menos, não antes de se tornarem "romanas". Desse modo, havia liberdade para o estabelecimento de planos e edificações que não precisavam respeitar aspectos anteriores aos romanos. Na verdade, são as colônias de cidadãos, fundadas a partir do século IV a.C. pelo Senado romano, as precursoras da "típica" cidade romana do futuro, e que se repetirá nas fundações posteriores. Desde o início da fundação de colônias, Roma aparece como modelo, não exatamente o modelo físico, mas *especialmente o modelo*

²⁵ *Design*, no original.

²⁶ F. Brown, *Cosa, the making of a Roman town* (Ann Arbor 1980).

intelectual, baseado tanto no tipo de governo quanto nas estruturas individuais que tornam tal modelo viável.

Porém, se os modelos iconográfico, político e físico romanos foram levados para as cidades provinciais, estas também serviram de modelo para a cidade de Roma. A forma como os fóruns romanos, a partir do de César, se diferenciaram do antigo Fórum Republicano, se assemelhando a uma estrutura urbana que Roma não possuía – ou seja, o modelo regular de ruas e quarteirões – parece demonstrar a introdução, quase forçada, de uma forma urbana regular dentro do centro da capital. O Fórum de Trajano é o exemplo mais "invasor" da malha urbana romana: o imperador introduziu à força sua grande praça, indo de encontro, inclusive, aos costumes religiosos. Não há registro, nos fóruns imperiais, da presença de outros tipos de santuários que não o único templo em posição axial.

Também nos fóruns provinciais ocidentais, grande parte dos pequenos templos, santuários e locais sagrados que existia no Fórum Romano não aparece. O foco principal de culto é o Capitólio, muitas vezes substituído pelo culto ao imperador e sua família.

Vários signos e elementos do Fórum de Augusto são reproduzidos em monumentos coloniais, como Marte, Vênus, as gavinhas e a ordem coríntia. Mas estes sofrem uma "simplificação", pois a representação simbólica criada no Principado só poderia alcançar seu potencial na própria Roma. Para Mary Beard *et alii* (2000, capítulo 7), nas províncias surge uma versão própria da identidade romana através da *imitação criativa*²⁷ de Roma.

O Capitólio, o templo de culto da Tríade Capitolina, é talvez o sinal mais evidente da presença de Roma em uma cidade. Ele, muitas vezes, está entre os primeiros edifícios a serem erguidos e é um índice do estatuto da comunidade (somente *coloniae* e *municipiae* o tinham). Além disso, demonstra a escolha da população – ou de parte dela – por Roma, especialmente quando erguido pelos locais.

“As instituições religiosas romanas nas províncias não eram meramente reflexo de diferentes níveis de Romanização; também eram elementos úteis na competição por prestígio, honra e status, uma das características que definiam a cultura provincial por todo o mundo romano” (BEARD *et alii* 2000: 336).

E o mesmo pode ser dito sobre os fóruns e as diversas estruturas que o compunham: o centro administrativo romano era estabelecido juntamente com a nova malha urbana (pelo

²⁷ O termo “imitação criativa”, mesmo utilizado em itálico, não dá conta da complexidade da adoção, nas províncias, de características romanas. Para a Dra. Norma Musco Mendes (conforme comentado na defesa), a expressão não demonstra que houve uma participação ativa das elites provinciais na adoção da identidade romana. Para ela, não foi uma “imitação”, mas sim um transplante.

menos a delimitação de sua área), pois refletia o estatuto da cidade e o prestígio de seus habitantes. Inclusive, o templo estatal passou a ser incorporado ao fórum. Mas parece ter havido uma diferenciação na Ibéria – que já havia sido notada para a Gália (SANTOS 2006) – quando se analisa o conjunto arquitetônico do fórum: embora o esquema mais comum seja o do fórum retangular, como os Fóruns Imperiais, nestes a basílica, como estrutura separada e independente, desaparece, só "ressurgindo" com Trajano. Nas províncias ocidentais – tanto gaulesas quanto ibéricas –, porém, a basílica parece ter sido um elemento indispensável do fórum, mesmo se integrado a ele.

Estudos como o de Greg Woolf (2000) só vêm confirmar como a presença romana é mais forte, praticamente dominante, nos elementos representativos do poder, como os fóruns, termas e edifícios dedicados ao espetáculo (teatros, anfiteatros e circos). Para Woolf, são nas manifestações mais "populares" que se percebe uma fusão entre as tradições pré-romanas (no caso de Woolf, as gaulesas) e romana em várias áreas da vida cotidiana, variando quanto à predominância de uma ou de outra cultura.

Também quanto mais próximo da esfera da vida pública – administração, justiça, tributação, cultos oficiais, cargos – mais romana é a arquitetura. Mas é sempre recomendável lembrar que essa adoção não foi imediata, mas se deu ao longo de, pelo menos, duas gerações ou mais, especialmente a partir de Tibério, atingindo seu ponto alto com a prosperidade do século II d.C.

A primeira alteração detectada nas cidades pós-conquista é a organização da malha urbana, mesmo que se tenha mantido certa organização funcional original (setores artesanais e residenciais, principalmente). Até agora, não há porque considerar que tenha sido diferente para a Península Ibérica, de modo geral. Mas Almagro-Gorbea (1994) várias vezes assinala em seu estudo dos castros e *oppida* ibéricos a presença (sobretudo nos últimos dois séculos a.C.), em diversos assentamentos, de uma malha urbana que tendia para a ortogonal, além de áreas especializadas e uma via longitudinal principal, tudo isto *antes* da conquista romana.

5. URBANISMO ROMANO: ALGUMAS QUESTÕES

Para Alan Kaiser (2000), as fontes literárias não servem para traçar modelos teóricos sobre o urbanismo romano. São os arqueólogos, que interpretam os vestígios materiais, os pesquisadores capacitados para traçar as origens e definir o urbanismo romano. “Esse era um problema unicamente arqueológico” (KAISER 2000: 6).

A origem da ortogonalidade do traçado urbano romano foi a primeira questão debatida pelos pesquisadores e o consenso atual é o de que “os romanos aprenderam a tecnologia [dos traçados ortogonais] tanto com os etruscos quanto com os gregos”. Kaiser cita os estudos de Ward-Perkins (1974: 25) e de Owens (1991: 96) (KAISER 2000: 6). O segundo debate teórico fundamental, então, foi definir uma cidade romana. Questão especialmente importante para os arqueólogos britânicos, visto que as cidades romanas na Britânia tinham uma aparência muito diferente das italianas, levantando a questão do grau de influência local sobre o urbanismo romano.

“Antes dos anos 1970, a definição de uma cidade romana parecia autoevidente baseada em sua forma”: planta ortogonal, fórum e *capitolium* ou templo de Júpiter, Juno e Minerva, cúria e basílica; além de muralha, templos, casas, lojas, teatro e anfiteatro, circos, aquedutos e fontes e, por fim, arcos triunfais, estátuas e outros objetos decorativos. “E o modelo estético será a própria Roma”. O modelo, segundo Kaiser, funcionaria bem para a Itália romana, mas não seria útil para entender a urbanização das províncias ocidentais, especialmente as britânicas, uma vez que poucos sítios têm todas as características mencionadas (KAISER 2000: 6).

Porém, segundo observei para a Península Ibérica, ainda podemos utilizar o modelo “padrão”, especialmente para as cidades fundadas “de raiz”, isto é, *ex nihilo*. Se, na Britânia, a presença romana foi tardia, além da ilha se encontrar no *limes* do Império, nas províncias ibéricas a presença romana foi precoce, além de o sul da Península ter contato e conhecimento das cidades mediterrâneas. Entretanto, devemos sempre levar em conta a diversidade existente na Península Ibérica antes da presença romana, cuja dominação ocorreu, como sabemos, ao longo de praticamente dois séculos antes de Augusto, através de Agripa, estabelecer definitivamente a conquista da Galícia.

Para Alain Kaiser, a especificidade britânica fez com que “uma nova definição de cidade tivesse que ser pensada para se adequar à situação provincial” (KAISER 2000: 6). Segundo os arqueólogos britânicos, para se estabelecer uma nova definição é preciso atentar para a **função** da cidade, e não para a sua forma. “A partir deste ponto de vista, uma cidade romana pode ser definida como um centro de administração, comércio, amenidades, diversão e proteção. Essas funções eram indicadas por, mas não limitadas a, as estruturas listadas acima”. Assim, diferentemente da primeira definição, outras estruturas, que não as tradicionais romanas, poderiam exercer os papéis necessários para que um sítio fosse considerado uma cidade. Portanto, a ausência de uma cúria romana não significaria a

ausência de um conselho urbano, uma vez que este poderia se reunir em outro local (teatro, basílica, templo) (KAISER 2000: 6).

Outros estudiosos, entretanto, buscam o significado da cidade romana para os seus habitantes, ou seja, o elemento humano, e não apenas o local onde se realizam atividades sociais e econômicas. Para Kaiser, abordagens deste tipo surgem da crença estruturalista de que as formas arquitetônicas e urbanas podem ser “lidas” e, com isto, os sistemas sociais e as crenças, decifrados. Cita o trabalho do historiador estruturalista Rykwert (1964) (que se baseava em Fustel de Coulanges) e do historiador da arquitetura W. L. MacDonald (1986a e 1986b) (KAISER 2000: 6-7).

Já o historiador Fear (1996) chegou à conclusão de que os centros urbanos da Espanha romana eram estabelecidos por razões de necessidade administrativa imediata e para a glória pessoal do fundador; desse modo, a aparência externa da cidade pouco importava, desde que as necessidades administrativas funcionais fossem alcançadas (KAISER 2000: 7). Pessoalmente, não compartilho desta opinião. As pesquisas arqueológicas na Península Ibérica deram um grande salto nas últimas duas décadas e, apesar da necessidade, ainda, de um grande volume de estudos, já é possível perceber que não podemos estudar a Península Ibérica – ou, no caso de Fear, a Espanha Romana – como um bloco homogêneo. Helena Carvalho, por exemplo, demonstrou como a região entre os rios Minho e Douro tinham uma característica totalmente específica, sendo a Idade do Ferro, logo antes da chegada dos romanos, caracterizada por uma grande densidade de povoados fortificados (os castros, ou *castella* romanos), sem evidência de povoamentos de vale (CARVALHO 2008). A aparência externa importava, sim, pois era através dela que a ideologia imperial era colocada diariamente diante dos seus habitantes.

Recentemente, alguns arqueólogos começaram a interpretar a forma e a localização dos monumentos públicos como determinações ideológicas (Pierre Gros 1990, para Atenas e Thasos; Keay 1997, para *Tarraco*) (KAISER 2000: 7). E, por fim, Kaiser menciona os trabalhos de R. Raper em Pompeia (1977 e 1979), que buscava encontrar o “pensamento por trás do plano urbano” (1977: 190). Chegou à conclusão de que não havia quase nenhum padrão espacial em Pompeia e que sua planta revelava pouco sobre as antigas percepções da cidade. Um dos poucos padrões de ocupação que detectou foi a concentração de edifícios públicos em volta de locais centrais, como o fórum, e a colocação de lojas ao longo das ruas importantes. A conclusão de Raper, de que “havia pouco ou nenhum padrão de uso do espaço urbano romano”, válido para Pompeia, foi atestada em outros sítios romanos, como

Volubilis (estudado por Wallace-Hadrill, 1994), e tornou-se geralmente aceita como válida para as cidades romanas em geral. Porém, outros estudos demonstraram que há exceções à ideia de que faltava uma ordenação espacial (KAISER 2000: 7-8).

Já Bendala Galán (2003) trata do fenômeno urbano nas três províncias hispano-romanas. Para ele, Roma não levou à Península um modelo consolidado de ação nem de romanização cultural ou organizadora; pelo contrário, a *Urbs* atuava segundo pautas e princípios que eram ajustados às necessidades novas e de acordo com critérios práticos e de operacionalidade, “entre os que contavam os de flexibilidade, capacidade de adaptação e também de assimilação de quanto convinha aos seus interesses, todos os quais puseram nas mãos de Roma uma das chaves do seu êxito” (BENDALA 2003: 17). Segundo Bendala, os pesquisadores agora sabem que a existência de estruturas urbanas prévias à chegada de Roma foi uma condição imprescindível para que a conquista romana fosse possível na forma como os acontecimentos ocorreram (BENDALA 2003: 18). Creio, aqui, que Bendala generaliza demais. Como já foi dito, a Península Ibérica era extremamente diversificada em termos de urbanização. Assim, se os povoados castrejos do Noroeste Peninsular podem ser considerados “cidades” (e não protocidades, como muitos pesquisadores ainda os entendem), ao mesmo tempo são muito diferentes da estrutura urbana de *Emporion*, por exemplo, que era um assentamento grego. O caso de *Ammaia*, por exemplo, na *Lusitania*, demonstra o estabelecimento de uma cidade totalmente nova, que agregou a população circunvizinha em um sistema urbano e de controle territorial totalmente novo, nos moldes romanos.

Uma das questões longamente comentadas pelo autor é a da existência de cidades de raiz tartéssica na parte meridional da Península. Considerando as referências bibliográficas no final do capítulo – a longa lista de obras do próprio arqueólogo sobre Tartessos –, pode-se questionar se o autor não quis ver, demasiadamente em toda parte, as cidades indígenas como tartéssicas, cidades estas que viriam a ser posteriormente ocupadas por romanos, como um fator de explicação para o desenvolvimento urbano pré-romano dessa região da Espanha. O reino de Tartessos, ou melhor, o tema Tartessos é uma área de pesquisa controversa e ambígua da arqueologia espanhola porque, ainda que se identifiquem e rotulem diversos sítios e artefatos como “tartéssicos”, é fato que ainda não se encontrou a sua cidade-reino, mencionada pelos antigos escritores gregos, como Heródoto.

De acordo com Manuel Bendala, o século VI a.C. representa para a Espanha um período de consolidação urbana e urbanística incorporada na onda de amadurecimento urbano de importantes culturas mediterrânicas, como a grega. Com esse período também vem uma fase de consolidação da cultura ibérica com um importante aporte de colonos gregos e a fundação de *Emporion* (primeiro o sítio de *Rhode* e, posteriormente, da *Palaiapolis*) no sudeste hispânico, ao passo que, na região sul da Península (a zona própria da cultura tartéssica nuclear), o influxo fenício-púnico produzirá uma semitização – cultural e étnica – e dará um viés próprio e distinto do que se costuma entender como mais propriamente ibérico (BENDALA 2003: 21-23).

O tratamento dado por Bendala ao texto se caracteriza como uma leitura “evolutiva”, linear, indo das culturas mais primitivas e pouco desenvolvidas urbanisticamente – ainda que as “cidades tartéssicas” sejam consideradas proto-urbanizadas – até a consolidação do processo urbano graças ao aporte e influência de culturas externas à Península, como a grega e a fenício-púnica, numa primeira fase, e a romana, já numa fase transcendente e amadurecida do processo de desenvolvimento urbano peninsular, em que as cidades romanas ou romanizadas representavam o auge evolutivo que se poderia alcançar.

Na descrição e discussão da fase bárquida, um período em que os influxos dos modelos helenísticos de urbanização sedimentariam o caminho para a chegada romana, o autor focaliza majoritariamente a cidade de *Qart Hadascht – Carthago Nova* – e as cidades “satélites” de Carmona e *Carteia*, com destaque para a análise das áreas amuralhadas, portuárias e das necrópoles, sendo estas que dariam uma identidade tipicamente púnica a esses assentamentos urbanos do século III a.C. Segundo Bendala, o projeto bárquida foi interrompido pela derrota sofrida nas mãos romanas, todavia, seria a planificação urbana implantada pelos cartagineses que tornaria possível o êxito dos vencedores. Não obstante, “a conquista romana e a romanização teriam consequências transcendentais tanto para o futuro da organização territorial e urbana quanto para a consolidação de um determinado modelo de cidade” (BENDALA 2003: 25-27).

Dois elementos urbanísticos presentes nas cidades da Península Ibérica na fase republicana dizem respeito à questão das “dípolis” (BENDALA 2003: 27) e das “*contributae*” (BENDALA 2003: 28). A dípolis seria uma característica urbana visível naqueles núcleos urbanos que se localizavam junto a outros preexistentes para controlá-los e assimilar o seu papel econômico ou estratégico. Em geral, eram dois núcleos distintos e vizinhos e temos como exemplo destacado o da colônia grega de *Emporion* que chegou a se

fundir, no período de Augusto, à cidade romana fundada sobre um antigo *praesidium*. A cidade foi rebatizada como *Emporiae*, denotando a duplicidade em seu nome.

À criação de “novos domicílios” denominam-se cidades *contributae*, aquelas novas urbes criadas sobre a base dos antigos núcleos preexistentes, com frequência “a partir de centros de nível mais ou menos evoluídos, geralmente com um mais importante” (BENDALA 2003: 28-29). Seria o caso de *Conimbriga*, por exemplo.

E, por fim, foi com o período de Augusto que a planimetria urbana de raiz romana e as tramas viárias se consolidam em definitivo. Além disso, o uso ideológico e político da arquitetura no Alto Império, além da evolução das modas e costumes, acabariam por transformar em definitivo o papel e a aparência das cidades hispânicas (BENDALA 2003: 30-32).

Segundo Ray Laurence, Simon E. Cleary e Gareth Sears (2011), a cidade romana no Ocidente era percebida como portadora de civilização, inclusive para os chamados “bárbaros”. A narrativa das províncias romanas continua a focar o papel das cidades e do urbanismo, mas a questão principal seria definir quais características da concepção do urbanismo romano eram atraentes para essas populações nos dois primeiros séculos do Império e saber se a concepção e o desenvolvimento das formas urbanas no Ocidente “bárbaro” eram tão diferentes do que ocorria em outras partes do Mediterrâneo.

Nas fronteiras do Império, o território foi subjugado e os soldados, aquartelados. Ao lado da presença militar, cidades estavam sendo fundadas e os bárbaros possuíam mercados e assembleias como sinais da mudança que Roma levava, enquanto não esquecem suas antigas tradições.

Os governadores e procuradores não devem ser vistos como inativos no desenvolvimento das cidades, pois eles observavam e ofereciam conselhos (segundo *Agrícola* 20-21, de Tácito). A partir da grande revolta de Budica, em 60 d.C., e conjuntamente com os abusos dos primeiros colonos romanos, os governadores buscaram trabalhar juntamente com a elite bretã. Segundo os autores, Tácito é o retrato clássico de um romano instigando o medo pelas conquistas militares e o respeito por meio da clemência. *Agrícola*, segundo a descrição de Tácito, foi o primeiro governador a verificar os abusos e a corrupção de um exército indisciplinado. Promoveu a edificação de templos, *fora* e *domus*; encorajou os provinciais e promoveu o ideal da edificação urbana, como um processo

competitivo entre os bretões para a obtenção de status. O retrato “rosado” de Agrícola é um manifesto para a boa prática governamental das províncias. Conjuntamente com as manifestações edilícias veio a difusão dos hábitos culturais, como a língua e as tradições. Havia um duplo aspecto do urbanismo romano: os elementos tradicionais “moralizantes” – templos, *fora* e casas – e os elementos de luxúrias que corrompiam – pórticos, banhos e banquetes. A passagem de Agrícola deixa claro que eram ambos os elementos do urbanismo romano que atraíam os bárbaros (LAURENCE *et alii* 2011: 92-95).

Ao discutir a formação e o desenvolvimento das cidades, os autores nos sugerem que compreendamos a formação das cidades pela perspectiva arqueológica. O foco sobre a formação do urbanismo no Ocidente recai sobre algumas cidades que foram suficientemente escavadas – *Lugdnum Convenarum*, Silchester, *Tarraco* e *Italica*. Eu, por minha vez, acrescentaria *Conimbriga*, na *Lusitania*, transformada em modelo para o estudo do urbanismo romano na *Lusitania*, como veremos no *Corpus Documental Lusitaniae*.

Lugdnum (Saint-Bertrand-de-Comminges) foi fundada por Pompeu, o Grande, em 71 a.C., durante o reforço do sul da Gália. Há uma aparente disjunção entre Saint-Bertrand e o plano ortogonal das ruas; o plano era distante de regular, sendo realinhado sob Augusto. A cidade foi criada obedecendo à junção de grandes rotas na província da Aquitânia. O mais antigo edifício do sítio são as Termas do Fórum, com salas quentes e frias além da palestra, e tinham uma importante função para os viajantes que utilizavam as estradas e para a criação do hábito de higiene para aqueles que falavam latim e pouco se diferiam do *entourage* do governador romano (LAURENCE *et alii* 2011: 95).

No séc. I d.C. houve uma remodelação do edifício com adornos marmóreos. As termas eram alimentadas por um aqueduto, que fornecia água fresca para o edifício e para os viajantes. Foi construído, no alinhamento, um templo e, posteriormente, um *macellum*, no começo do séc. I d.C. Embora não haja menção de um teatro, ele deve ter sido construído no início do primeiro século. Em *Lugdnum*, as cinco construções proveram os viajantes com todas as facilidades de que necessitariam, além de difundir a cultura romana. Portanto, a cidade não foi o produto de um ímpeto, e cada cidade continuaria a se redefinir de acordo com as possibilidades financeiras e as “modas culturais” (LAURENCE *et alii* 2011: 95).

Entre os poucos sítios escavados no norte da Europa está Silchester, onde se pode observar o amplo uso da madeira como material de construção. A forma final da cidade apresentava uma grade ortogonal e uma série de muralhas. No entanto, no século I d.C., as

ruas de terra batida estavam alinhadas diferentemente à posterior grelha urbana (pós-invasão claudiana). Na época da conquista romana, uma grande estrutura de madeira foi construída formando o fórum-basílica e alinhada ao eixo norte-sul. É perceptível uma reestruturação da cidade, após a invasão claudiana, como um estímulo do governo imperial aos líderes locais. No final do primeiro século, Silchester apresentava uma série de edificações, como termas, um anfiteatro de madeira, templos e uma basílica ou fórum de madeira. Pode-se propor que o novo alinhamento da grelha de ruas, não ocasionado por algum incêndio, estivesse correlacionado aos pontos cardeais e teria algum tipo de significado cosmológico (LAURENCE *et alii* 2011: 96).

Essas duas cidades demonstram que não havia um modelo acabado de formação e desenvolvimento urbano. As escolhas eram feitas sobre o que era visto como essencial para cada população: termas, uma praça central, templos etc. Ambas as cidades estavam localizadas em entroncamentos viários e eram percebidas como locais de encontro e de solução das necessidades dos viajantes. Havia cidades no Ocidente que não se estagnaram após a edificação dos seus principais monumentos.

Em época Flávia, a cidade alta de *Tarraco* foi completamente remodelada, com a construção de uma série de três terraços: no terraço inferior foi instalado um circo; no intermediário, uma praça retangular cercada por pórticos em três lados; e o terraço superior hospedava o templo de Augusto e Roma (Figura 2.4). O formato e a conexão entre os três espaços se assemelham ao Santuário de Fortuna, na Palestrina, porém a arquitetura da cidade alta de *Tarraco* tem paralelo mais com a da própria Roma do que com outras cidades do Ocidente romano. Para os autores, a remodelação levou em conta a demanda da população e dos provinciais por um local na cidade para uma arquitetura de culto a Augusto (LAURENCE *et alii* 2011: 97-98).

Figura 2.4. Tarragona: planta do Templo de Roma e Augusto (século I a.C.), diante do qual há um segundo fórum e, a seguir, um circo (LAURENCE et alli 2011: 104, fig. 4.4).

A diferença entre Silchester e *Tarraco* jaz na localização e na história de ambas. A última tinha uma longa história de desenvolvimento urbano desde o século I a.C. e se localizava na bacia do Mediterrâneo, enquanto que a primeira iniciou o seu desenvolvimento depois de 40 d.C. e se localizava na fronteira norte do Império. Ambas buscaram um desenvolvimento urbano segundo o modelo romano, todavia a diferença se deu na escala e na sofisticação (LAURENCE *et alii* 2011: 99).

Uma questão que surge na formação das cidades no Ocidente é se elas podem ser vistas como uma característica da romanização. Para Tácito e Dião Cássio, as cidades, com toda a sua infraestrutura, eram sinais das mudanças em direção a um estilo de vida mais romano. Não obstante, o uso de objetos da cultura material romana pelas populações locais

não implica uma convergência dos centros urbanos no Império para a definição de um tipo único de cidade. As cidades eram um fenômeno global e, ao mesmo tempo, uma adaptação local daquele fenômeno. As diferentes cidades no Ocidente romano são respostas locais a um tipo ideal de cidade e, também, a um estilo de vida urbana (LAURENCE *et alii* 2011: 100-102).

Segundo os autores, um *insight* sobre as expectativas de um observador romano de uma cidade provincial vem do exame da refundação de Itálica. A cidade original tinha 13 hectares e possuía fórum, termas e um teatro restaurado por Trajano. Contudo, sofreu uma expansão de 38 hectares e uma ordenação ortogonal ao redor de três monumentos principais: o *Traianeum*, as grandes Termas de Adriano e um anfiteatro. Embora a cidade de Adriano tenha sido abandonada um século depois, as prospecções geofísicas mostram que possuía tanto casas quanto monumentos públicos. A expansão de Itálica, na verdade, foi um benefício imperial que se deu ao lado do novo estatuto jurídico de colônia. O estatuto de colônia deu à cidade um sentido de “romanidade” e a escala da arquitetura só tem paralelo com as cidades do Oriente (LAURENCE *et alii* 2011: 103-105)

Pudemos observar que informações espacial e temporal são fundamentais na interpretação dos dados arqueológicos. Critérios ambientais, econômicos, políticos, culturais etc. são determinantes na forma como um espaço ou território foram utilizados pela sua população. A percepção da paisagem, inclusive a urbana, não é constituída por um mero cenário onde se desenvolvem as relações humanas, mas ela é, sim, constituída por significados e por ações sociais dos indivíduos que nela habitam. Assim, o espaço é um meio para a prática, sendo socialmente produzido. A percepção da paisagem é um conceito subjetivo, sujeito a interpretações e significados que podem variar de observador para observador. Louise Revell, estudando algumas cidades romanas, bem o demonstrou (REVELL 2009).

Em nossa concepção, a percepção do espaço e a sua vivência (vertente mais subjetiva) e a sua utilização com atividades produtivas, uso do solo, serviços, representação (vertente mais objetiva) não se opõem, mas se complementam. Devemos, assim, procurar entender as inter-relações entre as comunidades humanas e o ambiente, que é onde a análise do uso do espaço assume importância fundamental. Ao invés de se estudar o espaço, deve-se

priorizar a relação sociedade-espço-tempo, pois é a sociedade que age, que se apropria e valoriza esse espaço.

Para Elaine Carvalho da Silva (2012), a paisagem (como o espaço e o território) necessita ser analisada como uma dimensão da sociedade, ou seja, é fruto de uma projeção da sociedade através de um processo contínuo que a transforma, construindo e reconstruindo o espaço através do seu trabalho e consciência. “Esta concepção nos leva a pensar na interação entre as forças criadoras; os sujeitos sociais que, por meio de suas estratégias (as forças políticas) se apropriam de um espaço, influenciando na sua produção. Da junção das três dimensões essenciais – política, econômica e cultural – localizadas no tempo (História) e no Espaço (Geografia), surge o Território. Uma impressão do poder no espaço, territorializado e monumentalizado pelo sujeito territorial (o Império Romano, idealizado e levado adiante pela sociedade), que é movido pela intencionalidade. Neste sentido, espaço, paisagem e território são fundamentais para a análise da ‘romanização’ na Península Ibérica, área rica em recursos naturais e humanos, motores dessa territorialização” (E. C. C. da SILVA 2012: 17). Um desses espaços políticos monumentalizados é a cidade romana, o que é focado neste trabalho. Mas não podemos deixar de esquecer que a cidade estava integrada em um território mais amplo, que também foi apropriado e modificado pelos romanos.

Sobre a urbanização romana, podemos afirmar que não havia uma cidade igual a outra, mas, ao mesmo tempo, existe uma tendência em estabelecer os possíveis “padrões” romanos de ocupação espacial. Kaiser, a partir do estudo de Empúrias, busca um padrão determinado. Laurence *et alii* buscam a especificidade de quatro cidades romanas para, então, determinar os padrões possíveis. Já Ramallo busca, na monumentalização das cidades da Península Ibérica romana, a transformação das cidades ibéricas em cidades romanas.

A tendência, parece-me, é de uma “flexibilização parcial”. Não há como negar a existência de indicadores claros de que uma cidade é romana ou sofreu a sua influência. Mas as diferenças entre elas também existem.

Território e urbanização são sempre conceitos sociais e históricos, humanizados, pois a paisagem é sempre humanizada. E uma das formas de humanizar a paisagem é a urbanização. Segundo Cerillo, a urbanização é o elemento cultural que pode ser observável em todas as áreas da Península Ibérica, sendo “o termômetro que mede em várias fases qualitativas o processo evolutivo” (CERILLO 2003: 44).

Creio que a política urbanística romana pode ser vista como duas faces da mesma moeda: de um lado, os modelos “estereótipos”, ou pré-determinados, que se espalham pelo Império; e do outro, as adaptações e variações regionais, individuais, encontradas em cada fórum, muralha, termas, estruturas lúdicas, residências etc. das colônias e municípios (e *vici*), vistas como uma “flexibilidade de adaptações [desse modelo romano] às situações particulares” (J.-B. Ward-Perkins, *apud* BALTY 1991: 601). Apesar dessa variedade, Balty reforça que os esquemas são sempre impostos pelo poder central, dentro de limites topográficos naturalmente aceitáveis. “É o que mostra, me parece, nestes últimos anos, a multiplicação dos exemplos dessas basílicas e fóruns augustanos dos quais quase não se tinha ideia até agora. Os manuais, mais frequentemente, trabalham sobre um número muito pequeno de casos, que adulteram as perspectivas – ousar-se-ia dizer as estatísticas? Um melhor conhecimento das instituições municipais não deve ser negligenciado, pois ajuda a recolocar mais adequadamente estas cidades [províncias] em todo um contexto histórico e permite compreender melhor os paralelismos, em um nível diferente do plano estritamente arquitetônico” (BALTY 1991: 601, n.1).

No capítulo 3 estudaremos individualmente cada um dos edifícios e estruturas urbanas que considero definidoras do urbanismo romano.

6. OPÇÕES NA CRIAÇÃO DAS CIDADES ROMANAS DA *LUSITANIA*

Sebastián Ramallo Asensio (2003), ao tratar do processo de *monumentalização* a partir da ótica da arquitetura e da decoração arquitetônica, fornece importantes informações referentes à ordenação do território da Ibéria e a sua incorporação ao Estado romano, logo a seguir da conquista romana após o fim da 2ª Guerra Púnica. Para o autor, a ordenação do território ocorreu em três níveis ou fases: 1) transformações e remodelações urbanas dos velhos centros coloniais, como é o caso de *Emporion* e *Rhode* ou das cidades na região meridional da Península, herdeiras dos antigos assentamentos fenícios como *Malaka*, *Sexi*, *Abdera* e, sobretudo, *Gadir*; 2) em casos excepcionais e esporádicos, a fundação de novas cidades mediante a instalação de itálicos ou cidadãos romanos junto a núcleos ibéricos importantes, o que se concebe como passo prévio à integração da população local em novas realidades urbanas, caso de *Tarraco*, *Corduba* e *Italica* etc.; e 3) incorporação forçada ou amistosa e progressiva romanização dos grandes *oppida* ibéricos, que cumprem agora, num momento de escassez de efetivos humanos, as funções de controle do território que na Itália

foram desempenhadas pelas cidades de nova fundação (*ex novo*), especialmente pelas colônias de direito romano. “Por último, em determinados casos, a arqueologia sugere a existência de novos assentamentos urbanos como resultado de uma reestruturação populacional que comporta a concentração na planície de populações ibéricas dispersas em determinado território, e inclusive o traslado de população ibérica já romanizada para uma nova localização” (RAMALLO 2003: 103-104).

Analisando *Tarraco*, Ramallo expõe as primeiras evidências materiais da cidade, como as muralhas, uma estrutura característica de muitas cidades hispano-romanas e ibéricas. Uma observação que o autor faz das cidades indígenas e/ou gregas de contato mais próximo com Roma, no sudoeste da Hispânia, jaz na função comercial que algumas delas apresentam, principalmente devido a natureza portuária destas cidades, como é o caso da *Neapolis*.

Ramallo menciona a afirmação de Plínio a respeito da situação jurídica de muitas novas fundações do século II a.C.:

“[Formavam] um grupo de cidades fundadas *ex novo* no final do século II a.C., cuja situação jurídica inicial não conhecemos, se bem que são mencionadas por Plínio como *oppidum civium romanorum*, nos mostram o processo de integração dos grupos ibéricos selecionados com cidadãos itálicos num ambiente urbano que, desde o século I a.C., introduz elementos essenciais da paisagem urbana romana” (RAMALLO 2003: 110).

Com relação aos processos de *monumentalização*, na visão do autor, dizem respeito a toda e qualquer estrutura edilícia que foi construída e/ou reconstruída com inspiração nos modelos arquitetônicos romanos, neste caso utilizando técnicas de construção em pedra e concreto. Ressalta que muitas edificações construídas pelas comunidades indígenas e pela elite ibérica trazem como característica definidora a manutenção das tradições locais paralelamente às inovações construtivas e tipológicas edilícias romanas. A menção de dois casos basta para expor este ponto de vista de Ramallo. O primeiro trata de uma construção religiosa na cidade ibérica de *Azaila* (RAMALLO 2003: 118) que atesta a integração das sociedades pré-romanas na órbita romana, o segundo trata de uma casa de elite na cidade ibérica de *Salduie* (RAMALLO 2003: 121).

No caso da *Lusitania*, podemos adotar uma divisão mais simples dos tipos de urbanização. Para Carlos Fabião (2009: 346-349), há duas situações típicas na criação das

cidades romanas na *Lusitania*: transformação de um assentamento indígena ou a criação de raiz.

Na primeira situação, mais frequente nas regiões meridionais e litorâneas (até a Bacia do Mondego), é o aproveitamento de assentamentos indígenas pré-existentes. Foi o caso de *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), *Metellinium* (Medellín), *Scallabis* (Santarém), *Salacia* ou *Conimbriga*. Normalmente, o assentamento indígena era profundamente remodelado.

A segunda situação, totalmente diversa, é a criação de raiz de novos núcleos urbanos, “onde nada de similar existiria antes”. Nesses casos, há um rompimento claro dos padrões pré-romanos. É o caso de *Ammaia*, Idanha-a-Velha, Bobadela (Oliveira do Hospital), *civitas Cobelcorum*, Almofala entre outros.

“Todos esses núcleos se acham implantados em zonas baixas, com bons recursos hídricos, quando a norma em época anterior era a do povoamento de altura, fortificado” (FABIÃO 2009: 347). A maioria dessas novas fundações de raiz se encontra no interior, mas pode haver casos de cidades litorâneas que também são fundadas de raiz, como *Eburobritium*.

Portanto, há, na *Lusitania*, um quadro de cidades novas romanas e de povoados indígenas urbanizados à moda romana. Mas o problema é conseguir “identificar as preexistências romanizadas e como as [...] distinguir das cidades fundadas de raiz”. Apesar da existência de topônimos indígenas que indicariam a presença de um assentamento pré-romano, evidências proporcionadas por investigações arqueológicas modernas evidenciam casos que desmentem os indícios de preexistência indígena. Também encontramos o inverso, como o caso de *Pax Iulia*, um nome genuinamente romano, cujas escavações evidenciaram a presença de um assentamento anterior que foi transformado pela urbanização romana. O mesmo ocorre com *Metellinium*. E há ainda casos, como **Cobelco*, **Igaedus*, *Ammaia* ou *Eburobritium*, cidades de raiz romana com nomes retirados da linguística indígena.

“Em suma, uma categórica identificação de processos de continuidade, de velhos povoados pré-romanos convertidos em cidades, depende exclusivamente das observações concretas resultantes de intervenções arqueológicas” (FABIÃO 2009: 347).

E mesmo assim, podem surgir dúvidas, como no caso de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). Questiona-se se seria uma cidade romana edificada sobre um povoado da Idade do Ferro ou duas ocupações separadas sobrepostas, havendo um hiato entre as duas. E esta não

é uma exceção, pois o mesmo ocorre com Tomar (antiga *Seilium*), que pode se tratar também de “uma sobreposição topográfica de realidades sem a mesma função. Isto é, a existência de uma qualquer ocupação mais antiga no local onde se ergue uma cidade não significa necessariamente que ali houvesse já um qualquer lugar central do mundo indígena pré-romano” (FABIÃO 2009: 349).

Há várias cidades cujas estruturas do fórum não são conhecidas, como *Olisipo* e *Scallabis*; ou com muito poucas informações, como *Ossonoba* e *Pax Iulia*; e ainda outras com informações muito recentes e iniciais, como *Salacia*, *Ammaia*, **Igaedus*, *Seilium*, *Eburobritum* e Bobadela. “Temos, assim, cidades cujos centros monumentais em absoluto desconhecemos, outras que só sumariamente vislumbramos”. E há, ainda, casos em que são exatamente as estruturas forenses que indicam a existência de uma cidade, embora sem conhecer o tecido urbano respectivo. É o caso da *civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala) e de *Centum Celas* (Belmonte). “Diria que temos cidades ‘sem fórum conhecido’ e *fora* ‘sem cidade conhecida’” (FABIÃO 2009: 349).

No caso das cidades fundadas sobre assentamentos pré-existentes, além do caso citado acima do hiato temporal, não está claro até que ponto a pré-existência de estruturas indígenas teria condicionado as opções arquitetônicas romanas. Segundo Fabião (2009: 349), em Santiago do Cacém e em Santarém “não parece verificar-se nenhum escrúpulo de conservação de preexistências. Mas, uma vez mais, pouco sabemos sobre as diversas situações”.

O de *Conimbriga* foi o primeiro fórum a ser estudado e publicado de modo sistemático e cuidadoso, o que fez com que se tornasse “uma espécie de modelo geral para o entendimento dos fenómenos de urbanização da província romana, que outros investigadores acabaram por seguir”. Eu, pessoalmente, sou reticente em utilizar *Conimbriga* como modelo forense para a *Lusitania*. Não apenas pela controvérsia sobre se possuiu duas ou três fases edilícias (e acredito mais em três fases) como também pelo fato de *Augusta Emerita* ser a capital provincial, um modelo muito mais plausível. Também penso que os modelos podem ser oriundos da própria Roma.

CAPÍTULO 3

EDIFÍCIOS PÚBLICOS ROMANOS QUE IDENTIFICAM UMA CIDADE PROVINCIAL

1. A ARQUITETURA ROMANA

A “universalidade” romana, a visibilidade, amplitude e duração de sua arquitetura no Mundo Ocidental e parte do Oriente Médio, torna essa arquitetura monumental tão evidente que existe uma forte tendência – quase uma inevitabilidade – de sua categorização. Mas a “validade científica” das categorias arquitetônicas monumentais é contestada – embora didaticamente útil – pelos principais estudiosos da arquitetura romana (como Pierre GROS 2002: 17).

A arquitetura romana não é estática; as formas e funções dos edifícios e monumentos romanos sofreram uma evolução, devidas à “dinâmica própria de cada período” (GROS 2002: 17) e sua percepção pode desaparecer aos olhos dos pesquisadores caso restrinjam-se a categorias fechadas cômodas.

“Nenhuma outra atividade humana é, tanto quanto a arquitetura, ligada às estruturas sociais e políticas assim como às condições econômicas. Mas em Roma, mais que em outros lugares, os laços da construção pública com o poder, a influência exercida por este sobre a construção privada, a confusão, enfim, dos domínios políticos e gentílicos conferiram desde sempre aos dirigentes, seja qual for a origem ou a formação dos arquitetos, aquela que foi a organização profissional dos construtores, um papel determinante; em outros termos, é ilusório pensar compreender a origem e o desenvolvimento de uma forma fora de seu contexto histórico” (GROS 2002: 17).

Também não se pode separar, na sociedade romana, o secular do religioso, tão imbricados estavam. E isto se refletia na arquitetura. Basta um exemplo: o *templum*, normalmente traduzido como “templo” e designando um edifício religioso, em latim define, na verdade, “um espaço ritualmente circunscrito e orientado, e se aplica, por esta razão, tanto a uma área não construída, a uma cúria ou a um *comitium* quanto a um templo, no sentido que o entendemos comumente” (GROS 2002: 17).

“De forma mais geral, a coesão dos programas monumentais, tanto do centro do poder como nas cidades das províncias mais distantes, impede apreciar os volumes e as decorações de um edifício público, mesmo que nos atenhamos a um ponto de vista estritamente formal, fora do ambiente em que está inserido. Isolado, o objeto arquitetônico de Roma, de Arles, de Éfeso ou de

Cartago perde uma grande parte de sua significância, até mesmo de sua razão de existir” (GROS 2002: 17).

Quando falamos da arquitetura romana, estamos tratando de edifícios, de formas arquitetônicas, que evoluíram – e portanto se modificaram formal e funcionalmente – por pelo menos meio milênio. Portanto, limitá-los a definições simples e únicas para simplesmente facilitar sua categorização é, no mínimo, limitá-los ao extremo. Além do caso já citado, do *templum*, Gros cita outros exemplos de edifícios de origem, espírito e destinação muito diversos que são agrupados em uma mesma categoria. “As palavras *basilica*, *theatrum*, *atrium* apresentam, no uso antigo, acepções que podem ser muito diferentes; seu emprego na literatura arqueológica não contribui para clarear o problema” (GROS 2002: 17-18).

Para o mundo romano – assim como para o universo mediterrâneo antigo como um todo –, a definição de “edifício” para a arquitetura moderna é muito limitada. Gros nos lembra que, no Mundo Antigo, o termo “edifício” tinha variações muito mais sutis, pois certos “edifícios”, por longos períodos, permaneceram demarcados pelo uso mas não efetivamente “cobertos”, construídos. Roma só sofreu uma real transformação arquitetônica duradoura (com a construção de grandes edifícios de alvenaria) com Augusto (GROS 2002: 18).

Fora da Itália Central, por sua vez, houve a necessidade de adaptação dos “modelos” urbanos às tradições regionais, climáticas, geográficas, assim como modificações estruturais. Portanto, havia um claro fenômeno de “atraso”, ou retardamento cronológico, na adaptação e construção de edifícios públicos devido às mudanças e exigências tanto centrais como provinciais (*grosso modo*, o aumento da complexidade político-administrativa de um Império em expansão) (GROS 2002: 18).

Mas Gros não menciona casos onde esses edifícios de alvenaria surgem primeiro fora de Roma para apenas posteriormente serem construídos na *Urbs*. Por exemplo, os teatros de alvenaria (como o de Pompeu) surgem primeiro fora de Roma, nas colônias italianas, para apenas num segundo momento serem erguidos em Roma, e não sem protestos contra a quebra de tradição de teatros temporários.

“Mas os fenômenos de atraso não constituem, eles próprios, uma regra inquebrantável dos ambientes provinciais: a parte grega do Império, e mais precisamente a Ásia Menor, dispunha durante longo tempo de uma experiência urbana e de um tesouro monumental adquirido ao longo dos séculos helenísticos, que lhe confere em vários domínios um papel de precursor; mas também a homogeneidade crescente do mundo romano torna a Itália, a partir do século II d.C.,

sensível a um tipo de influência de troca das províncias Ocidentais, às quais o desenvolvimento econômico e a circulação de ideias e de formas parece conhecer, ao menos em certos setores privilegiados, uma real força criativa” (GROS 2002: 18).

Para Pierre Gros, houve, por parte de Roma, “uma conquista progressiva de um espaço arquitetural e de uma panóplia monumental própria de Roma e [...] esta difundiu a *urbanitas*, isto é, a vida cidadina, com tudo o que esta implicava nos diversos setores da construção, aí incluída, aliás, a da moradia rural” (GROS 2002: 18-19). Esta também é a minha opinião.

“A originalidade, mas também a fecundidade, da arquitetura romana tem por essencial esses constantes movimentos de troca que lhe asseguram ao longo dos séculos uma plasticidade excepcional e lhe permitem se adaptar a todas as situações étnicas ou culturais” (GROS 2002: 20).

Gros também nos lembra que a cidade antiga nem sempre teve necessidade de monumentos públicos.

“Por muito tempo a cidade grega, arcaica e clássica, contentou-se com equipamentos elementares e esta relativa pobreza arquitetônica não prejudicou nem sua dignidade nem sua eficácia. A presença do povo ou de seus representantes, no momento das reuniões políticas, no curso dos grandes processos, dos grandes espetáculos ou na ocasião das festas periódicas da divindade políade, era suficiente para qualificar um local como a sede de uma assembleia, de um tribunal ou de um teatro, para definir um simples percurso urbano como um circuito processional. As eventuais construções temporárias tinham sentido apenas no decurso da cerimônia e pouco importava, em seguida, a fraca representatividade do sítio restituído à sua nudez inicial. *O monumento permanente, o edifício dedicado à devoção coletiva não nasceu, como se acredita muito frequentemente, de necessidades concretas da comunidade.* Fora alguns casos, onde uma instalação técnica era necessária para o cumprimento de funções específicas – nos banhos ou termas, por exemplo – a estrutura arquitetônica impôs-se progressivamente à medida que cresciam as exigências do poder e a preocupação com a autoexaltação ou afirmação das coletividades urbanas. Nesse sentido, Roma é a herdeira de uma lenta evolução que começou na Grécia no final do século IV mas que só atingiu seu desenvolvimento verdadeiro durante o período helenístico” (GROS 2002: 22, grifo meu).

A cidade romana começa a se dotar de estruturas permanentes para acolher, nos espaços especializados e delimitados, “os momentos essenciais de todas as atividades de caráter público; elas vão mimetizar cada vez melhor na pedra, e fixar eficazmente, as condutas coletivas impondo-lhes circuitos, dispositivos e um ambiente cercado. Este ambiente, cada vez mais prestigiado, ultrapassa rapidamente a finalidade prática à qual era suposto inicialmente responder. É esta dialética sempre retomada, jamais acabada, entre a procura da forma melhor adaptada e a inevitável ruptura entre a forma e a função que

constitui a atração principal – e a dificuldade maior – de toda a análise monumental sobre a longa duração no vasto mundo do *imperium Romanum*” (GROS 2002: 22).

2. A ESCOLHA DAS ESTRUTURAS MONUMENTAIS PÚBLICAS IDENTIFICADORAS DO CONTEXTO URBANO ROMANO

A escolha da análise das estruturas romanas consideradas monumentais e simbólicas do urbanismo romano foi feita baseada no fato de serem considerados edifícios urbanos tipicamente romanos, presentes, em menor ou maior dimensão, em todas as cidades provinciais. Além do mais, são considerados, por Pierre Gros (2002) “monumentos”.

A análise será baseada nos fóruns, mas outros edifícios públicos serão descritos, para permitir um estudo mais aprofundado dos sítios escolhidos para integrar o *Corpus Documental*, fazendo uma descrição mais holística.

O principal modelo dos componentes públicos urbanos é a própria Roma, embora nem sempre seja a precursora desses edifícios.

Se, na Antiguidade, ser grego significava participar de uma identidade cultural comum, que incluía possuir o grego como língua natal, participar dos mesmos cultos religiosos e possuir uma cultura simbólica comum, no mundo romano havia *um local físico específico* dessa identidade, que sempre foi referência para todos que se consideravam romanos por toda a história do Império: a cidade de Roma. A “identidade” romana era relacionada à cidade e ao sítio onde se localizava esta cidade às margens do rio Tibre (MIERSE e WAGG 1999: 2). Assim, apesar da confluência de influências (etruscas, sabinas, gregas etc.) – ou por causa delas –, Roma forjou sua própria identidade, criando algo novo, com forte característica topográfica.

O que chamamos de “centro monumental” não implica apenas o fórum, mas estruturas que estão próximas, e de algum modo relacionadas, ao fórum, como templos, capitólios e santuários urbanos, edifícios de espetáculos, frequentemente (como teatros), e até mesmo edifícios dedicados aos banhos.

O fórum é muitas vezes considerado uma ágora, mas na verdade difere dela especialmente por incluir as atividades políticas, além das religiosas e econômicas. E esta característica política torna-se cada vez mais importante e, em alguns casos, a principal, no modelo urbano “exportado” para as províncias.

Apresentar-se-ão, então, neste capítulo, os componentes do centro monumental, o fórum e seus edifícios principais, os edifícios dedicados aos espetáculos, e os ligados aos cultos. As termas são o foco de um estudo de doutorado específico em realização por Alex dos Santos Almeida, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP²⁸, portanto serão pouco abordadas no presente trabalho, apenas em casos específicos, quando relacionadas diretamente a outros monumentos públicos.

Não se pretende aqui uma descrição exaustiva e detalhada, mas sim ressaltar os aspectos – físicos e ideológicos – que tornam os diferentes monumentos expressões do modo de vida e de dominação romanos.

3. O COMPLEXO FÓRUM-CAPITÓLIO/TEMPLO DE CULTO IMPERIAL

Uma das características principais das primeiras *coloniae* foi a localização central do santuário principal (geralmente o Capitólio) orientado para a praça principal onde se reunia a assembleia municipal, que se tornou posteriormente o fórum. Para Zanker, esta disposição fez com que o fórum se tornasse “um tipo de átrio do templo, e o real átrio do templo, um tipo de fórum” (2000: 33). Foi uma nova definição do espaço público, inclusive com o templo sendo colocado sobre um alto pódio, enfatizando a importância central da *pietas* no sistema de valores romano.

Para Zanker, esse “entrelaçamento entre os espaços sagrado e político é, sem dúvidas, um conceito especificamente romano, que expressa uma noção ideológica de importância central” (ZANKER 2000: 33). Basta lembrar que a Cúria foi inaugurada como um *templum* e o Senado costumava se reunir em templos. “A próxima associação entre fórum e Capitólio também dá alguma noção de como, em uma cidade romana, o processo de tomada de decisão política era conduzido”.

Nas cidades gregas, diferentemente do que ocorria nas romanas, havia dois grandes espaços públicos separados: ao mesmo tempo em que proporcionava a existência de um local para consenso político livre das tradições religiosas e hierárquicas, também criava um espaço sagrado para os deuses que garantiam a segurança dessa nova forma cívica vulnerável, a *polis* (ZANKER 2000: 34).

²⁸ Alex dos Santos Almeida, “A cultura balneária urbana na Ibéria romana. As formas espaciais e arquitetônicas termas e as complexidades sócio-culturais dos banhos romanos provinciais - séculos I a.C. a III d.C.”, MAE-USP.

“Em Roma, a situação era muito diferente. O Estado era hierarquicamente estruturado; tanto os cargos políticos quanto o sacerdócio estavam nas mãos das mesmas famílias aristocráticas, e a tomada de decisão política estava estreitamente atada à tradição e ao ritual religioso. A aristocracia senatorial governante nunca deve ter considerado um espaço cívico aberto para todos, semelhante à estrutura da *polis*, muito menos um governo democrático pôde se desenvolver. Na própria Roma, a separação da praça aberta no vale do santuário principal sobre uma das sete colinas preservou um modelo urbano arcaico similar ao grego e ao de outras cidades itálicas mais antigas. Mas no Fórum Romano, templos a Saturno e aos Dióscuros foram erguidos imediatamente após a expulsão dos reis. O resultado foi que *o espaço era visualmente dominado por templos*, muito mais do que em qualquer ágora grega. O mesmo é verdade para toda a cidade, cuja aparência, desde o início era dominada, em uma extraordinária extensão, pelos templos e santuários. Este fenômeno só se intensificou ao longo dos séculos, até bem dentro do Principado. Basta pensarmos no Campo de Marte no final da república, nos prédios posteriores para os imperadores divinizados, e na vasta escala dos grandes templos dos séculos II e III d.C.”

“Já que a completamente desenvolvida cidade de Roma não podia ser imitada em outro local em sua estrutura unicamente complexa, um outro modo tinha que ser encontrado para as cidades coloniais expressarem a subordinação de sua vida política aos deuses (e a Roma)” (ZANKER 2000: 34-5; grifos meus).

O outro modo foi a construção, nos centros urbanos, dos complexos fórum-capitólio/santuário de culto imperial. Intencionalmente, criou-se uma forma para as cidades coloniais expressarem essa subordinação da vida política aos deuses, e a Roma. Era uma fórmula que já existia nas pequenas colônias civis dos séculos IV e III a.C., a combinação do Capitólio com a praça central de reunião colocados no centro da cidade. “Encarnavam a autoimagem de Roma mais perfeitamente do que a própria Roma” (ZANKER 2000: 35).

As cidades do norte da Itália e das províncias do norte e do Ocidente eram imediatamente reconhecidas como “romanas” graças ao distinto complexo Capitólio-Fórum no centro da cidade. Havia, então, uma *configuração especificamente romana* de cidade, fosse ela percebida ou não pelos contemporâneos. Zanker considera essa configuração capitólio-fórum central como “a própria evidência de que as novas colônias romanas nas províncias possuíam uma aparência dramaticamente diferente da das veneráveis cidades dos habitantes nativos, e que essa diferença conferia às novas fundações um status especial” (ZANKER 2000: 35).

Esse complexo capitólio-fórum se desenvolverá em vários tipos particulares e variações individuais, desde a renovação e expansão de fóruns mais antigos à construção das grandes colônias de Augusto. “Tanto no Ocidente quanto no Oriente, a praça foi

gradualmente isolada da rede de ruas, enquanto certas funções originais do fórum, como mercado e local de jogos públicos, foram transferidas para outras zonas. O resultado foi que o fórum tornou-se progressivamente um local onde o Estado e seus funcionários podiam exibir seu poder e os cidadãos, sua distinção e status social. O espaço aberto remanescente foi gradualmente preenchido com estátuas e outros monumentos honoríficos” (ZANKER 2000: 35).

As maiores cidades romanas também possuíam outras praças públicas, com templos e pórticos, que, de subordinadas ao complexo capitólio-fórum, passaram, algumas vezes, a rivalizar com ele. Acontecia especialmente quando a nova praça principal abrigava o templo ao culto imperial, passando a se tornar a praça dominante, “um símbolo inequívoco da importância do culto e da veneração da família imperial” (ZANKER 2000: 35). Percebemos isto na relação entre o “fórum da cidade” e o “fórum provincial” em *Tarraco* e *Augusta Emerita*. A mudança na situação política nas províncias durante o principado está claramente inscrita na imagem urbana.

A aparência do fórum era definida principalmente pelos pórticos que o delimitavam e pelos edifícios que usualmente eram colocados nessa área. Nas colônias latinas dos séculos IV e III a.C. dois elementos-chave eram o Comício, na forma de uma *cavea* circular, e a cúria, colocados próximos e na área consagrada do fórum. Essas estruturas evidenciavam a presença do direito latino e seguiam o modelo de Roma. Provavelmente, suas presenças eram determinadas pelo Senado quando da fundação da colônia. Já no final da República, como acontecia em Roma, a Cúria e o Comício perderam seus papéis na nova política romana. O Comício, com a Assembleia popular perdendo sua importância, deixou de existir. Já a Cúria, manteve certa importância como local de reunião para as *ordines* e serviu como arquivo de Estado. Apesar de nunca ter ocupado uma posição central na praça pública, sob o principado esta posição se acentua e ela geralmente passa a ocupar um anexo atrás dos pórticos ou aparece integrada à basílica.

Tanto no caso das antigas colônias de cidadãos quanto nas colônias augustanas de veteranos, “a planta básica se originou em Roma. Podemos então falar de um processo de ‘Romanização a partir de cima’. Entretanto, no próximo estágio de desenvolvimento (o gradual acréscimo de edifícios públicos), a Romanização de cada cidade refletiu suas necessidades individuais. Sem dúvida os cidadãos de fora de Roma olhavam para Roma, mas o que os atraía era mais o ímpeto de erigir certos tipos de edifícios do que modelos

arquitetônicos específicos. Isto é especialmente claro no caso da Basílica” (ZANKER 2000: 36).

No século II a.C., as basílicas erigidas pelas famílias aristocráticas estavam entre os edifícios mais notáveis e frequentados do Fórum Romano. E as cidades italianas erigiram as suas poucas décadas depois. Assim, no século II a.C., a basílica estava se tornando um dos elementos mais caracteristicamente romano de qualquer cidade. Zanker define a basílica, seus usos e significados, como elemento de Romanização e urbanização, da seguinte forma:

“A multifuncional basílica era uma corporificação das necessidades práticas e ideológicas da sociedade romana. Podia ser facilmente dividida em diferentes compartimentos e, através do uso de uma êxedra ou de um tribunal, poderia ser articulada hierarquicamente também. A sua posição de destaque na praça pública geralmente reflete seu importante papel na sociedade. Frequentemente forma uma contrapartida com o templo, tanto em tamanho como em localização. Sob o Principado, o fórum funcionava menos como um local geral de encontros para a sociedade romana do que como o local onde se testemunhavam cerimônias e rituais políticos e religiosos, onde se realizavam negócios e assuntos legais eram tratados. Estes últimos, na verdade, aconteciam especificamente na basílica, que assim incorporava a identidade política e judicial da cidade. Falando de outro modo, *a necessidade de uma basílica expressava o caráter romano de uma cidade*. Posteriormente, o estabelecimento de basílicas com estátuas e altares contribuiu significativamente para a veneração da família imperial. A basílica evoluiu em uma contraparte ao Capitólio ou ao templo para o culto do governante no monumental centro da cidade. Esse par projetava uma importante mensagem. Os dois polos da autonomia urbana e da absoluta lealdade e subserviência a Roma e seus deuses encontrou facilmente expressão visual acessível na clara justaposição do Capitólio e do edifício cívico de múltiplos propósitos. Quando este último abrigou um tribunal ou uma êxedra com estátuas de membros da família imperial, formando um eixo direto que se estendia através do Fórum até o templo, a estrutura ideológica era vividamente clara para todos” (ZANKER 2000: 36-7; grifo meu).

A cidade romana, então, tinha uma estrutura fixa, produto da vida política e cultural republicana. Foi essa estrutura que se tornou padrão para as fundações futuras, apesar da mudança para o Principado. “A noção de centro urbano como um símbolo político não foi fundamentalmente revisada ou alterada, apesar da mudança das circunstâncias no Principado. Não obstante, iniciando-se na época de Augusto, a aparência da cidade foi parcialmente reformulada pelas estruturas monumentais que não haviam sido previstas na sua estrutura original e a partir de então tiveram que ser integradas nela de vários modos” (ZANKER 2000: 37). Zanker refere-se especialmente às cidades erigidas antes de Augusto, ou até o século II a.C. Já no final da República e, especialmente, a partir do Principado, as novas cidades romanas estabelecidas no Ocidente já previam na sua estrutura, além do

fórum, que tinha um lugar fixo nas cidades, com basílicas e Capitólios, os teatros, anfiteatros e termas (estes edifícios monumentais para o ócio e o lazer, que só se tornaram estruturas definitivas e constantes na própria Roma no século I a.C.).

É preciso fazer um parêntese para explicar que, inicialmente, *forum* designava a praça comunal, central, que possuía estruturas ao redor e associadas a ela: templos, basílicas, cúrias, pórticos. Posteriormente, com a criação de *fora* cada vez mais fechados pelos pórticos e com templo, cúria, basílica integrados e construídos como um único bloco, *forum* passa a designar todo o complexo: a praça, o templo ou capitólio, a basílica, os pórticos e qualquer outro edifício integrado.

Enquanto o fórum – com os pórticos, capitólio e basílica – sempre possuiu um lugar fixo na estrutura urbana (o centro), as termas, teatros e anfiteatros, que se tornaram edifícios “obrigatórios” somente a partir do século I a.C., eram construídos “onde coubessem”, nas colônias mais antigas, ou sem um local pré-determinado, nas novas. Esses complexos de entretenimento começaram a se tornar novos centros de vida pública além do fórum e acabaram por ofuscá-lo em termos de vitalidade e importância. Para Zanker, nessa divisão da cidade em dois centros de atração social, “podemos detectar, mais uma vez, uma forma simbólica unindo duas ideias: a velha ordenação político-religiosa do espaço público e os novos centros de munificência pública que realçavam a vida nas cidades do Império romano” (ZANKER 2000: 40).

Para Zanker, as colônias e cidades romanas não pensavam em imitar Roma, mas sim em transplantar o sistema sociopolítico romano. Era isso, essencialmente, que criava as semelhanças entre elas. A paisagem urbana deveria expressar-se em termos de *maiestas populi romani*, e eram seus edifícios monumentais que tornavam esse conceito visível. “Era nos edifícios de grande escala, que falavam de prosperidade e de um determinado modo de vida, que estavam as marcas oficiais da cidade imperial romana” (ZANKER 2000: 41).

FÓRUNS

“O fórum não é um edifício. Ele é, na verdade, um grupo de edifícios colocados juntos de uma maneira mais ou menos coerente ao redor de uma praça” (GROS 2002: 207). Fisicamente, esta é uma simples, prática e precisa definição. Mas não ideológica e funcionalmente falando. Para Vitruvius (I, 7, 1), a definição do fórum é essencialmente

espacial, pois procede do *arearum electio*, isto é, da escolha prévia, no interior da malha urbana, de áreas livres destinadas ao uso coletivo.

No sistema ortogonal das cidades coloniais fundadas por Roma, o fórum geralmente é estabelecido na intersecção das duas vias principais, o *Cardo* e o *Decumanus Maximus*. Mas, como acontece com frequência, esta é uma “regra” que sofre muitas exceções.

O fórum representa o local “onde se concentram todos os signos da dignidade municipal e ao redor do qual as gerações sucessivas, qualquer que seja seu estatuto jurídico, adquirem ou mantêm a consciência de pertencer a uma comunidade. A concentração de edifícios religiosos e administrativos, mas também, na área livre, de monumentos comemorativos e inscrições honoríficas, faz do fórum, na maior parte das cidades ocidentais, um verdadeiro *monumentum* por si só, um ‘local de memória’ como dizemos hoje, mas de uma memória que é a própria condição do funcionamento das instituições da vida municipal” (GROS 2002: 207).

Como vimos no item anterior, o fórum provincial é basicamente composto por pórticos, capitólio e basílica, e possuiu um lugar fixo na estrutura urbana (o centro). Essas três estruturas principais podiam incluir outras, as principais sendo: *tabernae* e santuários (*aedes*), inseridos nos pórticos; e salas para arquivos e a cúria, inseridos na basílica. Tem funções basicamente político-religiosas e judiciárias (ou seja, estatais), não privadas.

O fórum, como encontramos a partir do século I a.C. nas províncias tem sua origem no Fórum Romano, mas acabou por ser tornar muito diferente deste.

FÓRUM ROMANO

Também chamado de *Forum Romanum Magnum* ou Fórum Republicano, é o vale do Velabro, entre os Montes Capitolino e Palatino, que se prolonga para sudoeste em direção ao Tibre. Os edifícios do fórum, na República, possuem funções ao mesmo tempo privadas e estatais, com usos diversificados, características de uma sociedade civil em transformação, transformação esta que apresenta um progresso mais veloz socialmente que arquitetonicamente. Roma, no último quarto do século III a.C., ainda não possui edifícios que correspondam às suas (novas) necessidades reais²⁹.

²⁹ A discussão mais detalhada se encontra em Gros 2002: 236 ss.

Pouco a pouco, as instalações que circundam a Fórum republicano se regularizam e tendem a uma racionalização do espaço (e das funções). Dai se explica que, desde o final do século II a.C., surja uma basílica no lugar do *Atrium regium* (que ainda guardava a forma de uma *domus de pater familias*).

Na segunda metade do século I a.C., quando os romanos começam a redefinir sua cidade em termos mais universais, representativa de uma hegemonia poderosa, a grande escala das edificações representa o status elevado e a *auctoritas* dos primeiros imperadores. “César concebeu obras de um tamanho equivalente à sua estatura e poder percebidos. E não apenas a escala das construções, mas os materiais empregados nelas deveriam ser opulentos, como o mármore, pedras de diversas cores etc.” (FAVRO 1996: 65-6). As alterações de César no Fórum o tornaram mais unificado e enfatizaram o novo eixo noroeste-sudeste. Foi feita uma nova pavimentação, a construção da Basílica Júlia que, junto com a Emília, reforçava o seu novo eixo e bloqueava a vista para o resto da cidade, criando um “isolamento” físico, mas sem nunca fechá-lo totalmente. Ampliou a área a oeste, aproximando o Fórum do *Tabularium*, e colocou as *Rostra* em lugar de destaque, com grande visibilidade. Mesmo após sua morte, “sua atividade [edilícia] determinou, em parte, o futuro desenvolvimento do centro da cidade: a destruição do Comício e a construção da nova Cúria Júlia, da basílica homônima e das novas *Rostra* tornaram definitiva a nova orientação do antigo Fórum republicano, enquanto a construção do Fórum de César abriu o caminho aos sucessivos Fóruns Imperiais” (COARELLI 2003: 13).

Sob Augusto, e com a instauração do Principado, o Fórum Romano perde sua função política, adquirindo, a partir de então, seu aspecto definitivo, de praça monumental. Além disso, também é construído um novo fórum, o de Augusto, erguido ao lado do de César.

Entre as estruturas associadas ao Fórum Romano estava o *Tabularium* (estabelecido no *Asylum*, a depressão em forma de sela, selada, entre os dois promontórios do Monte Capitolino) onde eram guardados os arquivos públicos do Estado romano (*tabulae publicae*), no lado noroeste do Fórum. É provável que os trabalhos de construção tenham se iniciado em 83 e terminado em 65 a.C. Nos fóruns provinciais, sua função de local onde se guardam os arquivos municipais é assumida por uma sala ligada à basílica (ou na sua proximidade imediata).

As quatro basílicas do Fórum surgem no século II a.C. – Pórcia, Fúlvia-Emília, Semprônia e Ópimia – na mesma época da reconstrução dos templos da Concórdia e de

Cástor e Pólux, “para recordar somente os maiores” (COARELLI 2003: 56). É o momento após as Guerras Púnicas e das guerras contra os Estados helenísticos orientais, quando Roma passa a dominar o Mediterrâneo Oriental.

A Basílica Semprônia dará lugar à Basílica Júlia que, juntamente com a Emília, regularizará os lados meridional e setentrional da praça, criando as premissas para uma sistematização orgânica coerente, que conhecerá sua conclusão com César e Augusto. “Isto encontra correspondência na transferência das funções políticas e jurídicas do Comício, que havia se tornado muito pequeno, para o Fórum (onde, a partir da segunda metade do século II a.C., passaram a acontecer os comícios legislativos e parte dos processos), enquanto paralelamente grande parte das funções econômicas deste último migrou para outro local, em edifícios propositalmente construídos” (COARELLI 2003: 56).

No final da República, com Roma já capital de um império, o antigo Fórum republicano torna-se insuficiente para exercer as funções de centro administrativo e de representação da cidade. Um novo fórum monumental, que inicialmente é apresentado como uma simples ampliação do antigo, começa a ser erguido por Júlio César, em 54 a.C. Ele também realizou sucessivas intervenções na antiga praça republicana, consideradas radicais: o Comício praticamente desaparece, substituído, em parte, pelo novo *Forum Iulium*; a antiga sede do Senado, a *Curia Hostilia*, é reconstruída em uma nova posição e passa a se chamar, significantemente, *Curia Iulia*, tornando-se um apêndice do Fórum Júlio. E foi concluída a reestruturação integral dos lados longos do Fórum, com a construção da Basílica Júlia, bem mais imponente que a Semprônia, e a reconstrução da Basílica Emília.

A política de construção de Augusto foi mais prudente e hesitante do que o projeto original de César, mas nem por isso deixou de dar continuidade ao que vários autores (inclusive Coarelli) chamam de “revolução”. Mandou construir, no lado leste do Fórum, o mais estreito da praça, um templo ao ditador divinizado, precedido por *rostra* que funcionam como contrapartida da tribuna do lado oposto da praça que, com César, substituíram as antigas *rostra* republicanas.

“As necessidades propagandísticas e dinásticas, que estavam sendo desenvolvidas simultaneamente, condicionaram as intervenções sucessivas [no fórum]. [...] Por meio do respeito formal à tradição, típico da política de Augusto, transparece o desejo de apropriar-se dela para explorá-la para fins dinásticos (como aparece ainda mais claramente evidente no Fórum de Augusto). A praça do Fórum, agora privada da sua função política original, transforma-se em um cenário de representação, destinado a exaltar o prestígio da dinastia” (COARELLI 2003: 57).

Diane Favro (1996: 34 e 36) acrescenta que o Fórum Romano era

“o centro literal e simbólico de Roma, possuindo um forte espírito de local.³⁰ [...] Por séculos, os romanos reuniram-se nesse espaço aberto para ouvir discursos, realizar negócios, assim como assistir lutas de gladiadores, funerais estatais e outros acontecimentos cívicos. Todo edifício celebra atividades e realizações públicas”. [...]

“O Fórum apresenta um cenário dinâmico cheio de vida e associações potentes. [...] Como cidadãos romanos, os edifícios apresentam-se como indivíduos distintos, relacionados pela proximidade entre si e por propósitos comuns mais do que por um comando rígido”.

“Os edifícios – e a cidade como um todo – eram veículos para a divulgação da história pregressa de Roma, da tradição romana. Cada local, edifício, inscrição, escultura, trazia informações sobre os mitos, heróis, figuras importantes, grandes fatos etc. que tornaram Roma – e os romanos – o que eram. A experiência urbana era, assim, altamente carregada [de história e tradição]. Os eventos e as vidas do passado davam poder ao local; o efeito cumulativo podia não ser necessariamente belo de forma tangível, mas o era conceitualmente” (FAVRO 1996: 48).

Segundo Homo, o Fórum, no início do Império (Figura 3.1), era ainda o centro da cidade do ponto de vista dos negócios e do lazer.

“O comércio de luxo se instala aí, com as mudanças das Basílicas Júlia e Emília, [vieram] os joalheiros do Pórtico Margaritária e os banqueiros da Via Sacra. Este comércio atrai e retém na região toda uma clientela aristocrática. Ali se juntam, como em todos os centros onde se realizam negócios envolvendo dinheiro, o mundo duvidoso dos especuladores e dos usurários, reunidos especialmente ao redor do Puteal de Libão. O Fórum também conhece a clientela dos tribunais civis e criminais, agrupados ao redor da estátua de Marsias, com todo o pessoal que se relaciona. Centro de negócios, o Fórum é também um lugar de passeio (...) e de vadiagem, quarteirão geral dos *forenses*, mistura de desocupados e de elementos duvidosos, que ali matam o tempo com mexericos, jogos diversos, quando não coisa pior” (HOMO 1971: 402-3).

A disposição relativa entre o Capitólio elevado e o fórum na parte mais baixa foi frequentemente reproduzida nos fóruns provinciais: o templo principal (muitas vezes consagrado ao culto imperial), normalmente construído sobre um pódio, passa a ser inserido em um *témenos* que está em um nível mais elevado do que o resto da praça. Zanker (2000) analisa tal disposição. Assim, nas províncias, o complexo forense simula essa disposição Monte Capitolino - Praça Forense, mas de uma forma extremamente ordenada, simétrica e axial, e não orgânica, como em Roma. Em alguns fóruns provinciais, o espaço sacro está separado por alguma divisão física, como uma mureta, uma via ou pela basílica, simbolizando um *témenos*. Porém, é difícil dizer o quão intencional são os simulacros provinciais do Monte

³⁰ No original, *strong spirit of place*.

Capitolino, uma vez que essa disposição ordenada dos fóruns provinciais é mais parecida com a dos fóruns imperiais do que o Fórum Republicano (Figura 3.2).

Figura 3.1. Planta dos Fóruns Romano e de César no final da República (CHAISE MARTIN 2003: 86, a partir de Y. Perrin, *Rome, ville et capitale*, Hachette: 2001)

Figura 3.2. O Fórum Romano no final do século I d.C. (GROS 2002: 214, a partir de Zanker, *Forum Romanum. Die Neugestaltung durch Augustus*, Roma: 1972; fig. 251)

Vários monumentos honoríficos e estátuas eram tradicionalmente colocados na praça do fórum, tanto em Roma como nas províncias. Por exemplo, o *Miliarium Aureum*, que

possuía uma relação direta com o *Umbilicus* (o “centro do mundo”), que ficava próximo (COARELLI 2003: 76).

Também na área do Fórum ficava o *Templo de Vesta*, de forma circular, um dos mais antigos e importantes santuários de Roma, localizado no lado meridional da *via Sacra*, defronte à Régia, esta a moradia tradicional dos reis etruscos. O *Templo de Vesta* abrigava o fogo-lar dos romanos além dos objetos sagrados trazidos de Tróia por Enéias.

FÓRUNS IMPERIAIS

Se o Fórum Romano era aberto e formado por diversos edifícios relacionados uns aos outros, o fórum fechado, com entradas restritas e aspecto monumental e unificado surge com os fóruns imperiais, construídos em sucessão e determinando as formas dos fóruns nas províncias ocidentais.

O modelo inicial foi o de César, e o de Augusto seguiu a mesma estrutura básica. Mas a grande diferença – a colocação da basílica inserida no corpo dos pórticos que delimitam o espaço do fórum – aparece, em Roma, com Trajano, porém esta inovação não surgiu em Roma, mas exatamente nas províncias ocidentais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Planta dos Fóruns Imperiais. 1. Porta republicana da cidade; 2 e 3. Bibliotecas de Trajano; 4. Êxedra do Fórum de Trajano; 5. Pórtico do Fórum de Trajano; 6. Casa dos Cavaleiros de São Jorge; 7. Sala da estátua colossal; 8. Templo de *Mars Ultor*; 9 e 10. Êxedras do Fórum de Augusto; 11. *Porticus Absidata*; 12. Templo de Minerva; 13. "Le Colonnacce"; 14 e 15. Templo da Paz; 16. Sala da Planta Marmórea (de Roma); 17. Basílica de Maxêncio; 18. Igreja de S. Cosmo e S. Damião; 19. Templo de Antonino e Faustina; 20. Escavações recentes (1996 em diante); 21. Cúria Júlia; 22. Igreja de S. Lucas e Sa. Martina; 23. Cárcere Tuliano (CLARIDGE 1998: 146).

O Fórum de César formava um retângulo muito alongado, com três lados circundados por um pórtico colunado duplo. O lado sudoeste era formado por uma série de *tabernae* de várias profundidades e com fachada de dois níveis sobrepostos e precedidas por uma colunata dupla, colocada sobre uma plataforma de três degraus. O *Templo de Venus Generatrix* (a ancestral dos romanos e particularmente dos Júlios) ocupava o fundo da praça, em posição axial, sobre um alto pódio revestido de mármore, funcionando como elemento unificador do conjunto. O edifício possuía oito colunas coríntias frontais e nove nas laterais (COARELLI 2003: 128). “O projeto se transformou de uma simples extensão do Fórum Romano em um espaço demarcado distinto, associado aos negócios públicos e ao engrandecimento de seu patrono. Como o nome indica, o novo Fórum Júlio tornou-se, de fato, um *heroon* a César” (FAVRO 1996: 62).

“Essa visão *rigorosamente axial e centralizadora* [do Templo] é ainda fortalecida pela existência da abside com a estátua de culto [...]. *Parece evidente a função ideológica e as características propagandísticas dessa disposição arquitetônica*, provavelmente baseada no modelo dos santuários helenísticos dedicados aos soberanos divinizados: essa disposição pretendia exaltar a deusa progenitora da família Júlia e, conseqüentemente, o próprio imperador, cuja estátua equestre, no centro do Fórum, inseria-se nesse eixo sacralizante” (COARELLI 2003, 128-9; grifos meus).

Adjacente ao Fórum Romano e tangente a ele, estava a nova casa do Senado, a Cúria Júlia, de onde se podia entrar diretamente no Fórum Júlio. As salas que ladeavam o lado ocidental do novo fórum provavelmente eram ocupadas por arquivos oficiais e parafernália para as Assembleias públicas, ou abrigavam vários negócios senatoriais. Totalmente cercado, o novo fórum era praticamente invisível a partir do Fórum Romano.

Para Zanker (1992: 45), o Fórum de César, assim como o Teatro de Pompeu, no Campo de Marte, era um edifício público de caráter ‘privado’ que alcançou uma nova dimensão. “A magnitude e as pretensões destes monumentos correspondiam à importância destas duas personalidades nos tempos da *res publica* decadente”.

O Fórum de Augusto foi construído com fundos oriundos da venda de butins de guerra (*ex manubiis*) e inaugurado em 2 a.C. Oficialmente, a função da nova praça monumental era desafogar a multidão que se aglomerava nos dois fóruns mais antigos e propiciar novos espaços para os processos e as transações comerciais. Mas o Fórum de Augusto foi, antes de tudo, “um centro de prestígio, destinado a glorificar o imperador, especialmente do ponto de vista das suas funções militares e ‘triunfais’” (COARELLI 2003: 130) (Figura 3.4).

Figura 3.4. O Fórum de Augusto (parte superior da imagem) e a junção (hipotética) com o de César (GROS 2002: 216; fig. 255)

A praça do Fórum de Augusto possuía duas êxedras perfeitamente simétricas que ficavam encaixadas no fundo dos pórticos laterais posteriores, que são uma novidade que também aparecerá no Fórum de Trajano. Nessas êxedras havia estátuas dos heróis, dos reis e de figuras mitológicas da história de Roma, da Liga Latina, do Império e da família Júlia. “O Fórum de Augusto combina as associações estatais (as esculturas das figuras da história da própria Roma), as associações da família de Júlio César (os retratos dos membros da família), as associações da última conquista do reino grego (as esculturas gregas), as associações particulares com Augusto (o deus Marte Ultor). O Fórum tem uma iconografia em parte privada, em parte pública” (MIERSE e WAGG 1999: 44)³¹ (Figura 3.5).

³¹ As descrições iconográficas do Fórum de Augusto, atualmente, seguem, quase sem alterações, a apresentada por Paul Zanker, no *Poder das Imagens* (1992). Por exemplo, as de Favro (1996) e de Coarelli (2003).

Figura 3.5. Reconstrução da fachada do Templo de *Mars Vltor* e dos pórticos (FAVRO 1996: 97; fig. 51, a partir de J. Ward-Perkins, *Roman imperial Architecture*, Harmondsworth: Penguin Books 1981, fig. 8.)

Nos pórticos e nas êxedras havia estátuas representando os *summi uiri* da República, com as estátuas de Enéias e Rômulo em posição de destaque nas êxedras.

“O significado dessa contraposição é claro: diferentemente do que acontece no Fórum de César, onde é evidente a afirmação do poder monárquico através da divinização virtual do ditador, aqui, segundo um modelo típico da propaganda augustana, percebe-se um compromisso entre tradição e inovação: recupera-se a história republicana e, ao mesmo tempo, identifica-se esta com a história da própria família Júlia. Rômulo descende de Enéias, e os genitores divinos deles – Marte para o primeiro e Vênus para o segundo – estão reunidos no culto do Templo de Marte Ultor. Em suma, a propaganda augustana sugere que o Império é a conclusão lógica e providencial da República. Desse modo, o Fórum de Augusto se torna uma espécie de imenso átrio patricio, com os retratos dos antepassados. A estátua de Augusto no carro triunfal, que ocupava o centro do Fórum (provavelmente na parte não escavada), estava posicionada, enfaticamente, no eixo do templo” (COARELLI 2003: 131-2).

O *Templo de Mars Vltor* ocupava uma posição similar à do Templo de Vênus no Fórum de César. No Fórum de Augusto se concentravam todos os aspectos da guerra e do triunfo romanos. Aqui se reunia o Senado para decidir sobre as declarações de guerra e para ratificar a paz; no altar do templo os governadores celebravam sacrifícios antes de partir para as províncias. Além disso, as estátuas dos generais vencedores eram erguidas no fórum, mas, em Idade Imperial, não tinham mais o direito de celebrar o triunfo, reservado agora somente ao imperador: “desse monopólio triunfal do príncipe, o próprio Fórum constitui a mais clara ilustração” (COARELLI 2003: 133-4).

Figura 3.6. Fórum de Nerva, *Porticus Absidata* e Basílica Emília, planta restaurada (RICHARDSON Jr. 1992: 168, fig. 39, a partir de *Roma, archeologia nel centro*, Rome, De Luca Editore s.r.l., 1.249, fig. 2 (R. Volpe, a partir de H. Bauer 1977).

O Fórum de Nerva ou Transitório (Figura 3.6), construído por Domiciano, foi inaugurado por Nerva em 97 d.C. Segue o esquema dos outros dois fóruns imperiais, embora a falta de espaço tenha eliminado os pórticos. No fundo da praça, no lado norte, ficava o Templo de Minerva (uma das deusas da Tríade Capitolina, patrona do artesanato e da guerra, rival de Marte), divindade venerada por Domiciano, mas a inscrição leva o nome e os títulos de Nerva.

O último e mais grandioso dos Fóruns Imperiais foi construído por Trajano (Figura 3.7), entre 107 e 113 d.C. Para obter espaço, Trajano mandou eliminar a selada que unia o Capitolino ao Quirinal. Evidentemente, também foram destruídas as construções da selada, como o *Atrium Libertatis* e um trecho da Muralha Serviana. A reconstituição do fórum e da basílica, especialmente no que diz respeito à decoração, é feita através de imagens monetárias. O fórum media 300m de comprimento por 185m de largura. Construído *ex manubiis*, com os espólios da conquista da Dácia, em 106 d.C., foi inaugurado em janeiro de 112, mas a Coluna Trajana, ainda inacabada, somente em maio de 113, juntamente com a reconstrução do Fórum de César.

Figura 3.7. O Fórum de Trajano, planta baixa e corte. 1. propileu; 2. bibliotecas; 3. Coluna Trajana; 4. Basílica Ulpia; 5. estátua equestre de Trajano; 6. galeria tripartida; 7. *aula*; 8. Mercados de Trajano. A, B, C e A1, B1, C1: caixas das escadas (Chaisemartin utiliza os esquemas de Meneghini, que excedem a altura da Basílica Ulpia) (CHAISEMARTIN 2003: 198, a partir de R. Meneghini, "Il Foro di Traiano, Ricostruzione architettonica e analisi strutturale", in *MDAI (R)* 108, 2001, p. 245-268).

O monumento se articulava sobre terraços ligeiramente elevados um com respeito ao outro, de sul a norte. A entrada ficava no lado sul do Fórum de Augusto, através de um grande arco com vão único. Passando o arco, entrava-se na grande praça retangular, pavimentada com blocos de mármore italiano, em cujo centro ficava a grandiosa estátua equestre de Trajano. Os dois lados da praça eram fechados por pórticos colunados medindo 112m de comprimento (380 pés romanos) por 14,80m de largura (50 pés romanos), pavimentados com mármore pavonazzetto, original da Frígia. No fundo deles, duas grandiosas êxedras semicirculares, muito provavelmente inspiradas nas do Fórum de Augusto. No interior, as êxedras tinham dois andares e nichos com estátuas. O fundo da praça era fechado pela imponente Basílica Ulpia. O Fórum de Trajano reintroduz, em Roma, a basílica integrada ao fórum.

A posição relativa do Fórum e da Basílica é a que aparece frequentemente nas províncias ocidentais. Trajano, seguindo o esquema do fórum fechado, como César e Augusto (mas sem basílicas), colocou a basílica integrada aos pórticos que delimitam o espaço fechado.

Apesar de as basílicas do Fórum Romano servirem como delimitadoras do próprio Fórum, elas são edifícios independentes de uma praça que permitia uma grande circulação, inclusive de carros, e não uma praça fechada, com acesso restrito e que cria um ambiente isolado do resto da cidade. Fóruns, como o de Augusto, formam uma fronteira entre o centro majestoso e o resto da cidade.

Para Pierre Gros (2002: 231), há, nos fóruns das províncias, citações explícitas, tanto planimétricas, quanto ornamentais, dos fóruns imperiais. Essas “citações” são testemunhas da importância dos “modelos” tirados dos fóruns imperiais de Roma e da sua difusão. “Os elementos característicos dessas composições, e mais particularmente do Fórum de Augusto, verdadeiro paradigma da grande arquitetura de representação, se encontram nos fóruns coloniais ou municipais de [...] Mérida, *Clunia* e, sem dúvida, *Bilbilis*, na Península Ibérica (fig. 279 e 280)”. E em diversos outros complexos inspirados nas estruturas imperiais, como o santuário de culto imperial de Tarragona. Em todos esses casos, são encontradas êxedras em pórticos laterais, reproduções dos *summi viri* romanos, *clipei* e máscaras de Júpiter Amon. As alusões são indubitáveis e supõem uma organização que, ao invés da reprodução pura e simples, estabelece um sistema de referências plásticas, epigráficas e arquitetônicas conforme as novas convenções da ideologia imperial.

“FÓRUM TRIPARTIDO” NAS PROVÍNCIAS OCIDENTAIS

Nas cidades fundadas após a conquista romana e início do Principado, e naquelas dotadas de um novo centro monumental relacionado a uma promoção jurídica, o esquema forense introduzido apresenta um grande rigor, representado pelo esquema do fórum tripartido. “Seu plano regular se adapta facilmente aos bairros urbanos” (GROS 2002: 220-1).

Desde o início do Alto Império e ao longo dos dois primeiros séculos d.C., são encontrados numerosos exemplos dos fóruns tripartidos³², com ordenação axial ou próxima

³² A descrição dos fóruns tripartidos, nesta parte do trabalho, baseia-se principalmente em Gros 2002: 220-229.

à axialidade, onde a basílica, em um dos lados menores, defronta o templo maior da cidade (capitólio ou de culto imperial). Havia, como é de se esperar, variações, mas esse era o esquema mais básico, ou o mais recorrente, e as variações, quando necessárias, geralmente buscavam, na medida do possível, seguir esse esquema. Na Península Ibérica, o exemplo mais antigo é o do fórum republicano-augustano de Ampúrias. E outros exemplos, para a época augustana e júlio-cláudia, são os fórums de *Clunia* e *Saguntum*, na Tarraconense, de *Baelo Claudia* (Belo) (Figura 3.8), na Bética; o de *Conimbriga* (Lusitânia), de época flávia; e de época antonina, o de *Asturica Augusta* (Astorga), na Tarraconense.

Figura 3.8. Plantas do fórum de *Baelo Claudia*, a partir de M. Fincker e J.-L. Paillet (GROS 2002: 223; fig. 267).

“FÓRUM PROVINCIAL” OU SANTUÁRIO PROVINCIAL DE CULTO IMPERIAL

Existe uma estreita e indissociável relação entre os fórums e o culto imperial, simplesmente porque os templos de culto imperial eram construídos nos fórums, assumindo o lugar do templo capitolino ou políade. Mas alguns desses fórums, que Pierre Gros denomina de “fórums provinciais”, ultrapassam o âmbito da comunidade urbana onde foram

construídos, suas funções estendendo-se a toda uma província. “Mais estreitamente relacionado que qualquer outra estrutura à retórica, tanto arquitetônica quanto litúrgica, do culto imperial, ele integra elementos inesperados em primeira análise, e ocupa usualmente, nas cidades onde se implanta, um espaço muito vasto” (GROS 2002: 229).

Assim, estão presentes apenas nas capitais provinciais ou em cidades que, na nova repartição de cargos e privilégios estabelecidos desde Augusto, compartilham com a capital a responsabilidade de organizar cerimônias oficiais do culto doméstico e, em seguida, imperial em toda a província; tornando-se, assim, a sede de um *flamen provinciae*. Um desses “fóruns provinciais” foi identificado em *Tarraco* (Tarragona), capital da Província Tarraconense, funcionava para toda a Espanha Citerior; e em *Emerita Augusta* (Mérida), o “fórum provincial” abarcava toda a Província da Lusitânia.

A meu ver, entretanto, mesmo em se tratando de um esquema similar ao de um fórum, uma designação mais correta para o conjunto seria de um “santuário provincial de culto imperial”. Não era, funcionalmente falando, um fórum; também a denominação de “provincial” pode denotar um sentido de localização geográfica, não de extensão territorial. Portanto, doravante os designarei como “santuários provinciais de culto imperial”.

Vale a pena lembrar que o culto imperial foi uma prática iniciada com Augusto e continuada pelos outros imperadores. Assumia várias formas e não era um elemento independente das práticas religiosas, mas sim celebrado dentro da vida religiosa como um todo. A forma do culto variava conforme o contexto, não havendo, portanto, “tal coisa chamada o culto imperial” (BEARD *et alii* 2000: 348), e sim uma série de cultos que tinham em comum a veneração ao imperador, sua família ou predecessores, realizados de formas diferentes de acordo com as diferentes circunstâncias locais, como o estatuto da comunidade, as tradições religiosas locais pré-existentes e o grau de envolvimento dos romanos vindos do centro no estabelecimento do culto. Além disso, tão importante quanto o culto ao imperador era a incorporação deste nos cultos tradicionais das comunidades provinciais. “O culto imperial não era necessariamente a marca mais forte da Romanização na religião: especialmente nas comunidades estrangeiras (*coloniae* e *municipia*), imitações do sistema transformado da Roma augustana eram frequentemente um aspecto muito mais importante da Romanização religiosa do que qualquer veneração direta do imperador” (BEARD *et alii* 2000: 318).

Depois do Exército³³, eram as colônias romanas que espelhavam as instituições religiosas de Roma mais fielmente. Este caráter romano das colônias aparece em quase todas as Regulações para a vida nelas, mas mais especificamente nas cláusulas que se referem ao sacerdócio, com funções similares ao de Roma, mas não exatamente iguais, pois os *pontífices* e *augures*³⁴, seus dois grupos sacerdotais principais, estavam sujeitos à autoridade do governador. “Mas, de modo geral, as estruturas simbólicas das *coloniae* enfatizam seu status como ‘mini-Romas’ já no momento de sua fundação, realizada com os ritos que ecoavam os rituais da fundação mítica da própria Roma”: auspícios, delimitação do sítio e determinação das portas, estabelecendo os limites do pomério e, assim, a terra pública (BEARD *et alii* 2000: 329).

Roma também criava, para as novas colônias do final da República e início do Império, instituições específicas para o estabelecimento de novas práticas romanas: os sacerdotes do culto a César divinizado (*flamines divi iulii*), por exemplo, somente eram encontrados, além de Roma, nas colônias, pois deviam seguir o modelo de Roma, imitando os rituais e os dias festivos da capital imperial numa demonstração do relacionamento privilegiado com ela. Mas era uma “imitação criativa”, pois envolvia adaptação e mudança, onde as imagens e os cultos eram reinterpretados nas colônias.

As cidades com estatuto de *municipium* (onde os cidadãos locais tinham o “Direito Latino” e alguns até a plena cidadania romana) compartilhavam algumas das características

³³ Fora da Itália, era o Exército que representava Roma mais claramente. Quando se tornou profissional, com Augusto, a cidadania continuou sendo um pré-requisito para o serviço nas tropas legionárias, mas tal cidadania podia ser concedida no recrutamento, que ia sendo realizado em áreas cada vez maiores até que, no século II d.C., uma ínfima porção dos soldados era da própria Itália. Já as tropas auxiliares, o outro corpo principal de tropas, no início do Império, não eram formadas por cidadãos, mas comandadas por oficiais cidadãos e os soldados podiam receber a cidadania quando davam baixa. Mais tarde, não era incomum quem já tinha a cidadania alistar-se nas forças auxiliares. A vida religiosa oficial de ambos os corpos de tropas era predominantemente romana, seguindo o calendário oficial do sistema religioso da Roma augustana (embora com algumas alterações).

Mas como o Exército era formado por indivíduos de várias regiões diferentes, que cultuavam seus próprios deuses, observava-se também o de outra divindade relacionada à origem etnográfica das tropas. E os dois deuses eram cultuados oficialmente pela coorte. Já a população local cultuava suas próprias divindades. Mas o sistema religioso dominante do Exército como uma instituição permaneceu modelado no de Roma (BEARD *et alii* 2000: 325-6).

³⁴ *Pontifex*, “aquele que abre as vias para os deuses”. Em Roma, os pontífices eram os guardiões da tradição, encarregados de supervisionar os cultos privados e públicos. Podia ser magistrado e chefe militar. *Augur*, de *augeo*, “fazer crescer, aumentar”. Os áugures, constituídos em um colégio, são os intérpretes da vontade dos deuses e assistem os magistrados que tomam os auspícios. No Império, perdem seu papel político, mas sua importância religiosa permanece (FREDOUILLE 1985).

religiosas romanas das *coloniae*. Possuíam *pontífices*, *augures* e *haruspices*³⁵. Quando uma cidade – ou aldeia – recebia o status de *municipium*, geralmente erguia um Capitólio. Mas o processo podia se dar de forma inversa: em mais de uma ocasião há a construção de um Capitólio como parte da reivindicação de estatuto romano. Instituições religiosas romanas nas províncias não são meramente reflexos de diferentes níveis de Romanização, também são elementos úteis na competição por prestígio, honra e status que era uma das características que definiam a cultura provincial ao longo do mundo romano (BEARD *et alii* 2000: 336).

BASÍLICAS FORENSES

A basílica romana – *basilica forensis*, do fórum ou judiciária, civil, pagã ou, simplesmente, basílica – é um edifício que possui grande variedade de formas, usos e significados. É considerada um tipo único da cultura urbana romana, sendo a segunda construção mencionada por Vitrúvio (V, 1, 4-10) como essencial para qualquer cidade (depois dos pórticos que definem a praça do fórum).

Vitrúvio³⁶ descreveu dois tipos de basílicas, a “como deve ser”, ou “normal” (V, 1, 4-5), e a que construiu em Fano (V, 1, 6-10); ambas apresentando várias diferenças entre si.

A primeira deve estar situada anexa ao fórum, “nas suas partes mais quentes”, determinando como devem ser as proporções entre seus diferentes elementos: “largura que deverá ser menos que a terça parte nem mais da metade do comprimento”, mas permite adaptação à topografia local; entre as colunas e os pórticos; entre as colunas superiores e inferiores; colunas e parapeitos, arquitraves, cornijas e frisos.

Já o segundo tipo de basílica, como a de Fano, da qual afirma que geriu as obras, considera que “não poderá ter menor dignidade e beleza que as outras a basílica da colônia juliana de Fano, [de] que instalei e geri as obras”. Descreve todas as suas proporções e a dos seus elementos constituintes (para uma descrição completa, ver SANTOS 2006: 135 ss.)

A primeira descrição, da basílica “normal” seria a teórica, abstrata, de como o autor acreditava que o edifício deveria ser, enquanto a basílica de Fano representaria um edifício concreto (GROS 2002: 240). Gros (2002) e Welch (2003) sugerem que a basílica “normal” é

³⁵ *Haruspex*, “aquele que examina as entranhas”. Os harúspices eram os adivinhos, particularmente competentes na arte de ler as entranhas das vítimas, de interpretar os prodígios e os expiar. Seu prestígio aumentou no Império e alguns príncipes tinham seu harúspice particular (FREDOUILLE 1985).

³⁶ Que escreveu entre os anos 30 e 20 a.C.

uma abstração esboçada por Vitrúvio, pois este pretendia estabelecer uma relação entre as basílicas e os pórticos públicos.

Na época de Vitrúvio, as basílicas itálicas ainda eram um espaço anexo ao fórum (*loca adiuncta foris*) e não verdadeiros e próprios monumentos públicos. Em época tardo-republicana, a basílica possui uma estreita e direta ligação com as atividades que se desenvolvem no fórum a céu aberto, como os *gladiatoria munera*, daí a existência dos balcões, *maeniana*, que serviam de “arquibancada” para os espectadores. Então, a basílica “teórica” ou “normal” à qual Vitrúvio se refere é um edifício aberto, que complementa o fórum, e de um período *anterior* ao que escreve³⁷, e com planta alongada.

Já a basílica de Fano apresenta características inovadoras com relação à norma, pois é uma estrutura totalmente fechada por muros e não mais se coloca como um complemento do fórum, mas como um de seus elementos integrantes e essenciais. A mudança não é apenas formal, mas funcional: no seu interior, que cria um ambiente independente do fórum, surge o *tribunal*, com amplas implicações ideológicas e operacionais, pois é sede do *aedes Augusti*, do senado decurial e do poder jurisprudente. A basílica passa a separar espacialmente os espaços jurídicos, políticos e administrativos dos mercantis, estabelecendo uma especialização e uma hierarquização dos espaços, e torna-se um edifício autônomo. “Se trata, na prática, de uma passagem de estatuto conceitual de *locum adiunctum commune*, para *opus publicum*, a partir de então caracterizado pela *dignitas*” (CAVALIERI 2002: 34).

E a basílica de Fano também apresenta outra característica importante que vai se reproduzir através do Império: a criação de uma axialidade ligando o *aedes*, o *tribunal*, o fórum, a nave principal e a entrada da basílica com a praça do fórum e o Capitólio. Basílica, praça e templo, como aparecem em Fano, são o modelo que se difunde pelo Império de fórum tripartido (CAVALIERI 2002: 31-4).

Em Roma, a basílica com *tribunal* aparece apenas com a Ulpia, mas não se deve entender isto como um “atraso”, talvez sim como um “conservadorismo tradicional”. As basílicas Emília e, especialmente, a Júlia (há relatos que o atestam) abrigavam atividades judiciárias, embora sem *tribunalia*. Aliás, se podiam ser colocadas divisórias de madeira na

³⁷ A basílica que Vitrúvio considerava “normal” (nos anos 20-30 a.C.) ainda é um espaço anexo dependente do fórum do qual ela constitui apenas seu prolongamento coberto. “A expressão ‘*loca adiuncta*’ que ele utilizou para designar sua colocação mostra bem o status ainda secundário do edifício e sua fraca autonomia monumental (V, 1, 4)” (Gros 2002: 240). A Basílica Pórcia, extinta em 52 a.C. por um incêndio, seria um edifício deste tipo. Em 69 d.C., Plutarco (*Galba* 26, 3) atesta que a Basílica Emília não apenas era aberta no lado voltado para o fórum, como também seu lado norte só foi fechado em idade Flávia com a construção do muro do recinto do Fórum Transitorio.

Basílica Júlia para propiciar a realização de vários julgamentos simultâneos (segundo Plínio, o Jovem), acredito que nada impede (além da falta de um registro literário conhecido) que se proponha terem existido tablados de madeira para os juízes. Comprovadamente, segundo Carnabuci (1996), o Fórum de Augusto possuía espaços específicos para a realização de julgamentos, sendo que as êxedras laterais eram destinadas ao pretor peregrino e ao pretor urbano. Carnabuci acredita, inclusive, que todo o Fórum de Augusto tenha sido criado para abrigar atividades jurídicas.

Não existe uma evolução cronológica da basílica entre os dois tipos encontrados na Itália durante os dois últimos séculos antes de Cristo. Ou seja, não se passou de uma tipologia a outra porque, provavelmente, todas as duas – fechada vitruviana e aberta – coexistiam desde seus nascimentos.

Já vimos, mais acima, a definição de basílica de Paul Zanker. A definição de Zanker é importante porque considera os significados culturais – ou ideológicos – das basílicas nas cidades romanas. O ambiente construído é uma manifestação cultural, influencia e é influenciado pelo homem e sua cultura. Como afirmou Rapoport (*apud* LAWRENCE e LOW 1990: 459), a cultura gera a forma construída e esta transmite significados, os fatores culturais sobrepondo-se aos ecológicos na construção. Isto fica especialmente claro quando se fala dos romanos, cuja capacidade técnica construtiva era extraordinária, permitindo que se tornassem cada vez mais livres para criar e testar novas formas (inclusive pela versatilidade propiciada pelo concreto). As edificações romanas podiam ser facilmente adaptadas às suas necessidades sociais e/ou funcionais, mesmo quando respeitavam as características topográficas.

BASÍLICAS REPUBLICANAS NA ITÁLIA

A reconstituição das primeiras basílicas republicanas de Roma é baseada em fontes textuais, que precisam datas e pessoas que as financiaram, e com o estudo das basílicas italianas. Embora se possa traçar sua evolução com bastante precisão, ainda permanece obscura a sua origem³⁸. Eram, ainda, na maior parte dos casos, basílicas “abertas”, onde um pórtico, simples ou duplo, as colocava em contato direto com o ar-livre de um fórum.

A basílica do fórum da colônia de Cosa é a mais fácil de reconstituir. Construída nos anos 120 a.C., após a construção dos outros edifícios do fórum (*comitium*, cúria, templo

³⁸ Para um relato sobre as discussões arqueológicas sobre as origens das basílicas romanas, ver SANTOS 2006: 139 ss.

políade e *atria publica*), o que demonstra que as basílicas, no século II a.C., ainda não haviam adquirido a importância que tiveram posteriormente na instalação dos fóruns provinciais, pois, no início do Império, eram das primeiras estruturas a serem edificadas nos centros urbanos. A basílica de Cosa, ainda relativamente compacta, é a única a apresentar a relação 1:3 preconizada por Vitrúvio entre a largura dos pórticos periféricos e a da “nave” central. Possuía uma fachada com dupla colunata, a exterior dobrando, neste lado, a da perístase interna e apresentando, pois, o aspecto, do lado do fórum, de um pórtico duplo (*porticus duplex*) (Figura 3.9).

Figura 3.9. Reconstituição hipotética do fórum de Cosa no final do século II a.C., segundo F. E. Brown (Gros 2002: 241, fig. 285).

Outras basílicas semelhantes são as de Ardea, no Lácio, a de *Alba Fucens*, no Abruzzo, e a de Aquiléia, no Friule, que oferecem uma ordenação semelhante (todas datadas entre a metade do século II e o início do século I a.C.). Alinham-se com o fórum pelos seus lados maiores, para o qual se abrem, seja por meio de uma colunata (Ardea, Figura 3.10) ou por meio de três grandes espaços abertos no muro da fachada (como em *Alba Fucens*). A basílica de Aquiléia possui duas êxedras nas extremidades laterais que, se pertencerem à sua fase inicial, são o primeiro exemplo de uma composição futura de prestígio. Não pretendo fazer uma descrição dessas basílicas, pois não aparecem nas cidades romanas hispânicas. Mas Pierre Gros faz uma descrição das mesmas traçando sua evolução (GROS 2002: 241-2).

Figura 3.10. Plano da basílica de Ardea (GROS 2002: 241, fig. 286; a partir de A. Nünnerich-Asmus, *Basilica und Portikus. Die Architektur der Säulenhallen als Ausdruck gewandelter Urbanität in spatter Republik und further Kaiserzeit*, Cologne, Weimar, Vienne, 1994).

A característica principal da basílica da *colonia Iulia Fanestris*, Fano³⁹, a no Adriático, é ser fechada, o que lhe confere, segundo Vitrúvio, uma *dignitas* suplementar, deixando de ser apenas um anexo coberto do fórum e passando a ter um status de monumento (V, 1, 6-10) (Figura 3.11). Os seus vestígios arqueológicos não foram ainda encontrados, mas pelas descrições sabe-se que era cercada por paredes nos seus quatro lados e que, internamente, sua aparência “colossal” era propiciada pela ausência de um piso intermediário (*altitudinibus perpetuis*), correspondendo a duas colunatas sobrepostas nas naves laterais, circunscrevendo o espaço central (de 120 pés de comprimento por 60 de largura). No eixo transversal, na parede posterior, duas colunas, das oito que definiam a perístase interna, foram suprimidas para permitir a visão de uma *aedes Augusti* (um pequeno santuário consagrado ao imperador reinante) sobre um *tribunal* em arco de círculo, de 60 pés de largura e 15 de profundidade.

Figura 3.11. Planta da Basílica de Fano, segundo K. F. Ohr, "Die Form der Basilika bei Vitruv", in *Bonner Jahrbücher*, 175, 1975: 113 ss. (GROS 2002: 243, fig. 287).

A Basílica de Pompéia (Figura 3.12), embora possua uma orientação diferente com relação à praça, com sua entrada por um dos seus lados menores, pois fica perpendicular ao

³⁹ Também chamada de *Fanum Fortunae*.

fórum, é considerada por Gros (2002: 242 ss.) um precedente do esquema da basílica de Fano, pelo menos um século mais antiga do que a época em que escreveu Vitrúvio.

Figura 3.12. Planta do Fórum de Pompéia (La ROCCA et alii 2000: 112).

Construída por volta do final do século II a.C., apresenta as características estruturais essenciais da basílica de Fano: o seu fechamento periférico e a ordem interna colossal. Delimitando o seu espaço central interno, colunas jônicas⁴⁰ sobre bases áticas e corpo de tijolos recobertos com estuque. Possui selos em osco, denotando a existência de uma construção anterior à colonização de Sila (entre os anos 130-120 a.C.). Mas possui uma planta bem mais alongada que Fano, o que, para Welch (2003: 20), significa que “foi provavelmente modelada na monumental Basílica Emília de 179 a.C.”

Possui, na parede posterior do eixo longitudinal, um *tribunal* elevado sobre um pódio, sem escada frontal, “o que acentuaria o isolamento hierárquico dos magistrados chamados a ocupá-lo” (GROS 2002: 243). O acesso principal era feito por meio de cinco portas através de um vestíbulo a céu aberto (*chalcidium?*), e o espaço coberto media pelo menos 1.500m².

Fora o fato de serem fechadas, não existe muita semelhança entre as basílicas de Fano e de Pompéia, embora a segunda possa ser considerada como “um aperfeiçoamento relativamente tardio do esquema basilical ‘normal’”. Mas uma e outra definem um espaço

⁴⁰ A ordem jônica é a proposta por Gros, por acreditar ser melhor adaptada ao contexto. K. F. Ohr ("Die Form der Basilika bei Vitruv", in: *Bonner Jahrbücher*, 175, 1975: 113 ss.) propõe, na sua reconstituição, capitéis coríntios por causa do seu colossal peristilo interno.

fechado em si mesmo e procedem de uma concepção próxima o suficiente” (Gros 2002: 243-4). As basílicas – tanto do Fórum Romano quanto as provinciais – tendem fortemente para uma forma alongada e não para a quadrada.

Acredito que a basílica de Pompéia se assemelha às tardo-republicanas de Roma, embora sejam significativos de um desenvolvimento posterior a presença dos *tribunalia* que parece ter sido uma característica que se tornou comum nas basílicas romanas por todo o Império. Mas sua posição perpendicular com relação ao Fórum, com a entrada no lado menor e, principalmente, a falta de exemplos de basílicas itálicas do mesmo período, dificultam uma análise comparativa. Ao mesmo tempo, devemos levar em conta que a sua posição perpendicular poderia representar, neste caso específico, mais do que uma exceção ou inovação, uma *adaptação* do antigo centro da cidade osca ao planejamento urbano romano. Isto também explicaria o leve deslocamento que vários outros edifícios do fórum possuem com relação à praça central, especialmente o Templo de Apolo.

BASÍLICAS DE ROMA

A basílica considerada mais antiga, a Pórcia, de 184 a.C., foi edificada por Catão e os dados são muito escassos para saber se já possuía o “esquema basilical”. Balty (1991: 255), referindo-se a um artigo de J.-M. David⁴¹, fala da presença de um *tribunal* permanente na Basílica Pórcia, indicação da evolução que tendeu a isolar progressivamente a atividade judiciária da praça pública e subordiná-la ao poder do imperador, fechando-a no espaço da basílica. Não encontrei outra referência sobre este *tribunal*. Entretanto, a basílica ainda não é uma construção autônoma e fechada em si mesma: “assemelhava-se a um amplo pátio coberto e definia-se mais por seus arredores que por suas próprias estruturas” (GROS 2002: 239). A basílica estava integrada em um conjunto arquitetônico que incluía a Cúria Hostília, na área do Comício.

É a Basílica Emília – também denominada “Fúlvia-Emília” (ou ainda *Paulli*) –, porém, que apresenta a aparência formal renovada das basílicas de Roma. M. Emílio Lépidio, que seria censor em 179 a.C., viveu no Egito entre 206 e 200 a.C., na corte de Ptolomeu IV, em missão do Senado romano. “Durante sua missão em Alexandria, pôde ver o alcance da eficácia funcional e simbólica das grandes salas hipostilas onde os monarcas helenísticos encenavam

⁴¹ “Le *tribunal* dans la basilique: évolution fonctionnelle et symbolique de la République à l’Empire”, nos atos do colóquio *Architecture et société: de l’archaïsme grec à la fin de la République romaine*, Paris-Roma 1983: 219-241.

seu poder. O significado político da basílica da qual ele comandaria a construção é claro: criação pagã por excelência, ela se tornaria para os Emílios (*Aemilii*), o sinal tangível de sua riqueza e de seu poder até o fim da República” (GROS 2002: 238). Após várias restaurações realizadas por alguns membros da *gens* Emília (por volta de 80 a.C., em 54, 34 e 14 a.C. e novamente em 22 d.C., sob Tibério), teria assumido o nome de *Basilica Paulli*⁴².

Para Gros, a Basílica Emília republicana representa um momento decisivo na elaboração desse tipo de edifício. Embora haja poucos vestígios arqueológicos, e algumas imagens monetárias de uma fase posterior, ela já é uma basílica do tipo “longo”, com uma perístase interna definindo uma nave central larga (diferente da Pórcia). Ocupou a área disponível entre o *Forum piscatorium* (o futuro *macellum* ou mercado alimentício) e o Fórum propriamente dito, mas ficava separada dele por uma fileira de tabernas. Nessa primeira fase não há como reconstituir o aspecto da fachada. Desde a sua primeira versão, deve ter possuído duas colunatas sobrepostas separadas por um entablamento que, “no denário de M. Emílio Lépidio, aparece ornado com escudos colocados em 78 a.C.” (GROS 2002: 240).

A Basílica Emília do período tardo-republicano-imperial foi a primeira de Roma do tipo monumental, ocupando grande parte do lado norte do Fórum Romano. Segundo Plínio, o Velho, era uma das mais belas obras que o mundo já tinha visto. Desde sua construção, seguiu já um modelo que as reformas sucessivas não modificaram significativamente. “A única diferença de relevância, com respeito ao seu esquema republicano, é a presença no lado norte de duas naves menores ao invés de uma, o que destaca a vontade dos construtores de aproveitar ao máximo o espaço a disposição” (COARELLI 2003: 60). É a segunda maior basílica da Antiguidade depois da Ulpia.

“A basílica em si, cujos vestígios são de época augustana, fica atrás do pórtico monumental que a precede a sul, voltado para a praça. A fachada desse pórtico, com 102 metros, tinha a dupla função de unificar a franja setentrional do fórum e dissimular as tabernas (as antigas *tabernae novae* de época republicana, refeitas) que se abriam diante da basílica, que Emílio Paulo reconstruiu ao longo da fachada. Na mesma época, César, que construía a sua basílica do outro

⁴² A *gens Aemilia* era, na verdade, *Aemilia Paulla*. Coarelli observa que existem diferentes interpretações para as várias denominações atribuídas ao mesmo edifício. Afirma Coarelli (2003: 59): “Segundo uma hipótese recente, a Basílica Emília (que deve ser distinguida da Fúlvia) seria, na realidade, identificável com outra construção, que ocupava o lado estreito oriental do Fórum e da qual foram reconhecidos os restos sob o sucessivo Templo do Divino Júlio. A sua construção seria atribuída a Emílio Paulo, durante a sua censura em 159 a.C. Um último restauro foi realizado depois de um incêndio que, pela moeda fundida encontrada no pavimento, pode ser datado do início do século V d.C. (...). Os restos do incêndio foram recobertos com um novo pavimento, de um nível mais alto”. Pode-se dizer, então, que existiram em Roma duas basílicas Emílias, a de 179 a.C., republicana, e a imperial, da época de César.

lado da praça, adotou uma forma mais refinada, transformando as *tabernae* em parte integrante dela, colocando-as no seu interior, na parte de trás” (FAVRO 1996: 63).

O pórtico possuía duas ordens sobrepostas, de colunas dóricas embutidas enquadrando arcadas sobre impostas⁴³, “a fachada definia uma ordenação de tipo ‘teatral’ que responde à do *Tabularium* mas que, sobretudo, explora as experiências plásticas dos edifícios de espetáculo recentemente construídos no campo de Marte, e particularmente as do Teatro Marcelo. O duplo ático com saliências que coroam a fachada aumenta a majestade dissimulando completamente a própria basílica, cujo cume não é mais alto que o do pórtico. Este elevava-se de fato a 100 pés romanos, cerca de 30 metros acima da estilobata⁴⁴ da ordem inferior, atingindo, assim, o nível dos monumentos mais majestosos do fórum, a Cúria e o Templo dos Dióscuros” (GROS 2002: 251) (Figura 3.13).

Figura 3.13. Reconstituição da fachada da Basílica Emília, segundo H. Bauer (GROS 2002: 251, fig. 300).

Essa “entrada monumental” da basílica foi terminada em 2 a.C. e é identificada, por meio de uma dedicatória no segundo ático, como o *porticus Gai et Luci*. Pórtico de Caio e Lúcio ou Pórtico Júlio. Sua largura é de 7 metros, com dois andares cobertos em abóbada de arestas.

Entrava-se na basílica propriamente dita por três portas abertas no muro do fundo das tabernae e o salão media 92,50 x 30 m, dividido em quatro “naves” (GROS 2002: 251); ou era aberta em três lados, daí seus três ingressos, e seu interior media cerca de 70 m x 29 m, dividido em quatro naves por colunas de mármore chamado “africano” (COARELLI 2003: 60). A área central era circundada por um deambulatório que também se abria, no noroeste,

⁴³ Um dos elementos do arco, as *impostas* são as seções de apoio assentadas sobre os pés-direitos (pilastras, colunas, seções murais, sobre as quais se descarrega o peso das paredes sobrestantes).

⁴⁴ Estilobata: “fiada de alvenaria que forma o alicerce de um renque de colunas, da colonata externa de um templo clássico” (CHING 2010: 261).

sobre um pórtico estreito, com apenas 2 m de largura, cuja colunata exterior formando a fachada foi substituída por um muro quando foram construídos, no final do século I d.C., os Fóruns da Paz e o Transítório. A basílica, com dois andares, era inteiramente suportada por colunas (Figura 3.14).

Figura 3.14. Reconstrução em corte NE-SO do Pórtico e da Basílica Emília (CLARIDGE 1998: 66; fig. 5).

Seu espaço interno, de três níveis, era muito amplo, a área central com uma altura de mais de 25 metros; possuía decoração figurada rica, com um longo friso interno, de mármore grego, que trazia um relevo relativo à origem de Roma (como o rapto das sabinas, ainda existente em fragmentos). Sua data provavelmente é da restauração de 54 a.C (COARELLI 2003: 60).

Para Zanker (1992: 146-7), raros eram os edifícios em Roma que não apresentassem signos alusivos à nova *pietas* de Augusto. E esses signos, baseados em imagens antigas, se tornaram mais enfáticos mediante novas formas. É o caso dos *bucrânios*, as cabeças bovinas antes representadas completas, e que, no período de Augusto, eram representadas somente as caveiras. “Nas métopas do pórtico da Basílica Emília, é fascinante a delicada representação da ossatura, a atrativa ornamentação e o vazio escuro das cavidades oculares dos bucrânios (Figua 3.15). Uma faixa superdimensionada intensifica o caráter sagrado”.

Figura 3.15. Bucrânio, elemento do friso dórico do segundo nível da fachada da Basílica Emília (GROS 2002: 251, fig. 301; foto de J.-L. Pallet).

A *basilica Aemilia* é, sem dúvida, com sua rival, a *Julia*, a única das grandes basílicas de Roma que possuiu uma ordem interna tão desenvolvida; mesmo a *Ulpia*, no Fórum de Trajano, não desenvolverá três níveis de colunas ou de pilastras sobrepostas ao redor de sua “nave” central (GROS 2002: 252).

Um monumento de tal porte e complexidade transcende o esquema básico da basílica, embora o plano basilical se mantenha graças à presença de um *spatium medium* e a cobertura com clerestório, que não podia ser vista do exterior. Além disso, ela é voltada para as atividades do interior, o pórtico impedindo o uso do segundo andar como “balcão” para o fórum⁴⁵; na verdade, o segundo nível, a *loggia*, é concebido para que os transeuntes ou os curiosos tenham uma boa visão da área central interna, “que constitui o coração e o lugar de convergência de toda a construção” (GROS 2002: 252).

O mesmo sucede com a Basílica Júlia, que Gros considera uma reprodução da Basílica Emília. Plínio, o Jovem, descrevendo o povo que foi assistir a um grande processo na Basílica Júlia, escreveu: “mesmo das tribunas da basílica (*ex superiore basilica parte*) se debruçavam de um lado as mulheres e do outros os homens, com a esperança de ouvir, coisa difícil, e, coisa mais fácil, de ver” (*Epist.* VI, 33, 4).

Segundo Gros, este é o oposto do sistema previsto por Vitrúvio para a basílica “normal” (V, 1, 5), que preconizava que o *pluteum* situado entre as duas ordens da colunata interna fosse bem alto para impedir os negociantes na nave central de perceber os que circulavam pelo deambulatório situado no segundo nível: estes só tinham vista para a praça

⁴⁵ Nas basílicas republicanas mais antigas, das quais Cosa é emblemática, o segundo piso possuía um balcão voltado para fora, para o fórum.

adjacente. De agora em diante surge o precedente da “inversão” do foco de atenção para o interior do edifício basilical.

César, em 54 a.C., mandou demolir a Basílica Semprônia (de 170 a.C.) e as *tabernae veteres* para dar lugar à construção da Basílica Júlia, a segunda basílica monumental do Fórum Romano, localizada no lado sul da praça, em frente à Basílica Emília, ocupando toda a área entre o Templo de Saturno e o de Cástor e Pólux, e reproduz os principais componentes dela, “tanto quanto possamos julgar” (GROS 2002: 251). Media 101 metros de comprimento por 49 de largura. As tabernas foram reconstruídas mais a sul, na fachada posterior externa da Basílica Júlia e a fachada desta passou a dar diretamente para a praça. “Nisso a integração monumental revela-se mais completa que a do complexo *basilica Aemilia-porticus Gai et luci*” (GROS 2002; 253).

A sua construção foi iniciada por César, provavelmente contemporaneamente ao novo fórum. Augusto a consagrou em 46 a.C., inacabada, e continuou sua construção. Não é possível restituir sua elevação com segurança, mas sabe-se que possuía, como a Basílica Emília, dimensões grandiosas, com praticamente cinco naves. O espaço central contornado por duas “naves” laterais, formando duplo deambulatório periférico, media 82 X 18 metros. Os pórticos laterais concêntricos mediam 7,5 metros de largura, com galerias no segundo piso. O pórtico lateral norte, em contato com o fórum, possuía dois planos de arcadas sobrepostos, o que leva Gros a deduzir que a nave central deveria ter três pavimentos (o que a elevaria acima do pórtico integrado, não tendo, assim, ocultada a sua monumentalidade). “Este verdadeiro pórtico de fachada, onde talvez se deva reconhecer o *porticus Julia*, apresentava, como seu homólogo da *basilica Aemilia*, duas ordens dóricas sobrepostas enquadrando arcadas sobre impostas” (GROS 2002: 253) (Figura 3.16).

A fachada principal era inteiramente de mármore. Os pilares internos, originalmente de travertino, com um friso de mármore branco. As naves laterais mais externas eram pavimentadas com mármore branco.

“Era a sede do Tribunal dos *Centumviri*”⁴⁶. Toldos ou tabiques de madeira dividiam seu interior em setores, o que permitia a sua utilização por quatro tribunais simultâneos. Somente em caso de processos particularmente importantes era necessário ocupar toda a área. Deles nos fala Plínio, o Jovem (*Epístolas* VI, 33, 3), recordando que em um dos processos do qual tinha participado, a multidão se apinhou não apenas no salão, mas também nas galerias superiores. Sabemos, por uma

⁴⁶ “Cem Homens”, uma corte civil especial que geralmente lidava com questões de herança e que, na verdade, era composta por cento e oitenta juízes que, dos julgamentos importantes, todos participavam.

inscrição descoberta em Êfeso, que a basílica constituía a sede do *Portorium* (escritório das empreitadas públicas) da Ásia” (COARELLI 2003: 85-6).

Figura 3.16. Basílica Júlia (ARGAN 2003: 173).

Nos degraus voltados para o Fórum e no pavimento das naves foram incisos diversos jogos (*tabulae lusoriae*), como damas ou “filetto”, que deviam servir de distração aos ociosos e vadios⁴⁷ que enchiam a praça. Também havia grafites, que provavelmente reproduziam estátuas dispostas no entorno.

Na área a sul da basílica, comunicando-se com ela, existiam algumas *tabernae* que se abriam para uma rua antiga. Para Claridge, tais espaços podem ter abrigado secretarias da corte, escritórios públicos e, talvez, outros ramos da administração pública, como cambistas (CLARIDGE 1998: 90). Do outro lado dessa rua, na zona não escavada, devia encontrar-se o templo dedicado a Augusto Divinizado, iniciado por Tibério e concluído por Calígula (COARELLI 2003: 86-7).

Última das grandes basílicas urbanas do Alto Império, a Basílica Ulpia foi concluída em 112 ou 113 d.C. e até o final da Antiguidade era considerada o edifício mais imponente da Roma antiga. Financiada por Trajano (com o espólio da campanha contra os dácios), seu tamanho gigantesco – 8.500 m² de área coberta, perto de 171 metros de comprimento com as

⁴⁷ Termos empregados por Coarelli (2003: 86).

absides e 59 metros de largura sem as sacadas –, construção luxuosa e posição no fórum, servindo como cenário para o Fórum de Trajano, provocaram a admiração dos observadores por gerações.

Como não encontrei nenhuma basílica na *Lusitania* que apresentasse características semelhantes – nem em tamanho, nem em decoração ou planta – não creio ser necessário descrevê-la. De todo modo, as melhores descrições e reconstituições estão em C. M. Amici (1982); P. Gros 2002: 253 e ss.; J. E. Packer e K. L. Sarring 1992 (1993), p. 72 ss.; Peter Connolly & Hazel Dodge (1998: 231-35, especialmente nas páginas 234-5); e, sobretudo, James Packer 1997.

BASÍLICAS DAS PROVÍNCIAS OCIDENTAIS NO INÍCIO DO IMPÉRIO

Nas províncias ocidentais nenhuma basílica parece ter sido erguida antes da época augustana (mesmo em Ampúrias, na Tarraconense, ou em *Glanum*, na Transalpina, sítios de ocupação romana mais antiga).

“O esquema que prevalece nas versões mais antigas é o de uma planta retangular, com proporções variáveis, mas pelo menos duas vezes mais longa que larga, onde uma colunata interna determina não mais uma nave central, mas um espaço também quadrangular (*spatium medium*) ao redor do qual predomina um deambulatório; este assume frequentemente, do lado do fórum, o aspecto de um pórtico aberto, mas uma parede com portas pode também fechar o edifício na fachada; a largura desse deambulatório não ultrapassa nunca a metade da do espaço definido pelas colunas internas. A parte central, mais alta, possui clerestórios, enquanto as naves laterais e suas voltas nos lados menores do retângulo podem ser cobertas com varanda ou com alpendres. Em muitos casos, a colunata da fachada apresenta o mesmo ritmo e o mesmo módulo que os pórticos que margeiam o fórum” (GROS 2002: 248).

São exemplos desse tipo de basílica, na Península Ibérica, as de Tarragona (figura 3.17), de *Clunia* e de Belo.

Além dessa versão mais comum, de planta alongada com proporção de 2:1, Gros também acusa a presença de uma forma “transitória” de basílicas que demonstram um laço ainda vivo com os pórticos (GROS 2002: 248-9). Para ele, os edifícios basilicais mais antigos muitas vezes são abusivamente chamados de basílicas, pois suas formas se assemelham mais a pórticos com duas naves (*porticus duplex*). Exemplos típicos dessas “basílicas” aparecem nos fóruns de *Conimbriga*, em Portugal, Ampúrias e Valeria, na Espanha (além de *Glanum*, na França, e Nyon e Vidy, na Suíça). Geralmente ocupam um

dos lados menores da praça e o mais comum era terem a fachada voltada para o fórum formada por uma colunata “com ritmo mais denso do que a que separava em duas naves de igual largura o espaço interno” (GROS 2002: 249).

Figura 3.17. A basílica de Tarragona. Planta reconstituída e hipótese de reconstituição em elevação, a partir de R. Cortés (GROS 2002: 249, fig. 298).

Este fenômeno, embora relativamente curto (menos de meio século), foi razoavelmente difundido até o século I d.C., quando o “esquema canônico” passa a dominar, acompanhado, na maioria dos casos, por uma modificação sensível da ordenação do fórum e de seus anexos administrativos. A basílica passa a ser organicamente ligada à praça da qual ela constitui o prolongamento coberto. Para Gros (2002: 250) essa diversidade não corresponde a situações jurídicas e históricas diferentes, mas demonstra “a medida da flexibilidade das telas ou da variedade dos modelos de que dispunham os edis nas comunidades urbanas ocidentais”. Havia uma margem de liberdade e de espaço de manobra que permitia adaptar os modelos em função de seus recursos, tradições e necessidades. Mas é claro, porém, que uma regularização interveio rapidamente.

“É evidente que uma regularização aparece rapidamente e que, após a metade do século I d.C., a basílica com deambulatório periférico, com seus anexos – a cúria em êxedra quadrangular ou absidal no eixo transversal, e às vezes o *tribunal* ou o *aedes Augusti* – se impõe em toda a parte, em ligação com a ordenação do “fórum tripartido” (GROS 2002: 250)”.

DECORAÇÃO INTERNA DAS BASÍLICAS

Para Welch (2003: 30-32), a decoração das basílicas sobreviventes está relacionada à origem delas. Pouquíssimos dos frisos pictóricos que decoravam os interiores sobreviveram, mas a maioria dos que sobreviveram incluem cenas de uma história lendária da cidade: o friso da Basílica Emília do século I a.C.; o da basílica de Óstia, do primeiro ou segundo século d.C.; e o friso da basílica de Afrodísia, provavelmente do final do século I - início do II d.C. Os pouquíssimos outros fragmentos sobreviventes, afirma Welch, representam assuntos mais genéricos⁴⁸.

Uma razão para a basílica teria sido considerada um tipo de construção adequada para mostrar a história da cidade pode ser porque cenas dos mitos fundadores da cidade também decoravam as *stoas* de Atenas, sempre um modelo artístico autorizado por Roma, afirma Welch. Mas parte da explicação é que

“durante o período republicano, [...] os frisos de basílicas que representavam cenas de uma história inicial da cidade poderiam ter sido apropriados porque constituíam um assunto comunal pertinente à *res publica* como um todo. Eu sugiro, além disso, que os frisos com cenas da história inicial de Roma exibidos no interior das basílicas foram originalmente concebidos para impressionar e “educar” dignitários estrangeiros quando visitavam Roma em suas missões diplomáticas” (WELCH 2003: 31).

Nas províncias, poucos são os frisos encontrados. Quando for possível, serão descritos no *Corpus Documental* (como para *Ebora Liberalitas*).

CÚRIAS

No caso de Roma, a implantação do conjunto *Comitium-Curia*, no final do século VII e início do VI a.C. constituiu o próprio ato fundador da *Urbs*, pois era o espaço político-judiciário da comunidade. O *Comitium* marcou, durante séculos, o centro da vida pública romana, local onde se reuniam os *comitia curiates* para realização dos debates jurídicos. E a *Curia* era o local de reunião dos senadores, para tratar dos “negócios humanos”⁴⁹ (GROS

⁴⁸ A bibliografia para o estudo dos frisos que fornece Welch é a seguinte: M. Cavalieri, *Athenaeum* 78 (2000) 465-76; friso da Basílica Emília: G. Carettoni, "Il fregio figurato della Basilica Emilia", *RivIstArch* 10 (1961) 5-78; o de Óstia, G. Becatti, "Un rilievo con le oche capitoline e la basilica di Ostia", *BullCom* 71 (1943-45) 31-46; para Afrodísia, B. H. Yildirim, *The Ninos reliefs from the Roman civil basilica of the South Agora at Aphrodisias in Caria* (PhD. Diss., New York Univ. 2000).

⁴⁹ Em Roma, as *Curiae* eram duas: de um lado, havia aquela onde os sacerdotes tratavam – *curarent* – dos negócios dos deuses, daí as *Curiae Veteres* (as Antigas Cúrias); por outro lado, havia aquelas onde o Senado

2002: 261). Assim, a cúria era inseparável do espaço do *Comitium*. A cúria era constituída como um *templum*: o lugar da Assembleia do Senado era delimitado religiosamente, sacralizado e, somente depois, surgiu o seu *templum* específico, a cúria, que só podia ser substituída por outro templo.

A literatura, a epigrafia e, para alguns, a arqueologia informam sobre vários locais diferentes onde se reunia o Senado (como o Templo de Júpiter, no Capitólio, no Templo de Apolo, dos Cástorez etc.). Isto não acontecia apenas em Roma, mas também nas províncias italianas e em algumas cidades africanas (*Lepcis Magna*). Não é por acaso, então, que as cúrias possuam semelhança arquitetônica com templos. “O exemplo máximo é a *Curia Iulia augustana*” (BALTY 1991: 612). Há vários casos de cúrias que foram, inicialmente, identificadas como templos e vice-versa⁵⁰. E foi Balty (1991) quem corrigiu em numerosos sítios as hipóteses tradicionais que identificavam estruturas como templos ou *aedes*, recolocando, com bons argumentos, várias cúrias provinciais como tal (GROS 2002: 261).

Para Balty, as salas anexas das basílicas provinciais, as êxedras e absides, com seus *tribunalia*, tinham a função (histórica arquitetônica) de *sacellae* para divindades. “[A abside] é, na verdade, apenas uma ampliação arquitetônica do nicho, de destinação análoga [...]. Nicho e abside abrigam e enquadram uma estátua: estátua de culto, estátua imperial” (ver BALTY 1991: 604-7). O que, para Balty, pode diferenciar um templo de uma cúria é a presença, nos templos, de pronau e pódio baixo ocupando toda a parede de fundo da construção (BALTY: 205-6 e 609).

As cúrias anexadas às basílicas, como em Fano e em inúmeras basílicas provinciais, funcionam como êxedras – e, portanto, *sacellae* – das basílicas, até mesmo reforçando seu caráter sagrado. E Balty aventa a possibilidade, inclusive, de algumas dessas salas funcionarem também como verdadeiros templos de culto imperial e de Roma. Este culto e a administração do Estado estavam, como se sabe, intimamente ligados (BALTY: 611-2).

Com o Império, a ligação *Comitium-Curia* se rompe, não resistindo ao novo papel do Imperador e do Senado. As funções eleitorais do *Comitium* migraram para as *Saepta*, no Campo de Marte; as assembleias passaram a ser realizadas diante do Fórum, não mais no *Comitium*; e as basílicas passaram a abrigar os tribunais “e a área circular [do *Comitium*]

tratava dos negócios humanos, daí a *Curia Hostilia*, que devia seu nome ao fato de *Tullus Hostilius*, seu provável construtor (GROS 2002: 261).

⁵⁰ Ver Balty 1991: 608-9.

perde sua última razão de existir. A Cúria, não obstante permanece o corpo central do poder legislativo” (GROS 2002: 262).

A Cúria Júlia serviu de modelo para diversas criações italianas e provinciais após início do reinado de Augusto. E mesmo assim são raras, pois “a relação de subordinação do espaço judiciário e administrativo que se instaura desde o início do Principado nos estabelecimentos urbanos modifica raramente o esquema canônico. É importante de fato distinguir as cúrias autônomas das cúrias ‘integradas’: o controle simbólico e a vontade de escolha se aliam para criar um processo de reclusão cujas basílicas são cada vez mais o lugar e o meio” (GROS 2002: 263).

CÚRIA COMO EDIFÍCIO AUTÔNOMO NAS PROVÍNCIAS

Para Vitruvius (V, 2,1), a cúria está entre as principais estruturas que exprimem a dignidade municipal. Esta prioridade está relacionada ao processo de municipalização que afeta a Itália no século I a.C., com a aquisição da cidadania romana em toda a península. E a *lex Julia municipalis* (CIL I, 206, II, 83-86 e 126-137) estipula que se estabeleça, obrigatoriamente, uma *ordo* ou um *senatus* na administração local nos municípios, colônias, prefeituras, *fora* e *conciliabula*. A Cúria era, portanto, o principal elemento constitutivo dos centros monumentais desses diferentes assentamentos que, independentemente da diversidade de seus estatutos, possuem todos a *dignitas urbis* (GROS 2002: 268).

Também estão normalmente ligados ao fórum, além da cúria, outros dois estabelecimentos administrativos: o *tabularium*, ou sala de arquivos; e o *aerarium*, ou tesouro público.

“Nas províncias, as cúrias independentes, frequentemente situadas em posições dominantes em relação aos eixos dos fóruns, não faltam desde o início do Império” (GROS 2002: 265). Em *Saguntum*, na Espanha, a cúria é uma estrutura colocada ao lado do templo políade (ou do capitólio?), mas apresenta todas as características similares das cúrias totalmente autônomas (GROS 2002: 266).

CÚRIAS INTEGRADAS ÀS BASÍLICAS

“Há poucos monumentos em que a arquitetura exprime tão claramente a nova hierarquia das funções impostas pela estrutura política do início do Império do que a basílica provida de uma abside definida às vezes como um *tribunal*, uma cúria e um santuário de Augusto. Nenhuma outra composição nos permite compreender melhor o que foi a evolução dos poderes, entre o fim da República e o início do Império; a organização do consenso que implicava inicialmente uma relação institucional e urbanística entre o sagrado e o político passa doravante por uma subordinação do jurídico ao sagrado, o sagrado assumindo agora as diversas formas do culto imperial” (GROS 2002: 267).

O estabelecimento de um espaço específico nas basílicas, separado mas ligado à área central (*spatium medium*) aparece em Vitrúvio, quando descreve a basílica de Fano (V, I, 6-10). Ela possuiria uma *pronaos aedis Augusti*, ou seja, um pórtico ao santuário de Augusto na forma de uma abside. O *aedes*, colocado no lado oposto à entrada da basílica ficaria na linha de visão direta do templo de Júpiter, no eixo do fórum, integrando a basílica e seu anexo ao eixo principal do fórum. O espaço funcionava como um *tribunal*, isto é, uma tribuna curva onde os magistrados se reuniam em relativo isolamento. Para Gros, esse *aedes*, que deveria ter entronada uma efígie de Augusto, era também uma cúria, sendo prova disto tanto sua definição religiosa como o fato de seu corpo avançar sobre a largura do pórtico interno da basílica, ao qual Vitrúvio dá o nome de *pronaos*. “Esta incorporação, sob a égide do poder, das funções judiciárias (tribunal) e administrativas (cúria), é característica do desvio monárquico de um sistema onde as autonomias locais tradicionalmente reconhecidas pelos estatutos urbanos só têm direito à existência em um quadro muito estrito e simbolicamente controlado, cuja transcrição arquitetônica é o confinamento” (GROS 2002: 267).

Há, assim, uma contenção da eloquência judiciária, colocando-se a atividade política sob tutela imperial. A cúria torna-se cada vez mais isolada e dependente da estrutura basilical. Mesmo quando essa concepção de isolamento é substituída por uma simples justaposição planimétrica (uma elevação nos pisos), os usuários podem perceber a quebra de integração através das restrições de acesso à cúria, ao tribunal e ao *aedes*, dificultada pela colocação dos acessos a eles a partir de uma das naves laterais (GROS 2002: 268).

Na Espanha, encontramos fórmulas desse tipo na basílica de *Clunia*, no fórum municipal de Tarragona e na basílica forense de *Baelo*. Na *Lusitania*, especificamente, talvez a de *Ammaia*.

4. TEMPLOS E SANTUÁRIOS URBANOS

Em Roma, assim como no mundo grego e helenístico, as construções religiosas ocupavam uma posição eminente. Eram objeto de uma rica atividade criativa, mas, ao mesmo tempo, havia um escrupuloso respeito à *religio*, o que levava à manutenção de determinadas partes arquitetônicas, de estruturas e de decorações tradicionais ou arcaizantes. “O paradoxo, inerente à própria natureza desse tipo de edifício, explica em grande parte as singularidades de sua evolução” (GROS 2002: 122).

Os templos são os monumentos urbanos públicos considerados os mais antigos, em Roma. Segundo Pierre Gros, “em uma época em que a *Urbs* ainda ignorava a própria existência dos teatros, das basílicas ou das termas, os templos demarcavam os itinerários e os locais de convergência; seus volumes já imponentes, seus frontões e seus acrotérios definidos na noção do *fastigium* constituíam, no modesto tecido urbano da Roma arcaica, os únicos elementos capazes de orientar os caminhantes e de dominar os espaços” (GROS 2002: 122).

Essa primazia acontecia não apenas por questões de culto aos deuses, mas porque os templos também tinham como função primordial definir o espaço urbano. A legitimidade de Roma e sua própria existência estavam ligadas à presença “física” (segundo a concepção dos romanos) de seus protetores divinos, materializados pela ancoragem dos edifícios de culto que se tornavam, assim, irremovíveis (GROS 2002: 122). Inclusive, essa concepção do sagrado ligado ao local geográfico, físico, perpassava a mentalidade romana além dos edifícios de culto; as *domus* eram como o santuário da família, uma vez que os *divi mani* habitavam a casa ancestral.

Para Gros (2002), a partir de César e, principalmente de Augusto, os edifícios religiosos passam a ter um papel fundamental na difusão dos valores ideológicos do Principado⁵¹. O espaço sacro é liberado e não mais se prende a fórmulas tradicionais e, sem uma ruptura ostensiva, são introduzidas modificações tanto na ordenação interna quanto na aparência externa, que levam a uma “evolução tipológica” (GROS 2002: 140).

A primeira inovação interna, segundo Gros, foi a abertura de uma abside axial no fundo da *cella* (embora Vitrúvio não as mencione, cita exemplos onde aparecem, como o templo de *Venus Genetrix*). Essa abside axial, que recebeu diferentes denominações, como (*a*)*psis*, *tribunal*, *exedra* ou *cella peculiaris*, inscreveu-se na tendência geral de colocar a

⁵¹ Como brilhantemente demonstrou Paul Zanker, na obra *Augusto e o Poder das Imagens* (1992).

imagem de culto no fundo da *cella*, voltada para a entrada, “para que lhe fosse prestada uma significação estrutural particular” (GROS 2002: 140). O mais antigo templo conhecido com esta característica é o de *Venus Genetrix*, no Fórum de César.

O templo de *Mars Ultor*, edificado por Augusto (inaugurado em 2 a.C.) segue o modelo do de *Venus Genetrix*. O templo não apenas domina o fórum como este parece ter sido desenhado para destacar seu valor na definição do conjunto. No caso do templo de *Mars Ultor*, apesar da posição exatamente análoga à do templo de *Venus Genetrix*, há uma aperfeiçoamento da abside, a elevação do setor semicircular com relação ao restante do santuário. Com isto, a estátua de culto se apresenta de forma mais manifestadamente dominante (GROS 2002: 142).

Esses dois templos são tidos como os paradigmas da arquitetura religiosa imperial. Mas para compreender a evolução decisiva das plantas e dos volumes é preciso considerar outros edifícios considerados as principais construções ou reconstruções de época augustana em Roma. Gros eleger cinco edifícios: o templo de César divinizado, no limite oriental do antigo fórum republicano; os templos de Apolo no Palatino e na região denominada *in Circo*; o templo dos Dióscuros, também no Fórum Republicano; e o templo da Concórdia, aos pés do Capitólio. São edifícios ricamente decorados, tanto esteticamente quanto com relação ao material utilizado (mármore), e na ordem coríntia.

O *aedes divi Iuli*, consagrado em 29 a.C. por Augusto, tinha sua planta limitada pelo pouco espaço disponível para sua construção, sua *cella* sendo mais larga que profunda. Sua principal função era expor a estátua de César divinizado. Sua fachada era ortodoxa, a não ser pela inserção, na fachada do pódio, de uma área semicircular onde foi colocado um altar (exatamente no local onde o corpo de César teria sido cremado. Foi este o primeiro caso histórico em Roma de divinização *post mortem*, segundo um costume oriental, adotado pelos soberanos helenísticos, segundo Coarelli 2003: 95). Mas essa êxedra foi fechada antes do final do reinado de Augusto (GROS 2002: 142). O Templo do Divino Júlio, no lado oriental do Fórum, constituía um de seus limites. Diante do templo Coarelli acredita que ficavam as *Rostra ad divi Iulii*.

O templo de Apolo, no Palatino, era o segundo polo religioso do Principado, juntamente com o templo de *Mars Ultor*. Dedicado em 28 a.C., era “um verdadeiro ex-voto da batalha de *Actium*”. Estava integrado à casa de Augusto (GROS 2002: 142).

O antigo templo Apolonio, a sul do Campo de Marte, foi refeito totalmente nas décadas de 30-20 a.C. “Sublinhemos aqui que o ritmo da sua fachada pictostila e o alongamento de sua planta (6 colunas por 11) o designam como um verdadeiro modelo: com este edifício o esquema pseudoperíptero revela sua forma canônica e várias fundações provinciais retomarão as mesmas proporções” (GROS 2002: 143).

Quanto ao templo dos Dióscuros, parece ter sido o único templo monumental com planta períptera do Principado de Augusto. Sofreu apenas uma restauração por causa de um incêndio em 14 a.C., não uma reforma. E o templo da Concórdia (*aedes Concordia*), consagrado por Tibério em 10 a.C., era monumental e suntuoso, mantendo o estilo suntuoso de seu antecessor (GROS 2002: 143-4).

É possível, através da análise das principais edificações augustanas, estabelecer os aspectos gerais da construção religiosa da época, baseados nas escolhas planimétricas e na organização dos volumes. Houve uma “amplificação dos esquemas tradicionais e a solenização da aparência externa através do emprego sistemático do mármore e pela multiplicação e adensamento dos suportes livres; o aumento da dimensão vertical e acentuação corolária do tema da frontalidade; riqueza ornamental e aporte simbólico dos elementos superiores das ordens, capitéis e entablamentos” (GROS 2002: 144). Ou seja, os templos se tornam mais ricamente elaborados, tanto com o emprego de materiais de prestígio como com sua ampliação, introduzem-se elementos arquitetônicos que aumentam a aparência de prestígio e, o que considero principal, são acrescentados, na decoração, ornamentos com intenso valor simbólico.

Entre os elementos decorativos simbolicamente ligados ao Principado, estão a ordem coríntia romana (que tende cada vez mais ao naturalismo) e a utilização de motivos decorativos de acantos (que tendem à autonomia), doravante integrados à arquitetura religiosa oficial, tanto em Roma quanto na Itália e nas províncias ocidentais. Funda-se uma nova estética imperial, que destaca os valores do apolinismo augustano, fecundidade, abundância, ordem e paz. A folhagem de acantos tornou-se o símbolo e o fiador da Nova Idade de Ouro alegadamente instaurada pelo Principado. E há, no coríntio romano, uma nova significação das formas, sem que estas sejam radicalmente modificadas (GROS 2002: 145).

Na arquitetura augustana, a decoração interna (ou as “ordens interiores”) assume também um papel eminente, o que não acontecia no período helenístico, em que a guarnição interna dos santuários não era a preocupação principal. “O reaparecimento de uma

ornamentação arquitetônica complexa na *cella* dos primeiros templos imperiais procede de uma vontade de sublimação e de dilatação do espaço interno que aumenta a sacralidade do local e oferece às liturgias oficiais um cenário sugestivo. Em uma época em que não existe ainda edifício concebido para exprimir o poder e a perenidade do Principado, a encenação da majestade sancionada pelos deuses só pode se implantar nos templos” (GROS 2002: 149).

ARQUITETURA RELIGIOSA PROVINCIAL DO OCIDENTE NO FIM DA REPÚBLICA E INÍCIO DO IMPÉRIO: O EXEMPLO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Para Pierre Gros (2002: 151), o estudo da difusão dos templos itálicos é um dos melhores meios para avaliar a romanização das províncias ocidentais. Já antes do início do Império é possível encontrar edifícios de época republicana que demonstram a “receptividade precoce” de algumas regiões hispânicas. Gros cita o templo do Fórum de *Saguntum* (norte de Valência) e na *urbs vetus* de *Italica* (Sevilha). Nos dois sítios, foram encontradas as fundações de santuários de três *cellae*, que reproduzem, por suas proporções, o esquema dos templos toscanos, semelhantes aos capitólios, portanto. Foram encontrados em contextos da primeira metade do século II a.C. mas seu estado de nivelamento exclui qualquer tentativa séria de reconstituição em elevação. “A planta e técnica construtiva do de Sagunto referem-se inequivocamente a exemplos de capitólios quase tão compridos quanto largos e à fachada tetrastílica do tipo daqueles de Cosa, Luni, Minturnes e Terracina; a ausência de um pódio torna, porém, a interpretação do templo de *Italica* um pouco mais delicada” (GROS 2002: 151).

Também houve, segundo Pierre Gros, a transmissão do esquema arquitetônico helenístico (“greco-oriental”) na Península Ibérica diretamente através de *Carthago Nova* (Cartagena), e cita o exemplo de um templo encontrado no Cerro de Encarnación, perto de Caravaca (província de Múrcia) (GROS 2002: 151-2).

Na Neápolis (cidade grega) de *Emporion* (Ampúrias, na província de Gerona), foram erguidos três templos prostilos tetrastilos durante a segunda metade do século II a.C. “Um, consagrado a Serápis, foi criado em um refúgio de pórticos no final de uma praça alongada. Os outros, estabelecidos em um terraço em um ângulo da fortificação, se inscrevem, apesar da relativa modéstia de suas dimensões, em ordenação cênica típica da arquitetura helenística-itálica (Figura 3.18)” (GROS 2002: 152).

Figura 3.18. Ampúrias: os templos protilos da cidade grega. A partir de R. Marcet e E. Sanmarti (GROS 2002: 152; fig. 171).

Gros afirma que é na cidade romana deste mesmo sítio que foi encontrado o mais antigo exemplar de um templo coríntio pseudoperíptero fora da Itália (GROS 2002: 152).

“A época augustana e o primeiro período Júlio-cláudio suscita nas províncias ibéricas um surpreendente florescimento de construções religiosas, em relação com o imenso esforço de criação ou de renovação urbanas realizado no âmbito da nova reorganização provincial, a que Augusto, após a Guerra dos Cantábrios, parece ter ele mesmo pessoalmente supervisionado. Novamente, certos particularismos distinguem essas regiões do restante do Império: se os templos pseudoperípteros não são ignorados, tal como – ao menos a julgar pelas reconstituições propostas a partir, é preciso convir, de vestígios pouco explícitos – o edifício cultural edificado no início do Principado sobre o bastião da fortificação helenística de Carmona (província de Sevilha), a famosa “Puerta de Sevilla”, ou o templo de Talavera la Vieja (província de Cáceres) datável dos primeiros decênios do século I, o qual apresenta também a singularidade de um entrecolunamento axial encimado por um arco, no lugar de um entablamento reto, observa-se porém a persistência de um tipo de planta quase ignorado nas outras províncias ocidentais, a períptera” (GROS 2002: 153).

Para Gros, há, na Península Ibérica, “um fenômeno único, que até agora não se mediu nem a amplitude nem o significado: o templo protoaugustano – diríamos mesmo, mais voluntariamente, tardo-republicano”, encontrados em Barcelona (calle Paradis), em Mérida (o chamado templo de Diana) e em Évora, em Portugal, todos com uma colunata periférica de seis colunas por onze. E outra particularidade, comum ao templo de Évora e ao de Mérida, reside na disposição das escadas de acesso nas laterais e não axiais, que se encontra em vários edifícios de culto da Lusitânia (em *Mirobriga*, no Alentejo, e em

Egitania, Idanha-a-Velha, por exemplo), mas também no templo do fórum de *Clunia* (província de Burgos) (GROS 2002: 153).

Além da parte arquitetônica da qual procedem, e que testemunha uma real independência com relação aos esquemas dominantes de Roma contemporânea, esses templos perípteros constituem, a menos para alguns dentre eles, verdadeiros incunábulo⁵² da decoração coríntia ocidental fora da Itália: os exemplos mais antigos são os capitéis de Barcelona e os do templo de Mérida. E o templo capitolino de *Baelo Claudia* (Belo, na província de Cádiz, na Andaluzia) se destaca por possuir três capelas coríntias prostilas tetrastilas, sendo denominado um santuário tripartido, que se parece formalmente a diversos templos com *cella* separadas ou contíguas, como o de Brescia, na Itália, na sua versão flaviana ou o capitólio de Sbitla, na África Proconsular, de época antonina (GROS 2002: 153-5).

Segundo Gros, os edifícios sacros da Península Ibérica, datados entre o final da República e o início do Império, são “criações insólitas” oriundas de “uma originalidade que as fases posteriores, em que o emprego do mármore, cada vez mais frequente, imporá normas canônicas, não vão manter. A Península Ibérica neste início do Império permanece submetida a diversas influências, que se explicam por sua já longa história, e é certo que os remanescentes helenísticos ali permanecem mais tenazes que em qualquer outra região do Ocidente romano”. A normatização arquitetônica, pelo menos para os edifícios oficiais, aparece principalmente no final da metade do século I d.C. O exemplo mais demonstrativo é o do Templo da rua Cláudio Marcello, em Córdoba (*Corduba*), a capital da Bética) cujo naturalismo de seu movimento e o rigor de sua composição o assemelham a diversos exemplos itálicos (Óstia) ou espanhóis (Mérida) bem datados como anteriores à metade desse século. Parcialmente reconstruído, “este templo de mármore entra na categoria doravante muito clássica dos pseudoperípteros de seis colunas por onze; suas proporções, mas também suas dimensões, o designam como um concorrente da ‘Maison Carrée’ e é mais que provável que constituísse, como este último em Nîmes, uma das peças mestres do dispositivo do culto imperial, no nível municipal se não no provincial, na *colonia Patricia Corduba* (fig. 175)” (GROS 2002: 154-5).

⁵² Manifestação inicial.

ARQUITETURA RELIGIOSA SOB NERO E OS IMPERADORES FLÁVIOS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO I D.C.)

Neste período, as principais fórmulas arquitetônicas já estão aprovadas e não se pode mais inovar as plantas ou as ordens, mas, ao mesmo tempo, não foi um período estéril. “A evolução monumental aparece ali dominada por dois imperativos complementares: o progresso do culto aos Imperadores e a instauração de uma ‘monarquia constitucional’. Um e outra conduzem, em Roma primeiro, mas também na Itália e ainda nas capitais provinciais, à abertura de programas construtivos em que os edifícios religiosos exercem um papel essencial, dentro de um novo urbanismo de representação” (GROS 2002: 164).

“Nero, o terceiro e último dos júlio-cláudios, fez construir em Roma o *Claudianeum*, ou santuário consagrado a seu antecessor, o Imperador Cláudio Divinizado (na extremidade ocidental do *Caelius*, diante do Palatino). Era prostilo octostilo, erguido no centro de uma ampla esplanada retangular de 200m por 180m, e reconstruído por Vespasiano. Nada subsistiu desse templo, apenas algumas estruturas das fundações. Foi o primeiro santuário sobre terraço parcialmente artificial de que Roma se dotou após o complexo Apolônio do Palatino; eco distante das composições tardo-republicanas do Lácio, constituiu, sem nenhuma dúvida, um precioso intermediário para diversas fundações provinciais nas décadas seguintes” (GROS 2002: 165).

A segunda criação do período foi o *Templum Pacis*, na verdade um grande horto com uma sala em abside com pórtico com frontão, no mesmo nível do horto. Esse *aedes* tinha uma função religiosa administrativa, “pois era também a sede da prefeitura urbana, o que explica, entre outros, que a planta de mármore de Septímio Severo [*Forma Urbs*] estivesse fixada em uma de suas paredes. Aqui também o modelo elaborado em Roma será retornado mais tarde, no início do século II, em composições provinciais, das quais a de Atenas (a famosa Biblioteca de Adriano) é a mais significativa” (GROS 2002: 165).

E o terceiro edifício que serviu como modelo foi o Templo de Vespasiano, no Fórum Romano, a sul do *Tabularium*, perto do Templo da Concórdia. Fora o Templo de Augusto Divinizado, do qual só temos imagens monetárias, foi o primeiro dos edifícios oficiais de culto imperial do qual podemos ter uma ideia precisa. Três colunas estão conservadas, além de seu friso ornado com instrumentos de sacrifício. O primeiro templo é de 86-87 d.C. (foi restaurado no século III por Septímio Severo e Caracala), também consagrado a Tito.

O grupo de templos e santuários dedicados ao culto imperial, dentro de sua aparente heterogeneidade, “exprime plenamente o poder de anexação e de integração do culto

imperial, ao redor do qual gravitam doravante todas as divindades que servem de caução ao regime” (GROS 2002: 167).

Um exemplo muito demonstrativo da influência dos novos esquemas romanos sobre a concepção dos santuários mais tradicionais nos fornece o Capitólio de Brescia (*Brixia*), na Lombardia (dedicado por Vespasiano em 73 d.C.). E não apenas da adoção de novos esquemas como também a apropriação dos santuários tradicionais pela religião oficial, especialmente o culto imperial. São fenômenos, evidentemente, relacionados, ou, como afirma Gros, “o primeiro sendo apenas a transcrição arquitetônica do segundo” (GROS 2002: 168). O templo capitolino fica no fórum de Brescia e o domina. Possui três *cellae* sobre um único pódio. Foi reconstruído parcialmente em 1946 e é considerado um monumento ao evergetismo imperial. A capela central, mais larga que as outras, é dedicada a Júpiter. Todos os valores plásticos e simbólicos do edifício estão concentrados na fachada. “O corpo central da *pronaos*, saliente sobre o alinhamento das colunas das *cellae* laterais, é o único que é coroado por um frontão central. [...] Sobretudo a elevação dos pórticos da esplanada sobre um pódio que os coloca no mesmo nível que a *pronaos* do próprio templo permite a este último aparecer como uma amplificação monumental desses pórticos: esta fusão vista, sob uma forma semelhante, mas não análoga, no *Templum Pacis* de Roma, será retomada na versão flaviana do Fórum de *Conimbriga* na Lusitânia (Portugal) onde se observa a mesma correspondência entre o nível de circulação dos pórticos de enquadramento do templo e o do pódio deste” (GROS 2002: 168-9).

Na verdade, se levarmos em conta a inserção do *pronaos* do templo nos pórticos, a correspondência, como veremos no *Corpus Documental Lusitaniae*, **não** é com o fórum flaviano de *Conimbriga*, mas exatamente com o fórum anterior, numa fase intermediária entre o augustano e o último (segundo ROTH CONGÈS 1987), dito flaviano. A meu ver, Pierre Gros se equivoca neste ponto.

O esquema de transposição dos pórticos pela varanda do templo é considerado como um esquema imposto pela liturgia dos cultos imperiais. Em Brescia, esta ligação entre o templo e o culto imperial é demonstrada pelas grandes inscrições encontradas em honra aos membros das dinastias antonina e severiana, provando que o capitólio estava integrado em um verdadeiro *Augusteum* e que o culto políade era doravante inseparável do da casa reinante (GROS 2002: 169-70).

Além do fórum flaviano de *Conimbriga*, outras cidades provinciais ibéricas demonstram a influência do desenvolvimento do culto imperial nos santuários, especialmente nos santuários provinciais com vocação centralizadora. Entre eles, o exemplo mais conhecido é o de Tarragona e o de *Munigua* (Mulva), na Bética.

ARQUITETURA RELIGIOSA NA ÉPOCA DE ADRIANO

“O reinado de Adriano (117-138 d.C.) constitui na história dos edifícios religiosos um momento privilegiado: não apenas os construtores dispõem doravante de todos os meios para realizar os projetos mais insólitos – o nível alcançado no domínio do *opus caementicium* oferece possibilidades quase infinitas – como o próprio Imperador, apaixonado pela arquitetura e ‘diletante’, no sentido antigo do termo, em um domínio até aqui reservado aos especialistas, parece ter desejado que sua passagem ao poder fosse marcada por construções insígnies” (GROS 2002: 173).

Em uma tendência que vem desde o início do Império, de controlar estreitamente o mundo muito ramificado dos construtores, Adriano estabelece uma organização quase militar tanto dos diferentes grupos de operários quanto dos canteiros de obras (segundo uma fonte tardia, *Epitome de Caesaribus*, 14, 5). “Mas a ‘arregimentação’ dos construtores vai bem além do que algumas vezes foi denunciado como uma mania de Adriano; reflete uma evolução irreversível da administração dos canteiros oficiais da qual é possível seguir os efeitos até a época dos imperadores severianos no início do século III d.C.” (GROS 2002: 173-4).

Adriano, embora investisse em obras arquitetônicas em Roma, não apreciava a *Urbs*, passando grande parte de seu reinado visitando cidades gregas e da Ásia Menor, e demonstrando, com isto, seu “filelenismo” dos quais é possível encontrar traços em todos os setores de sua atividade. Contribuiu, mesmo assim, para a remodelagem de Roma, “da qual ele quis passar, tal como Augusto, como o novo fundador” (GROS 2002: 174). Continuou a construção dos templos consagrados aos *divi* e mandou fazer dois santuários considerados os protótipos que lançaram a arquitetura religiosa em uma nova via tão surpreendente, o Panteão e o Templo de Vênus e Roma (GROS 2002: 174 ss., para a descrição dos dois santuários).

O Panteão, apesar do nome grego, é um edifício “profundamente romano”. Embora no período helenístico, um “panteão” fosse sempre um templo dedicado a um rei divinizado e aos deuses a ele associados e os grandes *tholoi* da Grécia e da Ásia Menor fossem

regularmente consagrados aos diádocos⁵³, o resultado final do edifício romano é muito diferente do grego, e especialmente a mudança de escala, mais do que sua concepção, “impede qualquer continuidade entre esses antecedentes culturais [helenísticos] e o Panteão de Roma”. O Panteão não era apenas dedicado a todos os deuses, mas constituía principalmente um tipo de santuário dinástico. Adriano manteve a antiga dedicatória de Agripa e nenhuma efígie do imperador reinante foi colocada na *cella*, até onde se sabe. Segundo Dião Cássio (69, 7, 1), Adriano utilizava o Panteão como uma sala do trono, verdadeira *Aula Regia*, onde exercia seu poder de juiz, sentado no centro do “mundo”: “o soberano sentava-se ali, simbolicamente, no centro do universo, um universo inteiramente remodelado e controlado pelo poder romano, que procedia diretamente, o *oculus* aberto sobre o mundo de Urano o testemunhava, do poder vivificante do sol” (GROS 2002: 178-9).

Outro santuário patrocinado por Adriano é o *aedes Veneris et Romae*, o maior complexo cultural construído em Roma, ligando o Fórum Romano ao Coliseu, em estilo grego. Sua construção teve início em 121 ou 123, sendo dedicado talvez em 135, mas só foi finalizado em 137-138, sendo que a ornamentação, apenas nos anos 141-143, sob Antonino Pio. É um edifício de tradição grega por não ter pódio, mas sim uma plataforma com sete degraus, e sem escadaria axial definindo uma orientação privilegiada. Apenas o edifício ocupava uma área de 108 X 54m. (GROS 2002: 180).

A cidade provincial que apresenta um plano mais intenso e coeso de transformação no período foi *Italica*, na Bética, exatamente por ser a pátria de Trajano e berço da família de Adriano, que tentou criar uma verdadeira *nova urbs*. No coração do novo setor urbano foi construído um *Traianeum*, do qual subsistem apenas as fundações e alguns fragmentos arquitetônicos. A partir disto, P. León propôs uma planta provável, onde um templo períptero octostilo com colunata dupla foi construído no centro de uma grande esplanada que faria a vez de um fórum. O edifício religioso estaria sobre um pódio e era cercado por quadripórtico com êxedras semicirculares e quadrangulares alternadas (GROS 2002: 184).

⁵³ *Diádoxos*, sucessor. Na época helenística, são os generais de Alexandre Magno, que disputaram seu Império após sua morte, em 323 a.C. Daí “diádoco” significar o herdeiro legítimo do trono, no regime monárquico grego.

TEMPLOS DOS PERÍODOS ANTONINO E SEVERIANO

No período que vai de Antonino Pio (138 d.C.) até a morte de Alexandre Severo (235 d.C.) não há grandes mudanças arquitetônicas nas construções de templos, mas se pode perceber um “reflexo progressivo do ‘classicismo’ helenizante colocado em destaque por Adriano, que resulta em modificações sensíveis na concepção das plantas, ordens e decorações”. No Oriente, há o retorno de composições rigorosamente axiais, como a encontrada no *Traianeum* de Pérgamo (início do século II), na Ásia Menor. Nos santuários das províncias orientais e africanas, essa axialidade rígida apresenta todos os valores da frontalidade, mesmo se os esquemas helenísticos permaneçam na aparência predominantes. Há uma extraordinária atividade construtiva no Oriente grego, ligada à prosperidade econômica destas regiões durante a primeira metade do século II, o que favorece a difusão dos modelos estruturais e ornamentais de origem microasiática até nas construções oficiais de Roma. “A tendência, que se acentua no final do século II, de excesso decorativo e jogos de claro-escuro suscita a eclosão de formas e de decorações às vezes tortuosas e controladas, às vezes qualificadas de barrocas, cuja fantasia planimétrica e a riqueza ornamental sobrepujam tudo o que se conheceu anteriormente”. Já nas províncias ocidentais, esse “renascimento” da decoração flaviana na época severiana é apenas a ilustração dessa orientação irreversível. “Muitos fenômenos testemunham o fim da proeminência romana e a vitalidade criativa das comunidades regionais” (GROS 2002: 185).

Os primeiros edifícios construídos em Roma durante esse período são, como se deve, consagrados aos imperadores divinizados. É o caso do *Hadrianeum* (Figuras 3.19 a 3.21), próximo ao Panteão, dedicado em 145. Períptero, de oito por treze colunas, foi erguido sobre um pódio de 4 m de altura. Onze colunas do lado setentrional e uma parte do muro da *cella* sobrevivem integrados ao Palácio da Bolsa. Foi construído com mármore de Proconesos (ilha do Mar de Mármara), um dos mais utilizados durante o Império Romano, com cor branca com nuances, uniformes ou em veios cinza-azulados em grandes cristais. Segundo Pierre Gros, “foi um dos santuários coríntios mais imponentes da *Urbs*”. Os pedestais que suportavam as semicolunas da *cella* eram ornados, na fachada, com baixos-relevos representando cariátides em pé, alegorias das províncias romanas. Os espaços intermediários formando métopas, em recuo, serviam de quadro aos troféus. Era uma ornamentação, portanto, extremamente simbólica, que aliava eficazmente a decoração figurada e a arquitetura. “O tema das cariátides [...] exprimia tradicionalmente a servidão, ou ao menos a submissão dos povos vencidos a uma ordem que os excedia; aqui, as províncias se

encontram sob as colunas, mas elas não lhes dão nenhum apoio: livres de seus movimentos, essas mulheres testemunham somente o fato de que constituem a própria base do poder romano; a *província capta* dá lugar à *província pia Fidelis* e a unificação idealizada das silhuetas que, através de seu penteado e vestimenta reproduzem os cantões clássicos, exprime que todos os povos romanizados estão doravante no mesmo nível de *cultus* e *humanitas*. É uma evolução que conduzirá, em 212, à *Constitutio Antoniniana*, isto é, à extensão do direito de cidadania a todas as províncias. E os troféus intermediários lembram, é claro, que essa comunidade deve sua existência à vitória dos exércitos romanos” (GROS 2002: 185-6).

Também são do mesmo período os templos de Antonino e Faustina (Fórum Romano), o de Serápis (atribuído a Caracala, no Quirinal) e o construído por Heliogábal, dedicado ao deus Emeso Heliogábal e, posteriormente, a *Jupiter Ultor* pelo seu sucessor, Alexandre Severo (no Palatino).

Figura 3.19. Maquete com hipótese de reconstituição do Templo de Adriano Divinizado, *Hadrianeum*, em Roma (I. Doneux, 2008).

Figura 3.20. Lateral do Templo de Adriano Divinizado, com inserção no Camara di Commercio di Roma. O pódio de 4 m está abaixo do nível atual de circulação (I. Doneux 2008).

Figura 3.21. Templo de Adriano Divinizado, em Roma (detalhe dos capitéis, e do entablamento) (I. Doneux 2008).

FANUM

Em latim, a palavra *fanum* aparece designando uma pequena construção de culto e seu sentido é próximo ao de *sacellum*. É esta a razão pela qual o arqueólogo normando L. de Vesley, que sabia latim, a adotou para evocar uma categoria de edifícios que estudo. Segundo Pierre Gros, o *fanum* se define por um edifício, quadrangular e circular, de planta centralizada, e com sua *cella* sendo, em princípio, cercada por uma galeria. Também são chamados de “templos de tradição celta”. São conhecidos mais de 650 exemplares, isolados ou em grupos, em meio rural ou no território urbano. Presentes da Bretanha à Suíça e da Aquitânia ao norte da atual Bélgica, concentram-se sobretudo no Pays de la Lorie, em Poitou-Charente, no Centro, na Alta Normandia, em Limousin e na Borgonha. Foram edificadas desde a metade do século I a.C., mas principalmente do final do século I ao início do século II (GROS 2002: 199-203).

A menção a estes santuários considerados tipicamente galo-romanos se deve ao fato de haver dúvidas sobre o monumento português denominado *Centum Cellas* (que terá uma pequena análise no *Corpus Documental*).

CAPITÓLIOS

Como mostrado no item anterior, os templos capitolinos desempenharam, cada vez mais, o papel de centro de culto ao imperador e ao Império. A denominação de “capitolino” refere-se, originalmente, ao Monte Capitolino de Roma, a colina que constitui a ponta mais avançada do sistema de colinas de Roma e que se prolonga até o Tibre. Possui uma posição estratégica, tanto por sua localização quanto por suas características físicas, dominando visualmente o Fórum Romano (como também o Fórum Boário, o vale do Campo de Marte, a Ilha Tiberina e o vau do Tibre). Possuía apenas um lado facilmente acessível, o sudeste, voltado para o Fórum e, portanto, para dentro da cidade.

O *Capitolio* é o cume meridional da colina, onde foi erguido, pelos reis etruscos, o templo mais importante do culto de Estado romano, o Templo de Júpiter Capitolino, no século VI a.C., sede de algumas das cerimônias mais importantes: os auspícios tomados pelos magistrados que partiam em campanha militar, os sacrifícios solenes realizados pelos generais vitoriosos no final do triunfo etc. Algumas das principais operações políticas e cerimônias oficiais do Estado romano aconteciam ali: desenvolvimento dos comícios tribunícios; conclusão dos triunfos, diante do Templo de Júpiter (ou da Tríade Capitolina),

onde o general vitorioso celebrava um sacrifício; cerimônia de investidura dos cônsules, em primeiro de janeiro; dali, partiam os governadores para as províncias.

Símbolos de Júpiter foram utilizados por Augusto, associando-os à sua imagem monárquica. Entre eles, a *coroa cívica* com a *águia de Júpiter*, que vai se transformando em uma verdadeira coroa e, já em 13 a.C., aparece na cabeça de Júlia, filha de Augusto. “Assim, a modesta coroa de azinheiro, que homenageia o salvador do Estado, se transformou em um signo de sucessão e dinastia”, “insígnia do poder, reservada exclusivamente aos imperadores e completamente desligada de seu contexto original [republicano]” (ZANKER 1992: 120).

Há, desde Augusto, uma estreita associação entre o imperador e o Capitólio, que se transfere também para as províncias. Nestas, muitas vezes o Capitólio, o templo principal do fórum, é substituído pelo templo de culto ao imperador divinizado. Inclusive, a identificação entre o deus e o próprio imperador é mais forte nas províncias do que na própria Roma.

5. MURALHAS E PORTAS URBANAS

Não podemos nos deixar enganar pelo caráter de proteção contra ataques externos que a existência de uma muralha nos evoca. No mundo romano, a construção de uma muralha ao redor de uma cidade não corresponde somente às necessidades da defesa e da segurança, mas principalmente ela é um símbolo de separação e delimitação de um espaço sagrado, um gesto que se inscreve na dialética complexa do exterior e do interior, o da cá e o do outro lado, “separando simbolicamente tanto quanto delimitando concretamente. A muralha é antes de tudo a materialização de uma linha de caráter mágico marcando a passagem entre a *urbs* e o *ager*, entre a cidade e o que não é a cidade, entre os cidadãos e os que ainda não o são (os camponeses indígenas, por exemplo) ou aqueles que não o são mais (os mortos)” (GROS 2002: 26).

A muralha, para os romanos, possuía acima de tudo um sentido intangível, mas religiosa e juridicamente concreto. Adentrar um recinto amuralhado que não por suas portas incorria em pena capital (*Digesta* I, 8, 11). E Gros acrescenta que, por outro lado, a entrada oficial, através das passagens autorizadas – as portas – para o interior da área circunscrita era o único modo dos que não pertenciam à comunidade de cidadãos de se integrar nela (GROS 2002: 26). Seria como um rito de passagem a transposição dos portões.

Deste modo, as muralhas e as portas eram consideradas *res sanctae* (*Digesta* I, 8, 1), ou seja, embora não fossem *sacrae*, também possuíam um status distinto das construções

profanas. Varrão (*De língua latina*, V, 143) descreveu a cerimônia do traçado do *sulcus primigenius*, onde eram realizados os ritos fundadores de uma cidade, descrevendo a marcação do sulco de delimitação do seu perímetro, suas fronteiras, com um arado puxado por uma parelha formada por um touro e uma vaca. Traçava-se o *postmerium* (ou *pomerium*), o limite para a tomada dos auspícios da cidade. “É por isto que as cidades cujas muralhas foram traçadas inicialmente com o arado recebiam também o nome de *urbes* (cidades), palavra formada de *orbis* (circunferência) e *uruum* (arado). Pela mesma razão, todas as novas colônias, nos escritos antigos, são mencionadas como *urbes*, do fato que elas foram fundadas segundo o mesmo rito que Roma e, pela mesma razão, uma colônia funda por sua vez *urbes* do fato que estão colocadas no interior de um *pomerium* (GROS 2002: 26-27). Desse modo, delimita-se um espaço interior onde os ritos, os auspícios urbanos, são realizados. E “pouco importa que a muralha seja efetivamente construída: ela existe como limite efetivo a partir do momento onde foi ritualmente definida a extensão da cidade” (GROS 2002: 27). Outras fontes escritas descrevem as observâncias ou gestos religiosos que complementam o texto de Varrão (como em Catão; nas *Etmologias* de Isidoro de Sevilha, XV, 2, 3-4; Dionísio de Halicarnasso, *Origens de Roma*, I, 78 e II, 65; em Plutarco, *Romulis*, 11, 2-5).

Um dos gestos mais importantes diz respeito aos locais reservados às portas urbanas – às aberturas no perímetro – feitas ao se erguer o arado. “Esta interrupção do sulco é efetivamente o único meio de instalar as passagens, sem as quais o mundo *intra muros* estaria irremediavelmente separado do mundo *extra muros*” (GROS 2002: 27).

Portanto, mesmo que um muro não seja fisicamente construído, mesmo assim ele tinha um papel decisivo na organização dos espaços e na definição de circuitos. E “as portas, como locais de passagem, podiam adquirir uma autonomia arquitetural e se desenvolver por conta própria, independentemente das cortinas⁵⁴ que as cercam” (GROS 2002: 27).

Na Hispânia republicana, onde havia uma tradição grega, há uma experimentação, segundo Gros, “onde as fórmulas itálicas, confrontadas com as tradições gregas antigas, dão lugar a realizações regionais ainda mais dignas de exame por estarem entre as mais precoces das regiões ocidentais” (GROS 2002: 43). Gros cita as muralhas de *Tarraco*, Ampúrias (Espanha) e Castelo de Lousa (Portugal).

Os recintos amuralhados das províncias hispânicas no início do Império surgem após a pacificação do Ocidente hispânico, com o fim da Guerra contra os Cântabros e a nova

⁵⁴ Cortina: nas fortalezas, muro que liga os flancos de dois bastiões vizinhos (CHING 2010: 124).

organização administrativa estabelecida por Augusto. “A pacificação do Ocidente hispânico com o fim da Guerra dos Cantabros e a nova organização administrativa instaurada por Augusto desencadeiam, nas províncias da Península, mais ainda que em toda outra região, fundações e refundações urbanas em ligação com o desenvolvimento da rede de estradas” (GROS 2002: 45). Infelizmente, os vestígios seguramente imputados ao período augustano são poucos, dadas as modificações que as cidades sofreram nos séculos subsequentes. Nos sítios onde o estudo é possível, percebe-se uma dupla exigência das muralhas: “a eficácia defensiva e a monumentalidade” (como na Itália) (GROS 2002: 45).

As muralhas adquirem também um significado simbólico, pois não são mais necessárias. Sua decoração inclui a imagem de bárbaros capturados e torres com efeito impressionante. “O uso claramente simbólico das muralhas poderosas como representação metonímica da própria cidade” (ZANKER 2000: 32). No meu entender, esta característica simbólica das muralhas, embora clara e não exclusiva dos romanos (por exemplo, as muralhas dos *oppida* lateníanos), diminui fortemente no final do Império, adquirindo uma função defensiva fundamental.

Trataremos, no *Corpus Documental*, das muralhas de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) e *Ammaia*, na *Lusitania*.

6. PÓRTICOS E QUADRIPÓRTICOS

“Componente inevitável de todo conjunto arquitetônico de qualquer tamanho, o pórtico assume, na cidade helenística e imperial, independentemente de sua contribuição ao que nossos colegas anglo-saxões chamam “*the general civic amenity*”, isto é, o atrativo da vida coletiva, as funções de fachada, de elemento de ligação e de clausura. A facilidade de sua elaboração, a multiplicidade de planos que permite sua flexibilidade estrutural, a diversidade de variantes experimentadas desde o fim da época clássica nas cidades e nos santuários da Grécia e da Ásia Menor designam o pórtico, no momento em que Roma o adota, ou seja, a partir do início do século II a.C., como a solução mais apropriada para os problemas que surgem com a crescente especialização dos espaços públicos assim como a sua necessária definição topográfica e monumental”¹ (GROS 2002: 95).

Nem sempre é fácil reconhecer, na panóplia urbana, isolado de outros edifícios, a forma de uma *porticus*. Além disso, diferentemente do que acontece com as cidades helenísticas, “o pórtico romano raramente é um edificio isolado”, autônomo. Para Gros, os pórticos funcionavam, para os arquitetos e urbanistas romanos, como um elemento de definição da paisagem urbana, proporcionando regularidade – ou regularização – “às praças

públicas e aos itinerários, independentemente dos recursos que fornece seu espaço interior, modulável segundo as circunstâncias e as necessidades” (GROS 2002: 95).

Para Vitruvius (I, 3,1), os pórticos são obras públicas de utilidade coletiva (*opera publica*), tanto quanto os portos, fóruns, banhos, teatros. “É o mesmo que dizer que desde então [20-30 a.C.] as *porticus* adquiriram na cidade o status comparável ao dos edifícios civis mais importantes, mesmo que pareça impossível designar-lhes, como para os outros, uma definição funcional unívoca” (GROS 2002: 95).

Gros afirma que a literatura arqueológica designa de pórtico como:

“todo edifício cujo comprimento é muito mais desenvolvido que a largura e que é aberto em todo o seu comprimento por meio de uma colunata; esta característica exclui da categoria toda construção alongada fechada na sua fachada principal do tipo *leschè* ou *skeuothèque*. A parede posterior do pórtico pode ser cega ou atravessada por saídas, janelas ou portas, que podem dar acesso a locais situados atrás do próprio pórtico. O espaço interior pode ser constituído de uma só nave correspondendo à largura do edifício, ou de duas naves, às vezes em alguns casos, por três, separadas por uma ou duas linhas de colunas [...]” (GROS 2002: 95-6).

Há também os pórticos duplos – *porticus duplex* –, isto é, aberto nas duas fachadas, geralmente com duas naves, podendo ter uma parede divisória (em diafragma) entre elas, substituindo a colunata interna. Geralmente de planta retilínea, também podem apresentar uma ou duas continuações em ângulo reto nos seus extremos, “conferindo ao pórtico um valor de enquadramento mais nítido do espaço que domina” (GROS 2002: 96). E o valor máximo de enclausuramento de um espaço público e de uma organização centrípeta, “tendo por consequência essencial concentrar o interesse da composição sobre o espaço interior”, podemos encontrar nos fóruns, tanto os imperiais, em Roma, como os provinciais.

Mas, para Pierre Gros, a noção latina de *porticus* (que é um substantivo feminino) é bem mais ampla.

“Ela se aplica de fato a toda construção hipostila alongada, independente ou não, complexa ou simples, e inclui funções assim como formas muito diferentes: uma *porticus* designa, pois, indiferentemente a galeria de fachada de uma basílica ou de outro monumento profano, a colunata periférica (ou peritásis) de um templo, a pista coberta de um ginásio ou de uma palestra, a galeria que coroa a cávea de um teatro, mas também uma praça contornada por pórticos nas suas quatro faces, isto é, um quadripórtico (o equivalente público do peristilo de uma residência privada); um pórtico margeando uma via pode dar seu nome, sobretudo se a rua é margeada por uma colunata dos dois lados, à própria via; a palavra é igualmente utilizada para os entrepostos com naves múltiplas cobertas com abóbadas ritmadas se contrabotando mutuamente (é o caso,

por exemplo, da *porticus Aemilia*, em Roma) e para os estaleiros navais ou docas de *radoub* próximas aos portos (Vitrúvio, V, 12, 1: *porticus sive navalia*)” (GROS 2002: 96).

Os pórticos aparecem, para os romanos, como já era visto nas grandes cidades do oriente helenístico, como símbolos da *urbanitas*. Há relatos da construção de *porticus* já em 192 a.C. (Tito Lívio, 35, 41, 10), em Roma (GROS 2002: 97).

O quadripórtico do Teatro de Pompeu, com seus jardins e *ambulatio* central arborizado, por exemplo, funciona como um tipo de “viagem iniciática”, como uma passagem entre o mundano e o divino (GROS 2002: 99-100); já no Fórum de César, os pórticos funcionam como a delimitação de um *témenos* fechado, um espaço sagrado (GROS 2002: 100).

No Ocidente, diferentemente das cidades orientais, não há uma grande ornamentação das principais vias – especialmente o *cardo* e o *decumano* – com colunatas e pórticos, as chamadas *plateae*, que formavam “uma prestigiosa fachada rítmica” para dissimular “as eventuais irregularidades da malha urbana ou implantações monumentais” (GROS 2002: 106-7). Nas cidades ocidentais, especialmente a partir do século II d.C., os pórticos das principais vias urbanas são totalmente dependentes das *insulae* retilíneas, e não formam uma estrutura independente, como nas cidades orientais (Palmira, Gerasa, Apemée etc.). Um exemplo é *Italica*. Em *Ammaia*, são encontrados muitas vias com pórticos, integrados às fachadas das casas (e, é claro, nos fóruns, como em todos os conhecidos).

Os pórticos são um elemento comum em cidades romanas onde o clima muito quente e ensolarado no verão ou a chuva constante no inverno, servindo como proteção. *Bracara Augusta* (Tarraconensis) demonstra esta característica climática, e parece que *Ammaia* também.

CRIPTOPÓRTICOS

Na arquitetura pública, os criptopórticos quase nunca são elementos autônomos e frequentemente estão parcialmente enterrados. Ao mesmo tempo, na Ásia Menor e no Ocidente, vários deles alcançam tal amplitude que “seu papel não era apenas técnico” (GROS 2002: 113). Mas até hoje, apesar dos esforços dos pesquisadores, não há um consenso sobre as modalidades de sua utilização e definição, tanto estrutural quanto funcional.

Por comodidade – apesar da dificuldade e ambiguidade do termo *cryptoporticus* – P. Gros trata apenas dos “‘criptopórticos públicos’ ligados diretamente aos pórticos monumentais; em suma, nós nos restringiremos aos *cryptae* que correspondem às *promenades* cobertas e fechadas, sejam elas subterrâneas ou não” (GROS 2002: 113). Ou seja, corredores no subsolo ou de sustentação para outros edifícios.

“Na verdade, são a tendência à sobre-elevação dos monumentos e o gosto pelas vastas esplanadas que, na concepção romana do urbanismo, explicam o frequente recurso aos criptopórticos e seu extraordinário desenvolvimento. As exigências tanto técnicas quanto formais dessa arquitetura de representação determinaram em grande parte a escolha das fórmulas, o que não impede que os volumes em subobra assim distinguidos tenham conhecido, em razão mesmo dos recursos que ofereciam, uma vida independente dos pórticos superiores, servindo ao sabor das circunstâncias de galerias destinadas à circulação, de depósitos de grãos ou de lenha, às vezes até de refúgio em caso de ameaça”, isto é, utilizações secundárias (GROS 2002: 113-14). O vão formado pelos suportes das abóbadas é, na verdade, consequência de uma necessidade construtiva.

Arqueologicamente, os criptopórticos são importantes por, muitas vezes, serem os únicos registros romanos sobreviventes em um sítio, indicadores da existência de edifícios e/ou estruturas superiores. Isto ocorre, por exemplo, em Mértola (a romana *Myrtilis*, na *Lusitania*), onde os vestígios romanos praticamente desaparecem sob os islâmicos. Os criptopórticos dos fóruns de *Conimbriga* foram fundamentais nas suas reconstituições⁵⁵.

“A partir do final da República, se multiplicam na Itália os criptopórticos destinados a alargar as esplanadas urbanas, *témenos* ou fóruns, e a suportar seus pórticos de enquadramento. As características gerais dessas subestruturas são as seguintes: disposição em Π reproduzindo em subestrutura o esquema da *porticus triplex*, galerias simples ou duplas abobadadas em berço, a claridade assegurada por janelas abertas para a esplanada na parte alta da parede. Essas galerias [...] podiam estar munidas de um sistema de proteção contra a umidade, corredor de ventilação ou simples vão sanitário separando sua parede de fundo do terreno ao qual sem isto ela estaria encostada sobre a totalidade ou uma parte de sua altura. Este tipo de proteção [...] conheceu então na Itália um desenvolvimento notável” (GROS 2002: 115).

Os criptopórticos triplos mais conhecidos, conservados e estudados estão na Itália e a maioria deles está ligada a um fórum “tripartido”, definindo a área ou da zona sacra ou da praça pública. Sua utilização começa nos anos 40 a.C. (no II Triunvirato) e não vai além da metade do século I d.C. Ele é especialmente utilizado na elevação e/ou planificação dos

⁵⁵ Em *Conimbriga*, várias *domus* apresentam criptopórticos.

fóruns das cidades provinciais, portanto, são utilizados tanto por razões técnicas (a irregularidade do terreno) quanto políticas e religiosas. Mas também podem ser utilizados para criar um desnivelamento entre o terraço sacro e o fórum civil. “Em todos os casos, a unidade estrutural entre criptopórtico e pórtico superior é assegurada, e os dois elementos sobrepostos constituem um único e mesmo monumento, mesmo se a utilização da parte inferior possa variar com as circunstâncias, e parece menos diretamente ligado que aquela do pórtico às exigências da *amoenitas* ou da representação” (GROS 2002: 115-16).

“É importante sublinhar que todos os criptopórticos ocidentais que rodeiam uma área sacra tendem a sobre-elevar o plano de circulação dos pórticos ao nível da altura do pódio do templo: esta particularidade, que confirma o valor da estrutura inferior e seu papel na composição do conjunto, parece característica dos santuários consagrados ao culto imperial que são efetivamente numerosos nos dois primeiros séculos do Império nos centros urbanos, onde eles tendem a suplantam os capitólios tradicionais. Os imperativos de uma liturgia complexa, feita para impressionar as multidões, explicam sem dúvida esta ordenação, que não contribuiu pouco para difundir o recurso aos criptopórticos” (GROS 2002: 118).

Os exemplos provinciais mais notáveis – e monumentais – de criptopórticos estão na Gália, a maioria deles organicamente ligada a quadripórticos ou a *porticus triplices* circunscrevendo áreas públicas, frequentemente sacras (por exemplo, Feurs, *Forum Segusiavorum*, na Lionesa; Arles; Paris; Bavay; Reims, bem mais tardio que os anteriores, século II/III d.C.). Mas não são idênticos; as partes construtivas podem variar com os contextos culturais e as tradições técnicas (GROS 2002: 116).

Na Península Ibérica, entretanto, os exemplos também não são poucos. Encontramos criptopórticos, por exemplo, nos fóruns de *Conimbriga*, no de *Tongobriga*, de *Ammaia* (embora mais reduzidos), Évora etc.

7. MONUMENTOS DE ESPETÁCULO E DE LAZER

TEATROS ROMANOS

Em Roma, a construção de teatros começou tardiamente, mas desde as primeiras realizações o edifício assume um padrão monumental. Apenas quarenta anos separam a inauguração do *theatrum marmoreum*, atribuído a Pompeu, da dos teatros augustanos de Marcelo e Balbo, quando as formas canônicas já estão estabelecidas (GROS 2002: 272).

Apesar das similaridades com os teatros gregos tradicionais, há distinções entre estes e os teatros romanos. Uma das diferenças principais é que o teatro romano é uma estrutura

unitária, inteiramente construída, enquanto o grego se utiliza da topografia do terreno, uma colina, especialmente para apoiar os assentos. No teatro de Epidauro (metade do século IV a.C.), por exemplo, a concha da arquibancada, *koilon* ou *theatron*, inclinada sobre a colina, forma um arco de círculo ultrapassado, mas esta concha não é organicamente conectada à cena, ou *skéne*. “Os acessos laterais (*parodoi*) são, como seu nome grego indica, simples prolongamentos oblíquos da via externa dentro do próprio teatro; na verdade, a *skéne* é originalmente tão pouco desenvolvida e o conjunto constituído pelo *koilon* e o círculo onde evolui o coro abaixo da cena, ou *orchestra*, tão predominante, que não existe uma ligação entre os dois elementos” (GROS 2002: 272-3).

Já no teatro romano, como o de Orange (França), a concha das arquibancadas, a *cavea* (ou o *theatrum* propriamente dito) ocupa apenas um meio-círculo e a estrutura da cena (*scaena*) torna-se um único bloco construído, maciço, “cujo comprimento corresponde ao diâmetro global da *cavea*; a cena propriamente dita, muito mais larga que na Grécia, se prolonga além dos retornos laterais do muro de cena, os *paraskenia* ou *versurae*, sob a forma de grandes salas quadrangulares, as *basilicae*”. Os acessos laterais (*parodoi* ou *itinera*) são passagens cobertas integradas ao edifício (*conforinationes*) e passam sob as arquibancadas formando tribunas laterais elevadas (*tribunalia*). “A continuidade entre a *cavea* e a *scaena* é, portanto, total, a junção se efetuando no nível do diâmetro do círculo definido pelo perímetro inferior da concha. Nessas condições, a *orchestra*, reduzida a um meio-círculo, não é mais do que um espaço residual onde o espetáculo não se implanta mais, o espaço disponível ali sendo, além disso, limitado ainda pela presença dos assentos dos notáveis, o uso grego da ‘*proedría*’⁵⁶ assumindo voluntariamente, no Ocidente, uma forma invasora (Figura 3.22)” (GROS 2002: 273).

O teatro romano, além de ser uma estrutura única, é um edifício fechado para a paisagem exterior, pois mesmo nos assentos mais altos a visão é para o muro de cena (*scaenae frons*), uma enorme parede, mais alta que a *cavea*, decorada com colunas. Na verdade, a *scaenae frons* e o grande estrado diante dela (a *scaena* ou *proscenium*, o que chamaríamos de “palco”) é que constituem o centro arquitetônico e a razão de ser de todo o edifício (GROS 2002: 273).

⁵⁶ Do grego, “*proedría*”, o “primeiro lugar”, privilégio honorífico, na Grécia Antiga, conferida a certos indivíduos de sentarem-se na primeira fileira dos diferentes edifícios de espetáculo e, sobretudo, do teatro (magistrados, normalmente).

Nos teatros itálicos e ocidentais é pouco comum a utilização de encostas naturais para apoiar a arquibancada. A liberação da *cavea* do apoio sobre o terreno é, na verdade, uma característica evidente do teatro romano, permitindo que a *cavea* seja instalada, desde o final da República, segundo desejos arquitetônicos e não necessidades topográficas. O *theatrum marmoreum* de Pompeu (ou Teatro de Pompeu) é o exemplo maior dessa técnica, além de ser “o maior teatro jamais edificado em todo o mundo antigo”. O teatro romano é uma manifestação clara da preferência romana pelas construções artificiais, inteiramente independentes das restrições naturais, “autorizando todas as combinações arquitetônicas em um urbanismo essencialmente voluntarista” (GROS 2002: 273). Mas isto não significa que as depressões nos terrenos e as encostas não fossem utilizadas para apoiar as arquibancadas, pois tornava a construção mais prática. É o caso do anfiteatro de *Conimbriga*.

Figura 3.22. Elevação esquemática reconstituída de um teatro romano com a indicação de seus componentes e sua denominação latina, a partir de F. Sear (GROS 2002: 273; fig. 320).

Os romanos não necessitavam de uma estrutura específica para as atividades teatrais. Desde o século III a.C. eram apresentadas peças adaptadas dos gregos, além de encenações ligadas aos jogos, ou *ludi*, realizadas diante dos templos de Cibele (*ludi Megalenses*), no Palatino, ou de Apolo (*ludi Apollinares*), quando estruturas temporárias sumárias eram montadas. Também havia *ludi* realizados no *Circus Maximus* ou no *Flaminius* (os *ludo Romani* e os *ludi plebei*). Sabe-se, também, que comédias de Plauto, entre outros, eram encenadas no Fórum Romano, onde eram armadas instalações temporárias de madeira e lona. Também havia locais de espetáculo fixos, como o *proscenium et theatrum ad Apollinis* – estabelecido no início do século II a.C. – próximo ao Templo de Apolo, a sul do

Campo de Marte, muito perto de onde Augusto mandou construir o Teatro de Marcelo. Todos esses eram *locais* de espetáculo, não uma construção em alvenaria, onde bastava apenas a existência de uma arquibancada e de um palco temporário, os *pegmata*.

O primeiro teatro de alvenaria, em Roma, foi o de Pompeu, inaugurado em 55 a.C. Na verdade, embora a dramaturgia romana estivesse, no século I a.C., no seu auge, não havia – e nem se desejava – um teatro permanente, pois iria contra os costumes ancestrais. Na verdade, como afirma Gros (2002: 274), essa reação contra teatros permanentes “era ditada, sobretudo, pela preocupação de não oferecer ao povo um local de aglomeração cômoda demais, onde aos demônios da contestação seria eventualmente dado livre curso”. Uma atitude duvidosa, uma vez que os circos também serviam de local de reunião.

De qualquer modo, desde 145 a.C., por ocasião do triunfo de Memmius, *subitarii gradus*, isto é, arquibancadas, eram construídas em locais específicos como forma de competição entre a classe política, além de se tornarem locais para exposição do luxo helenístico (oriental) proporcionado pelos *ediles*, gerais etc. Toda a ostentação financiada pela elite romana contribuía para criar, diante do *populus* cada vez mais inquieto, “a ilusão de um universo palacial próximo do dos soberanos helenísticos” (GROS 2002: 275).

“Todos os refinamentos dos teatros imperiais estão já construídos nessas estruturas do final da República [*scaenae frontes, caveae* e as próprias peças teatrais]. Falta apenas o próprio edifício. [O teatro é] uma das formas mais brilhantes da ostentação política, em conformidade com a tradição helenística dos Diádocos⁵⁷” (GROS 2002: 275).

E é neste cenário que foi erguido o Teatro de Pompeu, uma estrutura que era, ao mesmo tempo, “uma ruptura ostensiva e uma continuidade perfeita com as realizações anteriores ou contemporâneas”. O mármore é utilizado não apenas em algumas partes da cena, mas sim no conjunto do edifício, o tornando “esplendoroso” (e dando-lhe a designação de *theatrum marmoreum*) (GROS 2002: 275).

Alguns elementos construtivos romanos foram fundamentais para possibilitar o surgimento do teatro romano tal como se apresentou a partir de Pompeu. O modelo grego sofre uma poderosa inovação nas comunidades urbanas da Itália meridional campânica, muito criativa, propiciada pelo *opus caementicium*, criando formas e fórmulas novas que levam além da transformação pontual de partes específicas do teatro. A *cavea*, agora livre das restrições topográficas, possui também um terraço; torna-se monumental; e apresenta

⁵⁷ *Diádokhoi* ("sucessores"), também chamados de “épígonos”.

estruturas religiosas (como templos e santuários) conectadas axialmente a eles ou até mesmo construídos em seu interior, no alto da *cavea* (como no Teatro de Pompeu, onde a concha era, antes de tudo, um *theatrum*, destinada a acolher os espectadores).

“De maneira geral, os teatros em Roma não são nunca entendidos como edifícios isolados” (GROS 2002: 284). O Teatro de Pompeu era apenas uma parte de um grande complexo, com jardins, *promenades*, fontes, pórticos e o templo de *Venus Vitrix*. O Teatro de Marcelo, neto de Augusto, fazia parte de todo um complexo ideológico de culto à família imperial, e incluía o Templo de Apolo, dito Sosiano, o teatro, o Pórtico de Otávia (irmã de Augusto), o arco consagrado a Germânico e, por fim, a estátua de Augusto divinizado, colocada por Livia (em 22 d.C.).

“O complexo assim constituído, santificado pela colocação de uma estátua de Augusto divinizado [...], foi portanto, assimilado, ao menos durante o período Júlio-claudiano, a um local de culto dinástico, verdadeiro *augustaeum* consagrado à família imperial. De uma maneira geral, os teatros de Roma não são entendidos nunca como edifícios isolados” (GROS 2002: 284).

O Teatro de Marcelo exerceu grande influência na arquitetura da Itália e do Ocidente, tornando-se um modelo para arquitetos e financiadores em um momento em que a existência de um edifício teatral torna-se essencial no urbanismo. Por ser um modelo tecnicamente elaborado e muito custoso, frequentemente aparece de forma reduzida e/ou simplificada, pois era inacessível a muitas comunidades sem a ajuda excepcional, seja de Roma, seja de um *evergeta* particularmente rico (GROS 2002: 284-5). Mas em *coloniae* como *Augusta Emerita*, capitais de províncias, foi um dos primeiros edifícios públicos edificadas, com financiamento de Agripa.

TEATROS NAS PROVÍNCIAS OCIDENTAIS

“Nas províncias ocidentais, a difusão do edifício teatral é, em muitos aspectos, incompreensível se a tratamos como um fenômeno estritamente cultural. Sem contato com a arquitetura helenística, essas regiões não tinham nesta área nenhuma tradição; mesmo se encontramos na Península Ibérica alguns teatros anteriores à época imperial, como o de Acinipo, na Bética (Andaluzia), do início ou da metade do século I a.C., e talvez o de Gades; mesmo se alguns representantes importantes das ‘burguesias’ municipais da Gália transalpina, a futura Narbonense, possam ter tido alguns contatos com a literatura dramática, muitas populações do Ocidente ignoravam até o final do Império o que é um ator, no sentido grego do termo. O que não impede que a maioria das cidades se dotasse desde o primeiro século da nossa era de um teatro permanente” (GROS 2002: 290).

Se não havia uma cultura teatral, por qual motivo se construíam teatros na Península Ibérica romana? Para Pierre Gros há várias razões: o sucesso do gênero da pantomima, uma representação musical e coreográfica popular que se estabelece na época de Augusto e que não exigia uma compreensão correta do latim para acompanhar as apresentações. Eram encenações sugestivas que ultrapassavam as fronteiras linguísticas, mas que requeriam instalações relativamente complexas. Desde o início do reinado de Augusto, o teatro torna-se uma instalação básica de todo o assentamento urbano “digno deste nome” por ser “um dos componentes monumentais da *urbanitas*” (GROS 2002: 290-1).

O teatro tornou-se, dentro do esforço de urbanização das províncias ocidentais, um dos elementos de monumentalização das cidades; era o local onde a população, urbana e rural, cidadãos ou não, peregrinos e estrangeiros, se agrupava periodicamente diante das efígies imperiais e de seus deuses, colocados no lugar de maior destaque do edifício, a *scaenae frons*. É um impulso vindo de cima, mas que rapidamente é retransmitido pelos notáveis locais, “em um contexto de rivalidade municipal e de ambição política da qual nós nem sempre medimos hoje a vivacidade: entre os ‘investimentos’ evergéticos, a contribuição à realização, à transformação ou à ornamentação de um teatro permanece, mesmo além do final do século I, um dos mais apreciados pela população e um dos mais gratificantes para o arrendador de fundos”. Isto é atestado pelas numerosas inscrições, especialmente na Península Ibérica (em *Olisipo*, *Augusta Emerita*, *Hispalis*, *Castulo*) e na África (GROS 2002: 291).

Essa relação estreita entre o desenvolvimento urbano e o teatro demonstra a função social e política deste, que vai além de sua função como edifício de espetáculos. Desse modo, apesar da grande diversidade étnica e cultural do Império, a maioria das províncias ocidentais desenvolveu, em pouco tempo, teatros monumentais onde encontramos a marca de Roma. Os exemplos mais antigos são o de Cesareia, na Mauritânia, o de Arles, colônia da Gália Narbonense (de c. 80 a.C.), e o de Mérida (*Augusta Emerita*), capital da Lusitânia, cuja fase mais antiga remonta ao próprio Agripa. Também o de Lyon (anterior ao final do século I a.C.) e de *Lepcis Magna* (primeiros anos do século I d.C.) (GROS 2002: 292).

Esses teatros, logicamente, sofreram modificações ao longo do tempo, mas se mantiveram até certo ponto fiéis às suas primeiras versões, permitindo perceber o projeto global do qual procediam. São tributários modestos, com variações não muito amplas, do Teatro de Pompeu e do de Marcelo. A influência do grande complexo do Campo de Marte é sentida, sobretudo na presença no teatro ou na sua vizinhança imediata de estruturas sacras, como o templo no alto da *cavea* no teatro de Cesareia. O Teatro de Mérida já na época de

Augusto possuía um tipo de capela interna, consagrada aos filhos adotivos do *Princeps*, construído na parte baixa da *cavea*, com altares e retratos da família imperial. Outro elemento encontrado em Mérida e também em *Lepcis Magna*, desde a implantação dos dois teatros, é a *porticus post scaenam*, o que confirma, segundo Gros, o papel representado por estes edifícios de espetáculo na difusão precoce do culto dinástico e imperial: “uma êxedra consagrada a Augusto se abre, no eixo do conjunto, no fundo do quadripórtico do complexo lusitano” (GROS 2002: 295).

Muitos dos primeiros edifícios teatrais ocidentais foram projetados e algumas vezes construídos na mesma época da construção do Teatro de Marcelo, apresentando todos a mesma unidade maciça oriunda da continuidade perfeita entre a *cavea* – com estrutura artificial plenamente controlada – e o edifício de cena, provido de seus principais anexos (*basilicae* e, eventualmente, o *hyposcaenium*⁵⁸). Isto demonstra como a criação augustana parece ter desempenhado um papel primordial na concepção do próprio teatro.

Embora a construção de teatros estivesse inserida na lógica da vida urbana e do urbanismo desde o início do Império, nem todas as comunidades conseguiam arcar com este impulso. Ainda no século I d.C. é possível encontrar teatros “leves” (como o de Fréjus, *Forum Iulii*), onde vários elementos permanecem de madeira, especialmente as arquibancadas e elementos da cena. No caso da *Lusitania*, são praticamente inexistentes, pelo menos arqueologicamente.

Apesar das variações locais, a maior parte dos teatros apresentam características que Gros chama de “clássicas”, com todas as características estruturais dos teatros italianos contemporâneos. São considerados “clássicos” os teatros de Tarragona, Sagunto, Bilbilis, *Segobriga* e *Clunia*, na Tarraconense; de *Italica* (Figura 3.23) e *Baelo Claudia*, na Bética; e o de Mérida (*Augusta Emerita*) (Figura 3.24), na Lusitânia, entre os melhor conservados ou conhecidos. Todos estes “pertencem a uma série que podemos considerar como coerente, além das variantes devidas ao modo de implantação (adoçamento da *cavea* ao relevo natural ou alicerces artificiais), às dimensões e aos arranjos internos; quaisquer que sejam também as diferenças observáveis no detalhe de sua ornamentação, devidas à distância cronológica separando os exemplares mais antigos dos mais recentes, pois essas construções se espalham em mais de dois séculos” (GROS 2002: 293-4).

⁵⁸ *Hyposcaenium*: parte do teatro romano localizado por baixo do palco. Este local, geralmente com alguma altura, poderia ser utilizado para a colocação de mecanismos que auxiliassem na remoção e troca de cenários ou para guardar outros elementos que fossem utilizados durante a representação cênica.

Figura 3.23. Perspectiva reconstituída do teatro de *Italica*, a partir de P. León (GROS 2002: 294; fig. 350).

Figura 3.24. Planta do teatro de *Clunia*, a partir de P. de Palol (GROS 2002: 294; fig. 349).

ANFITEATROS

Nos anfiteatros eram realizados os combates de gladiadores (*numera*) e as caçadas às feras selvagens (*venationes*). Como o próprio nome define, é um “teatro” – ou seja, uma concha onde estão dispostas arquibancadas para espectadores – mas “duplo” – cada elemento rebatendo o outro. Como descreveu Ovídio, “um teatro construído dos dois lados” (*Metamorfoses* XI, v.25). Também não possuía uma *scaena*.

Apesar dessa “transparência terminológica, rara no vocabulário arquitetônico greco-romano, não é, entretanto, desprovido de ambiguidade” (GROS 2002: 317). O termo só aparece tardiamente, na Antiguidade, em Vitruvius (I, 7, 1) e na *Res Gestae* de Augusto (IV, 41). A expressão geralmente utilizado era *spectacula*, ou seja, um conjunto de assentos onde se pode observar uma representação. Além do mais, um “teatro duplo”, formado por dois semicírculos, seria circular – o que não existe no mundo romano – e não oval ou em forma de elipse.

Para Pierre Gros, a história do surgimento e desenvolvimento dos anfiteatros romanos como uma unidade monumental “é longa e complexa e sua derivação direta a partir dos teatros não é fundamentada”. Apesar de o anfiteatro ter sido concebido para os jogos de gladiadores, em Roma, os *numera* são bem mais antigos do que os anfiteatros e não exigiam nenhuma construção específica além de um espaço amplo para a exibição de várias duplas de combatentes (GROS 2002: 317). Como podemos perceber no estudo dos monumentos arquitetônicos romanos, a relação entre forma e funcionalidade nem sempre é direta.

Durante os séculos III e II a.C., e até mesmo no início do século I a.C., os populares *numera* eram realizados, em Roma, no Fórum Romano, onde eram construídas estruturas provisórias de madeira para acomodar o público (que também assistia aos combates das varandas de edifícios próximos, como as basílicas). Mesmo durante o período de César e Augusto, o Fórum Romano ainda acolhia os *numera*, embora as ampliações das basílicas Semprônia/Júlia e Emília tenham reduzido o espaço livre central (Figura 3.25).

tradicionalmente funerária e comemorativa dos espetáculos que eram realizados ali. Augusto permitiu a construção do anfiteatro no Campo de Marte, mas financiado por um patrono que não era diretamente ligado à família imperial, além de limitar o luxo e a amplitude desse primeiro exemplar” (GROS 2002: 320).

Os anfiteatros da Itália mais antigos podem ser contemporâneos aos monumentos de *Carmo* (Carmona) e de *Ucubi* (Espejo), na Bética, que podem ser da metade do século I a.C., do final da República. Esses anfiteatros do final da República têm como característica o aproveitamento da topografia para a instalação das suas *caveae*. E quando a depressão ou a colina não são suficientes, as arquibancadas são sustentadas pelos aterros contidos por muros de arrimo anulares (GROS 2002: 320).

Desde o século I a.C., o anfiteatro possui suas características essenciais: forma próxima da elipse imposta pela sua arena; ausência de outra estrutura cênica além da arena; construção fechada em si mesma, com aspecto unitário ainda maior que o do teatro. “O anfiteatro não é constituído por dois elementos distintos organicamente reunidos, mas se apresenta como uma construção integral da qual cada unidade é idêntica a todas as outras na totalidade de seu entorno”. É uma planta que exclui qualquer orientação preferencial, exigência ditada pelos próprios *numera*, onde várias duplas combatem simultaneamente distribuídas em um espaço que não apresenta ângulos mortos e onde podem se mover livremente dentro dos limites impostos pelo árbitro que acompanha cada um dos duelos. E qualquer que seja a posição do espectador na *cavea*, pode ver mais de uma dupla próximas ao seu lugar (GROS 2002: 321).

Os primeiros anfiteatros da Campânia, do final do século II e metade do século I a.C., foram quase todos erguidos em colônias: *Cales*, a mais antiga colônia de direito latino da região; *Liternum* e *Puteoli*, colônias marítimas fundadas em 194 a.C.; Cápuia e Cumas; *Telesia* e *Abella*; Pompeia.

“O significado destas construções é, pois, ambíguo: por um lado, testemunharam a exploração de um *savoir-faire* regional excepcionalmente desenvolvido e da vontade de satisfazer os gostos violentos dos veteranos, que podem ser diretamente opostos – vemos claramente em Pompeia – aos das elites helenizadas das antigas comunidades. Nesse sentido, o anfiteatro deve ser considerado, em suas primeiras manifestações pré-imperiais, como um ato deliberado de romanização, verdadeiro manifesto monumental que transforma, às vezes brutalmente, o clima das cidades onde é introduzido” (GROS 2002: 322-3).

Nas primeiras décadas do Império, não havia um modelo arquitetônico de anfiteatro, pois não havia, em Roma, um esquema definitivo e acabado. Havia, assim, diferentes sistemas de construção de anfiteatros no Império, que se desenvolveram segundo as características do terreno e os meios disponíveis aos dignitários (ou seja, a verba disponível). Havia anfiteatros escavados no solo natural, como o de *Lepcis Magna* (do reinado de Nero), mas que se tornaram cada vez mais raros; os que apoiavam em aterros artificiais sustentados por muros de arrimo periféricos em pedra, como os de *Rusellae* e de *Veleia*; e os em que os aterros eram compartimentados por muros ou caixotões, como os exemplares de Mérida (*Augusta Emerita*), na Lusitânia, entre outros.

Esses anfiteatros são majoritários até os anos 60 d.C., tanto na Itália como nas províncias ocidentais. Mas essa fórmula construtiva, que dependia das características físicas do local, limitava a dimensão da *cavea*, pois as arquibancadas não podiam ser muito altas, sob o risco de compressão ou deslizamento de terra. Ou seja, não permitia a monumentalização arquitetônica dos anfiteatros. Esta só se tornou possível quando passaram a ser construídos em um espaço plano livre e a elevação da *cavea* passou a ser feita como nos teatros, ou seja, sobre fundações e estruturas artificiais suportadas por alicerces construídos de forma concêntrica (GROS 2002: 329-30).

A partir da época flávia, com a construção do *anphitheatrum Flavium* – o Coliseu, maior edifício de espetáculos já construído no Mundo Antigo – surge um modelo “oficial”, ou canônico, para os anfiteatros provinciais. Este novo edifício permitiu à nova dinastia demonstrar um rompimento com a tirania júlio-claudiana restituindo ao *populus* espaços confiscados por Nero. Edificado sob a iniciativa de Vespasiano, foi inaugurado em 80 d.C. sob Tito e terminado sob Domiciano. No centro da *Urbs*, entre o Palatino, o Esquilino e o Célio, surge o maior monumento aos *munera*, com todos os anexos necessários ao seu funcionamento (quatro casernas, serviços técnicos, hospital, armoria e necrotério).

“Gigantismo, perfeição técnica, harmonia das formas caracterizam o anfiteatro Flávio cuja unidade de concepção e de realização dá uma alta ideia da organização de canteiro que se estendeu por mais de doze anos” (GROS 2002: 328).

Uma característica que surge com o anfiteatro Flávio, particularmente majestosa, é o sobreposicionamento das ordens. As colunas engajadas (com $\frac{2}{3}$ livres) dos dois primeiros níveis são, respectivamente, de baixo para cima, dórico-toscanas e jônicas. As do terceiro nível, livres apenas pela metade, coríntias (Figura 3.26). Para Pierre Gros, essa organização das ordens é “um fator não reconhecido do prestígio duradouro do *amphitheatrum Flavium*”,

pois é a primeira vez, em Roma, que se observa a sucessão vertical canônica⁵⁹. O Coliseu pretende superar as realizações anteriores com a novidade do recurso às três ordens clássicas e à duplicação do coríntio nas partes altas, sendo o estágio terminal, o ático, de caráter triunfal com ordenação coríntia e decorado com escudos (*clipei*) de bronze dourado, uma alusão simbólica a Augusto, de triunfo imperial (GROS 2002: 329-30).

Desde que o modelo do *amphitheatrum Flavium* se impõe, numerosos anfiteatros são construídos onde antes não havia este tipo de monumento. Isso acontece não apenas pela excepcionalidade formal e técnica do Coliseu, mas também como sinal, ou consequência, de um processo de transformação social romana e, para Pierre Gros, “mais precisamente da degradação da ideologia consensual a duras penas instaurada por Augusto e da qual o teatro era o pivô”. A partir do final do século I d.C., o edifício dedicado aos *numera* torna-se proeminente e se sobrepõe aos teatros (tradicionalmente reservados aos espetáculos dramáticos) (GROS 2002: 333).

Em várias cidades o anfiteatro substitui outros edifícios ou são construídos em locais que já abrigavam *ludi* ou *munera* (como *Carsulae*, na Umbria, ou em Pompeia). Em *Tarraco* (Tarragona, capital da Tarraconense), o teatro, parte integrante do centro monumental, foi destruído antes do fim do século II d.C., após a construção de um anfiteatro, no início do mesmo século, ligado ao grande complexo provincial de culto imperial (GROS 2002: 333). Para a *Lusitania*, veremos os anfiteatros de *Augusta Emerita* e o de *Conimbriga*, no *Corpus Documental*.

Outra influência do Coliseu é o desuso cada vez mais frequente da estrutura escavada nos anfiteatros provinciais. Mas essa tendência não é universal, como pode ser observado no grande anfiteatro de *Italica* (início do século II), na Bética, que aproveitava uma baixada de vale para apoiar uma parte da *cavea*, de um lado a outro do grande eixo (GROS 2002: 334).

“Entre o final do século I d.C. e a metade do século III, o anfiteatro torna-se o edifício dominante da panóplia urbana nas províncias ocidentais. [...] De agora em diante, mais que o templo ou que o teatro, o anfiteatro, que tende além do mais a se integrar em numerosos santuários provinciais do culto imperial (precocemente em Lyon e em Mérida; mais tardiamente em Tarragona e sem dúvida na Narbonne), torna-se o lugar privilegiado onde se manifesta simbolicamente a coerência do *orbis Romanus*. O anfiteatro, onde se concentram todas as violências controladas de uma sociedade fundada sobre ilegalidades as mais cruéis, aparecia

⁵⁹ “O teatro de Marcelo, frequentemente invocado como um precedente, certamente constitui a fórmula mais próxima, mas ele verdadeiramente nunca comportou mais que dois níveis, o terceiro se reduzindo a um ático sem animação arquitetônica” (GROS 2002: 329).

assim, por causa da harmonia de suas formas, do rigor de seu sistema proporcional interno e do ritmo de suas fachadas monumentais como o edifício que realiza nas cidades ocidentais do Império a imagem da ordem, poder ou de fasto que Roma queria dar de si mesma. [...] Exprime [...] todos os valores da *urbanitas*” (GROS 2002: 341).

Figura 326. Elevação comparada de um setor da fachada do anfiteatro Flávio de Roma e do grande anfiteatro de El Jem (*Thysdrus*), a partir de M. Wilson Jones (GROS 2002: 331; fig. 388).

CIRCOS

Pela forma e função gerais, o *circus* poderia ser considerado a versão romana do hipódromo. Ambos “se ordenam ao redor de uma longa pista onde são apresentadas essencialmente competições hípicas” (GROS 2002: 346). Porém, o hipódromo apresentava muito poucas estruturas permanentes, enquanto o circo latino, na sua forma completa, era um monumento no sentido próprio do termo. Além do mais, na Grécia, as corridas de cavalo eram exercícios realizados pelos cidadãos; em Roma, desde o final da República, os *Domini* ocupavam-se da organização das competições e eram as equipes profissionais de cocheiros, as *factiones*, que monopolizavam a atividade. Há, portanto, uma mudança radical de ponto de vista: nos hipódromos, o que ficava em destaque era “a pista de corridas onde a flor da juventude da cidade se exercitava” e o espectador não era o ator principal; nos circos romanos, ocorria justamente o contrário, pois “as instalações essenciais eram, desde cedo, concebidas para o espectador, isto é, as arquibancadas que contornavam a pista definindo o próprio edifício e as estruturas, cada vez mais desenvolvidas, do *circus* tinham por objetivo melhorar o desenvolvimento e a qualidade do espetáculo” (GROS 2002: 346).

O mais antigo circo conhecido é o de Roma, o *circus Maximus*, na depressão natural que separa o Palatino do Aventino. Segundo a tradição – representada em frisos etruscos – o local era utilizado para a corrida de cavalos e de charretes desde os reis etruscos, no século VI a.C. Era delimitado pelas estruturas religiosas que o cercavam: a *ara Maxima* do *Forum Boarium*, a leste, e os templos de Ceres, Flora, Mercúrio e *Venus Obsequens* ao longo do seu flanco sudoeste (Figura 3.27).

Figura 3.27. Planta da situação aproximada dos templos e santuários ao redor do *circus Maximus*, a partir de J. Humphrey (GROS 2002: 348; fig. 404).

As estruturas que formavam o *circus Maximus* foram colocadas ao longo dos séculos. Em 329 a.C., foram construídas, em madeira, as paliçadas para a linha de largada das carruagens (*carceres*); no final do século IV a.C., a *spina*; em 196 a.C., o *fornix* ou arco triunfal, oposto aos *carceres*, sobre o qual colocaram os troféus trazidos da Espanha; em 174 a.C., os *carceres* foram refeitos em alvenaria e as *metae* (que marcavam a linha de chegada) foram fixadas próximas à *spina*. Porém, somente sob César e, sobretudo, Augusto o *circus Maximus* tornou-se um edifício completo e independente (GROS 2002: 347-8).

Desde 221 a.C., também existia, em Roma, o *circus Flaminius*, na zona meridional do Campo de Marte, mas ele nunca se tornou um circo no sentido monumental do termo. Foi construído pelo censor C. Flamínio Nepo e tinha um caráter mais político do que esportivo, pois era reservado a certas manifestações plebeias. Era constituído basicamente por uma vasta esplanada com um relógio solar e delimitado essencialmente pelos santuários que o enquadravam: templos de *Hercules Custos*, dos *Castores in Circo*, de Diana e da *Pietas*. Por muito tempo o *circus Flaminius* esteve relacionado também à pompa triunfal, o cortejo partindo precisamente dessa zona, inicialmente fora dos muros, para acessar o centro histórico e religioso de Roma. O Teatro de Marcelo foi erguido, por Augusto, na sua curva oriental, mas a expressão *in circo Flaminio* permaneceu até o final da Antiguidade, designando um dos setores mais monumentais da *Urbs* (GROS 2002: 348).

O circo é um monumento que necessariamente circunscreve um espaço verdadeiramente vasto, o que leva a ser denominado como *circus* mesmo que não tenha uma estrutura permanente. Assim, em alguns casos, a definição topográfica pode prevalecer, tanto de fato como na memória coletiva, sobre a definição propriamente arquitetônica. Comparado ao Coliseu, o maior edifício de Roma, o *circus Maximus* parece enorme, a arena do Coliseu cabendo quase doze vezes na do *circus Maximus* (Figura 3.28) (GROS 2002: 348-9).

A monumentalização do *circus Maximus* começou na época de Pompeu e César. Com César, começa a se parecer com um *stadium*, pois seus dois lados compridos são margeados por fileiras ininterruptas de arquibancadas. A partir do Império, cada um dos componentes do *circus* assume uma dimensão e uma decoração que o transformam “em um pequeno monumento no interior de um grande” (GROS 2002: 349). São acrescentados símbolos das vitórias de Roma no mar e no Egito, um santuário (*pulvinar*), uma porta *triumphalis* etc.

Figura 3.28. Plantas esquemáticas comparadas de quatro dos principais edifícios de espetáculo de Roma. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: o Teatro de Marcelo, o estádio de Domiciano, o Anfiteatro Flávio (Coliseu) e o *circus Maximus*, a partir de J. Humphrey (GROS 2002: 349; fig. 406).

As estruturas do *circus Maximus* ainda visíveis da parte curva são da época de Trajano, como aparece também na *Forma Urbis* (início do século III). E a cada fase de reconstrução ou da história das vitórias romanas, uma nova escultura ou lembrança era colocada na *spina* ou em outro ponto do *circus*.

“A cada uma dessas fases [da história romana] correspondia um enriquecimento da *spina*, que assim podia oferecer, nos cerca de 340m de seu comprimento, uma antologia da escultura monumental, cujo famoso mosaico do Museu [Can Pau Birol] de Barcelona (proveniente de Bell-Lloch e datado do início do século IV) nos conserva uma imagem sugestiva” (GROS 2002: 350) (Figura 3.29).

Figura 3.29. Mosaico representando o *circus Maximus* romano, século IV. Museu Can Pau Birol, Barcelona (Google imagens).

Também havia, em Roma, no Alto Império, o circo atribuído a Calígula e Nero, no Vaticano, considerado o local de martírio de Pedro. Com uma arena de c. 560m X 80/85m de

largura, foi terminado nos anos 60 d.C. Desativado sob Vespasiano, transformou-se em um grande parque antes de ser ocupado pela necrópole do *mons Vaticanus* (GROS 2002: 350).

CIRCOS DAS PROVÍNCIAS OCIDENTAIS

Os jogos realizados nos circos, no período Imperial, estavam diretamente associados às celebrações dinásticas, o que impunha uma certa norma às suas construções em Roma. Mas as províncias não parecem ter sofrido tal restrição. Embora os circos não sejam muito numerosos nas províncias – provavelmente devido aos altos custos da construção de um monumento de tal grandeza, mas também pelo fato de os *ludi circenses* serem normalmente realizados fora dos limites urbanos e sem necessidade da existência de estruturas fixas – existem exemplares marcantes na Espanha, nas Gálias e na África.

“Nas províncias hispânicas, diversos indícios testemunham não apenas a moda dos *ludi circenses* como também o esforço desempenhado pelas comunidades urbanas para se dotarem desde data precoce de circos monumentais. Além das inscrições que evocam estas manifestações, os mosaicos representando carros ou cenas de corridas (encontrados em Gerona, Barcelona, *Italica* e Mérida) são ali frequentes e precisos: é um sinal que não engana, não somente da popularidade das competições hípicas, mas também da familiaridade que mantinha com elas grande parcela da população” (GROS 2002: 351).

Parece, inclusive, pelas inscrições encontradas, que a Península Ibérica fornecia grandes cocheiros ao Império, que eram campeões e objeto de adulação até mesmo em Roma. Tarragona, Sagunto (*Seguntum*), Toledo (*Toletum*) e Calahorra (*Calagurris*), na Tarraconense; Mérida (*Emerita Augusta*) e *Mirobriga*, na Lusitânia; e *Italica*, na Bética, possuem importantes vestígios, muito difíceis de situar cronologicamente, mas dos quais os mais antigos contam entre os primeiros exemplares identificáveis fora da Itália. O circo de Mérida, integralmente restaurado no início do século IV d.C. (datado através de uma inscrição), é da primeira metade do século I e foi diretamente influenciado pelo *circus Maximus* do período César-Augustano, e não pelo modelo romano pós-traiano, como diversos outros. Na mesma linha é o de Tarragona, júlio-claudiano (última década do século I d.C.).

Já o circo de Tarragona intriga os pesquisadores pelo fato de sua localização não habitual no coração da cidade e diretamente ligado ao santuário provincial de culto imperial. “Só podemos compreender a localização desse edifício e de sua ordenação particular (entre outras, a existência de uma escada dupla permitindo uma relação direta entre a tribuna onde se sentavam os magistrados e a praça do fórum [do santuário]) se o colocamos dentro de seu

contexto monumental: o circo de Tarragona é apenas o terceiro componente do santuário provincial do culto imperial [...]. Mas ele representa apenas um caso limite de uma situação geral muito difundida: em Roma como na Itália, os circos hispânicos mantêm, pela própria razão da importância das liturgias e das competições que eram implantadas ali, laços estreitos com a religião oficial dos *divi* (fig. 3.30)” (GROS 2002: 352).

Figura 3.30. O circo de Tarragona, reconstituído e colocado no seu contexto monumental, a partir de F. Tarrato (GROS 2002: 353, fig. 410).

A proximidade e ligação com templos e santuários tornam os circos de Roma estruturas com forte caráter religioso; a proximidade com o centro político e o seu uso em atividades ligadas aos triunfos, os tornam monumentos políticos. É esse tipo de caráter religioso, essa ligação direta com estruturas sacras e, posteriormente, com o culto imperial, que não aparece nos anfiteatros; estes demonstram fortemente um caráter político-imperial, ideológico, demonstrando a ordem e o poder de Roma dentro da violência e do caos apresentados em suas arenas, mas não são monumentos com laços estreitos com a religião oficial dos *divi*.

CAPÍTULO 4

CORPUS DOCUMENTAL LUSITANIAE

O *Corpus Documental* apresenta a descrição e análise de dois sítios romanos, *Conimbriga* e *Ammaia*, respectivamente uma cidade de raiz (*ex nihilo* ou *ex novo*) e uma cidade fundada sobre um assentamento indígena.

A descrição pretendeu verificar, a partir dos dados existentes: seus territórios; a implantação da cidade romana; o *subrubium*, necrópoles, muralhas e portas; edifícios lúdicos; malha urbana; e, principalmente, os fóruns, desde sua implantação até abandono.

Em uma segunda parte, como elementos de comparação, apresento uma breve descrição da capital provincial, *Augusta Emerita* (Mérida), e as cidades de *Liberalitas Iulia Eboracensis* (Évora), *Bobadela*, *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), *Lancia Oppidani* (*Centum Cellas*) e *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala), nesta ordem.

Não se pretende uma descrição exaustiva pois, excetuando *Ammaia* e *Conimbriga*, o foco serão os *fora*. *Augusta Emerita*, por ser capital provincial – o que a leva a ter possuído mais edifícios públicos que as demais cidades romanas da *Lusitania* e terem sido realizadas mais pesquisas arqueológicas –, era modelo para as demais cidades lusitanas, o que levou a uma descrição um pouco mais abrangente.

SÍTIOS DO *CORPUS*

Mapa da Província da *Lusitania*

[desenhado na primeira mesa-redonda da Lusitania (VVAA Talence, 1990)]

AMMAIA

CIVITAS AMMAIENSIS, CONVENTUS PACENSIS [?], *LUSITANIA*

1. EVOLUÇÃO ESTATUTÁRIA

Fundação de raiz (*ex nihilo*), do início do Império (entre Augusto e Cláudio), sendo designada, inicialmente, *oppidum*.

Em 44/45 d.C., é mencionada epigraficamente como *civitas*, com um território definido, e é regida por magistrados.

Recebeu o estatuto municipal (*municipium*) entre o principado de Augusto e os finais do século I d.C. (assim como todas as comunidades livres da Província da Lusitânia).

A fundação de *Ammaia* está relacionada à reforma político-administrativa desenvolvida por Augusto a partir de 13 a.C., quando reorganizou e estabeleceu uma urbanização do tipo romano na *Hispania*. Assim, *Ammaia* foi uma fundação augustana, possivelmente dos últimos anos do século I a.C. ou logo no início do século I d.C., inicialmente um *oppidum* – como referido na ara dedicada por *Caius Annius Valens* ao gênio do *oppidum* constituído (*Genio Oppidi Constituti*)⁶⁰ (Figura 4.1). Para Sérgio Pereira, Caio Ânio Valente era um indígena romanizado, “com algum estatuto, que se identifica com os *tria nomina*, apesar de omitir a filiação” (PEREIRA 2009: 131; CORSI 2013a: 13).

Figura 4.1. Ara de granito dedicada ao Génio do Ópido Constituído (G. Cardoso) (PEREIRA 2001: 203, foto 3).

⁶⁰ Na data de fundação, não é possível identificar o seu estatuto jurídico (CORSI 2013: 13).

A interpretação da expressão *Oppidi Constituti*, isto é, “ópido constituído”, não é completamente segura. Tem sido entendida com um sentido de “estabelecido” e “organizado politicamente”, subentendendo a pré-existência de um assentamento. Entretanto, a expressão também pode relacionar-se à atribuição do *ius Latii*, “concedido a diversos *oppida*”. “O termo *oppidum* é normalmente associado a sítios estratégicos ou fortificados; no entanto, pode também aplicar-se a formas de estabelecimentos protourbanos ou, se preferirmos, a aglomerados urbanos”. Plínio, o Velho, distingue os *oppida* com direito latino – *Ebora*, *Myrtilis* e *Salacia* – e os estipendiários⁶¹ – *Capera*, *Balsa*, *Medobriga* e *Mirobriga*. E alguns desses locais não mostram evidência de possuírem sistemas defensivos, o que é o caso de *Ammaia* quando de sua fundação (PEREIRA 2009: 131).

Provavelmente a cidade de *Ammaia* foi estabelecida por imigrantes e por populações indígenas, funcionando como centro urbano político-administrativo, gerindo o rico território circundante. Segundo as epígrafes encontradas em *Ammaia*, os cidadãos se inscreviam na tribo Quirina. Além disso, uma das estelas de mármore encontradas na Quinta do Deão – que servia como degrau de escada – menciona Caio Sentio Capito, um indivíduo ilustre, provavelmente indígena romanizado, do início do Império (PEREIRA 2009: 50-1).

Não se conhece a conjuntura que levou o *oppidum* a ser promovido a *civitas* (prosperidade econômica? Influência das famílias notáveis?). De todo modo, em 44 ou 45 d.C. já tinha sido elevado a *civitas* (comprovado por um pequeno cipo de mármore referenciado por José d’Encarnação, *IRCP* nº 615, “*civitas Ammaiensis*”). Segundo Sérgio Pereira (2009: 140), Cláudio I favorecia *Ammaia*, pois tinha proximidade com a cidade e especialmente com a Península Ibérica. Ao período é atribuída a edificação de alguns setores da muralha. “Seguramente, no período dos Júlios-Cláudios, os cidadãos *ammaienses* foram inscritos na tribo Quirina”. Vasco Mantas (2009: 172), mais conservador, situa a municipalização do *oppidum* – que já teria o direito latino – entre Cláudio e o início do século II.

Ammaia teria recebido a atribuição municipal ainda no século I d.C., entre o final do principado de Cláudio e o período dos flávios. A inscrição *IRCP* nº 616 refere-se a *Ammaia* como “*municipium*” (especificamente, “*municipes Ammaienses*”) (CORSI 2013a: 14). Teria sido uma atribuição de caráter essencialmente político e honorífico, e gerou transformações

⁶¹ As cidades estipendiárias tinham uma condição jurídica inferior, tendo de pagar um pesado imposto (*stipendium*). A elevação das cidades estipendiárias a municípios, na segunda metade do século I, favoreceu o processo de romanização.

urbanísticas, como ocorreu com outras cidades peninsulares, e a consequente monumentalização de alguns espaços (PEREIRA 2009: 141). Assim, *Ammaia* primeiro alcançou a dignidade de *civitas* e, posteriormente, recebeu o estatuto municipal. A elevação ao estatuto de *municipium* latino teria ocorrido entre a segunda metade do século I e a primeira do século II d.C. (CORSI 2013a: 14).

2. SITUAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Os vestígios de *Ammaia* encontram-se na encosta a sul da Vila de São Salvador da Aramenha, no Vale do Rio Sever. A maior concentração de vestígios reparte-se pelas propriedades da Tapada da Aramenha, Quinta do Deão e Picadeiro (Figura 4.2). “Atualmente, encontra-se [a cidade romana] inserida na área do Parque Natural da Serra de São Mamede” (CORSI 2013a: 10; PEREIRA 2009: 22).

Figura 4.2. Áreas onde as ruínas visíveis indicavam claramente a presença de vestígios romanos (CORSI 2013a: 12, fig. 7).

Oficialmente, o IGESPAR⁶² designa o sítio arqueológico como “Ruínas romanas situadas na freguesia de São Salvador de Aramenha, incluindo a parte da via romana e a ponte denominada Ponte Velha que se encontra junto às mesmas”, sendo a outra designação “Museu Monográfico da Cidade Romana de *Ammaia*”. Está classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 37 450, DG, I Série, n.º 129, de 16/06/1949), mas não é considerada “zona ‘*non aedificandi*’”.

O sítio arqueológico é de responsabilidade da “Fundação Cidade de *Ammaia*”, pertencendo a coordenação científica ao Departamento de História da Universidade de Évora e com a parceria da Universidade de Coimbra. As escavações sistemáticas se iniciaram em 1995 sob a coordenação de Jorge de Oliveira. Em 1998, Vasco Gil Mantas ingressou na coordenação dos trabalhos. Entre 2000 e 2006, a coordenação das escavações arqueológicas esteve sob a direção de Sérgio Pereira, que baseou seu mestrado na publicação e interpretação dos trabalhos (PEREIRA 2009; CORSI 2013a: 10).

A partir de 2001, investigações geoarqueológicas “levaram à descoberta dos aquedutos romanos, à delimitação hipotética do circuito da muralha, à compreensão da relação entre a cidade e a paisagem circundante e à identificação de alguns recursos básicos da economia urbana, tais como as pedras usadas nas construções, os minerais e os metais”. Em 2009, foi lançado o Projeto Radio-Past, com o levantamento da cidade e dos seus subúrbios, o que “permitiu a reconstituição do desenho urbano, com a delimitação da sua rede de ruas e a definição das características planimétricas dos seus principais monumentos e áreas habitacionais” (CORSI 2013a: 13).

O Museu Arqueológico de *Ammaia* se localiza no edifício da Quinta do Deão, dentro da área da “Fundação Cidade de *Ammaia*”.

As ruínas foram atravessadas longitudinalmente pela estrada Portalegre-Marvão (atual Estrada Nacional EN 359), momento em que foram perdidos para a arqueologia “vasos, sepulturas, inscrições, moedas, objectos de uso doméstico, ânforas e outros preciosos achados que o alvião inconsciente ia destruindo” (L. Coelho 1924: 37⁶³ *apud* PEREIRA 2009: 29). Outros objetos foram doados ao Museu Etnológico de Belém, atual Museu Arqueológico Nacional.

⁶² Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, ligado à Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Portugal.

⁶³ Possidónio M. Laranjo Coelho (1924/2001), *Terras de Odiana – Subsídios para a sua História Documentada*. Edição fac-símile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán*, Câmara Municipal de Marvão, 11.

Uma grande parte dos materiais arqueológicos do sítio pertence a coleções particulares ou a coleções que foram posteriormente doadas a museus e estão descontextualizadas (inclusive moedas). Parte dos objetos – *terrae sigillatae*, vidros, cerâmicas – foi encontrada nas necrópoles que estão extramuros e evidenciada durante os trabalhos agrícolas ou de edificação.

As ruínas foram classificadas como “Monumento Nacional” em 1949, pelo Decreto nº 37.450. Mas a cidade manteve-se como área agrícola até 1994, com um “cenário de abandono, degradação e reutilização de materiais” (PEREIRA 2009: 30). Neste ano, a maior parte dos terrenos onde se encontrava a cidade romana foi adquirida e se constituiu, em 1997, a Fundação Cidade de *Ammaia*, ações consideradas fundamentais por Sérgio Pereira (2009: 32 e 151) para o estudo, conservação e musealização do sítio arqueológico. *Ammaia* é considerada patrimônio nacional.

Nos primeiros trabalhos arqueológicos, realizados em 1994, foram identificados o fórum, as termas do fórum, a Porta Sul e uma área habitacional, sob o edifício da Quinta do Deão.

3. SÍNTESE HISTÓRICA

Nas fontes literárias, *Ammaia* praticamente não é citada. Plínio, o Velho, não a menciona na sua lista dos *populi* da *Lusitania* (*H.N.* IV, 117-118), mas sim a área circundante – a *Ammaeensis luga*, isto é, a serra próxima –, referindo-se ao cristal de rocha, mineral semiprecioso também utilizado na fabricação de vidro (*H.N.* XXXVII, 24 e 127). A primeira referência ao nome “*Ammaia*” aparece em Ptolomeu (II, 5, 8): *Αμμαία*, quando fornece suas coordenadas astronômicas.

Nova referência aparece apenas no século X, pelo historiador cordonês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, quando se refere a Marvão como o “Monte de Amaia”, “a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas” (A. Sidarus, 1991⁶⁴: 13, apud PEREIRA 2009: 23).

Epigraficamente, no século XVI, o frei Amador Arrais localizou, na Ermida do Espírito Santo (Portalegre), um pedestal dedicado ao imperador Lúcio Vero pelos *municip(es) ammai(enses)*, datado de 166 d.C. (PEREIRA 2009: 23-24).

⁶⁴ Adel Sidarus (1991), “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”. *Ibn Maruán*, Câmara Municipal de Marvão, 1: 13-26.

As ruínas da cidade eram designadas “Aramenha” até o século XX e confundidas com *Medobriga*⁶⁵. Apenas na segunda metade do século XIX a localização de *Ammaia* foi identificada com as ruínas de Aramenha, pelo epigrafista alemão Emilio Hübner. “Emilio Hübner [*CIL* II: 20-21], no seu notável *corpus* de epígrafes, no qual se contam algumas de *Ammaia*, pôs em causa, pela primeira vez, a localização da *civitas* em Portalegre. Perante a ausência de evidências arqueológicas naquela cidade e a presença de vestígios em S. Salvador da Aramenha, colocou a hipótese de ser essa a verdadeira localização de *Ammaia*” (PEREIRA 2009: 27).

Porém, o equívoco, que localizava *Ammaia* em Portalegre e *Medobriga* em S. Salvador da Aramenha, ainda perdurou até 1931, quando foi encontrado um pequeno cipo de mármore dedicado ao imperador Cláudio como *vota publica* da *civitas Ammaiensis* (datado entre 43 e 45 d.C.). Desta forma, a cidade de *Ammaia* foi definitivamente identificada em S. Salvador da Aramenha (e *Medobriga* foi situada, posteriormente, nas proximidades de Meda) (PEREIRA 2009: 29).

José d’Encarnação, na década de 1980, incluiu *Ammaia* na área do *Conventus Pacensis*. Para justificar, Encarnação menciona seus dois primeiros magistrados, Próculo e Omuncião, indígenas, e também o único magistrado documentado epigraficamente, Cornélio Macro, “ao qual Cláudio I concedeu cidadania romana (Encarnação, *IRCP*⁶⁶, nº 618)”. “[Encarnação também] distinguiu a presença de um flâmine provincial entre os ilustres da cidade (Encarnação, *IRCP*, nº 617)” (PEREIRA 2009: 31). Para José d’Encarnação, a atribuição municipal teria ocorrido no período Flávio.

Para Jorge de Alarcão (1988: 49), “a inscrição consagrada a Cláudio pela *civitas ammaiensis*, do ano 44 ou 45 d.C., prova que *Ammaia* era, nessa data, simples *oppidum*, governada por dois *magistri*”. Alarcão também sugere, com base em outra epígrafe, que *Ammaia*, “sendo *civitas* no tempo de Cláudio I, teria obtido a estatuto de *municipium* com o mesmo imperador ou com Nero” (PEREIRA 2009: 32).

A única estátua conhecida do sítio – e sem a cabeça – está descontextualizada, pois foi reutilizada em uma fonte particular. Trata-se de um togado, em mármore, ostentando

⁶⁵ E os vestígios de *Ammaia* se encontrariam, pensava-se, sob a moderna cidade de Portalegre, mais de 10 quilômetros a sul (CORSI 2013a: 10).

⁶⁶ José d’Encarnação (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

uma bula⁶⁷ “e poderia representar Britânico, filho de Cláudio e meio-irmão de Nero” (PEREIRA 2009: 32) (Figura 4.3).

Figura 4.3. Estátua togada com bula, provavelmente *Britanicus* (G. Cardoso) (PEREIRA 2009: 203, foto 5).

Vasco Gil Mantas (2000⁶⁸) sugere que *Ammaia* foi uma fundação de raiz, do início do Império, entre Augusto e Cláudio I. A organização da *civitas* teria ocorrido com Augusto. Em 44/45 d.C., o estatuto era de “*civitas*, uma cidade peregrina, com um território definido e regida por magistrados, segundo o modelo romano, mas sem pertencer à hierarquia jurídica romana” (Mantas, 2000: 412 *apud* PEREIRA 2009: 34).

O topônimo “*Ammaia*” teria uma origem pré-romana⁶⁹, o que é confirmado pela população urbana, marcadamente indígena. A epigrafia alto-imperial demonstra que o grosso da população *ammaiense* era de origem nativa, com antropônimos como *Anceitus*, *Camulus*, *Dobiterus*, *Lovesius*, *Lubaecus*, *Saturisca* e *Tongius* (a partir de Vasco Mantas 2000: 401 *apud* PEREIRA 2009: 132, nota 130). Essa população indígena seria oriunda dos povoados mais próximos, “o que explicaria também a presença de alguns materiais característicos da Idade do Ferro”. E a epigrafia também revela que os indígenas “romanizados” ocupavam cargos

⁶⁷ A *bullā* era um atributo que os jovens romanos usavam até aos dezessete anos.

⁶⁸ Vasco Gil Mantas (2000), “A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*”, in: *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana. “IV Mesa Redonda Internacional”*. Mérida: Série Estudos Portugueses, 13, pp. 391-420.

⁶⁹ O radical *amma* possui traços indo-europeus, segundo Sérgio Pereira (2009: 133), e significaria “mãe” ou “cidade-mãe”; e *Amma* também pode ser uma divindade hispânica. Há comprovação epigráfica da sobrevivência de outros cultos indígenas na região de *Ammaia*, com monumentos votivos dedicados a *Ocrimira* e *Toga Alma* (Encarnação, *IRCP*, respectivamente nº 610 e 611).

políticos e religiosos de destaque⁷⁰, “assimilando rapidamente os novos modelos socioculturais” (PEREIRA 2009: 132).

4. LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

ÉPOCA ROMANA

Província da Lusitânia, *Conventus Pacensis* ou *Conventus Emeritensis*.

Tradicionalmente integrada ao *Conventus Pacensis* (a partir de José d’Encarnação, *IRCP*), há atualmente propostas de redefinição de fronteiras e a consequente inclusão de *Ammaia* no *Conventus Emeritensis* (CORSI 2013a: 14) (Figura 4.4).

Figura 4.4. Mapa da Província da *Lusitania*, desenhado na primeira mesa-redonda da *Lusitania* (VVAA Talence, 1990).

⁷⁰ Como *Caius Annius Valens*; *Proculus* e *Omuncio*, magistrados no tempo de Cláudio I; *Publius Cornelius Macer*, questor e duúnviro; *Caius Iulius Vegetus*, flâmine provincial da Lusitânia, que omite a filiação provavelmente de origem latina.

MODERNA

Freguesia de São Salvador da Aramenha, Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre, Alto Alentejo (Portugal) (Figura 4.5).

Figura 4.5. Localização de Ammaia no distrito de Portalegre, mapa de Portugal atual (TAELEMAN *et alii* 2013: 106).

A maior parte da região rural da região de Marvão consiste de afloramentos de rocha dura, resultando em um solo muito raso e de baixa qualidade. O clima é especialmente seco no verão, devido à influência mediterrânea. Dessa forma, a terra é utilizada para pastagens e produção de cortiça. Entretanto, *Ammaia* fica no fértil vale do Rio Sever, na Serra de São Mamede. A maior parte do território da cidade (uma área de mais de 40 km de raio em torno do núcleo urbano) é caracterizada por uma paisagem desolada de planícies formadas por xistos e granitos, alternando colinas de quartzito, atingindo uma altura de 1.000 m acima do nível do mar (VERMEULEN *et alii* 2012: 124) (Figura 4.6).

Figura 4.6. Situação topográfica de *Ammaia*, com indicação da superfície intramuros estimada e a principal rede viária antiga (VERMEULEN *et alli* 2013: 124, fig. 1).

Contrastando com o restante do território, a região de *Ammaia* tem abundantes recursos hídricos e um bom potencial agrícola, com numerosos pequenos rios e córregos (VERMEULEN *et alii* 2012: 124). Assim, a cidade foi fundada em um vale muito fértil, o que gerou a implantação de diversas *villae* na região, além da criação de gado e cavalos de corrida (como mostram os mosaicos da *Villa* de Torre de Palma, Monforte) (PEREIRA 2009: 139).

Considerada uma cidade romana de dimensões médias, *Ammaia* se localiza no Vale da Aramenha, em uma vertente suave voltada para o nascente, entre as altitudes de 525 e 550 m e não possui condições estratégico-defensivas. Geologicamente, predominam os xistos argilosos, quartzitos, grés e calcários dolomíticos (PEREIRA 2009: 22). Uma das atividades importantes da cidade romana era a extração do cristal de rocha, abundante na região, que teria se prolongado até o período islâmico. Inclusive, o quartzito e o cristal de rocha eram produtos muito importantes nos tempos romanos, segundo Plínio, o Velho (*H.N.* XXXVII, 24 e 127).

A região de Marvão desempenha, ainda hoje, um papel importante no abastecimento de água da região do Norte Alentejano. O Concelho de Marvão também possui jazidas de ouro, prata, chumbo, manganês, ferro e cristal de rocha, que eram exploradas economicamente por *Ammaia*, principalmente ferro e chumbo. Além disso, o Tejo era rico em ouro de aluvião, explorado em época romana. *Ammaia* também se localiza junto a uma faixa de calcários dolomíticos, ou seja, de cal, essencial para as argamassas e estuques (PEREIRA 2009: 138-9; VERMEULEN 2013a: 9).

5. FASES DE OCUPAÇÃO (a partir de PEREIRA 2009)

Segundo Sérgio Pereira (2009: 61 ss.), foram reconhecidas, através dos trabalhos arqueológicos realizados na Porta Sul entre 2001 e 2002, sete fases ou momentos de evolução da cidade de *Ammaia*, “que vão desde a implantação, a transformação, o abandono e a consequente reutilização dos materiais”. Mas o autor não exclui a possibilidade da existência de outras subdivisões caso sejam realizadas novas escavações.

As fases também abrangem as outras zonas escavadas do sítio⁷¹.

Tabela – Fases de evolução de *Ammaia* (a partir de PEREIRA 2009: 61)

Fase I	Implantação do assentamento	Augusto - Primeira met. do séc. I d.C.
Fase II	Monumentalização	Flávio - Trajano
Fase IIIa	Remodelação de estruturas domésticas	Último quartel do séc. III - inícios do séc. IV
Fase IIIb	Alterações nas estruturas domésticas	Último quartel do séc. IV - meados do séc. V
Fase IVa	Período Visigótico	Segunda met. do séc. V - inícios do séc. VI
Fase IVb	Período Visigótico - usurpação de algumas áreas públicas	Segunda met. do séc. VI - início do séc. VIII
Fase V	Ocupação islâmica	Inícios do séc. VIII - meados do séc. X
Fase VI	Abandono da cidade e reutilização espacial com outras funções	Meados do séc. X - séc. XIV
Fase VII	Reutilização de materiais e implantação de novas estruturas e habitações	Moderno - Contemporâneo

⁷¹ Foram realizadas algumas adaptações na construção da tabela. O autor utiliza o termo “aglomeração”, como é comum em Portugal; prefiro utilizar “assentamento”. Também utiliza algumas abreviações, que não reproduzi.

Segundo Sérgio Pereira (2009: 141), no período dos Flávios a cidade de *Ammaia* passa por uma de suas fases mais prósperas economicamente, demonstrado pelo volume significativo de materiais importados (*terrae sigillatae* do sul da Gália e hispânicas, vidros, lamparinas, objetos de adorno e cerâmica fina). Cristina Corsi (2013a: 14) apoia esta opinião, afirmando que o florescimento da cidade, documentada arqueologicamente, ocorreu durante os séculos II e III d.C.

Há um vazio de informação em *Ammaia* para o século III, “talvez motivado pela dificuldade em reconhecer vestígios materiais exclusivos desse período”. Essa escassez abrange a coleção numismática *ammaiense* entre Marco Aurélio e Gordiano III. Porém, na Fase IIIa (segunda metade do século III - inícios do século IV), há novamente “um considerável volume de nûmismas e respectivas imitações” (PEREIRA 2009: 144-5). No século IV há a renovação de alguns monumentos e setores da cidade, o que demonstra que, pelo menos em alguns setores, a cidade ainda era muito “dinâmica” no período tardio (CORSI 2013a: 15).

Sérgio Pereira também não encontrou indícios de conflitos militares em *Ammaia* após a chegada das populações de origem visigoda na Península Ibérica. Para ele, “as remodelações ocorridas entre o final do século V e os inícios do século VI (Fase IVa) talvez se possam relacionar com a vinda de famílias bárbaras” (PEREIRA 2009: 146).

A partir do século V, há um abandono gradual, inclusive de áreas habitacionais.

“Escavações recentes têm revelado que algumas zonas da cidade haviam já sido cobertas por sedimentos e depósitos de vertente durante a Antiguidade Tardia, e que algumas construções, provavelmente edifícios privados, tinham invadido os anteriores espaços públicos” (CORSI 2013a: 15).

Os materiais importados começam a escassear a partir do século VI, especialmente as *sigillatae* e os vidros.

“Talvez tenha sido nesta centúria que a cidade mergulhou numa conjuntura desfavorável e sem precedentes. A insegurança das rotas comerciais, a inflação e a crise financeira que apenas reconhecia a cunhagem do ouro, foram regionalizando a actividade produtiva e o próprio mercado. As elites hispano-romanas vão abandonando a cidade, fixando-se nos seus domínios rurais, cada vez mais feudalizados e auto-suficientes” (PEREIRA 2009: 147).

Sérgio Pereira (2009: 148) sugere que *Ammaia* deixa de existir como centro político-administrativo entre os séculos VII e VIII, “motivado por um conjunto de fatores e não por

um acontecimento isolado ou catástrofe. Parece-nos que uma conjuntura desfavorável e ininterrupta poderia afundar progressivamente a urbes”.

Surge, na região, entre o final do século VI e meados do VIII, um novo padrão de assentamento, com a proliferação de pequenas aldeias e casais, havendo o progressivo esvaziamento da cidade (PEREIRA 2009: 148-9).

Entrando no período visigodo, saímos do período em análise⁷².

6. DESCRIÇÃO

Apesar de a estrutura forense ser a principal analisada no presente trabalho, escolhi fazer uma descrição de *Ammaia* partindo do macro para o micro, ou seja, partindo do seu território até chegar ao ponto mais central da cidade, o fórum.

6.1. TERRITÓRIO DA *CIVITAS* E O *SUBURBIUM*

As cidades romanas tinham um impacto marcante sobre a paisagem ao redor e possuíam uma estreita ligação de interdependência com o campo. O estudo dos territórios é recente na arqueologia romana portuguesa, mas quando realizado, demonstra um alto nível técnico e interpretativo. Um estudo deste tipo foi realizado no noroeste de Portugal pela arqueóloga Helena Carvalho, da Universidade do Minho (2008), utilizando basicamente um GPS. Outro importante projeto foi o Radio-Past (com um breve resumo no Anexo 3), que permitiu acrescentar, no presente trabalho, a descrição do *Suburbium* de *Ammaia*. *Suburbium*, aqui, deve ser entendido como a região envolvente mais próxima do centro urbano.

“Esta relativamente pequena área urbana foi certamente bem escolhida. Para além da sua situação geral em um terreno levemente inclinado perto de bons recursos hídricos, os topógrafos romanos optaram por desenvolver sua cidade ordenadamente entre dois paleovales estreitos, conectados perpendicularmente com o Vale do Rio Sever. A área de Fórum reside no centro deste terreno em declive” (VERMEULEN *et alii* 2012: 126).

⁷² Apenas a título de complementação da história de *Ammaia*, a partir de 711, com a invasão muçulmana, *Ammaia* teria sido alvo, ainda no primeiro quarto do século VIII, de uma milícia armada islâmica, mantendo-se ocupada pelo menos até o século IX. Inclusive, “Marvão” seria uma designação de origem islâmica. O abandono efetivo da cidade teria ocorrido entre o século IX e inícios do XI. Mas as ruínas funcionaram como pedreira por mais de um milênio, fornecendo matéria-prima e elementos arquitetônicos para as construções das localidades próximas, como Castelo de Vide e Portalegre, entre outras aldeias (PEREIRA 2009: 149 ss.).

Ammaia possui um projeto bem definido, “destinado a estabelecer um ponto de povoamento que funcionasse como ‘lugar central’ na exploração da terra e dos recursos naturais, e como ponto de confluência da rede de estradas que ligavam o interior e o litoral da Lusitânia [...]” (CORSI 2013a: 13-14). Mantinha relações comerciais com *Clunia*, *Emerita Augusta* e com a região de Cáceres. “Apesar de a rede viária *Ammaiense* não ser referida no itinerário de Antonino Pio, certamente fazia parte da via *Olisipo-Emerita*, que seguia por *Scallabis*, *Aritium Vetus*, dirigindo-se depois para *Ammaia*” (PEREIRA 2009: 34). Portanto, foi fundada junto à rede viária da *Lusitania* central, que estabelecia a ligação entre a capital *Emerita Augusta* e a costa atlântica. A presença de materiais importados demonstra a ligação de *Ammaia* com as principais rotas comerciais peninsulares e a existência de famílias prósperas no local (PEREIRA 2009: 139).

O posicionamento geográfico do Rio Sever e da Ribeira dos Alvarrões condiciona a orientação da muralha e da malha urbana de *Ammaia*, que se encontra alinhada com os dois cursos de água, e segue os pontos cardeais colaterais, e não os principais (ou o nascente e o poente). Além da exploração dos recursos minerais da região, a cidade se dedicaria à exploração dos poucos recursos agrícolas e à pecuária.

Para Sérgio Pereira (2009: 137), “*Ammaia* surgia como núcleo urbano, centro político-administrativo, à volta do qual se estendia um vasto território e no qual existiam *vici*, *villae*, casais e pequenos sítios”⁷³. Porém, a dimensão do *ager ammaiensis* é alvo de debates, uma vez que não foram identificados *termini augustales*⁷⁴ na região. De modo geral, acredita-se que o limite norte fosse o rio Tejo e o território incluiria, em todas as suposições, as duas regiões com mais recursos minerais, a Serra de São Mamede e as jazidas do Tejo.

Segundo Frank Vermeulen, “a cidade de *Ammaia* era o lugar central de um território de quase 4.000 km², a sul do rio Tejo, que se estendia a ambos os lados da atual fronteira entre Portugal e Espanha”. Este território abrangia outros núcleos populacionais menores, como

⁷³ As *villae amaienses*, na grande maioria, produziam azeite, vinho ou se dedicavam à criação de cavalos para exportação (VERMEULEN 2013a: 9).

⁷⁴ *Terminus Augustalis* é um marco de pedra de época imperial que servia para delimitar territórios, públicos ou privados, cuja denominação se expressa mediante uma inscrição. Segundo Jorge de Alarcão (2008: 30), são marcos de delimitação encontrados em algumas *civitates*. Por exemplo, o *terminus Augustalis* encontrado no município de Valdeolea (Cantábria), fixava o limite entre o território da cidade romana de *Juliobriga* e as terras da *Legio IV* Macedônica: *TER(minus) AVGVST(alis) / DEVIDIT PRAT(a) / LEG(ionis) IIII ET AGR- / VM IVLOBRIG(ensium)*, ou seja, “Término augutal [que] divide os prados da *IV Legião Macedônica* do território dos *Juliobrigenses*” (J.M.Iglesias Gil; A. Ruiz, *Epigrafía Romana de Cantabria*. Santander: Ediciones de Librería Estudio; 1999: 90).

Abelterium (Alter do Chão) e o *vicus Camalocensis* (na zona de Crato), além de muitos assentamentos rurais que exploravam os recursos do território (VERMEULEN 2013a: 8).

Em duas campanhas de pesquisas, em 2010 e 2011, a equipe multidisciplinar do Projeto Radio-Past, formada por pesquisadores da Universidade de Ghent (Bélgica), da Universidade de Cassino (Itália), da de Évora (Portugal), da Eastern Atlas (empresa alemã sediada em Berlim) e de The Missing Link (Holanda), realizou intensos estudos geoarqueológicos no território de *Ammaia* para determinar as relações e interdependências da cidade romana com seu território adjacente. Especificamente, buscaram determinar “a coleta de água e sua distribuição na e ao redor da cidade, avaliar os locais onde os recursos naturais (pedras para construção, quartzito e cristal de rocha e metais) eram explorados e analisar as dinâmicas de ocupação suburbana” (TAELEMAN *et alii* 2013: 105). Com métodos essencialmente não destrutivos de prospecção, foram definidos grande parte da rede de estradas, centros de produção, zonas funerárias, locais de exploração e a hinterlândia de *Ammaia*, além “da razão porque essa localização precisa foi escolhida para o assentamento da fundação da cidade de *Ammaia*” (TAELEMAN *et alii* 2013: 105).

Segundo o levantamento realizado, foi verificada a existência de quatro estradas principais que deixavam a cidade. A rede viária estava diretamente ligada à rede de ruas intramuros, sendo a via mais importante evidentemente a que conduzia à capital provincial, *Emerita Augusta*⁷⁵, que deixava a cidade a partir da Porta Sul e seguia em linha reta para sudeste. Uma via secundária, também saindo da Porta Sul, dirigia-se para sudoeste. Possivelmente, uma via de menor circulação partia de uma porta secundária – localizada no extremo sul da muralha – ligando a cidade a *Ebora* e às importantes pedreiras de mármore de Estremoz. Uma terceira via partia rumo nordeste e, a seguir, para o norte, a partir de uma porta presumível no centro do flanco nordeste da muralha; esta se dividia junto ao rio Sever e ligava uma importante área rural à cidade, assim como também o fazia uma quarta via, que deixaria *Ammaia* a partir de uma suposta porta noroeste e seguia para *Olisipo* (VERMEULEN 2013b: 44-5).

Nos subúrbios de *Ammaia*, havia uma área industrial com possíveis estruturas de fornos, a norte da cidade, e um complexo edifício extensivo foi descoberto a leste (Figura 4.7A). No sul, vários complexos edifícios foram descobertos, além de uma segunda área

⁷⁵ O que seria mais um argumento para considerar *Ammaia* como pertencente ao *conventus Emeritensis*.

industrial e possivelmente uma série de monumentos funerários ao longo da via que deixava a cidade (Figura 4.7B) (TAE LMAN *et alii* 2013: 106).

Figura 4.7A. Área industrial norte com possíveis estruturas de forno e complexo de edifícios (TAE LMAN *et alii* 2013: 106).

Figura 4.7B. Área industrial sul, complexos de edifícios e possíveis monumentos funerários ao longo da via (TAELEMAN *et alii* 2013: 106).

Entre os vestígios de atividades artesanais, foram encontrados de extração de pedras de construção e oficinas metalúrgicas, a noroeste (onde se pensou erroneamente haver um teatro) e atividades agrícolas (hortas, principalmente na zona leste) (VERMEULEN 2013b: 45).

As principais fontes de água dos habitantes são o Rio Sever e o Ribeirão dos Alvarrões, ambos cursos perenes; e foram detectados dois aquedutos principais que transportavam água para o interior da área urbana. No interior desta, o aqueduto se ligava ao outro cujos vestígios foram encontrados a oeste da área do fórum (TAELEMAN *et alii* 2013: 106) (Figura 4.8).

Figura 4.8. Captura de água denominada *Malhadaís*, com os vestígios de um aqueduto romano tipo *specus* (A). No interior da área urbana, vestígios de um aqueduto em *specus* semelhante em granito a oeste da área do fórum (B) (TAELEMAN *et alii* 2013: 106).

Foram descobertas, na região de *Ammaia*, várias minas de exploração de quartzito e cristal de rocha associadas a vestígios romanos, confirmando a importância da exploração desses recursos pelos *ammaienses*. Quanto ao fornecimento de pedras para construção, “proximidade, acessibilidade e transporte simples parecem ter sido as palavras-chave no fornecimento de pedras de construção na *Ammaia* romana” (TAELEMAN *et alii* 2013: 106). Algumas podiam ser encontradas na própria cidade ou na sua área suburbana. O granito, principal pedra utilizada nas construções, era extraído cerca de 9 km a leste, na Pedreira romana de Pitaranha.

Assim, *Ammaia* é uma fundação *ex nihilo* nos moldes vitruvianos (Livro V, capítulo X): existência de recursos hídricos, proximidade de vale agrícola e proteção contra os

ventos. A malha urbana foi estruturada a partir da Ribeira dos Alvarrões (a sudeste) e do Rio Sever (a noroeste), com as muralhas sudeste e noroeste quase paralelas aos dois cursos de água. Foi implantada em um vale abrigado, próxima a um vale agrícola “que se estende do Porto da espada à Escusa, sendo, ainda hoje, uma das áreas mais férteis do Concelho de Marvão”. Também fica próxima à Serra de São Mamede, rica em minerais (PEREIRA 2009: 131 e ss.).

NECRÓPOLES

As principais necrópoles de *Ammaia* se localizam ao longo das vias mencionadas mais acima. Mas a pesquisa delas restringiu-se às áreas dos estacionamento 1 e 2, ao redor da Quinta do Deão, que sofreram uma intervenção de salvamento. Os espaços foram utilizados como terrenos agrícolas até os anos 1990 (especialmente como horta) e foi construído um muro de socalco (um tipo de mureta) para o nivelamento e sustentação das terras ao longo da estrada municipal. Parte da muralha urbana se encontra sob a fachada do museu e do muro de socalco. Toda a área dos estacionamento estaria fora do perímetro urbano (Figuras 4.9 e 4.10).

Figura 4.9. Área escavada do Estacionamento 1, Quinta do Deão (PEREIRA 2009: 182, Anexo XVI).

Figura 4.10. Área escavada do Estacionamento 2, Quinta do Deão (PEREIRA 2009: 184, Anexo XX).

O destaque para a área estudada, identificada fundamentalmente como uma necrópole extramuros que se estenderia até o Rio Sever, foi a evidência da existência de um mausoléu, com as fundações construídas com robustos silhares⁷⁶ de granito, com altura uniforme (47-48 cm) e medindo entre 93-108 m de comprimento e 47-67 m de largura variáveis. “O assentamento foi cuidadosamente preparado, através da abertura de uma vala no afloramento de xisto, de perfil em U aberto, com 1,30 m de largura no fundo e 1,70 m no topo. A sua profundidade oscila entre os 52 cm e 1,46 m, consoante a inclinação do afloramento [...]” (PEREIRA 2009: 104).

Era, desse modo, uma construção de grande porte, o comprimento da estrutura de silhares devendo atingir 13,25 m e a largura não ultrapassando 8,50 m, determinando uma forma retangular. Havia moldura sobre os silhares. Não há vestígios de paramento (Figuras 4.11 e 4.12).

⁷⁶ Silhar = pedra quadrangular; esquadria.

Figura 4.11. Estacionamento 1, vista geral do alicerce do provável mausoléu; sepultura 1 (interior); sepultura 2 (à direita e no exterior) (PEREIRA 2009: 230, foto 44).

Figura 4.12. Estacionamento 1: sepultura 1 (esquerda); sepultura 2 (à direita, no exterior) (PEREIRA 2009: 230, fotos 45 e 46 respectivamente).

Para Sérgio Pereira, a identificação do edifício como um mausoléu – que encontra outros exemplos documentados na *Hispania* – é reforçada pela existência de uma placa funerária de mármore, dedicada a *Fusca Dobiteri*⁷⁷, e de um *pulvinium*⁷⁸, “embora não se conheça o contexto original dos achados” (PEREIRA 2009: 108).

⁷⁷ José da Encarnação, *IRCP*, nº 627, depositada no MNA (nº E 6954).

⁷⁸ Segundo Pereira 2009: 108, nota 106, “no Núcleo Museológico de *Ammaia* está exposto um *pulvinium* que se encontrava reutilizado num passadiço de acesso à Quinta do Deão, em frente da casa de João Cebolas”. Em latim, “*pulvinus*” significa “travesseiro, almofada”, mas pode ter um sentido figurado de “objeto em forma de almofada; platibanda” (Ernesto Faria, *Dicionário Escolar Latino-Português*, Rio de Janeiro, MEC, 1985). “Platibanda: parede protetora baixa, na extremidade de um terraço, balcão ou cobertura, esp. Aquela parte de uma parede externa, parede corta-fogo ou parede-meia que se ergue acima do telhado” (CHING 2010: 2013). Portanto, *pulvinium* é uma moldura contínua que contorna uma construção na frente do telhado.

Ligadas à estrutura, foram descobertas duas sepulturas, uma no interior do edifício, outra no exterior. A sepultura 1, no centro do edifício, foi escavada no afloramento de xisto e é alinhada lateralmente por silhares e lajes de granito colocadas nas extremidades. Internamente, mede 1,62 m por 59 cm na parte mais larga, considerada a cabeceira, apontando Sul-Sudeste. Foi violada, deixando poucos espólios, sendo o sepultamento datado entre o final do século I e o final do século III, provavelmente inumação (PEREIRA 2009: 105-6).

O sepultamento 2, no exterior, também foi violado. A cova possui 1,48 m de comprimento interno. Também escavado no afloramento de xisto, é delimitado por uma mureta de *lateres*, sendo a cabeceira voltada também para o lado Sul-Sudeste, como a sepultura 1 (larguras de 64 cm por 61 cm nos pés). Entre os vestígios recolhidos – fragmentos de ossos, pregos e cerâmica – Pereira destaca um camafeu moldado em forma de rosto de criança (Eros?), de pasta vítrea branca, provavelmente de época flávia ou início do século II d.C. Provavelmente, o ritual de incineração ocorreu dentro da própria sepultura, indicado pelos vestígios de fogo nos *lateres*, cinzas e carvões. Também foram encontrados cinco pregos de ferro, indicando a possível existência de uma padiola de madeira sob o corpo, e indícios de um cofre ou urna com uma lingueta de bronze (esta sobrevivente).

As sepulturas 1 e 2 parecem ter sido estabelecidas entre o período flávio e meados do século II (PEREIRA 2009: 144). A implantação do mausoléu ocorreu entre o período flávio e meados do século II d.C. (PEREIRA 2009: 109) e teria a forma de um templo (PEREIRA 2009: 144).

“O investimento num edifício fúnebre imponente e de consideráveis dimensões só faria sentido se pertencesse a uma família de notáveis, relacionando-se, talvez, com a primeira sepultura”. A prosperidade e vitalidade que caracterizou a cidade a partir da segunda metade do século I d.C. se manteve no século II, demonstrado pela grande presença de materiais importados da Itália e do sul da Gália, com destaque também para os vidros importados, “abundantes em contextos domésticos” (PEREIRA 2009: 144).

A necrópole se prolongaria até a margem esquerda do Rio Sever, sendo delimitada por uma estrutura contínua. O mausoléu respeitava a orientação desta estrutura (Norte-Noroeste por Sul-Sudeste).

SUPOSTO TEATRO

É preciso mencionar, também, a questão dos edifícios lúdicos de *Ammaia*. Através de fotografias aéreas, foi identificada uma possível estrutura próxima ao ângulo oeste de *Ammaia*, extramuros, no local conhecido localmente como “Picadeiro”. Os pesquisadores, na época, identificaram um teatro no local. A *cavea* semicircular seria implantada no sopé da encosta e seria visível ainda em 2009, segundo Sérgio Pereira. Em 2004, foram realizadas prospecções geofísicas no local que indicaram a presença de estruturas na orquestra e na *scaena*. A *cavea*, pela ausência de estruturas, poderia ter sido de madeira (ou a silharia foi objeto de reutilização). Não foi possível estabelecer sua arquitetura e cronologia (PEREIRA 2009: 144)⁷⁹.

Entretanto, quando foram aprofundadas as pesquisas arqueológicas no local, inclusive com a realização de escavações teste, nenhuma estrutura foi encontrada. Na verdade, como visto mais acima, nesta zona noroeste havia oficinas metalúrgicas e de extração de pedras de construção (VERMEULEN 2013b: 45), o que deve ter levado à suposição de que as áreas de extração fossem a *cavea*.

Segundo Sérgio Pereira, somente as cidades mais importantes da *Hispania* contavam com os três tipos de recintos lúdicos – teatro, anfiteatro e hipódromo – o que significa as cidades de Córdoba, *Tarraco* e Mérida, “sendo improvável que, em *Ammaia*, existissem os diferentes equipamentos lúdicos” (PEREIRA 2009: 144). Entretanto, até o momento, *nenhum* edifício lúdico foi encontrado.

6.2. MALHA URBANA (REDE DE RUAS E *INSULAE*)

A área urbana, com um traçado quase retangular, possui uma topografia regular e o traçado urbano é ortogonal: o *cardo maximus* (NO-SE), ligando a Porta Sul a uma possível Porta Norte, e o *decumanus maximus* (NE-SO) são os principais eixos estruturantes e a partir dos quais foram traçadas paralelamente as demais ruas. O *cardo maximus* parte da Porta Sul, passa a NE do fórum e prolonga-se até a outra porta, a NO. O *decumanus maximus* passa à frente ou no meio do fórum (pela porta lateral).

⁷⁹ Uma anomalia oval na fotografia aérea foi interpretada como o possível anfiteatro, hipótese descartada pelos trabalhos de prospecção realizados pela equipe do Projeto Radia Past. A norte de S. Salvador da Aramenha, manchas de grandes dimensões sugeriam a presença de um circo ou de um hipódromo, mas não há confirmação (PEREIRA 2009: 144).

Algumas das ruas principais eram ladeadas por pórticos (Figura 4.13).

“Sabemos que algumas das ruas principais eram ladeadas por pórticos. Por comparação com outras cidades romanas conhecidas, associada aos elementos arquitetónicos encontrados no sítio, é possível reconstituí-los como segmentos de arcadas contínuas, correndo ao longo das fachadas de alguns edifícios” (CORSI 2013b: 29).

Figura 4.13. Reconstrução de uma rua de *Ammaia* pelo Projeto Radio-Past (CORSI 2013b: 29, imagem 20).

Os pórticos são estruturas decorativas e funcionais, pois propiciam abrigo aos transeuntes e proporcionam às ruas uma “forte qualidade estética”. Geram espaços públicos onde se realizariam atividades comerciais e sociais, independentemente das condições meteorológicas. Em *Ammaia*, era frequente a existência de *tabernae* alinhadas sob os pórticos (CORSI 2013b: 29-30).

Embora com um grau de incerteza, numa primeira fase os pórticos podem ser reconstituídos como estruturas elevadas até o nível do primeiro andar, com telhado de uma água e suportadas por colunas de granito com fustes compostos por vários tambores (podendo ter substituído postes de madeira, de uma fase anterior), com uma altura total de *c.* 10 pés romanos (3,02 m). Posteriormente, as arcadas podem ter sofrido alterações, como alargamento do vão entre as colunas e o fechamento do espaço com paredes entre as colunas (CORSI 2013b: 30).

A maior parte das *insulae* era ocupada parcial ou totalmente por residências, algumas delas com atividades comerciais e artesanais associadas (*tabernae*, oficinas etc.), mas relacionadas com funções domésticas (CORSI 2013b: 31).

“O que podemos ver através da ‘radiografia do solo’ é uma cidade cuidadosamente planeada, segundo uma malha regular. No entanto, nem todos os quarteirões têm as mesmas dimensões. As duas fiadas centrais são maiores, dado que o grande complexo do fórum [...] se situa no centro da malha urbana” (CORSI 2013b: 31).

EDIFÍCIO DA QUINTA DO DEÃO

O edifício da Quinta do Deão fica no limite da malha urbana de *Ammaia*. “A fachada do edifício parecia implantar-se sobre a muralha nordeste, encontrando-se numa posição intramuros” (PEREIRA 2009: 49). As estruturas principais são da Fase IIb, mas edificadas sobre estruturas da Fase I, romana (com boa qualidade de execução e ligamento de terra). O material de construção principal era o xisto (lajes), o granito (base de coluna) e pedras.

No local, a distância entre os *decumani* é de 100 *pedes* (29,5 m) e a largura do *cardo maximus*, 3,94 m.

Os achados mais interessantes na área onde se encontra a Quinta do Deão é a quantidade de nûmismas encontrados, especialmente do segundo quarto do século IV, mas também do século III. Além de duas epígrafes, as escavações sob a Quinta evidenciaram uma conduta que conduzia as águas para o exterior da malha urbana (PEREIRA 2009: 77 ss.).

“Entre os inícios do século IV e os meados do século seguinte, a cidade parece ter atravessado uma fase de prosperidade económica. Entre as evidências desta conjuntura favorável, destacam-se as diversas remodelações domésticas, o acesso e a abundância de produtos importados (*terrae sigillatae* africanas, lucernas, vidros e braceletes de pasta vítrea) e a considerável massa monetária em circulação. Esta perspectiva pode encontrar reforço no facto de estarmos a analisar uma área doméstica, implantada no limite da área urbana” (PEREIRA 2009: 85).

Porém, não posso deixar de mencionar que houve, a partir do final do século IV, o inflacionamento dos preços e a consequente desvalorização da moeda, o que poderia justificar a existência de grande quantidade de moedas em circulação, ampliando, consequentemente, o número de achados.

Parece que essa prosperidade se mantém até certo ponto no início do período visigótico (Fase IV), pois ainda são exumadas moedas no nível do século IV e *terrae sigillatae* africanas. Mas já aparece claramente uma fraca qualidade de execução e

irregularidade do aparelho construtivo, “ainda que apresente alguma robustez” (PEREIRA 2009: 87).

Na Fase IIIa, foram construídas estruturas anexas às pré-existentes que ocupam – ou usurpam – uma parte do *decumanus*, mas construídas com um bom aparelhamento e consistentes (o que não acontece na área da Porta Sul nesta Fase IIIa) (PEREIRA 2009: 145). Já na Fase IIIb, as moradias parecem se tornar menores, embora se mantenham robustas e bem alicerçadas. Para Sérgio Pereira (2009: 146), são núcleos familiares modestos, “embora com algum poder económico que lhes conferia acesso a produtos importados”. Ao mesmo tempo, do outro lado do cardo secundário, os vestígios demonstram a existência de pavimentos aquecidos e termas privadas, que são desmontados na fase seguinte (Fase IVa) e adaptados a simples espaço habitacional. Nessa fase também aparecem lamparinas paleocristãs, demonstrando a presença do cristianismo em *Ammaia* pelo menos a partir do século IV (PEREIRA 2009: 147).

O abandono do local parece ter ocorrido em torno do século IX (período islâmico).

Lídia Fernandes (2001) analisou um conjunto de 29 capitéis oriundos das escavações realizadas na Quinta do Deão, pertencentes 13 exemplares à ordem toscana e os restantes à ordem que a autora designou como “capitéis jônicos lisos de influência toscana”, pois os elementos decorativos típicos dos capitéis jônicos só se encontravam nas faces frontais. Cronologicamente, Fernandes os colocou como pertencentes ao final do século I a.C., estabelecendo uma cronologia semelhante aos capitéis jônicos encontrados em *Augusta Emerita*, sendo estes redatados pela autora como exemplares acabados e não, como foram definidos anteriormente, tardios (e indicando uma degradação técnica do final do Império).

Para Fernandes, os capitéis de *Ammaia* demonstram um grande cuidado técnico e morfométrico, não sendo peças nem inacabadas (ou seja, para serem terminadas *in loco*) e nem estucadas. Demonstram uma semelhança intencional com os de Mérida no período (início do Principado) e uma intencionalidade de se mostrarem “romanos”. Além disso, esses “capitéis jônicos lisos de influência toscana” antecederam o uso da ordem jônica em *Ammaia*. Em *Augusta Emerita*, a ordem jônica foi largamente utilizada na época de sua fundação (FERNANDES 2001: 124-5).

A análise de Lídia Fernandes demonstra coerência na análise, porém não posso deixar de pensar que a Quinta do Deão era uma área urbana periférica, com a presença de

moradias e oficinas, e não uma área central, pública. Transportar as características encontradas na periferia para toda a cidade necessita, a meu ver, de cautela.

6.3. MURALHA

O traçado da Muralha, atualmente, é conhecido quase todo, sendo basicamente retangular e arredondado nos ângulos (Figura 4.14). Seu comprimento é de *c.* 1.800 m, sendo interrompida para a existência de cinco portas. A superfície de *c.* 21 hectares⁸⁰ delimitada por ela não estaria completamente urbanizada, pois a encosta da colina de Malhados é íngreme demais para permitir construções em época romana. A inclusão, no interior da muralha, da íngreme encosta do Malhadais – basicamente rochosa – teria uma função estratégica, como encontrada em outras cidades romanas na Ibéria (*Baelo Claudia*) (CORSI 2013a: 28; VERMEULEN *et alii* 2012: 125-7).

Na Quinta do Deão, na área do pátio, sob a parede da Sala 8 (encostada à muralha romana), foi encontrada uma ânfora para vinho, ladeada no bocal por duas lamparinas, ambas representando a deusa Vitória sobre o *Orbis*. Pelo conjunto ter sido encontrado diretamente sobre o estrato geológico, foi interpretado como um ritual fundacional, apotrópico, relacionado provavelmente à construção da muralha, “que se encontrava a Nordeste, a cerca de 50 cm”. Pereira alerta que este achado remete à questão da data de construção da muralha. “Uma das lucernas data do principado de Cláudio I, imperador que se encontra associado à atribuição do estatuto de *civitas* a *Ammaia*. Acreditamos que a Muralha, pelo menos nesta área, tenha surgido com aquele imperador” (PEREIRA 2009: 83).

Na análise arqueológica área do Estacionamento 1, foi identificada uma vala em forma de V que margeava a muralha externamente. Identificada por Pereira como uma “cloaca-fosso” – por exercer tanto a função de escoamento de água usada como fosso do complexo amuralhado –, os materiais recolhidos no seu fundo remontam, os mais antigos, aos inícios do Império, mas a maior parte é do período flávio-trajano, “destacando-se uma enorme quantidade de *terrae sigillatae* hispânicas, alguns fragmentos de lucernas, cerâmicas de paredes finas e vidros” (PEREIRA 2009: 103). Essa cloaca-fosso acompanha a muralha externamente nesse trecho até o momento em que esta sofre o desvio na direção norte-sul para formar sua quina arredondada.

⁸⁰ Sérgio Pereira (2009: 134) estimou uma área de 16 a 17 hectares, mas o fez antes da realização dos trabalhos de prospecção de 2010 e 2011. Entretanto, Vasco Mantas (2000: 413) já havia proposto uma área intramuros de 20 hectares.

Figura 4.14. Mapa geral de *Ammaia* com indicação das muralhas (tracejado: segmentos hipotéticos) e a localização das áreas escavadas (em vermelho) do Fórum (F), as termas (T), a Porta Sul (S) e a área no museu (M), com base na interpretação da prospecção magnética intramuros de P. Johnson. A área de prospecção com magnetômetro de alta-resolução e de resistência de solo, realizada por J. Verhegge, está sombreada; a área da prospecção GPR, realizada por L. Verdinck, está pontilhada. Uma proposta para o desenho urbano é também apresentada (elaboração C. Corsi) (VERMEULEN *et alii* 2012: 126, fig. 2).

Pereira não exclui a hipótese, porém, de a vala ter sido aberta na fase de implantação da cidade, servindo como elemento simbólico e delimitador do assentamento, sendo posteriormente adaptada a cloaca na época da construção da muralha (2009: 135).

Já na área do Estacionamento 2, foi evidenciada uma parte de mais de 20 m da Muralha, com largura de 1,20 m. A estrutura M.1b (provavelmente do período dos flávios, Fase II) é a face externa da muralha. A face interna foi estabelecida pela verificação do aplainado do afloramento de xisto para receber o alicerce, “constituído unicamente por calhaus rolados e argamassa. Em ambos os paramentos, externo e interno, verificou-se que a

largura do alicerce era 15 a 20 cm mais larga que a muralha propriamente dita” (como estabeleceu Vitruvius, no Livro I, cap. 5) (PEREIRA 2009: 119).

A Muralha, nesta área dos Estacionamentos 1 e 2, tinha os alicerces assentados no afloramento de xisto, aplainado para favorecer o assentamento. Sua construção é em *opus incertum* de granito (PEREIRA 2009: 119).

Na zona do Estacionamento 2, a edificação da Muralha foi posterior à implantação das estruturas habitacionais, embora sejam do mesmo período.

Junto à Porta Sul, adossada à torre, a muralha possui 2,10 m de largura, provavelmente mais larga por funcionar, naquele ponto, como contraforte da muralha. Esta parte mais larga deve ser contemporânea da remodelação da Porta Sul (final do século I d.C., sob Trajano). No restante, a muralha teria uma largura de 1,20 m e poderia atingir 4 a 5 metros de altura. Foi construída em *opus incertum*, bem aparelhado, com exceção do alicerce, onde predomina o calhau rolado. Para Sérgio Pereira (2009: 134-5), “sua edificação ter-se-ia prolongado por vários imperadores”. Com certeza, desde Cláudio I ou os primeiros Flávios.

Para Sérgio Pereira, a muralha de *Ammaia* tinha uma função mais simbólica do que defensiva (PEREIRA 2009: 102). “Tendo em conta a vulnerabilidade estratégica do sítio e o momento em que a muralha foi edificada, em plena *pax romana*, pensamos que esta teria mais uma função simbólica e honorífica, pois as condições encontradas não justificariam o investimento numa estrutura defensiva” (PEREIRA 2009: 115)⁸¹. Sérgio Pereira apoia sua opinião no arqueólogo Carlos Fabião:

“A propósito da porta monumental de Idanha-a-Velha, Carlos Fabião (2002⁸²: 54) diz o seguinte: ‘Na prática, o que conhecemos no actual território português mostra-nos que as mais antigas cercas, normalmente, edificadas ainda no século I d.C. consistiam em estruturas de escassa espessura e fraca eficácia defensiva. Todas terão sido erguidas numa época em que os amuralhados urbanos careciam de funcionalidade prática, por não existirem ameaças concretas à segurança’” (PEREIRA 2009: 115, nota 110).

Sérgio Pereira não encontrou indicações de reforço na fortificação da cidade na Fase IIIa, como sugerira J. Oliveira (1996: 20-22) nas primeiras intervenções arqueológicas. Para Pereira, em toda a Fase III, a cidade “ainda gozava de um período de franca prosperidade”, a

⁸¹ Mais à frente, reafirma sua posição: “O caráter honorífico e simbólico da muralha reúne consenso, até porque a vulnerabilidade do sítio e o momento da edificação não justificariam uma função defensiva” (PEREIRA 2009: 135).

⁸² Sérgio Pereira não colocou, na Bibliografia, a obra de Carlos Fabião que citou.

julgar pelo grande volume de material importado e pela massa monetária recolhida, que pertence majoritariamente ao século IV. “O panorama de conjuntura desfavorável, de inflação e de crise económica generalizada que habitualmente caracteriza o Baixo Império não teria atingido *Ammaia*, pelo menos no século IV - primeira metade do século V” (PEREIRA 2009: 145).

6.4. COMPLEXO MONUMENTAL DA PORTA SUL

Localizada em uma das zonas mais baixas da cidade (altitude média de 527 m), a Porta Sul foi, ao longo do tempo, “local privilegiado para saque de cantarias e de pedras em geral, cujo destino foi outras construções na região” (PEREIRA 2009: 60). A reutilização do “Arco da Aramenha” é o caso de maior destaque⁸³. Apesar disso, é a estrutura monumental melhor preservada da *Ammaia* romana e, provavelmente, uma das principais entradas da cidade, inclusive para veículos de carga a julgar pelas marcas das rodas no piso de granito (Taelman 2013: 40).

O local onde foi erguida a Porta Sul era uma área residencial nos primeiros anos da cidade e foi totalmente remodelada (período flávio-traiano) para a construção do complexo monumental. Nos alicerces de paredes da Fase I foram encontrados alguns fragmentos de cerâmicas cinzentas, características do final da Idade do Ferro ou inícios do Império. Na mesma área, havia evidências de uma estrutura circular (PEREIRA 2009: 41).

A remodelação da Porta Sul ocorreu na Fase II ou IIIa, quando foi monumentalizada, o que implicou a demolição das primeiras estruturas habitacionais e o consequente recuo das construções domésticas para a área mais interna da cidade. “A monumentalização da porta pode ter sido motivada pela elevação de *Ammaia* a *municipium*” (PEREIRA 2009: 41). E a sua função era mais decorativa do que defensiva.

“Lembramos que a cronologia proposta por Jorge de Oliveira e Isabel Cristina Fernandes (1999: 134⁸⁴) para a monumentalização da Porta Sul foi o período flávio, podendo relacionar-se com a

⁸³ O “Arco da Aramenha” foi trasladado para Castelo de Vide em 1710 e instalado como porta de entrada da cidade. Foi demolido para a construção dos “edifícios para o asilo de infância desvalida [...] a tiros de dinamite” em 1890 (L. Coelho 1924: 36 apud PEREIRA 2009: 28-9). [Possidónio M. Laranjo Coelho (1924/2001), *Terras de Odiana – Subsídios para a sua História Documentada*. Edição fac-símile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán*, Câmara Municipal de Marvão, 11.]

⁸⁴ Jorge de Oliveira; Isabel C. Fernandes; José Caeiro (1999), “Cidade romana de *Ammaia*, S. Salvador da Aramenha, Marvão, Portugal”. In: Rodrigo de Balbin BERMAN; Primitiva Bueno RAMÍREZ, *Atas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora: Fundação Rey Afonso Henriques; Universidade de Alcalá, Tomo IV, pp. 129-134.

obtenção da municipalidade. Em parte, concordamos com a proposta anterior, acrescentando apenas que a conclusão das obras teria ocorrido já no principado de Trajano (Fase II)” (PEREIRA 2009: 72).

A nova estrutura era dominada por uma porta em arco ladeada por duas grandes torres circulares e uma praça lajeada anexa. As torres, com diâmetro externo de 6,30 m e altura *c.* de 6,15 m (ligeiramente superior à da muralha), estavam separadas pela porta de entrada e um pequeno pátio de 6,40 m de largura. Eram decoradas com placas de mármore branco de Estremoz (Portugal) e calcário rosa, proveniente de Alconera (Espanha). Permaneceram no local apenas as pedras abaixo da travessa da porta da torre leste, a oeste sendo destruída em época incerta⁸⁵ (PEREIRA 2009: 141; TAELEMAN 2013: 41).

“Os novos muros apresentavam, como inovação, o uso regular de cunhais de granito e alicerces mais largos, construído com calhaus rolados. Estas estruturas denotam uma qualidade razoável, tendo sido empregue granito, xisto, calhau rolado e cerâmica de construção, com ligamento de terra barrenta. A largura das estruturas não excede os 48 cm” (PEREIRA 2009: 64-5).

A análise das fotos do “Arco da Aramenha”⁸⁶ e dos vestígios arqueológicos na parte interna da Porta Sul levaram Sérgio Pereira a concluir que “o ‘Arco da Aramenha’ encaixaria entre as duas torres, incluindo as respectivas colunas de silhares, que o ladeiam na fotografia” (PEREIRA 2009: 70) (Figuras 4.15 a 4.17). O arqueólogo não exclui, porém, a possibilidade da existência de um segundo arco, dada a existência de silhares de granito almofadados que não se encaixam no padrão estético do arco.

⁸⁵ Sérgio Pereira sugere que a Porta Sul, na Fase I, era constituída por duas torres talvez semicirculares (quadrangular na parte interna) e com um arco de entrada ou porta (PEREIRA 2009: 135).

⁸⁶ *In situ*, permanece apenas a base do “Arco da Aramenha”.

Figura 4.15. “Arco da Aramenha” em Castelo de Vide (reprod. J. Oliveira) (CORSI 2013a: 10).

Figura 4.16. Porta Sul, lajeado e torre leste, *cardo maximus* e torre oeste (PEREIRA 2009: 207, foto 11).

Figura 4.17. Porta Sul, lajeado e torre oeste, a partir do interior, mostrando suas Fases II e VIII (PEREIRA 2009: 218, foto 23).

Duas paredes, construídas em *opus mixtum*, saíam das torres e ladeavam o *cardo maximus*, possivelmente sustentando uma abóbada que encontraria um segundo arco, na parte interna, no limite do lajeado da praça contigua, criando uma passagem coberta (PEREIRA 2009: 141-2).

Foram encontrados dois tesouros relacionados às duas torres. O primeiro – Tesouro 1 – foi encontrado na torre leste em 1996⁸⁷; o Tesouro 2, à esquerda da porta da torre oeste⁸⁸. Ambos os tesouros parecem ser contemporâneos e remontam ao final do principado de Trajano.

“Considerados os diferentes cenários, os tesouros foram interpretados como pequenos aforros, pertencentes aos construtores ou, eventualmente, aos guardas da porta. Outra hipótese

⁸⁷ Composto por dez denários e um fragmento e dez sestércios, com datas que vão de 49-48 a.C. (da família de Júlio César) a Trajano (98-117 d.C.).

⁸⁸ Composto por um asse da época júlio-cláudia, o exemplar mais antigo, um dupôndio e oito sestércios de bronze, sendo quatro sestércios e o dupôndio os mais recentes, cunhados entre 112-114 d.C., sob o principado de Trajano.

relaciona os achados com rituais fundacionais. Um pormenor a reter é o facto de os conjuntos se encontrarem numa posição inferior, em relação ao nível de circulação da torre, levando-nos a pensar que teriam sido ocultados no momento da sua construção” (PEREIRA 2009: 71).

A largura do *cardo maximus*, no local, era de 3,94 m; a largura interna do “Arco da Aramenha” era de 4,36 m (PEREIRA 2009: 70).

PRAÇA LAJEADA ANEXA

“A porta monumental abre para uma grande praça retangular de 20,95 m por 24,30 m, pavimentada com grandes blocos de granito dispostos simetricamente de ambos os lados do *cardo maximus* (com 4 m de largura)” (Taelman 2013: 42).

Essa praça pública lajeada, na parte urbana da porta, era dividida simetricamente pelo *cardo maximus*, que se dirigia para o fórum. A parte da praça a leste do *cardo*, com 21,30 m de comprimento por 10,75 m de largura, conservou-se praticamente intacta. O lajeado oeste foi parcialmente destruído. As duas partes eram calçadas com lajes quadrangulares de granito, com medidas variando entre 115 e 85 cm de lado. “O espaço entre as torres e os lajeados poderia ser ocupado por edifícios que ladeavam a praça” (PEREIRA 2009: 40) (Figuras 4.18 e 4.19).

Haveria, no lajeado leste, um pequeno *podium* com uma possível estátua, e pode ter existido uma pequena mureta de silhares demarcando os limites do lajeado. O lajeado oeste foi edificado sobre estruturas habitacionais da Fase I (de implantação da cidade). “A monumentalização da entrada da cidade implicou a demolição parcial de um edifício e a respectiva fachada” (PEREIRA 2009: 143).

Havia, no centro de cada um dos lados da praça, uma estátua sobre um pequeno pódio. A praça provavelmente era cercada por pórticos, pois há lajes com molduras quadrangulares posicionadas de modo a funcionar como bases de assentamento de colunas. As marcas circulares no piso lajeado (orifícios com *c.* 7 cm de diâmetro, dispostos em intervalos regulares de 3 m) indicariam a existência de coberturas provisórias, como toldos ou telhados de madeira, associados ao pórtico que ladeava a praça. Uma pequena passagem na zona oriental conduzia ao *macellum*. Há vestígios de atividades comerciais no local (PEREIRA 2009: 143; Taelman 2013: 42-3).

Figura 4.18. Porta Sul de *Ammaia*, escavações arqueológicas (1995-2002): proposta cronológica das diferentes fases de construção (PEREIRA 2009: 175, anexo VIII).

“O conjunto monumental, composto pela porta, torres circulares, muros que delimitam a entrada e a praça lajeada, parece ter sido erigido na segunda metade do século I, correspondendo ao período Flávio”. Há um nível de carvões, em ambas as torres, denunciando um incêndio que destruiu uma parte significativa do complexo monumental (na segunda metade do século II d.C.), e foram realizadas modificações na arquitetura da porta (PEREIRA 2009: 143; TAELEMAN 2013: 43).

Figura 4.19. Vista geral da Porta Sul e do lajeado leste (PEREIRA 2009: 206, foto 10).

Na Fase IIIa, surge um novo edifício, com duas pequenas *tabernae*, reutilizando o espaço anteriormente desocupado entre a praça oeste, a torre e a muralha; o aparelho dessa estrutura é menos cuidado e há o emprego de silhares nos ângulos e nos cruzamentos dos muros. Evidenciam-se, aqui, uma ocupação privada, ou usurpação, de espaços anteriormente públicos (PEREIRA 2009: 145). Segundo Taelman (2013: 43), neste conjunto de *tabernae* “se vendiam alimentos e bebidas quentes”. Mas o arranjo global da entrada monumental – porta flanqueada por torres e praça anexa – permaneceu até o abandono da cidade.

No Baixo Império (finais do século III – início do IV), surgem novas estruturas, “resultantes de uma clara intenção de ocupar o espaço público deixado em aberto entre a muralha e o lajeado oeste”. E aparece uma nova *taberna* (PEREIRA 2009: 65).

No século V, Fase IV (período visigótico), a área teria sofrido alterações, mas se verifica uma má qualidade na execução das novas estruturas. Há usurpação dos espaços públicos junto às torres e a criação de um tipo de átrio aproveitando o espaço vazio para acomodar uma guarnição maior (PEREIRA 2009: 146-7). O local foi sendo ocupado até pelo menos os séculos V e VI⁸⁹.

Exemplos similares da estrutura e das técnicas de construção da porta com torres, praça interna de *Ammaia*, são encontrados em outras cidades importantes da Lusitânia. Por exemplo, a técnica de construção em *Augusta Emerita*, especificamente no templo de Diana,

⁸⁹ Taelman (2013: 43) coloca o abandono da cidade entre os fins do século IV ou o início do V.

no fórum colonial, e no Pórtico do fórum. Também “a praça pavimentada assemelha-se à praça do fórum colonial desta cidade [*Augusta Emerita*]” (TAELEMAN 2013: 43).

6.5. “*PERISTYLUM*” (*MACELLUM*)

Esse “*peristylum*” era contíguo à Porta Sul, a nordeste da praça lajeada, e era ladeado por três prováveis *cellae* regulares, inserindo-se em um conjunto arquitetônico mais amplo, com cerca de 950 m². A entrada do edifício seria voltada para a praça lajeada (Figura 4.20).

Figura 4.20. *Peristylum* ou latada construída sobre o provável *macellum* (PEREIRA 2009: 219, foto 24).

Vasco Mantas (2000: 414, *apud* PEREIRA 2009: 43) identificou o local como um *macellum* (mercado), não apenas pela presença das *cellae* que cercam o amplo espaço central com peristilo, mas também pela localização da estrutura na cidade. Mas seria um modelo simples de *macellum*, comparável ao de *Baelo Claudia*, segundo indicam as prospecções geofísicas realizadas no local por uma equipe da Universidade de Ghent.

6.6. TERMAS DO FÓRUM OU COMPLEXO TERMAL

Localizadas junto à E.N. 359 (Portalegre-Marvão), no limite da Quinta do Deão e da Tapada da Aramenha, foram parcialmente destruídas pela construção da estrada, em 1874. A designação “do fórum” refere-se a sua localização, imediatamente a sul dele (PEREIRA 2009: 136-7).

Foi identificado, nas primeiras escavações do sítio (entre 1995 e 1998), o possível *frigidarium*, um tanque quadrangular com piso de *opus signinum* revestido por placas de mármore, com três degraus de acesso no lado NE. Também se evidenciou um possível vestíbulo (6 m X 3 m), um corredor com 3 m de largura e um novo compartimento.

Sérgio Pereira identificou uma área porticada e uma conduta subterrânea para o abastecimento de água e outra para a evacuação, uma *natatio*, limitada por silhares de granito e piso de *opus signinum* (com sinais de revestimento), sendo circulada por um passadiço. Entretanto, a pesquisa geofísica revelou que se tratava de um complexo monumental.

O balneário não foi o primeiro edifício erguido na área, sendo precedido por uma construção possivelmente retangular com pórtico, cuja única certeza sobre sua função é que não estava relacionada com banhos (CORSI 2013d: 38). Essa primeira estrutura, de época pré-flaviana, presumivelmente tinha funções habitacionais. O balneário teria sido construído durante o período flaviano tardio ou início do século II, o que desbanca a teoria anterior de ser contemporâneo à construção do fórum. Durante o século IV, perdeu sua função termal, assumindo outro uso (também desconhecido).

Possivelmente, tinha planta quadrangular, medindo no mínimo 40 X 40 m (CORSI 2013d: 39).

6.7. FÓRUM

Poucos vestígios visíveis reconhecíveis se conservam do fórum além do núcleo do pódio do templo (Figura 4.21). Porém, através das pesquisas do Projeto Radio-Past, foi possível estabelecer sua planta baixa.

O fórum teria surgido pouco depois da constituição do *oppidum*, ainda na época de Augusto⁹⁰, segundo Sérgio Pereira (2009: 135). Como vimos no capítulo 3, não era necessário haver construções para se estabelecer um fórum, mas apenas sua demarcação na malha urbana no momento do estabelecimento desta. Inclusive, hoje se sabe que foram realizadas intervenções no local – como a preparação do terreno e a criação de uma

⁹⁰ Foi recolhido um conjunto de 14 denários quando da construção da Estrada Nacional para a Espanha, publicados por Francisco Gusmão [Francisco A. Rodrigues Gusmão (1874), “Apontamentos arqueológicos”: medalhas de prata encontradas nas antigas ruínas de Medobriga (Aramenha), *Boletim Architectonico e de Archeologia*, Lisboa, 2ª série, I (3), pp. 45-46] que parece ter sido ocultado no final do governo de Augusto (PEREIRA 2009: 135, n. 147).

plataforma artificial – antes do enorme programa de construção na primeira metade do século I d.C. (VERMEULEN *et alii* 2012: 137). Para Vasco Mantas (2009: 175), o plano ortogonal da cidade pode ter reservado o espaço para o fórum sem que a sua construção tenha sido imediata.

Figura 4.21. Pódio do Fórum de *Ammaia* (imagem gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Basicamente, o fórum de *Ammaia*, com orientação NO-SE, possui uma forma retangular, com uma zona religiosa a norte, mais elevada, uma praça central comercial e uma basílica no limite sul⁹¹. Ou seja, uma típica configuração tripartida. Seu perímetro externo é de 65 m de largura por 88 m de comprimento. O fórum foi erguido sobre uma enorme plataforma artificial, criada através da deposição de terras barrentas, compactadas, para compensar a inclinação NO-SE do terreno, mas apenas a ala nordeste do pórtico foi claramente construída sobre criptopórtico. Com isto, seu nível de circulação era superior ao das vias que o circundavam. Os pontos de maior pressão seriam os limites sudeste e o lado nordeste, “mas é na zona da frontaria [SE, com a estrutura F.11] que se verifica o maior desnível do terreno, atingindo 3 a 4 metros de altura, entre o nível de circulação do *fórum* e o *cardo maximus*” (PEREIRA 2009: 49; VERMEULEN *et alii* 2012: 132) (Figuras 4.22 e 4.23).

⁹¹ A planta “tripartida” é “caracterizada por uma combinação de três sectores com diferentes funções: um templo ou *aedes* – em geral erguido sobre uma plataforma –, um pátio central e uma basílica” (CORSI 2013c: 34).

Figura 4.22. Imagem da prospecção GPR (*Ground-Penetrating Radar*, pela Universidade de Ghent) realizada em 2008 na área do fórum de *Ammaia* e das termas vizinhas (por L. Verdonck): 1. Pórtico, 2. Templo, 3. *Tabernae*, 4. *Basilica*, 5. Praça do Fórum, 6. Plataforma do Templo, 7-9. Ruas, 10. Terma, 11. Estrada moderna, 12. Limite de campo moderno. Em vermelho, áreas escavadas (VERMEULEN *et alii* 2012: 127, fig. 3).

Figura 4.23. Interpretação dos resultados da prospecção com magnetômetro na área do Fórum de Ammaia e das termas vizinhas: 1. Pórtico do templo, 2. *Tabernae* ao longo da praça do Fórum, 3. *Basilica* (por J. Verhegge) (VERMEULEN *et alii* 2012: 129, fig. 5).

A área onde o Fórum e seu pórtico foram construídos estava originalmente localizada em uma encosta com uma inclinação considerável (gradiente de 8 a 10°), com uma orientação geral de sudeste (parte mais alta) para nordeste. Nesta parte inferior, as fundações do pórtico são mais robustas, um pouco mais largas que as paredes, e construídas com quartzitos locais (em parte recolhidos de cascalhos do rio) e argamassa. As paredes são feitas em *opus incertum* com um revestimento de blocos de granito cortado de forma grosseira em tamanhos desiguais.

“Essa construção de pórtico (com largura interna média de 4,4 m) pode ser considerada como a extremidade de uma grande caixa, que estava cheia e modelada para criar uma superfície mais ou menos horizontal para a área de circulação do fórum”. Portanto, a ala NE do pórtico seria como um muro de terraço para todo o complexo forense,

uma vez que esta era a parte mais baixa da encosta. A praça do fórum era preenchida de sedimentos para criar um platô artificial (VERMEULEN *et alii* 2012: 134).

Ocupava as duas *insulae* centrais da malha urbana e estava ligado às portas da cidade pelas duas vias perpendiculares principais, o *cardo* e o *decumanus maximus*, este flanqueando o complexo pelo lado sul e levando à Porta Oriental. O *cardo maximus* percorria o limite nordeste do fórum, em um nível inferior, e havia uma cave entre as duas paredes que delimitavam a praça forense.

Em 1997, através da estratigrafia realizada nas áreas que delimitam o fórum, foi estabelecida a data de construção das estruturas na segunda metade do século I d.C. Também foi encontrado o ângulo norte do complexo (PEREIRA 2009: 48) e, dois anos depois, estabeleceu-se o seu ângulo oeste. Em 1999 foi evidenciada uma porta lateral através do achado, no canto noroeste, de um bloco e uma aduela de arco, em granito.

São dimensões nada modestas para um fórum, podendo figurar entre os maiores da *Lusitania*. A sua grandiosidade contrasta com a reduzida dimensão do templo, embora uma provável colunata pudesse reduzir a aparente assimetria (PEREIRA 2009: 48-9).

O *podium* do templo, em péssimo estado de conservação, tem 17,30 m de comprimento (não incluindo a provável escadaria de acesso) e 9 m de largura, elevando-se 2,50 m acima do solo. A estrutura era dividida em dois espaços distintos, correspondendo à *cella* (com 9,50 m de comprimento) e o pórtico (com 7,80 m de comprimento). A área do interior do pórtico era preenchida com *opus caementicium*⁹² com esquadria em silhares. “No topo, foram identificadas duas tijoleiras (40 X 30 cm), que revelaram o tipo de pavimento e o nível de circulação do templo”. A *cella* era revestida internamente por silhares e depois foram adossadas duas estruturas de *opus incertum*, com c. 95 cm de largura (PEREIRA 2009: 46).

O templo, construído sobre o largo pódio, tinha uma escadaria monumental frontal voltada para a praça e “a entrada seria provavelmente ladeada por dois tanques simetricamente dispostos” (CORSI 2013c: 34). Ao redor do templo, o piso era de terra batida, como em *Conimbriga*, *Augusta Emerita* e *Aeminium*. Não foi identificada sua ordem, se jônica ou coríntia.

Sérgio Pereira (2009: 136) propõe que o templo seria provavelmente tetrastilo e dedicado ao culto imperial ou a Júpiter, uma vez que José d’Encarnação (*IRCP* n°s 605 a 608) registrou, na área da cidade, quatro altares dedicados a Júpiter. Também haveria o culto

⁹² O típico concreto romano.

à divindade protetora da cidade, o *Genio Oppidi* ou *Genius Ammaiensis* (segundo duas aras conhecidas). Cristina Corsi (2013c: 34) propõe que o templo central poderia ser o capitólio.

O templo é da metade do século I d.C. (período de Cláudio), com uma fase de transformações de época flávia (último quartel do século I d.C), sendo que o pórtico segue a mesma cronologia (VERMEULEN *et alii* 2012: 135) (Figura 4.24).

Figura 4.24. Estruturas escavadas na área do templo do Fórum: A. Templo, B. Parte frontal e escadas, C. Ala SO do pórtico, D. Ala NO do pórtico, e E. Ala NE do pórtico (VERMEULEN *et alii* 2012: 132, fig. 8).

O templo se localizava na área sagrada (ou *témenos*) do fórum, mais elevada, em posição central. Provavelmente havia um longo muro separando a parte ritual do fórum da profana. A praça central, com *c.* 53,5 X 31 m, era rodeada por pórticos com 6 m de largura, assim como a área do templo, “ao longo dos quais se alinhavam, de cada um dos lados da praça, sete filas de ‘compartimentos’ retangulares com cerca de 8,9 X 4,9 metros cada, na sua maioria possíveis *tabernae*” (CORSI 2013c: 34).

Também foi identificada, ao longo da praça forense, uma série de estruturas que poderiam corresponder a diferentes pódios, bases de estátuas ou mesmo cisternas. “Uma

estrutura linear visível na diagonal corresponde possivelmente ao aqueduto que conduz a um dos tanques” (CORSI 2013c: 34).

A praça central do fórum, mais estreita que a sacra, é ladeada por duas fileiras de *tabernae*. Cada fileira possui sete *tabernae*, ou provavelmente seis, se uma de cada lado for interpretada como corredor de acesso para a praça forense nos lados mais longos; próximo ao local onde se descobriu um fragmento de arco em granito. Os dois blocos de *tabernae* abrem-se para o interior de um corredor que era provavelmente colonado no lado voltado para a praça. “Esta arquitetura intencionalmente comercial reduzia a largura da área central aberta em aproximadamente 31 m”. Na parte aberta da praça central foram detectados pequenos monumentos e algumas estruturas funcionais. Algumas destas estruturas podem estar relacionadas com o suprimento de água e drenagem (aqueduto, esgotos, cisterna, fonte); outras, sem dúvida, são bases para pequenos monumentos públicos ou estátuas (VERMEULEN *et alii* 2012: 133).

No lado oposto ao templo estava a basílica, um edifício retangular alongado medindo cerca de 46 m por 17 m (c. 782 m² de área). O interior era dividido em três naves de larguras desiguais determinadas por duas fileiras de colunas de sustentação do telhado apoiadas sobre pilares e espaçadas entre si 4 m. A nave central teria c. 7 m de largura e as laterais eram mais estreitas e provavelmente mais baixas. A entrada estaria centrada, no lado maior, a norte (CORSI 2013c: 35; VERMEULEN *et alii* 2012: 133).

No lado mais estreito, a sudoeste, há três compartimentos alongados abertos (parecidos com a planta de *tabernae*) cujas funções deveriam estar relacionadas às funções administrativas do edifício – como escritórios do concelho urbano (*curia*), arquivos (*tabularium*) etc. Uma das salas pode ser considerada um *aedes Augusti*, ou seja, um santuário dedicado ao imperador, como outros encontrados na Ibéria e na Lusitânia. Não é possível determinar, dada a destruição causada pela estrada, se o lado nordeste da basílica também possuía salas semelhantes (CORSI 2013c: 35; VERMEULEN *et alii* 2012: 133).

A decoração forense, a partir do material encontrado nos níveis de derrube, incluía mármore, cerâmica de construção e fragmentos de estuque. Segundo Lúcia Fernandes (2001: 100), era comum o uso de estuque em *Ammaia*. Ainda segundo a autora, não houve uma marmorização global em *Ammaia*, mas sim a utilização do mármore em alguns elementos decorativos (como frisos e cornijas, algumas colunas de mármore etc.), sendo o granito local a matéria-prima empregada de forma generalizada (FERNANDES 2001: 123-4).

O início da construção do fórum, a partir dos vestígios arqueológicos, teria sido em meados do século I (possivelmente no reinado de Cláudio). A fase de renovação, no período flaviano (último quartel do século I) (CORSI 2013c: 35).

“O fórum de *Ammaia* encontra bons paralelos em edifícios análogos da *Lusitania* (*Augusta Emerita*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Pax Iulia*, *Sellium* e Bobadela) e das outras províncias hispânicas” (CORSI 2013c: 35). E, acrescento eu, em grande parte dos fóruns romanos, e não apenas os construídos em novas fundações. Para Vasco Mantas (2009: 167), o fórum de *Ammaia*, por suas enormes dimensões, aproxima-se do modelo forense de *Clunia* e de *Ebora*.

Desde o século IV há um gradual abandono do fórum como local central público da cidade, demonstrando uma utilização cada vez mais privada. Nos períodos visigodo e islâmico, perde suas funções originais e é reutilizado com outros intuitos, inclusive como curral (PEREIRA 2009: 148; VERMEULEN *et alii* 2012: 135).

7. RECONSTRUÇÃO 3D DE AMMAIA PELO PROJETO RADIO-PAST

A imagem da cidade de *Ammaia* gerada a partir das investigações do Grupo Radio-Past é, obviamente, sincrônica, ou seja, “as diferentes fases decorrentes das transformações e alterações que afetaram estes edifícios, por vezes ao longo de vários séculos de ocupação, estão todas ‘amalgamadas’ numa única planta” (CORSI 2013b: 30). Essas diferentes fases das estruturas são diferenciadas com escavações, geralmente, mas a análise do conjunto das informações obtidas através do uso dos diferentes métodos “foi possível determinar algum faseamento na transformação das habitações” (CORSI 2013b: 31).

Apesar da acuidade científica das reconstruções – ou, exatamente por causa dela –, resolvi colocar as ilustrações urbanas separado das descrições arqueológicas (exceção feita apenas com a Figura 4.13, que mostra as ruas porticadas). Essas reconstruções facilitam a visualização das descrições e facilitam a análise e a comparação propostas.

Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, imagens tão “bonitas” e “acabadas” tendem a transformar um sítio pouco escavado em um local onde se tem a impressão de “tudo” já foi pesquisado e nada mais se teria a descobrir, além de criarem uma imagem que tende a se tornar definitiva, estabelecida, onde qualquer alteração fruto de novos estudos pode ser ter dificuldade em ser aceita ou substituir a anterior.

Todas as imagens a seguir, elaboradas dentro do Projeto Radio-Past, foram gentilmente cedidas pelo Dr. Carlos Fabião. Também foram realizadas animações e filmes, com “passeios virtuais” 3D dentro de *Ammaia*.

Figura 4.25. Reconstituição virtual da cidade romana de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.26. Reconstituição virtual de parte da muralha da cidade romana de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.27. Reconstituição virtual da Porta Sul com praça lajeada de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.28. Reconstituição virtual do lado externo da Porta Sul de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.29. Reconstituição virtual de uma *insula* da cidade romana de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.30. Reconstituição virtual das Termas do Fórum de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.31. Reconstituição virtual do Fórum da cidade romana de *Ammaia*. Houve o cuidado em não colocar as ordens arquitetônicas por serem desconhecidas (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.32. Reconstituição virtual da área sacra do Fórum da cidade romana de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.33. Reconstituição virtual do templo do *forum* de *Ammaia*, com ensaio de policromia (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.34. Reconstituição virtual do interior da Basílica do Fórum de *Ammaia* (<http://www2.radiopast.eu/>).

Figura 4.35. Reconstituição virtual do lado externo do Fórum de *Ammaia*, na esquina do *decumanus maximus*, com a quina da Basílica (<http://www2.radiopast.eu/>).

CONIMBRIGA

MUNICIPIUM FLAVIA CONIMBRICA, CONVENTUS SCALLABITANUS, LUSITANIA

1. EVOLUÇÃO ESTATUTÁRIA

Assentamento celta, antes da conquista romana.

Conhecido como *Oppidum* após a conquista de Júnio Bruto (136 a.C.), o que se mantém sob Augusto, mas provavelmente com um novo estatuto jurídico romano, de *oppidum stipendiarium*.

Torna-se *municipium flavium*, obviamente, no período flaviano, com *ius Latii* (concedido em 74 d.C., segundo CORREIA e DE MAN 2010: 301).

Durante a organização administrativa de Augusto, inicialmente o local era conhecido como *oppidum* celto-romano, ou seja, o assentamento recebeu a designação de *oppidum* pela administração romana.

Um altar encontrado no sítio é dedicado a *Flavia Conimbriga* (Figura 5.1).

Figura 5.1. Ara dedicada a *Flavia Conimbriga* (ALARCÃO 1995: 30).

2. SITUAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Segundo o IGESPAR, a designação do sítio arqueológico é “Ruínas de *Conimbriga*”, possuindo também a designação de Museu Monográfico de *Conimbriga*. São administradas pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) do Ministério da Cultura português, classificadas como Monumento Nacional (pelo Decreto de 16/06/1910, DG nº 136) e considerada “Zona ‘*non aedificandi*’”, a Portaria publicada no DG, II série, nº 277, de 25/11/1971. É uma das estações arqueológicas romanas mais bem estudadas no país e a mais visitada (c. 150 mil visitantes por ano).

As primeiras referências às ruínas de *Conimbriga* datam do século XVI, mas apenas em 1873 o Instituto de Coimbra, recentemente fundado, cria uma seção e um Museu de Arqueologia, dando início às explorações das ruínas. Em 1899, são realizadas as primeiras sondagens para determinar a planta do *oppidum* e os primeiros levantamentos dos mosaicos.

“Conimbriga é divulgada e valorizada através de publicações nacionais e estrangeiras; por vezes, surgem notícias alarmantes sobre o estado das ruínas. Coleccionadores e museus empenham-se em adquirir objectos. A partir de 1911, o Instituto de Coimbra cede as suas colecções ao Museu de Machado de Castro onde começam a ser estudadas e parcialmente expostas” (ALARCÃO 1995⁹³: 66-8).

Em 1929, a Universidade de Coimbra, com o apoio da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN, compra uma parcela de terreno (2.500m²) com o intuito de criar um espaço de aprendizagem da prática de arqueologia, epigrafia e numismática. Virgílio Correia, professor da Universidade de Coimbra desde 1921, assume a direcção do sítio (FABIÃO 2013).

Em 1930, é realizado em Portugal o XI Congresso Internacional de Antropologia e Pré-História, o que leva o Estado português a comprar parte dos terrenos e a realizar escavações com o objetivo de levar os congressistas a visitarem o local. Segundo o Dr. Carlos Fabião (2013), o governo português iniciou um grande programa de escavações, dentro de um programa ideológico inserido no contexto do Estado Novo salazarista, no qual uma “desarmonia” anterior seria transformada em uma nova harmonia econômica e social, assim como as estruturas urbanas, que deveriam ser organizadas e modernas. E o patrimônio arqueológico passa a ser também um instrumento de propaganda dessas novas realidades, tanto que estava subordinado à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁹³ O arqueólogo citado neste capítulo como ALARCÃO 1995 é A. Moutinho Alarcão, e não Jorge de Alarcão. Quando a citação designar este, será indicado J. de Alarcão.

A intervenção em *Conimbriga* consistiu na definição e delimitação da área das ruínas e da escavação de uma boa parte desta mesma área, com a construção, inclusive, de uma estrada de acesso a elas, para possibilitar as visitas do público leigo e do científico. Para Carlos Fabião, o que acontece em *Conimbriga* nesta fase não foi uma escavação arqueológica, mas sim um desaterro, com o objetivo de pôr as ruínas à vista. É possível perceber isto pelas imagens fotográficas feitas na época. Foi contratada uma mão de obra camponesa e, depois, foi realizado o arranjo dos espaços escavados, que passam a constituir uma “ruína vistosa”, com os muros levantados. É um processo atualmente considerado não-científico, pois o que se faz é “criar” uma ruína romana (Figuras 5.2 e 5.3).

Figura 5.2. Aspecto geral da Casa do Repuxos, no final das escavações, 1939. Amplicópia 13 X 18 cm (Neg. 70 da DRMC, Arq. MMC) (CORREIA 2012?, imagem 5_o).

Figura 5.3. Casa dos Repuxos, depois dos restauros, c. 1970. Transparência cor 35 mm (Arq. MMC) (CORREIA 2012?: imagem 5_n).

De 1930 a 1944, as escavações e restauros são realizados pela DGEMN, sob a supervisão de Virgílio Correia. Quando Virgílio Correia morre, os trabalhos prosseguem inteiramente entregues à DGEMN, entre 1944 e 1951. “Neste período, não há notícia de nenhum arqueólogo a orientar/coordenar ou mesmo a acompanhar os trabalhos”. O que há

destas escavações são registros fotográficos e grandes listas de materiais usados para refazer as ruínas e referências a respeito da grande profundidade em que se encontravam os vestígios: “(...) *as camadas de terreno que mais interessavam à escavação*” (apud FABIÃO 2013).

Foram, assim, criadas ruínas cenográficas, abertas à visitação, com muito pouco controle sobre o acesso ao sítio. Fizeram trabalhos definitivos sobre as ruínas sem nenhuma hesitação durante o processo. *Conimbriga* era comparada à Mérida, a *Augusta Emerita* romana, capital provincial, como uma das mais civilizadas cidades da *Lusitania* romanizada e considerada sua êmula. “Em 1962, no discurso aquando da inauguração do Museu Monográfico, o Ministro da Educação Nacional, Prof. Manuel Lopes de Almeida, afirma que ‘(...) [*Conimbriga é*] *uma das mais importantes estações arqueológicas do Mundo* (...)’” (FABIÃO 2013).

A situação começa a mudar nos anos 1950, quando se inicia em Portugal uma arqueologia mais científica. Em 1951, J. M. Bairrão Oleiro assume a direcção do sítio e, entre 1951 e 1955, há um intenso trabalho na consolidação e conservação dos mosaicos (com auxílio de uma equipe italiana do Ministero Per I Beni Culturali). Em 1955, ocorre um novo envolvimento público significativo (Ministro Arantes e Oliveira) quando são realizadas vedações das ruínas e cria-se o projeto do Museu Monográfico de sítio, inaugurado em 1962.

É, sobretudo, com o grande projeto de investigação luso-francês, de 1964 a 1971, que se produz, agora sim, uma real informação científica, nos moldes em que hoje identificamos como informação científica.

“A Missão Arqueológica da Universidade de Bordéus inicia com o Museu de Conimbriga uma frutuosa colaboração; sob a direcção de J. Bairrão Oleiro, Robert Étienne e Jorge de Alarcão, descobre-se o centro monumental da cidade romana e cosntrói-se a síntese histórica indispensável à compreensão de Conimbriga, desde os alvares da Idade do Ferro à Idade Média” (ALARCÃO 1995: 68-9).

É produzida uma leitura bidimensional da cidade que funciona para a comunidade científica, perceptível para o investigador, mas também para o visitante normal, o público em geral, e que também torna a ruína atrativa. São reconstruções exonométricas feitas de forma rigorosa e com sistemática intervenção, com a ajuda de arquitetos, que têm formação para lidar com edifícios complexos na realidade arqueológica. Aparecem as reconstituições

gráficas, as comparações entre as diversas fases arquitetônicas e também as maquetes, a realidade tridimensional, e não apenas gráfica, bidimensional.

O atual diretor de *Conimbriga* é Virgílio Nuno Hipólito Correia.

Apenas 17% da área do sítio está escavada e são conhecidos cerca de 20 edifícios residenciais, entre *domus* e *insulae* (CORREIA 2011b: 681). “De facto, até as escavações luso-francesas iniciadas em 1964, a arquitectura doméstica era tudo o que se conhecia de Conimbriga” (CORREIA 2010a: 3).

3. SÍNTESE HISTÓRICA

As referências a *Conimbriga* nas fontes históricas resumem-se à sua citação entre os *oppida* enumerados por Plínio, o Velho, ao descrever a *Lusitania* (HN IV, 113) e à sua menção no *Itinerarium Antoninus* como estação viária na estrada de *Olisipo* a *Bracara Augusta*.

Com a consolidação da conquista romana na região e o estabelecimento da província da *Lusitania*, a cidade sofreu um remodelamento urbanístico segundo o esquema vitruviano; e passou por um grande desenvolvimento urbanístico até finais do século I d.C. (segundo o IGESPAR). São, desta época, as primeiras termas públicas, o aqueduto e o fórum, este “posteriormente ampliado com a edificação de uma basílica de três naves no período Júlio-Claudiano” (IGESPAR).

No século III, a cidade foi dotada de uma nova muralha, que reduziu consideravelmente o perímetro de *Conimbriga*.

A cidade sofreu diversas incursões suevas ao longo do século V, “cuja ocupação parece estar registada pelos indícios de uma basílica paleocristã, para a qual ter-se-á adaptado uma antiga *domus*” (IGESPAR). Localizada anexa ao lado interno da muralha alto-imperial, foi sucessivamente mutilada por sepulturas, trabalhos agrícolas e escavações sem método. Conserva dois espaços inconfundíveis: um batistério e uma capela cruciforme. A basílica é datada do século VI, possuindo elementos visigodos. Foi transformada em cemitério pelos moradores da aldeia vizinha após o abandono da cidade (ALARCÃO 1995: 18-9).

“Tudo leva a crer que, em época tardo-antiga e visigótica, possamos estar diante de uma paróquia medieval [demonstrado pela igreja alto-medieval]. Seria uma sede episcopal, com uma basílica paleo-cristã com um largo batistério, até a década de 80 do século VI. Portanto, a cidade estaria em funcionamento nesta época” (DE MAN 2010).

No século VI, a cidade recebeu investimento oficial; especificamente, a construção, no “Bico da Muralha”, de um fortim de época visigoda, uma adição à muralha baixo-imperial. “O declínio de Conimbriga, porém, não tardou”. A cidade perde sua posição estratégica para *Aeminium*, na outra margem do Mondego, havendo o progressivo abandono por parte da população, “que termina com a desertificação⁹⁴ do planalto” (DE MAN 2010).

Com a mudança do bispado para *Aeminium*, esta herda o nome de *Conimbriga*, passando a ser conhecida como Coimbra. Segundo Jorge de Alarcão (2010), as pessoas foram para *Aeminium* porque a cidade cercada dependia da manutenção de seu aqueduto; este sendo cortado, não havia como sobreviver no interior da cidade. Por volta do século X ou XI, a cidade acabaria por ser totalmente abandonada, ficando deserta.

“Não compreendemos ainda bem como se deu o processo de abandono total da cidade. Pensa-se que terá sido uma coisa muito gradual, em que a cidade vai perdendo sucessivamente algumas infraestruturas importantes, algumas instituições (como o caso do bispado) e a população. E, pouco a pouco, se transforma em uma pequena aldeia, em um lugar ermo, até chegar a um ponto em que pura e simplesmente desaparece. E tudo o que foi a cidade vai desaparecendo, porque o material de construção vai sendo retirado. A vizinha aldeia de Condeixa-a-Velha terá sido construída em grande parte com pedras retiradas de *Conimbriga*. No caso do fórum, as pedras foram retiradas até os alicerces. Há, portanto, ação humana e também ação material de destruição pelo abandono” (RUIVO 2010).

4. LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

ÉPOCA ROMANA

Província da Bética (*Hispania Ulterior Baetica*), posteriormente, após a reforma administrativa augustana, *Conventus Scallabitanus*, província da *Lusitania* (Figura 5.4).

⁹⁴ “Desertificação” é o termo utilizado em Portugal para se referir ao abandono progressivo das aldeias rurais, inclusive nos dias atuais.

Figura 5.4. Mapa da Província da *Lusitania*, desenhado na primeira mesa-redonda da *Lusitania* (VVAA Talence, 1990).

ÉPOCA MODERNA

Freguesia de Condeixa-a-Velha, Concelho de Condeixa-a-Nova, Distrito de Coimbra (Portugal) (Figura 5.5).

Figura 5.5. Mapa com a localização de Conimbriga (em vermelho)
(<http://qualodestino.files.wordpress.com/2010/08/coimbra.jpg>)

5. FASES DE OCUPAÇÃO

A ocupação humana no local remonta, pelo menos, até ao Bronze Final. No período orientalizante do Baixo Mondego, ocupava um lugar central, constituindo-se em uns dos principais *oppida* do centro do país ao longo da Idade do Ferro. Durante as campanhas militares do general romano Décimo Júnio Bruto, o povoado existente foi conquistado, em 136 a.C.

As fases de ocupação foram baseadas, principalmente, em ALARCÃO 1995 e COLLINS 1998. Mas, segundo o Dr. Carlos Fabião, ainda faltam trabalhos estratigráficos mais cuidadosos para que se possa estabelecer uma cronologia segura para as várias estruturas e setores do sítio. Virgílio Hipólito Correia afirma que “o conjunto de indicações cronológicas para as construções domésticas de Conimbriga se caracteriza pela imprecisão” (CORREIA 2010a: 3).

Tabela – Proposta das fases de ocupação de *Conimbriga*

Fase I	Neolítico		Início da fixação humana
Fase II	I Idade do Ferro (c. 700 a.C. – 218 a.C.)	Castro aberto, população celta	Séc. VI a.C. - funciona como ponto central na região, com casas com pátio central e ruas tendendo para o perpendicular
Fase III	2ª met. séc. II a.C. - final séc. I a.C.	Campanhas militares de D. Júlio Bruto (138-136 a.C.)	Romanos conquistam a região e introduzem sua economia
Fase IV - Augustana	Séc. I a.C./I d.C.	<i>Oppidum stipendiarium</i> do <i>Conventus Scallabitanus</i>	População predominantemente indígena (celta) com alguns romanos. Primeiro processo construtivo público: aqueduto, muralha, termas, fórum
Fase V - Claudiana	Alto Império	<i>Oppidum stipendiarium</i>	Reformulação do aqueduto
Fase VI - Flaviana	Alto Império	Vespasiano (69-79) - Elevação a <i>municipium Flavium</i> com <i>ius Latii</i>	Monumentalização flaviana
Fase VII	Baixo Império (Séc. III-V)	<i>Municipium Flavium</i>	Construção da muralha tardo-imperial; obras notáveis de iniciativa privada
Fase VIII	Período Visigodo (Séc. V-VI)	465 e 468 - incursões suevas na cidade. É Sede de Bispado pelo menos até 589	Cidade é tomada e parcialmente destruída; seus habitantes, escravizados ou dispersos. Mas é tomada, com construção de torreão no Bico da Muralha
Fase IX	Época Medieval (séc. VI – X/XI)	Lento abandono da cidade (processo de desertificação)	Estruturas urbanas são abandonadas e sofrem lenta degradação
Fase X	Séc. XII-XIX	Abandono total	Saques do material de construção; trabalhos agrícolas
Fase XI	Séc. XIX-déc. 1960	Início do “redescobrimento” da cidade	Desaterros e coleta de materiais arqueológicos
Fase XII	1964 em diante	Período “Científico”	Iniciam-se as pesquisas arqueológicas nos moldes modernos

No século IX a.C., tem início da fixação humana no planalto, evidenciada por objetos encontrados em entulhos e valas para alicerces romanos. Os níveis de habitação mais antigos pertencem à II Idade do Ferro “e mantiveram-se coexistentes com monumentos e casas de fundação romana até meado do séc. I”. Na I Idade do Ferro, é um castro aberto e com influências culturais mediterrâneas. A presença celta é reforçada pela análise filológica do sufixo *-briga*, “cidadela”. “*Conim* é um elemento mais antigo aparentemente utilizado por indígenas pré-indo-europeus para designar o lugar, significando o radical ‘k°n-’, eminência rochosa” (ALARCÃO 1995: 70).

Na segunda metade do século II a.C. ocorrem os primeiros contatos com os romanos (campanhas militares de *Decimus Junius Brutus*), atestados pela presença de moedas e cerâmicas (fragmentos de ânforas e vasos).

No governo de Augusto, passa a pertencer administrativamente ao *Conventus Scallabitanus* e recebe a designação de *oppidum* pela administração romana. No início do século I d.C., *Conimbriga* é dotada do aqueduto, fórum, termas públicas, moradias e *tabernae*, “iniciando-se uma época de tranquilidade próspera e acompanhada por uma rápida aculturação da população indígena” (ALARCÃO 1995: 71).

Sob o governo de Vespasiano (69-79), recebe o epíteto de *Flavia* e é elevada à categoria de *municipium*. Na mesma data, o conimbrigense *M. Iunius Latro* foi sacerdote de culto imperial em Mérida. Seguiu-se novo período de monumentalização da cidade, embora possa ter ocorrido outro posteriormente.

No século IV, as obras mais notáveis são as de iniciativa privada, como as *domus* com mosaicos. Mas já na segunda metade do século IV, chegam à Península Ibérica as primeiras populações dos chamados “bárbaros”. O clima de instabilidade leva a cidade a construir sua muralha defensiva, que dividiu o espaço urbano em duas partes, sacrificando uma grande parte da zona leste.

“Contemporâneo das invasões suélicas, o bispo Idácio, de Chaves, conta que em 465 os Bárbaros entraram dolosamente na cidade e levaram cativos a mulher e os filhos de *Cantaber*, atacando de novo em 468, data em que a cidade foi tomada e parcialmente destruída, e os seus habitantes escravizados ou dispersos” (ALARCÃO 1995: 72).

A cidade não foi totalmente abandonada, pois há níveis de ocupação do século VI e as atas conciliares afirmam que *Conimbriga* era sede episcopal, pelo menos até 589.

6. DESCRIÇÃO

Com excepcional conservação arqueológica, o sítio possui vias, portas e muralhas, aqueduto e estruturas associadas, anfiteatro, *domus*, termas, além, é claro, do fórum, entre outros vestígios. O programa de benfeitorias urbanas que se iniciou por volta de 10 a.C., com o estabelecimento do urbanismo romano, foi composto por um fórum, as termas e o indispensável aqueduto e a muralha (CORREIA 2009b: 397) (Figuras 5.6 e 5.7).

Figura 5.6. *Conimbriga* na fase pré-flaviana (realizado pelas escavações luso-francesas de 1964 a 1971).

Figura 5.7. Urbanismo flaviano de *Conimbriga* (seg. Correia e J. Alarcão 2008) (CORREIA 2009a: 92, fig. 2).

6.1. TERRITÓRIO DA *CIVITAS* E O *SUBURBIUM*

O *oppidum* de *Conimbriga* situava-se sobre um planalto em forma de esporão com excelentes condições defensivas naturais. Os romanos, quando instalaram sua cidade, não o levaram em consideração simplesmente porque não havia necessidade. Segundo Virgílio H. Correia (2010b), o que determinou a manutenção do assentamento em época romana e sua transformação em cidade foram as mesmas condições que levaram à ocupação do sítio em épocas anteriores: localização em local elevado, por um lado, precipício, do outro, criando condições de segurança (Figura 5.8); e especialmente seu forte posicionamento na região, sendo um ponto central de contato com a costa atlântica desde o século VI a.C. Atualmente, é uma zona rural.

Figura 5.8. Planta topográfica do Campo Arqueológico de *Conimbriga*
(<http://arqueologiapaisagem.wikidot.com/documento-7>).

Com a fundação da cidade, houve uma reunião, em um assentamento de dimensões razoáveis, de populações dispersas até aquele momento por vários outros locais. Esta “reunião” é denominada, em latim, *contributio*, o fenômeno de nucleação, no sentido em que “Conimbriga se tornou um centro económico de uma área alargada, e apontar para o facto de, em datas mais antigas [antes de 10 a.C.], haver em Conimbriga evidência da manutenção no novo contexto imperial, das estruturas gentilitárias pré-romanas [...]” (CORREIA e DE MAN 2010: 299).

As principais produções do território da cidade eram, possivelmente, o vinho (a partir de meados do século I, mas especialmente a partir do século II) e o azeite. Também havia grande produção de cerâmica de construção (tijolos, telhas etc.) e também *dolia* (produções que se beneficiavam das zonas florestais e parece que tiveram impacto na sua redução). Também exploravam pedreiras – para cantaria e produção de cal –, argila e madeira para construção (CORREIA, DE MAN 2010: 301-2).

ESTRADA

A estrada que servia *Conimbriga*, vindo de *Sellium* (Tomar) está documentada por um trecho pavimentado por lajes irregulares de calcário próximo ao perímetro urbano. Entrava na cidade a partir do leste, virava à direita à entrada do planalto e seguia para *Aeminium* (Coimbra). Sua largura era de 4 m, a média para as estradas romanas, e é possível ver as marcas das rodas das carroças no seu piso. Na primeira parte do trecho conservado, possuía duas largas calçadas porticadas, com *tabernae*. No caminho para a saída da cidade, também foram identificadas três *tabernae* sob pórticos (ALARCÃO 1995: 6).

AQUEDUTO

O aqueduto é uma das primeiras obras públicas de *Conimbriga*, realizado entre 15 e 10 a.C., pois o sítio não possui fontes ou níveis freáticos na sua parte interna.

O aqueduto augustano de *Conimbriga* está muito bem conservado e pode ser seguido em quase toda a sua extensão, de 3.443,31 m, desde a fonte de Alcabideque⁹⁵ até a piscina fria das termas (até a cidade, são 3.100 m). A nascente natural é rodeada por um tanque coletor que esteve sempre em uso, com vários reparos de fendas realizados com cimento moderno. Atualmente, serve como lavadouro e bebedouro de animais. “Antigamente, devia ter a forma de um ninfeu semicircular com 25 X 15 m” (ALARCÃO 1995: 62).

A noroeste do tanque coletor há um *castellum aquae*, local de receção e decantação da água para eliminar as impurezas em uma bacia circular, cuja torre “tem planta retangular e conserva-se até 6,5 m acima do solo actual”. A partir deste primeiro *castellum aquae*, segue em direção à cidade, sendo quase todo subterrâneo (Figura 5.9). Pelo percurso visível, adquiriu várias funções diferentes: suporte lateral do caminho que vai de

⁹⁵ Segundo Alarcão (1995: 62), o nome arabizado Alcabideque “deixa transparecer *Caput Aquae*”.

Alcabideque a Condeixa-a-Velha, fundação para os muros de pedra solta que delimitam pequenas propriedades etc.

Figura 5.9. Percurso do aqueduto desde a *caput aquae* (1) até à piscina fria das termas augustanas (2) passando pelo *castellum aquae* (3). Trata-se de uma obra assente em fundações sólidas, com passagens para evacuação do excesso de água, da qual se nota um cuidado particular na construção da conduta abobadada, feita de blocos de calcário argamassado no interior de uma cofragem de madeira (4). Ao longo do percurso encontram-se alguns poços de manutenção (ALARCÃO 1995: 64-5).

A parte mais difícil de reconstituir o traçado é a final, quando se torna aéreo para vencer uma depressão do terreno junto à muralha por meio de arcos. Dentro da cidade, o aqueduto desemboca em outro *castellum aquae*, que se encontra muito arruinado, para uma nova decantação e, então, a água ser distribuída pela cidade. “O canal que conduzia às termas ainda se conserva bem, embora tenha sido transformado em esgoto aquando da construção das *insulae* na época claudiana” (ALARCÃO 1995: 63).

Na época de Cláudio, o sistema de abastecimento sofreu uma readaptação.

“O aqueduto com um único cano construído em alvenaria é substituído por uma distribuição mais alargada no perímetro urbano com também o controle da pressão da água. Isto permite

também a construção de fontes e de repuxos⁹⁶, como acontece na famosíssima Casa dos Repuxos, mas também em outras casas de *Conimbriga*, onde os peristilos são decorados com jardins no seu interior, os quais recebem pequenos repuxos d'água numa arquitectura aquática mais ousada que obviamente a existência de um aqueduto com uma única canalização não permitia numa fase anterior” (REIS 2010).

O aqueduto foi utilizado durante mais de quatro séculos antes de ser destruído provavelmente pelos invasores suevos (ALARCÃO 1995: 62-3).

Segundo Pilar Reis (2010), o edifício termal é um dos primeiros edifícios públicos construídos (augustano), pois introduz um novo ritual, especificamente romano, na cidade: a visita aos banhos, para higiene e descanso, muito importante na vida social urbana. “Revoluciona a vida no aglomerado”, afirma.

ANFITEATRO

O anfiteatro foi instalado em um estreito vale no setor noroeste do sítio. Possuía estrutura monumental, mas não passou por escavações sistemáticas, pois a cidade de Condeixa-a-Velha ficava praticamente dentro dele. A estrutura como um todo deve estar bem conservada, mas há construções na maior parte dela e as intervenções foram realizadas exatamente onde não as há, onde é menos conservado exatamente porque serviu como pedreira ao longo dos séculos. São conhecidos basicamente alguns acessos térreos para a *cavea* que cercava a arena (Figura 5.10). Os vestígios nem sequer estão musealizados.

Figura 5.10. Arcadas de acesso ao anfiteatro na atual aldeia de Condeixa-a-Velha (ALARCÃO 1995: 61).

⁹⁶ “Repuxo” é uma construção para a condução da água que faz com que ela se eleve em jato contínuo. É sinónimo de chafariz, esguicho, fonte e jato.

“O levantamento topográfico permitiu calcular as dimensões máximas aproximadas (100 X 75 m) e compreender que se trata de um anfiteatro semi-enterrado na rocha escavada. Data, provavelmente, do período flaviano e foi destruído para construção da muralha tetrárquica” (ALARCÃO 1995: 61).

Não foi encontrado o teatro; acredita-se que não havia. Mas as áreas não escavadas nunca foram objeto nem mesmo de sondagens.

6.2. MURALHAS

Não foi identificada a muralha do assentamento pré-romano; se é que existiu, pode ter sido total ou parcialmente integrada à muralha baixo-imperial, “que cingiu todo o planalto” (ALARCÃO 1995: 6).

PRIMEIRA MURALHA ROMANA (AUGUSTANA OU ALTO-IMPERIAL)

A muralha romana mais antiga demarcava o limite mais amplo da cidade, que representava aproximadamente o dobro da área castreja⁹⁷, “visando o potencial crescimento da cidade” (CORREIA 2010b). Foi construída com paramento de pedra afeiçoada e miolo constituído por terra e pedra solta, o que condiz com uma datação alto-imperial. “Logicamente, esta muralha pode ter sido erguida por altura da fundação da cidade ou no momento em que ela foi elevada à categoria de município tendo, em qualquer desses casos, caráter honorífico” (ALARCÃO 1995: 8) (Figura 5.11).

Formava um polígono irregular, “cujo percurso acidentado se explica pela necessidade de englobar os pontos mais elevados da cidade e de abrigar as vias oblíquas de penetração” (GROS 2002: 45). A muralha augustana foi preservada até quando a de época tetrárquica (fim do século III-início do século IV) foi erguida mais a oeste, ao redor de outro setor urbano (Figura 5.12). Importante notar que, diferentemente do costume de instalar os anfiteatros na área externa das muralhas, o de *Conimbriga*, segundo as reconstituições, está na área interna do perímetro urbano alto-imperial.

⁹⁷ Alarcão (1995: 8) utiliza o termo “castreja” para designar o assentamento pré-romano.

Figura 5.11. Vestígios da primeira muralha de *Conimbriga* (I. Doneux, Acervo LARP, 2012).

Figura 5.12. Planta do muro augustano (em pontilhado) e do muro tardio de *Conimbriga*, segundo Th. Hauschild (GROS 2002: 46; fig. 30).

MURALHA DO BAIXO IMPÉRIO

Pelo tipo de construção – totalmente de argamassa –, existência de torreões e desenho da porta principal, é característica do Baixo Império. Tal cronologia é precisada por achados monetários (moeda de *Tetricus*, 270-273, e um pequeno tesouro de moedas do final do século IV e início do V) associados à sua construção e por ter cortado a fachada de diversos edifícios, situando sua construção na passagem do século III para o IV,

“obedecendo a um espírito de defesa generalizado durante a primeira e a segunda tetrarquia a muitas cidades da Gália e da Hispânia” (ALARCÃO 1995: 8) (Figura 5.13).

Figura 5.13. Muralha alto-imperial, construída sobre algumas *domus* (I. Doneux, Acervo LARP, 2012).

A segunda linha de muralha possui um nítido caráter defensivo e abarca uma área menor que a anterior (10 ha), a mais naturalmente defensável do planalto, e os pontos vitais da cidade, reduzindo não apenas a área a defender como os custos e o tempo de construção.

“[A nova muralha abarca] a chegada do aqueduto ao castelo de distribuição de água e o troço viário que garantia a entrada (Porta de Tomar) e a saída (Porta de Coimbra) no espaço urbano, tudo o que excedia foi demolido e convertido em material de construção: casas, termas, anfiteatro e necrópole” (ALARCÃO 1995: 10).

O seu modelo segue o das muralhas que cercavam Roma no reinado do imperador Aureliano (270-275 d.C.); tinha uma espessura de 4 m em média, com escadas, passeios de ronda, casamatas anexas e torreões, segundo as informações colocadas no sítio.

Para Virgílio H. Correia e Adriaan De Man (2010: 302), o investimento na muralha tetrárquica também foi motivado por motivos estatutários, isto é, as cidades que funcionavam como centros regionais serviram como centros de coleta da *annona*, o imposto em gênero, e havia uma preocupação primordial e omnipresente na Hispânia tetrárquica com relação a este imposto. A muralha serviria como demonstração da capacidade de

Conimbriga em coletar e, principalmente, salvaguardar a *annona*. Isto também estaria de acordo com as várias reconstruções tardias, como repavimentação da rua das Termas, e que refletiam um sério esforço urbanístico na transição do século IV para o V.

Segundo Adriaan de Man (2010), no século IV e início do V, *Conimbriga* continuava a ser um ponto nevrálgico na rede viária, tanto para Braga quanto para *Sellium* (Tomar). Pela via próxima à cidade passava necessariamente todo o tráfego comercial, individual e militar de época tardo-romana. Com a abertura das passagens pirenaicas, em 409, e as incursões de suevos e vândalos, a muralha deve ter feito a grande diferença por oposição às cidades que não dispunham desse cenário de defesa.

“Segundo as crônicas do bispo de Chaves, cinquenta anos depois das invasões, *Conimbriga* volta a aparecer como sendo atacada sucessivamente por suevos, o que indica que existia aqui uma comunidade com importância estratégica tanto para os suevos quanto, logicamente, para os próprios habitantes” (DE MAN 2010).

A área da cidade que ficou vizinha a essa segunda muralha – especialmente algumas *domus*, *tabernae* e uma *terma* – foi transformada em cemitério.

6.3. PORTAS

É visível, ainda hoje, a porta *Sellium*, ou porta augustana, de *Conimbriga*, na muralha alto-imperial, com três vãos e flanqueada por dois torrões na parte exterior (Figuras 5.14 e 5.15).

“Ela era dotada de um *cavaedium* com êxedras laterais simétricas de um lado e do outro da via central; esta disposição singular não corresponde a nenhum modelo itálico, apenas a porta da Arcadia, em Mantinée, com pátio circular, podendo constituir um antecedente formal. Contrariamente ao que se poderia dizer, de todo modo, o plano adotado em *Conimbriga* não é o das portas abertas no fundo de uma cortina com bastiões, do tipo das de Fréjus, de Neuss ou, na própria Lusitânia, das portas sul e sudeste de Beja (Baixo Alentejo)” (GROS 2002: 45-6).

Figura 5.14. Planta Baixa das escavações da Porta alto-imperial de *Selium* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Figura 5.15. Planta em elevação da Porta alto-imperial de *Selium* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Não era monumental, como várias outras também não o são.

Há também, no sítio, uma segunda porta *Selium*, mas agora do século III-IV e instalada na muralha baixo-imperial. Segundo as informações fornecidas no sítio, era uma das portas principais (Figuras 5.16 a 5.18). “É rodeada por duas imponentes torres defendendo um duplo portão: à face exterior existiu uma grade que se podia elevar e baixar segundo as necessidades, correndo em rasgos verticais nos muros (cataracta); no centro da porta havia um portão de duas folhas, de que se conservam os gonzos metálicos”. Também é

possível ver, nas partes danificadas, restos de materiais de construção, inclusive arquitetônicos, que lhe serviram de enchimento, oriundos das edificações anexas externas.

Figura 5.16. Reconstituição da porta *Sellium* da muralha do Baixo Império (foto do sítio; detalhe).

Figura 5.17. Traçado da muralha baixo-imperial; pontilhado, as edificações desmanchadas para sua construção (foto do sítio; detalhe).

Figura 5.18. Porta baixo-imperial (I. Doneux, Acervo LARP, 2012).

6.4. MALHA URBANA (REDE DE RUAS E *INSULAE*)

O urbanismo augustano foi implantado em *Conimbriga* por volta de 15 a.C., segundo Alarcão (1995: 26) e, em época flaviana, sofreu alterações. Mas nunca adotou uma tessitura regular urbana nem uma estrutura hipodâmica, mas sim “respeitando a estrutura triangular do urbanismo herdado do momento pré-romano e das vias que lhe davam acesso” (CORREIA 2009b: 400).

O fórum está na parte mais elevada e o complexo termal, no fundo da pendente, acima do Vale do Rio dos Mouros. No esquema abaixo, estão marcadas as localizações de algumas das *insulae* e estruturas descritas (Figura 5.19).

Figura 5.19. *Conimbriga*: localização das *insulae* e monumentos mencionados (http://1.bp.blogspot.com/_ouecRM74v-k/TOmizodgWnI/AAAAAAAAABWA/Dmzo2lUS4Bo/s1600/Planta-Ruinas.jpg)

Com a construção do grande fórum “flaviano”, delimitado por quatro ruas, criou-se uma nova dinâmica do espaço ao seu redor.

“Pelas ruas circundantes do fórum passavam todos os eixos significativos da cidade, das suas entradas para as suas zonas residenciais, a circulação entre os principais monumentos (para além do fórum, o anfiteatro e as grandes termas) também por aí se fazia. Esta situação levou a que à sua volta se criassem pequenas praças, onde se encontravam pequenas fontes públicas, latrinas, etc.” (CORREIA 2009a: 91).

As ruas principais, frequentemente porticadas, convergiam para o fórum. Na sua entrada sul passava a rua principal (o *decumanus maximus*), que se alargava numa praça na entrada, onde estava um arco quadrifronte.

INSULAE

Várias *insulae* ou partes de *insulae* foram escavadas em *Conimbriga*. De modo geral, são compostas por *tabernae* nas fachadas, muitas vezes associadas a residências, oficinas e algum estabelecimento público, como balneários. É comum as *insulae* escavadas não apresentarem uma forma quadrangular, mas sim tendendo para a triangular ou trapezoidal, como as próximas ao fórum (Figura 5.20). As *insulae* da zona central são de época claudiana, segundo Correia (2010a).

Figura 5.20. Planta das *Insulae* A e B de *Conimbriga*, denominadas respectivamente “do vaso fático” e “ao norte das termas” (ALARCÃO 1995: 37).

A rua que liga o centro da cidade, o fórum, às termas é margeada por *insulae* de arquitetura modesta. “Foi no período claudiano (41-54) que este bairro artesanal se instalou,

no momento em que os notáveis da cidade, integrados na civilização romana ou em vias disso, adoptaram o tipo itálico da grande *domus*” (ALARCÃO 1995: 36).

A *insula* “do vaso fálco” ocupa um trapézio a sudoeste do fórum. Na fachada voltada para a rua das termas abrem-se *tabernae* e seus anexos; há um conjunto de seis compartimentos organizados ao redor de um pátio que possuía um andar superior, “sendo que a dupla entrada sugere que os locais eram habitados por diversas famílias” (ALARCÃO 1995: 36-40).

A *insula* ao norte das termas também é de época claudiana. “Um portal dava acesso a um pátio porticado e as lojas davam para a rua principal”. Foi identificada uma oficina artesanal na parte de trás pela existência de tanques (ALARCÃO 1995: 40).

Com a ampliação das termas do sul, em época flávio-trajana, algumas dependências desta última *insula* foram demolidas e a *insula* “do vaso fálco” perdeu uma ou duas salas mas recebeu uma nova fachada no lado leste; “um *atrium* tetrástilo foi igualmente implantado nesta época o que indica, juntamente com o pórtico da fachada, uma redistribuição mais harmoniosa dos compartimentos, a integração de um artesanato rico no quadro mental e social romano” (ALARCÃO 1995: 40), o que quer que isto possa significar.

O setor junto ao Aqueduto (Figura 5.16) abriga diversos tipos de edifícios, como *tabernae* com comércio diversificado, oficinas associadas a habitações e, aproveitando a proximidade do aqueduto, um balneário. É neste setor que se encontra o *castellum aquae*, a partir do qual é levada água para as termas antoninas.

Figura 5.16. O setor junto ao aqueduto (a partir de ALARCÃO 1995: 53)

Na época antonina e severiana, houve uma renovação da arquitetura doméstica, notabilizada, entre outros elementos, pela presença de *insulae* e de luxuosas *domus* com *peristilum*, entre as quais a Casa dos Repuxos e a de Cantaber. “Todas estas edificações sobressaíam pela riqueza e profusão dos elementos decorativos perfeitos de abundantes pinturas murais, mosaicos e escultura” (IGESPAR).

Com a instalação da muralha alto-imperial, no século I d.C., criou-se uma nova zona – ou bairro – na cidade, um *vicus novus*, que se contrapunha à zona “velha”, onde estava o fórum original (CORREIA 2009b: 399). Ao analisar a arquitetura doméstica de *Conimbriga*, Virgílio H. Correia (2011b) destacou a existência, a partir do período flaviano, de uma arquitetura doméstica que busca seus modelos na arquitetura imperial, e especificamente no impacto que a *domus aurea* teve como modelo, como uma arquitetura cenográfica, com jardins urbanos privados e fontes e tanques na área central. Estas residências se concentravam no *vicus novus*, ou seja, a parte intramuros que ampliava a área inicial do *oppidum* e, portanto, estaria fora do espaço inicialmente ocupado (CORREIA 2011b: 683). A Figura 5.17, apesar de ser utilizada por Correia para destacar os criptopórticos existentes, permite a visão das estruturas das *insulae* da zona analisada.

Figura 5.17. Distribuição dos criptopórticos no centro de *Conimbriga*. A, fórum; B, *insula* do aqueduto; C, Casa dos Repuxos; D, *Tabernae* no lado sul da via (a partir de Correia e J. Alarcão 2008). (CORREIA 2011b: 682, fig. 1).

RESIDÊNCIAS DA POPULAÇÃO

Segundo Virgílio H. Correia (2010b), à medida que terminavam os programas públicos de construção, as elites de *Conimbriga* passaram a investir nas suas residências. “Todo o influxo artístico que a cidade conseguiu com seus monumentos públicos é trazido para a esfera privada e surgem grandes residências, que o são em qualquer cidade do Império”. Todas apresentam um mesmo programa arquitetônico: um grande espaço de entrada para recepção, um peristilo central que articula toda a casa, alguns com água no centro e pequenos repuxos, e, ao fundo, o triclínio, a grande sala para refeições, com janelas voltadas para um jardim privado.

Eram casas, do ponto de vista arquitetônico, bastante complexas; visualmente, com seu jogo de luzes e sombras, espaços abertos e fechados, decoração etc., proporcionavam uma cenografia “extremamente interessante” (CORREIA 2010b). Eram residências muito grandes, e como os romanos não costumavam ter suas moradias abertas para o exterior, precisavam possuir peristilos suplementares, para que pudessem ser arejadas e iluminadas. Na Casa de Cantaber, por exemplo, há quatro peristilos, cada um deles articulando zonas diferentes da casa (um social, outro privado, de serviços etc.).

A *domus* atribuída a Cantaber, anexa à parte interna da muralha baixo-imperial, é a maior *domus* de *Conimbriga* (com 80 X 40 m) e uma das mais amplas do mundo romano, segundo Alarcão (1995: 20-25). Infelizmente, foi uma das primeiras estruturas escavadas no sítio, carecendo de rigor científico. Pelo estudo dos mosaicos, seria do século III, mas pode ter sido uma remodelação de uma residência do século I “tal como sucede com as casas extra-muros”. Possuía balneário, remodelado no século IV.

Era uma qualidade de vida muito elevada para uma faixa muito pequena da população. Pelos cálculos que podem ser realizados a partir dos poucos dados demográficos, c. de 30% da população era formada por escravos ou pelo setor servil; a classe dominante, que morava nas grandes *domus*, nunca teria chegado a 10%. Essas *domus* poderiam abrigar até 60 pessoas cada uma, mas apenas quatro ou cinco eram de fato os senhores da casa; quanto às demais pessoas que deveriam morar e trabalhar ali, o “pessoal de serviço”, não foi encontrado sequer um espaço próprio de vida para elas, uma zona de habitação reservada (há zonas de serviço, mas não se identificaram alojamentos) (CORREIA 2010b).

Em *Conimbriga*, as casas abastadas constituem uma zona relativamente segregada, em contraste com outras zonas de construção mais popular, de “tipo” mais indígena, que

apresentam um grande contraste com as primeiras (CORREIA 2010b). A maioria das habitações eram edifícios compartilhados por diversas unidades habitacionais – *senacula* – compostas por no máximo três cômodos distintos, agregando, normalmente, a moradia com alguma atividade, fosse ela dedicada ao artesanato ou ao comércio. “Este, de facto, era o padrão de 40% da habitação e da residência na cidade, e que perfaziam a maior parte dos edifícios que ocupavam a cidade de *Conimbriga*” (CORREIA 2010b).

6.5. TERMAS

A instalação de complexos termais é uma das características da expansão de Roma. Todos os locais que hoje são, em Portugal, zonas termais têm estruturas romanas abaixo. Havia já uma ligação com funções medicinais entre os romanos. Edifícios termais são, portanto, um dos grandes emblemas do mundo urbano romano. Têm arquitetura relativamente padronizada, com os mesmos equipamentos básicos.

Conimbriga possui mais de um complexo termal, e de épocas diferentes.

Havia uma terma que, com a construção da muralha baixo-imperial, ficou do lado externo. Como passou por diversos desabamentos, a compreensão de seu funcionamento é difícil. Mas é possível distinguir diferentes fases construtivas dos seus diferentes espaços, os mais antigos sendo do século I d.C. Foi identificado claramente um *Laconicum*, semelhante ao encontrado em Évora (ALARCÃO 1995: 12-15).

TERMAS AUGUSTANAS OU “DO SUL”

O primeiro complexo termal de *Conimbriga* está associado ao urbanismo augustano, e encontra-se sob as termas de época antonina. As termas foram instaladas no setor terminal do aqueduto augustano (Figura 5.19).

Figura 5.19. Axonometria das termas augustanas de *Conimbriga* (segundo J.-C. Golvin).

Como é o padrão romano de termas, há um espaço onde as pessoas se despem; também um recinto de palestra, ao ar livre (para exercícios); e um conjunto tripartido de instalações: *natatio* (piscinas de água fria, geralmente estruturas não cobertas) – em *Conimbriga*, com um pórtico circundando, pode também ser vista como a área de um *frigidarium*; uma zona morna – *tepidarium*; e também uma zona fortemente aquecida, o *caldarium*. E as estruturas de aquecimento, de serviço, com zonas para a produção de fogo com o calor que propaga a partir de um piso elevado e com caixas de ar nas paredes.

A circulação das pessoas se dava da seguinte maneira: *apoditerium* (o vestiário) – palestra – zonas de banho – *tepidarium*, como zona de passagem para – *frigidarium* ou *caldarium*.

TERMAS TRAJANAS OU ANTONINAS

Em época mais tardia, as termas assumem um aspecto completamente diferente. As novas termas ocupam uma área duas vezes maior e recebem uma nova orientação do eixo. Agora, a entrada, a norte, acessa um amplo espaço aberto com uma *natatio* no centro. Surge

uma imensa palestra com vista para a encosta do limite da cidade, acessível sem se passar necessariamente pela área termal. Por isso, alguns autores defendem que essas palestras ao ar livre se transformam em espaços socializantes da cidade, uma vez que se tornaram mais amplas e podiam ser acessadas independentemente da área termal coberta (a informação, antigamente, exigia interação entre as pessoas, pois circulavam oralmente). Assim, essas áreas comunais assumem uma importância maior nos complexos termais (Figura 5.20).

Figura 5.20. A monumentalidade das termas antoninas de *Conimbriga*, na reconstituição de J.-C. Golvin.

A arqueologia nem sempre permite acompanhar o porquê da mudança, estabelecer uma explicação sem a ajuda de outras fontes. A literatura arqueológica estabeleceu outros exemplos onde termas municipais sofrem ampliação, o que normalmente é interpretado

como uma paulatina transferência para as dependências termais dos debates e socialização antes praticados nos espaços forenses. A partir do momento em que os fóruns vão se tornando espaços cada vez menos mundanos e mais sacros, existe a necessidade de estabelecer novos espaços para a socialização, a convivência e o debate fora do âmbito religioso estatal.

No caso específico de *Conimbriga*, se realmente a palestra – e, conseqüentemente, as termas – se tornou um dos principais espaços socializantes da cidade, o fato pode estar relacionado com a alteração de uso do que anteriormente deve ter sido o principal espaço de convivência da comunidade, o fórum. Esta mudança de foco do fórum de *Conimbriga* será debatida mais a frente. Mas não podemos esquecer que a arqueologia em território português, como já mencionado anteriormente, sofre pela falta de dados que possibilitem estabelecer cronologias precisas. Assim, aventar a possibilidade dessa alteração de foco estar relacionada com a sacralização do espaço forense – que teria perdido, a partir do período flávio, grande parte de sua função como local de comércio e política – esbarra na questão da cronologia, de ambos, fórum e termas.

De todo o modo, podemos afirmar, a partir dos estudos arqueológicos, que a lógica nessa terma é completamente diferente das termas augustanas. A *natatio* está na parte traseira, as zonas aquecidas, no centro, e a palestra tornou-se não apenas mais ampla, mas sofreu um deslocamento radical e alteração no acesso.

Em termos logísticos, as áreas de serviço das termas exigiam uma operação complexa, com grandes depósitos de lenha e pessoal de serviço. O funcionamento concreto era sempre condicionado a um indivíduo privado, ou seja, os frequentadores pagavam ao dono ou administrador das termas. E as mulheres pagavam mais. E aparentemente funcionavam em horários diferentes.

6.6. FÓRUM

Até 1964, apenas estruturas residenciais tinham sido escavadas em *Conimbriga*. O fórum só foi localizado e escavado pela primeira vez pela equipe luso-francesa, entre 1964 e 1971, que identificou as estruturas de uma grande monumento considerado de época flávia, sob o qual estavam os vestígios de construções pertencentes a uma fase anterior com um programa arquitetônico completamente diferente (CORREIA 2009a: 89-90). Localiza-se no

centro do espaço urbano augustano, do ponto de vista dos eixos de circulação, em uma área ligeiramente mais elevada.

A partir dos estudos realizados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne (1977), foram inicialmente estabelecidas duas fases construtivas do fórum: a primeira da época de Augusto, e a segunda, flaviana. Como veremos mais a frente, Anne Roth Congès (1987) contesta estas fases e propõe a existência de, na verdade, três fases; Vírgilio Hipólito Correia (2009a, especialmente, mas também 2009b e 2011b) apresenta uma hipótese alternativa, ainda pensando em três fases, mas sem contestar a datação do fórum flaviano.

FÓRUM AUGUSTANO

Para Virgílio H. Correia (2009a: 90-1), existe um fórum de modelo republicano sob o edifício monumental, datado da primeira implantação augustana, que permaneceria até o período cláudio-neroniano, agora com características completamente distintas. Mas as condições da sua evidência são de difícil reconstituição, criando debate na comunidade acadêmica (como CONGÈS 1987).

Na proposta de J. Alarcão e Étienne (1977), o fórum augustano respeitaria um urbanismo pré-romano de um bairro indígena. A fachada do templo se apoiaria em um criptopórtico e era acessada por uma escadaria e “facilita propositadamente as comunicações entre a praça do *forum* e o *habitat* da Idade do Ferro (sécs. II e I a.C.)” (ALARCÃO 1995: 26-8). Nesta fase, o fórum desempenharia as três funções clássicas: religiosa, político-jurídica e comercial.

O templo seria dedicado ao culto imperial, situado sobre uma cripta e um criptopórtico de fachada, que além de servir para nivelar o terreno também arremataria cenograficamente o lado norte da praça forense. Na basílica, acrescida de uma cúria interna, no lado leste da praça, se desenvolveriam as funções político-judiciárias. A basílica era reforçada a leste por oito contrafortes e possuía três naves de largura desigual estabelecidas por duas fileiras de seis colunas. No lado norte, antes da cúria, haveria um tribunal.

Já a cúria era anexa ao lado norte da basílica, com entrada independente voltada para a praça. Para Moutinho Alarcão, “a presença da cúria, no topo norte do edifício [basilical], causa estranheza, já que se destinava à reunião dos notáveis numa época em que, por definição, o *oppidum* ainda não entrara nos quadros da vida política romana” (1995: 28). Ou seja, seria muito mais lógico que a cúria surgisse com a elevação do *oppidum* a *municipium*.

Apesar de manifestar sua dúvida, não elabora outra proposta para a existência de uma cúria em fase tão precoce.

Na parte oeste do fórum há uma série de nove *tabernae* precedidas por um pórtico, “sugerindo a escavação que a primeira, a contar do lado meridional, vendia cerâmicas” (ALARCÃO 1995: 28). O pórtico continuava no lado sul da praça central, que era fechado por um muro onde se abria uma única porta no eixo do templo. Havia bases de monumentos honoríficos na praça (Figuras 5.21 a 5.23).

Figura 5.21. Fórum augustano de *Conimbriga*. A norte, o chamado “bairro indígena”.
Desenho de Luís Pascal e António Ventura (ALARCÃO 1995: 29).

Figura 5.22. Reconstituição em levitação do *forum* augustano de *Conimbriga*, na leitura de J. Alarcão e Étienne (1977) (imagem gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Figura 5.23. O “bairro indígena” (ALARCÃO 1995: 29).

O FÓRUM FLAVIANO

“O centro monumental flaviano é a expressão arquitectónica da evolução flaviana em Conimbriga” (ALARCÃO 1995: 30).

Em agradecimento à sua promoção a município pelo imperador Flávio Vespasiano (que, durante sua censura, concedera às Hispânicas o direito latino menor), o antigo fórum republicano de *Conimbriga* – com suas funções religiosa, jurídico-administrativas e econômicas – foi substituído por um fórum de tipo imperial, "voltado para a exaltação da majestade imperial e o triunfo do culto imperial" (J. ALARCÃO *et alii* 1994: 41). Isto teria significado a construção de um recinto novo totalmente fechado, como um único *témenos*,

com uma entrada monumental e com o templo do culto imperial em um nível mais elevado, ocupando todo o lado norte da praça.

Segundo Alarcão (1995: 30), desaparecem as casas indígenas e os monumentos augustanos, transformando-se em entulho, restando apenas a praça forense, “o espaço cívico por excelência”. Todo o setor monumental é, então, ampliado, tanto para o norte quanto para o sul, e o templo e sua praça formam, agora, o elemento essencial do fórum.

Havia dois tipos de material de construção principais em *Conimbriga*: um tufo calcário local, de textura irregular, mas adaptado ao corte de grandes blocos; e um calcário mais denso, encontrado em pedreiras a poucos quilômetros (na zona norte da atual aldeia de Condeixa-a-Velha). Os monumentos mais antigos são geralmente construídos em tufo, mas a maior parte do fórum flaviano utiliza o calcário mais denso, num *opus vittatum* de blocos de dimensão regular. Os capitéis, blocos para entablamento etc., que exigem um material de melhor qualidade, foram realizados com matéria-prima da região, embora as pedreiras não tenham sido localizadas. Também são utilizados materiais cerâmicos de construção na cobertura e em algumas colunas, construídas em tijolos e depois estucadas (CORREIA 2009a: 91-2).

Mas também foi utilizado material importado – mármore verde da Tessália, granito vermelho do Egito, mármore branco e raiado de negro da península e ardósia do Norte de Portugal – para a decoração e pavimentação do fórum.

“A dinâmica económica gerada pela construção, quer no sentido do dispêndio evergético, quer no sentido, economicamente de sentido oposto, de geração de dinâmicas locais próprias, foi indiscutivelmente um dos elementos importantes do impacto urbano do fórum de Conimbriga” (CORREIA 2009a: 92).

O fórum flaviano foi construído em dois níveis, o mais baixo formando a praça lajeada – com bases de estátuas honoríficas e inscrições – cercada em três lados por pórticos, flanqueados por um passeio descoberto com mesma largura, em nível mais elevado. Na parte norte se localiza a área do *témenos*, em um nível mais elevado, com a esplanada sendo enquadrada por pórticos em Π , fechado para o exterior e dotado de dupla colunata, no mesmo nível do pódio do templo. Este ficava em posição central na esplanada “e provavelmente foi dedicado a Marte Augusto, mas todo o espaço em si estava dedicado ao culto da família imperial no seu todo” (CORREIA 2010b) (Figuras 5.24 e 5.25).

“Assim, ao antigo *fórum* de tipo republicano sucedeu o *fórum* de tipo imperial que assegurava a exaltação da majestade imperial e o triunfo do seu culto. Com efeito, o monumento reduz-se ao templo e ao recinto sagrado, quer dizer, somente à função político-religiosa: aguarda-se que futuras

escavações descubram, noutro ponto da cidade, a basílica e a cúria do município flaviano” (ALARCÃO 1995: 32).

Figura 5.24. Planta do fórum “flaviano” de *Conimbriga* (seg. J. Alarcão e Étienne 1977). (CORREIA 2009a: 90, fig. 1).

Figura 5.25. *Conimbriga*, axiometria do setor monumental “flaviano” (J. ALARCÃO *et alii* 1994: 14)

Correia (2009a), a partir de J. Alarcão e R. Étienne (1977), mede o fórum em módulos, cada módulo medindo 10 pés romanos, ou 2,96 m (Figura 5.26). Desse modo, as dimensões são:

Comprimento total: 15,5 módulos (45,88 m);

Largura total: 8 módulos (23,68 m);

Comprimento da zona do templo: 7 módulos (20,72 m);

Comprimento da praça: 8,5 módulos (25,16 m); e

Altura do templo: 3 módulos (8,88 m).

Figura 5.26. Módulo arquitetônico (segundo J. Alarcão e Étienne, 1977 *apud* Correia 2003) (CORREIA 2009a: 94, fig. 3).

As áreas funcionais do fórum são o átrio foral, a praça, o templo e o criptopórtico.

Átrio foral

A entrada do fórum era por um arco quadrifronte no centro do lado sul, com pequenos templos laterais, e levando ao interior da praça. O templo do lado direito era, provavelmente, *in antis*. No lado esquerdo, havia um tanque quadrangular e o outro pequeno templo, elevado sobre três degraus.

“Uma destas pequenas construções deve ter sido dedicada ao Gênio de Conimbriga, pois nesta zona se encontrou a pequena árula de calcário portando essa dedicatória” (CORREIA 2009a: 93).

Praça

Três lados da praça do fórum eram rodeados por um pórtico, com dimensão inferior ao pórtico do templo. Construído na ordem coríntia, com as bases e os capitéis talhados em tufo e revestidas com estuque. O ritmo das colunas era repetido pelas pilastras quadradas da parede dos fundos e suportavam um teto de caixotões decorados com rosetas.

O piso do pórtico se estendia para além da área coberta e era utilizado, segundo Correia (2009a: 94) como espaço processional. Mas o uso principal do pórtico era como espaço de convivência e de negócios “em regime diuturno”.

A praça central teria mantido as mesmas dimensões da fase anterior. Era revestida com lajes de calcário e possuía várias bases de monumentos. No centro do extremo sul da praça, no eixo central, haveria um altar dedicado ao culto público. Sobre os monumentos honoríficos, sabemos apenas que eram de dois tipos (pelas plantas de suas bases): bases de estátuas ou de colunas comemorativas; e de planta em Π , para a colocação de conjuntos epigráficos (CORREIA 2009a: 94-5).

Templo

Um dos elementos pior conhecidos do fórum é o templo. Situado em uma cota mais alta, sofreu mais com a erosão da área. Comparando com outros templos forenses, seria “pseudo-períptero, com as paredes da cela decoradas por meias colunas adossadas, tendo tido provavelmente quatro colunas na fachada”. Possuía uma escadaria frontal ladeada por dois grandes blocos de construção, quadrangulares, e que talvez suportassem colunas (CORREIA 2009a: 95).

O templo era precedido por uma esplanada, cercado em três lados por um *porticus duplex* elevado que demarcava um amplo espaço sacro.

“A esplanada do templo era um instrumento muito importante na delimitação dos espaços do fórum e nos acessos entre eles, representava também uma forma de elevar visualmente o nível a partir do qual se desenvolvia a estrutura do pódio, evitando a demasiada visibilidade que este poderia ter (o que arruinaria o equilíbrio clássico das suas proporções). Mas a esplanada do templo corresponde também a uma das formas variadas através das quais na Lusitânia se desenvolveu uma forma específica de templo romano, cujo acesso não é nunca simples e axial, como na generalidade dos templos clássicos. Nesta região do Império preferiu-se sempre uma forma indirecta de acesso ao templo, fosse através de escadas laterais, transversais ao eixo do edifício ou, neste caso, através de níveis diferenciados, fisicamente separados, da construção” (CORREIA 2009a: 95-6).

Esta área do *témenos* era delimitada pelo criptopórtico, destacando e isolando-a, dificultando o acesso à esplanada do templo ao culto imperial.

Entre o templo e as paredes do criptopórtico havia um espaço de acesso vedado que aparentemente era coberto por um simples chão de terra batida, criando uma área de isolamento. Penso que a área também poderia abrigar um jardim, ou algum tipo de vegetação, ou árvore, associada ao culto, como encontramos em fóruns itálicos ou até mesmo no Fórum Romano.

O pórtico duplo que enquadrava a esplanada sacra assentava-se sobre um criptopórtico. Este era constituído por colunas de tijolos, estucadas, criando um deambulatório “onde se encontrava grande parte do aparato cénico e religioso do fórum, fragmentos de inscrições, de estatuária, objectos rituais [que] provêm da escavação do criptopórtico” (CORREIA 2009a: 96). O pavimento era em *opus sectile* em mármore branco e ardósia.

A elevação dos pórticos da esplanada sobre um pódio que os coloca no mesmo nível que a *pronaos* do próprio templo permite a este último aparecer como uma amplificação monumental desses pórticos. Esta fusão é vista, sob uma forma semelhante mas não análoga, no *Templum Pacis* de Roma, onde se observa a mesma correspondência entre o nível de circulação dos pórticos de enquadramento do templo e o do pódio deste” (GROS 2002: 168-9).

O que é interessante notar nas plantas e reconstruções do fórum “flaviano” é que, por mais difícil que se pudesse tornar o acesso à esplanada do templo, ainda assim havia acesso; já para o pórtico duplo, mais elevado, não encontrei nenhum acesso evidenciado.

Criptopórtico

Como acontece normalmente com os criptopórticos, é um dos vestígios mais importantes do fórum, uma vez que é a estrutura que melhor se conserva por estar enterrada ou semienterrada.

O fórum de *Conimbriga* possuiu duas versões de criptopórticos. Na sua primeira versão, de época augustana, possuía duas naves e era composto de uma só ala alongada, sobre a qual se abria uma sala quadrangular axial onde quatro pilastras determinavam três curtas naves. A cobertura era feita de uma rede de traves e vigas impermeabilizada por uma concretagem de britas e cacos de telha misturados à cal. “A planta inferior evoca a de uma

basílica com duas naves sobre a qual se abria uma cúria e uma *aedes Augusti* do tipo vitruviano” (GROS 2002: 118).

Com a remodelagem completa do fórum (na fase 3, segundo Roth Congès), foi construído um criptopórtico com três braços, com duas naves, em todo seu circuito do *porticus duplex* que enquadrava o templo. Tinha, portanto, um caráter especialmente decorativo, mas também poderia ter um utilitário, pois pode ter servido de armazém para os produtos distribuídos nas liturgias (CORREIA 2009a: 96).

“Ele servia de subestrutura dos pórticos do períbolo do templo que a partir de então ocupa o centro da *area*; as funções de suporte e de passagem subterrânea que eram ainda as do criptopórtico do início do Principado são substituídas por uma necessidade puramente arquitetônica, a da elevação do guarda-joias monumental da área sacra (Figura 5.27)” (Gros 2002: 118).

Suas colunas eram talhadas em tufo e o teto era de madeira. Correia não acredita que o criptopórtico era abobadado. O acesso ao criptopórtico era feito por pequenas portas (CORREIA 2009a: 96-7).

Figura 5.27. As plantas sobrepostas dos dois criptopórticos sucessivos de *Conimbriga*, segundo J.Cl. Golvin (Gros 2002: 118; fig. 123. Não diz qual obra de Golvin).

Ordem arquitetônica e decoração

Todo o fórum adotou a ordem coríntia. Quanto ao templo, seu alçado seria de 30 pés de altura (c. 18 m), as grandes colunas com quase 9 m e os capitéis, com pouco mais de 1 m. Bases, fustes e capitéis foram talhados em calcário local, como também o restante do entablamento. Não sabemos se o friso do templo era ou não esculpido. “Da cornija, recuperou-se na escavação um elemento que incluía uma gárgula em forma de cabeça de leão” (CORREIA 2009a: 97). Pelo menos o templo passou por uma importante fase de reparação.

“Assente sobre o criptopórtico, o pórtico do templo era o de menor escala e aquele em que a técnica de construção fez recurso às soluções mais económicas, sendo as colunas construídas com tijolos e posteriormente estucadas. Esta era uma técnica muito comum na cidade, sendo a solução dominante nas residências privadas” (CORREIA 2009a: 97).

As colunas assentavam-se sobre plintos quadrangulares e havia uma mureta de mármore na face voltada para a esplanada. O teto era de caixotões decorados com rosetas; o entablamento, de grande efeito plástico, tinha a arquitrave coroada por uma cornija saliente, assente em mísulas decoradas por um acanto e, na face inferior, rosetas (CORREIA 2009a: 97).

O pórtico da praça, que tinha maior frequência pública, era tecnicamente mais simples, mas de maior dimensão e número de colunas. Estas tinham bases áticas, talhadas em calcário local; fustes canelados, talhados em tufo, com tambores obrigatoriamente pouco espessos, e revestidos com argamassa e estuque (CORREIA 2009a: 97).

Os capitéis também eram de calcário local, bem esculpidos: “as folhas de acanto são esculpidas com grande ênfase plástica” (Figura 5.28). Os entablamentos eram, nesta zona do fórum, bastante simples.

Figura 5.28. Pormenor do capitel do pórtico da praça de fórum, MMC inv. 66.371 (@MMC) (CORREIA 2009a: 98, fig. 7).

Pelo pouco que sobreviveu, sabemos que as paredes externas do criptopórtico possuíam grandes painéis amarelos, divididos por faixas verde-água realçadas por filetes brancos. Estes painéis assentavam sobre um soco azul muito escuro. Essas pinturas foram sobre-rebocadas na fase de remodelação do fórum (CORREIA 2009a: 98).

Culto imperial no fórum de *Conimbriga*

Através da análise epigráfica, estão documentados, no fórum, o culto de Apolo Augusto (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 20), à *Pietas Augusti* (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 17), além dos Lares (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 10 e 12) e à *Fortuna* (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 4). Também há uma inscrição ao *Genio Conimbriga* (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 6), que Correia associa ao pequeno templo leste da porta do fórum.

Portanto, são manifestações associadas ao culto imperial, este ligado intimamente ao culto a Marte. A dedicatória mais antiga a Marte se perdeu, mas é mencionada por Hübner, e se refere a Marte Neto, ou seja, associado a um deus indígena, de nome *Neto* (*Fouilles de Conimbriga II*, nº 15; *CIL*, II, 365).

A inscrição dizia o seguinte:

(Deo Marti?) Neto (?) Valerius Avitus /M(arcus) Turranius Sulpici(anus) / de vico Baedoro / gentis Pinto(num/)

Tradução: “Para o deus Marte Neto, Valério Ávito [e] Marco Turrânio Sulpiciano oriundos do vico Baedoro do povo dos Píntones [oferecem]” (tradução da autora).

Turranii e *Valerii* são duas famílias dominantes na cidade ao longo do Alto Império; os *Valerii* provavelmente tinham origem libertina (CORREIA 2009b: 399). O *vicus* Baedoro pertenceria à *gens* dos Píntones ou Pintônicos (CORREIA; DE MAN 2010: 300-1).

“Sabemos que este [sic] cultos gentílicos foram importantes numa fase antiga de organização da civitas, sobretudo pelo facto de que as próprias estruturas gentilitárias eram importantes do ponto de vista social e político, mas também económico: a propriedade gentilitária desempenhava um papel muito significativo na estruturação das sociedades indígenas desta região, como demonstra a expropriação das propriedades comunitárias de Talabriga por Décimo Júnio Bruto em 136 a.C. (Apiano, Eber., 73); esta fórmula de propriedade comunitária parece ter sobrevivido plenamente dentro do período imperial, razão pela qual é possível que a identificação gentilitária dos habitantes de Conimbriga na época de Augusto, mais do que mera afirmação identitária, correspondesse de facto a uma declaração de facto da organização opidana na sequência da *contributio* de que a cidade deve ter beneficiado. É portanto possível que o *vicus* Baedoro mencionado na inscrição

fosse um *vicus* urbano, forma divisionária da cidade em época de urbanização embrionária, e não uma povoação dos arredores)” (CORREIA 2009a: 99).

Há, pelo menos, mais duas menções epigráficas ao culto de Marte Augusto em *Conimbriga*: *Fouilles de Conimbriga II*, nº 14 e 11 (respectivamente, Figuras 5.29 e 5.30).

Essas inscrições, localizadas no criptopórtico, provavelmente ficavam no pórtico duplo superior. Há uma separação ideológica entre sacro e profano também na colocação das inscrições. No pórtico duplo que cercava a *témenos* eram colocadas as inscrições imperiais e aos deuses; na praça abaixo, aberta, o aparato escultórico e epigráfico era dedicado aos magistrados locais (CORREIA 2009a: 99). O culto a Marte em *Conimbriga* é sobretudo um culto cívico – eminentemente político – e foral (CORREIA 2009b: 399).

Além do mais, a associação entre Marte, Fortuna e a família imperial é muito semelhante ao programa religioso augustano em Roma, especialmente no Fórum de Augusto. Apolo, por sua vez, era um elemento determinante da política augustana (como demonstra Paul ZANKER 1992).

Figura 5.29. Tarifa sacrificial com menção à área dedicada a Marte, MMC inv. 73.1 (@MMC) (CORREIA 2009a: 101; fig. 11).

Figura 5.30. Altar dedicado a *Mars Augustus*, MMC inv. A43 (@MMC) (CORREIA 2009a: 100; fig. 9).

Para Correia, o grande fórum “flaviano” era um grande *témenos* dedicado ao culto imperial, substituindo o fórum cívico anterior. “Esta emulação é, evidentemente, feita por intermediação da capital provincial, quer nos aspectos propriamente cultuais, quer nos aspectos urbanísticos mais gerais” (CORREIA 2009a: 100).

Além do fórum “flaviano” de *Conimbriga*, outras cidades provinciais ibéricas demonstram a influência do desenvolvimento do culto imperial nos santuários, especialmente nos provinciais com vocação centralizadora. Entre eles, os exemplos mais conhecidos são o de *Tarraco* (Tarragona) e o de *Munigua* (Mulva), na Bética.

Em *Tarraco*, capital da Tarraconense, o templo dominava o conjunto monumental instalado sobre o terraço mais elevado da cidade alta da atual Tarragona (que infelizmente deixou apenas poucos vestígios no local da atual catedral). “Sua posição pode ser restituída com alguma segurança: recuado com relação à esplanada e no eixo longitudinal desta, projetava uma poderosa colunata octostila que interrompia o pórtico da praça, criando uma verdadeira exaltação dos ritmos e dos volumes em uma ordenação em tudo comparável àquela do *Forum Pacis*” (GROS 2002: 170).

No santuário do *municipium Flavium Muniguense* (*Munigua*, Mulva), na Bética, perto de Sevilha, “a aquisição do direito latino parece ter desencadeado o desenvolvimento monumental dessa pequena cidade que se dota, no final do século I, de um verdadeiro santuário em terraço que foi recentemente relacionado, com razão, às composições laciais do final da República”. O edifício relativamente vasto (54,30 X 35,20m) ocupa o topo de uma colina que domina a cidade; o próprio templo se abria atrás de uma êxedra semicircular que constituía um tipo de *pronaos* avançada em semicírculo. Apesar de o templo ser dedicado a *Fortuna* e *Hercules*, ambos recebem o epíteto de “*Augustus/a*”, sendo o edifício utilizado para o culto imperial (GROS 2002: 170-1).

DEBATES SOBRE O FÓRUM FLAVIANO

Objeto de diversos debates, há controvérsias com relação às datações das diferentes fases do fórum, inclusive ao número de fases.

O complexo forense foi muito bem escavado por uma equipe luso-francesa e as pesquisas buscaram recuperar a dinâmica da ocupação desse espaço. O fórum considerado mais antigo por Jorge de Alarcão e Étienne (1977), augustano, possui uma configuração insólita. Para esses autores, havia uma regularidade urbanística, mas não como nas colônias

itálicas ou em *Emerita Augusta*. Provavelmente, isto teria a ver com o povoado indígena previamente existente. Nas Figuras 5.24 e 5.25, acima, vimos a estrutura mais recente, sendo que a mais antiga, considerada da época de Augusto (Figuras 5.21 e 5.22, mais acima ainda), se conservou apenas parcialmente: o templo no topo norte, dedicado aos cultos institucionais; associado a ele, uma área de criptopórticos; uma grande praça; *tabernae* no lado oeste; e, a leste, uma basílica com três naves associada a uma cúria.

A norte do fórum, nas Figuras 5.21 e 5.23, podemos perceber o complexo de construções designado “bairro indígena”, que justificaria o desalinhamento para oeste do templo em relação à praça. Toda a reconstrução desse fórum augustano foi feita a com elementos muito fragmentários, mas porque se lidava com uma arquitetura padronizada e erudita, foi possível propor a reconstituição do conjunto.

Em época flaviana, quando a cidade se torna um *municipium*, há uma grande alteração de todo o fórum. A área comercial desaparece (o que, de todo modo, é uma tendência da época) e o fórum se transforma completamente, seguindo o modelo de *Augusta Emerita* e de Évora. E desapareceu não apenas a dimensão econômica e comercial – as *tabernae* – como também a cúria e a basílica, passando a ser apenas um imenso complexo consagrado ao culto imperial.

Vale lembrar que a leitura de Étienne e J. Alarcão de todo esse processo de reconstrução e reconstituição das fases foi feita através de fragmentos. Essas duas reconstituições (Figura 5.31), entretanto, têm sido objeto de discussões nos últimos anos e atualmente se propõem três etapas para o fórum de *Conimbriga*, e não apenas duas.

Figura 5.31. Os dois *fora* de *Conimbriga*, na leitura de J. Alarcão e Étienne (1977) (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Anne Roth Congès (1987) propôs uma reinterpretação dos dados levantados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne, e acrescentou um dado novo: o fórum de *Aeminium* (Coimbra).

Segundo Roth Congès, a primeira etapa do fórum, de época augustana, não apresentava ainda a basílica com cúria associada, sendo que a verdadeira basílica pode ser identificada na parte norte do fórum, diante do templo (Figura 5.32). Não haveria cúria por não possuir o estatuto de *municipium*. Em época flaviana, *Conimbriga* recebe o estatuto municipal, surgindo, então, a cúria e a nova basílica (Figura 5.33). E o complexo dito flaviano é mais tardio, transformando todo o fórum em um complexo de culto imperial.

Figura 5.32. Fórum de *Conimbriga* no período augustano, a basílica de duas naves diante do templo (CARVALHO 1998: 193, planta 13, com modificações).

Figura 5.33. Fórum de *Conimbriga* no período flaviano, com o acréscimo da basílica e da cúria (CARVALHO 1998: 193, planta 13).

Um dos pontos mais controversos teria a ver com o suposto “bairro indígena”, que teria deslocado o templo para oriente. Não há, nas práticas romanas, esse suposto respeito a estruturas indígenas. Além do mais, se observarmos a imagem das escavações (Figura 5.34), podemos perceber claramente estruturas indígenas sob os pórticos e ao lado do templo, o que estabelece uma cronologia mais antiga que o fórum para o “bairro indígena”; sem falar que as estruturas existentes atrás do fórum são augustanas também. Então, não há qualquer elemento que indique um “respeito” às estruturas pré-existentes; muito pelo contrário.

A questão a ser colocada é como, na época Flávia, com a aquisição do estatuto municipal, desaparecem a cúria e a basílica? Se pensarmos em apenas dois momentos de transformação do fórum, teríamos um curto período de tempo, c. 50 anos, para as duas construções, com a completa destruição da primeira.

Roth Congès também acrescenta um elemento novo na sua argumentação: a comparação com o fórum de *Aeminium* (Coimbra). Ela faz um paralelo entre o Fórum Augustano e o Fórum Flávio (de J. Alarcão e Étienne), este um modelo conhecido em outras paragens. Do fórum romano de *Aeminium*, conservou-se a estrutura mais importante: criptopórtico. Para assentar o fórum em um terreno tão acidentado como Coimbra, foi necessária a construção de uma estrutura de grande dimensão, criando uma ampla plataforma plana: o criptopórtico, uma grande estrutura em abóbada com dois pisos. Ele é visível no subsolo do museu Machado de Castro, antigo Paço Episcopal.

Figura 5.34. Vista aérea das escavações na área do fórum de *Conimbriga* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

A investigação que conduziu à musealização do criptopórtico permitiu identificar – com algumas reservas – a estrutura do fórum, que continuou a ser utilizado ao longo do tempo: estrutura absidada, interpretada como um pequeno templo – *aedes* – no interior de uma basílica de duas naves que ocupa todo o lado norte do fórum. O lado sul é pouco conhecido (Figura 5.35).

Figura 5.35. Primeira fase do fórum de Aeminium (Coimbra) (CARVALHO 1998: 193, planta 14).

Comparando com a primeira fase do fórum de *Conimbriga*, excluídas a basílica e a cúria, encontramos basicamente a mesma estrutura. No topo norte do fórum de *Aeminium* há uma pequena *aedes* no interior de uma basílica de duas naves; uma ampla praça pública, não havendo dados suficientes para saber que mais poderia ter havido em torno a essa praça.

Na minha opinião, a proximidade cronológica entre a fase 1 augustana e a fase 2 flaviana do fórum de *Conimbriga*, segundo o modelo de J. Alarcão e Étienne, não é verossímil diante da grande transformação que o complexo sofreu. Além do mais, a necessidade de uma cúria só se torna real quando *Conimbriga* recebe o estatuto de *municipium*, no período flaviano, e não antes. E, por fim, não é de época flaviana, mas sim posterior, a construção de grandes complexos de culto imperial, retirando dos fóruns provinciais suas características políticas e comerciais e deixando apenas as religiosas.

Além do mais, o modelo de basílica apresentado no modelo de Roth Congès para a fase 1 augustana está muito mais de acordo com a descrição vitruviana do fórum de Fano, onde há um *aedes* em anexo construído no lado oposto à entrada, sendo este mais um elemento que reforçaria a hipótese de três fases.

Virgílio Hipólito Correia (2009b, 2011a) afirma que não há qualquer dado que possa refutar a cronologia flaviana do fórum imperial de *Conimbriga*. Entretanto, com relação ao fórum augustano, ele concorda que houve duas fases construtivas, como proposto por Roth

Congès. “O programa urbano flaviano é contemporâneo da concessão do direito latino às cidades hispânicas”, afirma, impossibilitando uma alteração da data de construção do fórum flaviano (CORREIA 2009b: 398-9). A interpretação mais adequada seria, então, um ponto mediano, pois “não é possível atribuir à época flaviana toda a edilícia pós-augustana de Conimbriga” (CORREIA 2011a).

Assim, em época claudiana (terceiro quartel do século I d.C.), foram feitos acréscimos ao fórum augustano – a basílica de três naves com tribunal e a cúria –, na mesma época em que *Conimbriga* assiste a um importante movimento de enriquecimento urbano, com a construção do anfiteatro, de um *horreum* e a renovação dos edifícios domésticos.

Dessa forma, houve uma primeira fase, com a construção do fórum republicano, com uma basílica de duas naves e o *aedes* no lado norte e, no lado oeste, *tabernae* com pórtico. Na segunda fase, do reinado de Cláudio ou no de Nero, foi acrescentada a basílica de três naves no lado leste, juntamente com a cúria a norte.

Na fase 1, o espaço sagrado do fórum foi rededicado ao *Divus Augustus*, o que significa, obviamente, que ocorreu depois de 14 d.C. A conclusão das obras se deu entre 20 e 15 a.C.

Na fase 2, entre 15 e 20 d.C., sob Tibério, implanta-se e promove o culto ao *Divus Augustus* (em Mérida, um templo foi dedicado a ele na mesma época), e se inicia o programa edilício e iconográfico cláudio-neroniano: é construída a basílica de três naves e a cúria, pois é necessário que o espaço do *aedes* se transforme no do culto imperial, separando o sagrado do profano (a primeira basílica era acoplada ao *aedes*).

“A remodelação do espaço foral corresponde portanto a uma readaptação a novas condições ideológicas e religiosas (aparentemente políticas), que implicam um redesenho do enquadramento arquitectónico e da inserção urbanística” (CORREIA 2011a).

POSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA DE UM SEGUNDO FÓRUM MUNICIPAL

Para Virgílio H. Correia (2009a: 92-3), com a construção do fórum flaviano, as construções não sacras do fórum anterior, e as suas finalidades, precisaram ser deslocadas para outro local, “o que se imagina que tenha sido um outro fórum, de uso estritamente municipal, cuja localização pode ser proposta com alguma exactidão”. Uma cidade como Conimbriga, um *municipim flavium*, não poderia prescindir das estruturas político-administrativas e

comerciais típicas das *urbes* romanas: a cúria, a basílica e o tribunal. Portanto, seria imperativo haver um outro fórum, além do imperial, na cidade (CORREIA 2009b: 399).

“Parece evidente que a cidade teve de criar, noutra zona do seu perímetro urbano, [...] uma outra área monumental que recebesse as funções administrativas, judiciárias e comerciais que foram exiladas do fórum central na sua exclusiva rededicação ao culto imperial” (CORREIA 2009b: 399).

Esse fórum municipal pós-flaviano estaria localizado no *vicus novus*, uma área “nova” com relação ao antigo *oppidum* e que se contrapunha a esta, o *vicus vetus*.

“A nossa proposta é de que a transferência se faz para um espaço regido pelo mesmo eixo principal [de circulação] e que, se não goza do privilégio da centralidade, tem ainda uma posição de excepção, na imediata vizinhança das residências de maior prestígio da cidade. Este espaço está localizado à margem da *via decumana*, numa insula previamente desocupada, de que apenas a margem faceira à via tinha, desde um primeiro momento, sido ocupada por um edifício comercial e artesanal” (CORREIA 2009b: 400).

Correia expõe evidências arqueológicas também (CORREIA 2009b: 401). Mas o mais fácil é localizar na planta a área escolhida pelo autor (Figura 5.36).

Figura 5.36. Conimbriga. Urbanismo post-flaviano. Assinalada a localização proposta para o fórum municipal pós-flaviano (CORREIA 2009b: 405, fig. 3).

Para Correia, o modelo pluri-foral não se limitou às capitais provinciais ou cidades especialmente favorecidas, como *Italica*. Podia, e ocorreria, em *municipia*, como *Conimbriga* (CORREIA 2009b: 401).

Com o advento do cristianismo, o fórum foi abandonado. Em ruínas, alguns séculos mais tarde, o local foi utilizado como cemitério. Posteriormente, o espaço foi utilizado como campo agrícola e as estruturas edilícias sobreviventes foram saqueadas para a utilização como material de construção, especialmente após o incêndio da vizinha Condeixa-a-Velha pelas tropas do general francês Massena (CORREIA 2009a: 90). Ou seja, o fórum de *Conimbriga* passou por todas as etapas comuns de destruição típicas de qualquer ruína romana, sem esquecer a etapa final, arqueológica, de escavação e musealização.

7. RECONSTRUÇÕES DE *CONIMBRIGA*

Como já foi dito, *Conimbriga* foi objeto de uma política de exaltação salazarista que até hoje mantém seus ecos. Os pseudo-estudos realizados ao longo do tempo só foram superados a partir da década de 1960, quando uma vultosa campanha de escavações e pesquisas evidenciou estruturas fundamentais.

Mantendo a fama de “maior sítio romano de Portugal”, as reconstituições, embora agora baseadas em dados arqueológicos, ainda demonstram uma tendência de exaltação, não apenas nas maquetes e reconstituições gráficas e em 3D, como também no próprio sítio. Na obra *L'Antiquité Retrouvée* (primeira edição de 2003), Jean-Claude Golvin ilustra apenas quatro sítios da Espanha e de Portugal (que são tratados como um único capítulo): Ampúrias, *Tarraco* (Tarragona) e *Augusta Emerita* (Mérida), na Espanha, e *Conimbriga*, em Portugal. Ou seja, duas capitais de províncias, uma cidade grega romanizada, no litoral, e *Conimbriga*, “uma cidade na extremidade ocidental do Império” (GOLVIN 2005: 148) (Figura 5.37 e 5.38).

Figura 5.37. Desenho reconstituindo o *municipium* de Conimbriga no século III d.C. (GOLVIN 2005: 146-7).

Figura 5.38. Desenho reconstituindo o *municipium* de Conimbriga no século III d.C.; detalhe (GOLVIN 2005: 146-7).

A reconstituição de *Conimbriga* apresentada abaixo (Figura 5.39) é a que Carlos Fabião (2013) considera eticamente correta, pois aquilo que está representado é apenas o que foi objeto de escavação. Estão em branco todas as áreas que não foram objeto de escavação. Mas, para o grande público, uma representação com espaços em branco pode causar um *horror vacui*, devendo ser preenchido de casas e outras estruturas representativas do espaço urbano, embora efetivamente, em termos reais, não se saiba o que havia.

Figura 5.39. *Conimbriga*: Reconstituição a partir da informação arqueológica (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

A reconstituição gráfica de *Conimbriga* abaixo (Figura 5.40) mostra a porta e apenas as estruturas efetivamente escavadas no sítio (o que não acontece com a maioria das reconstruções gráficas).

Figura 5.40. Reconstituição gráfica da porta alto-imperial de *Conimbriga* [Schattner, T.G.; Valdés Fernández, F. (eds.) *Puertas de ciudades. Tipo Arquitectónico y forma artística*. DAI/DPT : 2006]

Uma reconstituição como a Figura 5.41, abaixo, também é baseada apenas nas escavações arqueológicas, mas agrada ao público comum, pois mostra a escala humana inserida no contexto, os diferentes usos possíveis do espaço, sem especular sobre elementos dos quais não há informações. Mantém um alçado verossímil, facilitando a visualização, mas sem colocar telhados, ordens, decorações etc.

Figura 5.41. Planta axonométrica da *insula* do “vaso fático” (4ª fase) e da *insula* a norte das termas (1ª fase) (ALARCÃO 1995: 38-9).

Uma reconstituição muito conhecida e divulgada de *Conimbriga* é a maquete de seu fórum flaviano. Foi realizada baseada nas escavações franco-lusitanas, que é destaque na exposição do Museu Monográfico de *Conimbriga*, com uma sala destinada apenas a ela e os elementos arquitetônicos e decorativos oriundos da sua escavação (Figura 5.42).

Nas palavras de Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Jean-Claude Golvin (1994): “Ao produzir, com rigor científico e gosto, a maquete do centro monumental flaviano de *Conimbriga*, o Bureau d’architecture antique de Pau seguiu o trilho de uma tradição muito antiga” (1994: 5); a saber, a de edificar maquetes. Nas palavras do Dr. Carlos Fabião, “uma ideia estereotipada e cenográfica da cidade romana” (2013).

Figura 5.42. Maquete do fórum flaviano de Conimbriga (I. Doneux, acervo LARP 2012).

Mas a reconstituições não se limitam aos museus e livros, ou ao mundo virtual. São realizadas *in situ*, chamadas de conservação e musealização. Dependem não apenas da correta interpretação dos vestígios, como também da escolha de um momento cronológico que será congelado aos visitantes. Provavelmente muitas das estruturas montadas visam proteger e preservar os vestígios; mas muitas das intervenções podem impedir novos trabalhos de pesquisa. Foi o que vimos no item 2, “a situação do sítio arqueológico”. Abaixo, outros exemplos, agora depois das escavações da década de 1960 (Figuras 5.43 a 5.46).

Figura 5.43. Fórum flaviano de *Conimbriga* (I. Doneux, acervo LARP 2012).

Figura 5.44. Palestra das Termas Antoninas de *Conimbriga* (I. Doneux, acervo LARP 2012).

Figura 5.45. Palestra das Termas Antoninas de *Conimbriga* anexa à muralha (Vale dos Mouros) (I. Doneux, acervo LARP 2012).

Figura 5.46. *Atrium* da Casa dos Repuxos de *Conimbriga*
(I. Doneux, acervo LARP 2012).

COLONIA AUGUSTA EMERITA

Colonia Veterana, Capital da *Hispania Ulterior Lusitania*, *Conventus* e capital *conventual Emeritensis*

Município de Mérida, capital da Região Autónoma da Estremadura, Espanha

A *colonia veterana* foi fundada provavelmente em 25 a.C. (a data exata ainda é incerta) pelo legato Públio Carísio, como uma *colonia* para soldados veteranos italianos da *Legio V Alaudae* e da *Legio X Gemina*, que haviam servido na recém-terminada Guerra Cantábrica, em um local previamente habitado por um assentamento dos vetões, principalmente. Tornou-se capital da *Lusitania* no ano 15 a.C. Dentre os seus governadores estava o futuro imperador Otho (69 d.C.).

Entre os monumentos romanos, os mais evidentes são o teatro, o anfiteatro, o circo, aqueduto, arco, *villae* urbanas, pontes, necrópole e templo (COLLINS 1998: 185-199).

“Em consequência de longos séculos de negligência e relativa obscuridade em uma das partes da Espanha menos conhecidas, a pequena cidade de Mérida preservou muitos traços de uma das mais importantes cidades da Península nos períodos romano, visigodo e islâmico inicial” (COLLINS 1998: 185).

Há vestígios de assentamentos humanos nas colinas que circundam a cidade desde o período Paleolítico. No sítio onde se localiza a cidade, há um vazio populacional a partir do final do século VIII a.C., que permanece até a fundação de *Augusta Emerita* (MATEOS CRUZ, s/d).

“Era uma região pouco romanizada, em meio a vetões, túrdulos e lusitanos que ocupavam, desde então, o extremo ocidental da Península” (MATEOS CRUZ, s/d).

Por volta de meados do século VI a.C., entretanto, há vestígios de sítios protourbanos da Idade do Ferro Ocidental em locais de altitude. Porém não havia apenas assentamentos nas colinas, mas também na planície, como demonstra o sítio de El Palomar, um extenso povoado estabelecido sobre uma pequena elevação em um terreno plano, diferente dos assentamentos padrão para a Baixa Estremadura, normalmente estabelecidos em altitude, fechados, às margens do Guadiana (Medellín, Alcazaba de Badajoz, Cogolludo etc.); e com evidências de contatos com povos orientais (comum a todos os tipos de assentamentos) (JIMÉNEZ e DÁMASO 2001).

“Pensamos que o antigo eixo viário que unia Emerita com a zona meridional foi tomado como elemento fundamental na hora de estabelecer a grande centúriação ao sul da colônia emeritense, considerando-se a via como um *cardo*” (JIMÉNEZ e DÁMASO 2001: 341).

Mérida está estrategicamente localizada, controlando uma passagem sobre o rio Guadiana e a confluência de uma rede de estradas que ligavam *Olisipo* (Lisboa), *Asturia* (Astorga), *Toledum* (Toledo) e daí a *Caesaraugusta* (Zaragoza), *Corduba* (Córdoba) e *Hispalis* (Sevilha). Apesar de *Medellinium* ser o principal vau do Guadiana (e, exatamente por isso, um assentamento pré-romano importante), a construção da ponte em *Augusta Emerita* alterou os eixos viários, estabelecendo uma nova centralidade na região, tendo essa como principal entroncamento.

Há términos augustales em zonas muito distantes da colônia, o que indica um território extenso.

“O território dependente de *Augusta Emerita* tinha aproximadamente 20.000 km², dividido administrativamente em prefeituras. Esta grande extensão coincide em grande medida com a atual província de Badajoz (Extremadura), embora os limites sul e leste não deveriam ultrapassar as serras próximas à atual Zafra (Sierra de los Santos), *Iulipa-Zalamea de la Serena*, e a franja próxima a Val de Caballeros, limites com as províncias hispânicas da Bética e da Tarraconense, respectivamente” (MATEOS CRUZ, s/d).

A *colonia* foi tratada com generosidade na época júlio-claudiana, quando foram realizados grandes projetos urbanos que a tornaram um grande modelo e padrão durante todo o Império, como uma imagem de Roma (MATEOS CRUZ, s/d). Beneficiou-se do patronato de Agripa e floresceu econômica e culturalmente nos séculos imperiais. Sob a reorganização administrativa do início do século IV, Mérida tornou-se a residência do *Vicarius Hispaniarum*, o representante do Prefeito do Pretório Ocidental (que residia na Gália), responsável pela supervisão da administração civil de toda a Península.

A cidade também teve uma das primeiras comunidades cristãs da Espanha, e seus bispos metropolitanos tinham autoridade sobre a província da Lusitânia e, até o crescimento de Braga, no final do século VI, também sobre grande parte da Galícia. Na metade do século V, tornou-se o principal centro real do reino suevo (a partir de 442), até ser dominado pelos visigodos, em 456.

Figura 6.1. Planta esquemática de *Augusta Emerita* com as principais estruturas urbanas do interior do perímetro amuralhado e do *suburbium* (MATEOS CRUZ 2004: 29, fig. 11).

O *Suburbium* – a área vizinha ao rio Guadiana

Um novo projeto arqueológico em Mérida escavou a área ao longo da margem norte do Guadiana (entre a ponte romana e a Alcazaba), onde edifícios do governo regional foram desocupados, liberando o acesso às escavações. Foram encontrados vestígios de ocupação na Idade do Bronze, “mas a característica mais importante desse grande sítio é a evidência que proporciona para a história da cidade entre o início do império romano e o século XIII” (COLLINS 1998: 198).

Foi descoberta a linha da muralha romana ao longo do rio, assim como a estrada do início do império que corria paralela a ela. Entre as duas, há uma grande área residencial, inicialmente do mesmo período, mas que mostra sinais de ter sido reestruturada no século IV. As amplas residências do final do período romano foram divididas em várias pequenas unidades no período visigodo, demonstrados pela descoberta de pelo menos oito núcleos de cozimento no que era previamente uma única *villa* romana.

“A destruição deliberada da maioria dessas casas tem sido associada com o período islâmico inicial, após um intervalo de abandono, quando foram construídas novas residências no século IX. Nesta mesma época, está claro, como registram os historiadores árabes, as muralhas romanas da cidade foram deliberadamente afinadas, com trechos dela sendo demolidas, quase certamente na época da construção da Alcazaba, em 835. Esta muralha foi apressadamente reconstruída em um período posterior, provavelmente quando a ameaça da conquista castelhana cresceu, na época dos Almohads” (COLLINS 1998: 198).

As construções do início do período islâmico são facilmente identificadas com relação às romanas porque não seguem a planta urbana romana, com as casas sendo erguidas sobre o que anteriormente eram ruas.

Necrópole romana

Localizada na outra margem do Guadiana, possui uma série de grandes túmulos em forma de casa margeando a estrada que se dirige a Sevilha a partir da ponte. Apenas as fundações de sete túmulos foram escavadas, assim como alguns esqueletos e poucos bens funerários, no lado esquerdo da estrada (em 1961-2).

“Entretanto, dois exemplos virtualmente completos de tais sepulturas em forma de pequenas casas, nas quais as famílias podiam se reunir para realizar uma refeição cerimonial nos aniversários dos mortos enterrados ali, podem ser vistos nos monumentos denominados ‘Los colombarios’, a noroeste da Casa do Mitreu” (COLLINS 1998: 198).

Preservam os afrescos originais, do século I d.C.

Ponte sobre o *Anas flumen* (rio Guadiana)

Fundamental em época romana, a ponte romana sobre o Guadiana atualmente consiste em sessenta arcos, os últimos quatro na margem sul estando virtualmente invisíveis. Embora algumas vezes se diga que a ponte foi construída sob Trajano (98-117), não há consenso sobre isto, e uma data no período de Augusto (27 a.C. - 14 d.C.) é mais provável.

Uma inscrição registra um conserto realizado em 483 pelo Conde Salla e o bispo Zeno, sob o rei visigodo Eurico (466-84). Dois dos sessenta e quatro arcos foram deliberadamente destruídos em 1811 para impedir uma tentativa francesa de levantar o cerco de Badajoz, e não foram consertados até 1832 (Figura 6.2).

Figura 6.2. Ponte Romana sobre o Guadiana
(<http://www.nato.int/events/0110eapc/graphics/bridges/b-31.jpg>).

No lado oriental da ponte, quase na metade do rio, uma abertura leva à pequena ilha na qual a seção principal está ancorada, e ali alguns vestígios de construção romana podem ser vistos na sua margem.

“Isto costuma ser entendido como o sítio de uma pequena doca formando o porto fluvial da cidade. Entretanto, pesquisas recentes mostraram que o Guadiana não é navegável rio abaixo até sua foz no Atlântico, e é altamente improvável que qualquer comércio significativo ligado à cidade fosse via rio. O trabalho em pedra provavelmente era parte de um dique/barragem ao redor da ilha para prevenir sua erosão pelo rio” (COLLINS 1998: 187).

Aquedutos

Os aquedutos de Mérida são parte de um complexo sistema de distribuição de água por toda a cidade. Alguns dos canais subterrâneos podem ser vistos atualmente (como os adjacentes à Casa do Anfiteatro), e parte de um *castellum aquae* sobreviveu na Calle Calvario.

A norte da cidade, em campo aberto, estão as ruínas do aqueduto “Los Milagros”, do período de Augusto.

“Apenas uma pequena seção do aqueduto, consistindo de dez arcos, continua de pé, mas é muito impressionante no uso de uma arcada dupla e o intercalamento dos tijolos vermelhos nas fileiras de cantaria. Já foi até mesmo sugerido, não de forma muito convincente, que estas duas características foram deliberadamente copiadas pelos construtores da Grande Mesquita de Córdoba” (COLLINS 1998: 195).

Há outro aqueduto que fornecia água à cidade, de construção similar, agora denominado Acueducto de San Lázaro. Apenas uma pequena extensão foi preservada, além de ter perdido suas arcadas superiores.

Lago de Proserpina

A cerca de 4 km ao norte de Mérida há um lago artificial, chamado de “Lago de Proserpina”, que era a fonte da água levada à cidade pelo aqueduto de Los Milagros. A torre de água, ainda visível, reservava e regulava o fornecimento de água.

Muralha

A muralha da colônia é, em alguns trechos, de época augustana, mas há trechos dos séculos III e IV d.C. em que possuía torres e bastiões que seguiam formatos distintos.

“Os situados próximos ao rio Anas e na área do Anfiteatro são redondos e quadrados, datados de época augusta; já as torres encontradas nas ruas José Ramón Melida e Calvo Sotelo (na atual trama urbana da cidade de Mérida) e a que corresponderia a entrada principal da colônia, apresentam uma planta arredondada” (BORGES 2010: 99-100).

Teatro

O teatro romano de *Augusta Emerita* foi inaugurado no ano 16-15 a.C., doado por Marco Agripa, para comemorar a criação da província da *Lusitania*. Passou por sucessivas remodelações visando seu embelezamento ao longo do século I d.C. É considerado o melhor exemplo de seu tipo encontrado na Europa Ocidental e o mais importante da Península (Figura 6.3).

Figura 6.3. O teatro de *Augusta Emerita* (Mérida) e a *porticus post scaenam* (GROS 2002: 292 fig. 345).

Apesar de extensivamente restaurado, a inusual existência ao redor do sítio de grande parte das belas colunas de mármore, capitéis e revestimentos da *scaenae frons* permitiram que fosse reconstruído em grande escala. “Normalmente, um material de cantaria de tão boa qualidade era pilhado, a partir do período imperial tardio em diante, para reutilização em outros locais (cf. o estado presente dos teatros romanos em Segóbriga e Itália)” (COLLINS 1998: 187).

Uma inscrição, ao lado do palco, indica que o patrono original do teatro foi Agripa, mas o estilo de grande parte do entalhe na *scaenae frons* indica que uma grande restauração e renovação foram realizadas no século II, provavelmente sob os Antoninos. Há registro de outra grande renovação ocorrida em 333-5, no reinado de Constantino I. A arquibancada do teatro e o sistema de *vomitória* ou passagens que propiciavam acesso ao redor do perímetro e das fileiras de assentos também estão bem preservados.

Do outro lado da *scaenae frons* havia uma passagem colunada, ao redor de uma fonte ornamental central que foi recriada atualmente.

É considerado, por Pierre Gros, um teatro “clássico” e figura entre os melhor conservados ou conhecidos. Os teatros “clássicos – de Tarragona, Sagunto, Bilbilis, *Segobriga* e *Clunia*, na Tarraconense; de *Italica* e *Baelo Claudia*, na Bética; e o de Mérida (*Augusta Emerita*), na Lusitânia – pertencem a uma série que pode ser considerada como coerente, além das variantes devidas ao modo de implantação (adossamento da *cavea* ao relevo natural ou alicerces artificiais), às dimensões e aos arranjos internos. Quaisquer que sejam também as diferenças observáveis no detalhe de sua ornamentação, devido à distância cronológica separando os exemplares mais antigos dos mais recentes, pois essas construções se espalham em mais de dois séculos” (GROS 2002: 293-4).

Outros teatros lusitanos conhecidos são o de Lisboa (*Olisipo*) e o de Medellín (*Medellinium*), que podem ser considerados de mesmo estilo e contemporâneos, pelo menos na primeira fase.

Há uma relação estreita entre o desenvolvimento urbano e o teatro que demonstra a função social e política deste, que vai além de sua função como edifício de espetáculos. A presença de um grande teatro na capital provincial era fundamental dentro do sistema de romanização. Nele se reunia toda a população, urbana e rural, cidadãos ou não, peregrinos e estrangeiros, periodicamente, diante de imagens dos imperadores e dos deuses oficiais romanos, expostos na *scaenae frons*. Ali, todos ocupavam um lugar definido por sua posição na sociedade e participavam, eles mesmos, de uma apresentação à parte, mais sutil, das relações de poder dentro da sociedade municipal.

Para Pierre Gros, os teatros provinciais são tributários, com pequenas variações, tanto do Teatro de Pompeu quanto do de Marcelo. “A influência do grande complexo do Campo de Marte é sentida, sobretudo, no acréscimo ao edifício teatral ou à sua vizinhança imediata de monumentos que ampliam sua significação”: templos, *aedes*, estátuas e inscrições. “Quanto ao teatro de Mérida, ele foi dotado, ainda na época de Augusto, de um tipo de capela interna, consagrada aos filhos adotivos do *Princeps*, construído na parte baixa de sua *cavea*”. Eram difusores do culto dinástico e imperial, desde praticamente as suas implantações (GROS 2002: 295).

Assim, a implantação do teatro logo nos primeiros anos de fundação da *colônia* não podia ser mais do que esperada (Figuras 6.4 e 6.5).

Figura 6.4. Teatro de *Augusta Emerita* e estátuas imperiais da *scaenae frons*: *a*, (Cláudio?) Tipo Júpiter. *b* e *c*, Estátuas com couraça militar (Britânico e Nero?), época júlio-cláudia (Foto: MNAR, C. López) (DUPRÉ RAVENTÓS 2004: Lâmina IX).

Figura 6.5. Detalhe de uma coluna do pórtico do teatro de *Augusta Emerita* realizada em granito e com revestimento de estuque pintado, da época de Augusto (ARCE *et alii* 1997, fig. 8).

Anfiteatro

Em Mérida, o anfiteatro está localizado ao lado do teatro, o que não era usual. Juntamente com o circo, estas três estruturas formavam “o que era virtualmente um distrito

de entretenimento público da cidade” (COLLINS 1998: 189). O anfiteatro é outro bem preservado exemplo de seu tipo (Figura 6.6).

Figura 6.6. Posicionamento do teatro e do anfiteatro romanos de Mérida (Google Earth).

Foi construído em 8 a.C., como evidenciado por uma série de inscrições que se referem a Augusto em seu décimo primeiro consulado e décimo sexto ano de poder tribunício. A tribuna do presidente dos jogos pode ser vista no lado oriental, e possui um dos três exemplos sobreviventes dessas inscrições gravadas nela. As passagens ao redor e abaixo dos assentos estão muito bem preservadas. Das três seções da *cavea*, apenas a superior (a *summa cavea*) está em grande parte perdida. No centro do piso da arena um espaço retangular (com mais de 5 m de profundidade) formava a seção oculta na qual os animais e os homens que participariam dos espetáculos ficavam antes de aparecer.

Nas primeiras décadas do Império, não havia um modelo arquitetônico de anfiteatro, pois não havia, em Roma, um sistema definitivo e acabado. Havia, assim, diferentes sistemas de construção de anfiteatros no Império, que se desenvolveram segundo as características do terreno e os meios disponíveis aos dignitários (ou seja, a verba disponível). Havia anfiteatros escavados no solo natural, como o de *Lepcis Magna* (do reinado de Nero) e o de *Conimbriga*, parcialmente, mas que se tornaram cada vez mais raros; os que apoiavam em aterros artificiais sustentados por muros de arrimo periféricos em pedra, como

os de *Rusellae* e de *Veleia*; e os em que os aterros eram compartimentados por muros ou caixotões, como o de *Augusta Emerita*, entre outros.

Esses anfiteatros escavados no solo são majoritários até os anos 60 d.C., tanto na Itália como nas províncias ocidentais. Mas essa fórmula construtiva, que dependia das características físicas do local, limitava a dimensão da *cavea*, pois as arquibancadas não podiam ser muito altas, sob o risco de compressão ou deslizamento de terra. Ou seja, não permitia a monumentalização do anfiteatro (GROS 2002: 379-80).

O anfiteatro de Mérida (Figura 6.7) parece ter possuído, desde suas fases iniciais, bacias rasas destinadas às naumaquias, pois o aqueduto de alimentação e os esgotos de evacuação são facilmente identificáveis.

Figura 6.7. Anfiteatro de Mérida. Planta (1) e corte (2), por J.-Cl. Golvin (GROS 2002: 324; fig. 380).

Circus

Fica a leste do teatro e do anfiteatro e menos do seu trabalho em cantaria sobrevive com relação aos outros dois (Figuras 6.8 e 6.9).

“Escavações começaram em 1920 e culminaram em 1982, trazendo a luz grande parte dos suportes de pedra dos assentos ao longo do lado norte e do curvo lado leste. No limite oriental há um muro externo que circula, pelo lado de trás, os assentos, criando uma fachada para a estrutura, decorada com uma série de pilastras regularmente colocadas. É fácil ver o desenho da pista e sua *spina*” (COLLINS 1998: 197).

Internamente, a pista media 403 X 96,5 m e a estrutura deveria acomodar mais de 30.000 espectadores. “Este é um dos apenas três hipódromos⁹⁸ conhecidos da Espanha romana (os outros dois estando em Toledo e Tarragona)” (COLLINS 1998: 197). Há outro, em Portugal, em Miróbriga (Santiago do Cacém). Embora a inscrição mais antiga referindo aos jogos circenses em Mérida seja de 135 d.C., provavelmente o circo é do período júlio-cláudio. Foi extensivamente reformado no reinado de Constantino II (337-40), registrado em uma inscrição que está fragmentada em vinte e um pedaços (1,53 X 0,75 m).

“O nome de Constantino foi, entretanto, apagado dela, depois de sua morte na batalha com seu irmão Constancio (337-50), cujo próprio nome foi depois raspado quando foi destronado por Magnêncio (350-3). A inscrição torna claro que a restauração envolveu a criação de uma nova fachada para a parte externa do edifício, a reconstrução de toda ou parte dos *carceres* (baías de partida para as corridas) e a construção de um novo *euripus* (uma marca que circunda a parte externa da pista) para substituir uma anterior barreira entre os espectadores e as corridas” (COLLINS 1998: 197).

Figura 6.8. Fotografia aérea do *circus* romano de Mérida (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

⁹⁸ “Hipódromo” é o nome grego. Como visto no capítulo 3, há uma diferença fundamental entre os hipódromos e os circos romanos: o foco da atenção.

Figura 6.9. Planta do Circo de Mérida a partir de um documento do Museo Nacional de Arte Romano [MNAR] (Mérida) e J. Humphrey (GROS 2002: 352, fig. 409).

Foi estabelecido em um terreno plano, a c. de 400m a leste da muralha da cidade e sua *cavea* foi construída sobre estruturas artificiais, construídas em *opus caementicium* com arcos em pedra talhada. São as estruturas – no lado longo norte – melhor conservadas, “uma série de muros transversais delimitando estreitos espaços abobadados, regularmente interrompidos por corredores de acesso aos *vomitoria*”. O esquema adotado em Mérida (“as peças abobadadas são agrupadas em sequências de nove unidades em um comprimento de 36m”) foi aplicado também em Toledo, “prova que as soluções pontuais faziam escola, ao menos na escala provincial” (GROS 2002: 352).

No lado menor curvo foi evidenciado um grande muro, separado das subestruturas ritmadas por um corredor com cerca de 1,20m que formava a fachada do edifício e era animado por pilastras engajadas. “Ele delimitava, sem dúvida voltado para o interior, um estreito ambulacro, mas sua contemporaneidade com a parte interna do edifício não é segura”.

Domus do Anfiteatro

A *villa* do Anfiteatro recebeu este nome moderno por causa de sua localização, mas não há qualquer outra relação entre as duas estruturas. É a maior *villa* urbana encontrada na cidade e é notável pela sua coleção de mosaicos. Datada do final do século I d.C., sofreu um conserto no final do século II ou início do III. A *villa* possui, também, um complexo termal (com hipocaustos indicando o *caldarium* e banheiras de imersão). É possível ver, em toda a *villa*, vestígios do seu sistema de fornecimento de água (COLLINS 1998: 191-2)

“A *villa* deve ter sido abandonada no final do século III, possivelmente como o resultado de destruição. Ela se localiza fora da linha das muralhas então construídas, e a área foi subsequentemente utilizada como um cemitério” (COLLINS 1998: 192).

Há outras *villae* estudadas, como a Casa do Mitreu (o Mitreu, mesmo, nunca foi encontrado), do século I d.C., também com decoração em mosaico de grande qualidade, especialmente o do *triclinium*, “o soberbo mosaico cosmográfico que cobria o piso do *triclinium* (o cômodo é mantido fechado para preservá-lo). Embora tenha sofrido consideráveis danos, ainda é um dos mais belos mosaicos romanos encontrados na Europa Ocidental. Ele representa uma série de divindades celestes, terrestres e aquáticas em seus respectivos elementos, cada uma delas etiquetada claramente” (COLLINS 1998: 193), e é elaborado com extrema perícia, utilizando diminutas tésseras de ricas e diversas cores, especialmente azuis e dourados. “É claramente o trabalho de artesãos com mais do que uma habilidade provincial (*i.e.*, eles devem ter sido especialmente trazidos, possivelmente do Norte da África ou da Itália) e de patrões com consideráveis recursos financeiros” (COLLINS 1998: 193). Não há um consenso sobre sua data, mas é mais provável que seja do século III.

Há vestígios de canos de água, ligados ao Aqueduto de San Lázaro. E de um mausoléu de forma retangular, com tumbas no seu interior.

FÓRUNS

Logo após a instalação dos serviços essenciais, como o aqueduto, foram instalados os monumentos fundamentais à administração municipal e provincial, os fóruns.

O fórum municipal era dotado de pórtico “onde se pretendia refletir a grandeza da metrópole, tomando como exemplo o próprio fórum de Augusto, seu arquétipo” (MATEOS CRUZ, s/d).

No caso de Augusta Emerita, dada a importância da cidade do ponto de vista administrativo, foram edificadas dois fóruns, um municipal e o outro, Provincial, mas conectados entre si, criando em amplo espaço. O fórum municipal administrava o entorno urbano; o provincial constituía o coração administrativo de toda a Lusitania (Figura 6.10).

Figura 6.10. Plano da colônia facilitado pelo Consorcio de la Ciudad Monumental com a inserção das duas zonas identificadas como: 1) Forum Coloniae: A) Complexo do Templo de culto imperial, B) Recinto do hipotético Augusteum, C) Edifícios a oeste do Kardo maximus e 2) Forum Prouinciaie: A) Complexo do templo de Culto provincial, B) Zona de achados variados em relação com a anterior, segundo Álvarez-Nogales 2003, desenho de 2002 (NOGALES e ÁLVAREZ 2009: 239, fig. 2).

Fórum Municipal

O Fórum Municipal repete um esquema habitual nas cidades fundadas na época de Augusto. O denominado “Templo de Diana” – conservado graças a sua reutilização no palácio do Conde de los Corbos, no século XVI – pertencia a ele. “Grande parte da casa do século XVI foi recentemente demolida para liberar os vestígios do templo” (COLLINS 1998: 196) (Figura 6.11).

Figura 6.11. “Templo de Diana” (do culto imperial) (MATEOS CRUZ, s/d, Fig. 18).

A consagração a Diana não tem qualquer justificativa histórica, e foi apenas emprestado do nome do templo romano de Évora (que era o melhor exemplo de templo na Península Ibérica até a restauração do de Mérida).

“O templo permitiu o conhecimento de um dos mais importantes edifícios da arquitetura templária peninsular pelo seu estado de conservação e suas dimensões” (MATEOS CRUZ, s/d).

Nos escavações realizadas para sua restauração e conservação, foram descobertos tanques associados a ele (Figura 6.12).

Figura 6.12. *Forum Coloniae* de Mérida (em Álvarez-Nogales, 2003) (REIS 2009: 296, fig. 4).

O pódio está integralmente preservado, assim como muitos de seus elementos construtivos. Tudo leva a crer que era dedicado ao culto imperial, não funcionando, portanto, como capitólio. O templo é períterio hexastilo, com orientação norte-sul aproximada, construído integralmente em granito (oriundo das pedreiras próximas de El Barrocal e Cuarto de la Jara). Sua estrutura assemelha-se à do templo de Évora e de Barcelona, e a disposição do

frontão principal assemelha-se à do templo de César Divinizado, no Fórum Romano. Possui planta retangular: 31,80 m de comprimento (40,75 m, incluindo todo o pódio e as escadas) e 21,90 m de largura. O *podium* tem 3,23 m de altura, os lados maiores com 11 colunas. A *cella* foi transformada em dependências do palácio.

“O templo ocupava o centro de uma área sagrada, ajardinada, parte de cuja planta foi possível reconstituir. O espaço contava com dois tanques paralelos, alimentados por canaletas construídas em alvenaria, cobertas com *tegulae* no lado norte do *podium*. Ambos os tanques possuíam um pedestal de estátua e se podia entrar neles por uma escada lateral. O *podium*, que tem em sua rota uma pequena escada que salva o desnível entre os dois espaços, sofreu várias reformas. Uma delas incorporou uma estrutura, em forma de êxedra, possivelmente utilizada para suportar uma ara” (MATEOS CRUZ, s/d).

Apesar dos vários estudos, ainda não se definiram bem as funções do pórtico anexo ao templo. Deveria ser o limite oriental do fórum e abrigaria diversas construções dedicadas a funções cultuais. Os vestígios escavados permitem reconstituir um edifício porticado, composto por um muro de fechamento posterior, com ornamentos para abrigar estátuas, encontradas no local, e possui um ático sobre colunas decorado com cariátides e clipeos. É de época júlio-claudiana, relacionado ao momento de marmorização dos edifícios públicos emeritenses. Este edifício situava-se em uma galeria porticada com capitéis coríntios na fachada exterior, com grandes clipeos com Medusa e Júpiter Amôn, separados por cariátides (conservados no Museo Nacional de Arte Romano).

“Entre os materiais encontrados nas escavações destaca-se o grupo escultório de Enéas, Anquises e Ascânio, que representavam membros da família imperial, a do Genius Augusti (símbolo da divinização do imperador) e a do Gênio do Senado (representação do caráter divino do Senado romano). Graças a este conjunto escultórico se pode determinar a dedicação do templo ao Culto Imperial” (MATEOS CRUZ, s/d).

Não há referência mais clara a Roma, Augusto e a *gens Iulia* do que a de um conjunto escultório representando a fuga de Enéias de Tróia, carregando seu velho pai e guiando seu jovem filho. O conjunto é um dos principais temas encontrados no Fórum de Augusto, em Roma, estabelecendo um passado mítico heróico não apenas para Roma como também para Augusto (ZANKER 1992) (Figura 6.13 e 6.14).

Figura 6.13. Grupo escultórico de Enéas, época Cláudia, encontrado no Fórum Municipal e sua reconstituição: a) Estátua de Ascânio, b) Fragmento da estátua de Enéias e c) Fragmento da estátua de Anquises (Fotos: MNAR, C. López, segundo desenho de W. Trillmich e T. Nogales) (DUPRÉ RAVENTÓS 2004: 122, fig. 61).

Figura 6.14. Reconstrução hipotética de R. Mesa do ângulo escavado de uma praça porticada que repete a decoração arquitetônica e o programa estatutário do Fórum de Augusto em Roma (ARCE *et alii* 1997, fig. 7).

Fórum Provincial

Era delimitado por construções porticadas, das quais faz parte o conhecido “Arco de Trajano”, cuja interpretação correta seria da porta de acesso ao próprio fórum provincial. Pelos vestígios monumentais encontrados, haveria um segundo templo dedicado ao culto imperial, mas neste caso de âmbito provincial. Foi descoberto um pódio de granito correspondente a um templo revestido de lajes de mármore e de proporções monumentais.

A denominação de Arco de Trajano (Figura 6.15) é arbitrária, pois não há qualquer informação que possa levar a uma intervenção do dito imperador. A interpretação mais consensual é de que tenha sido erguido em meados do século I d.C. É inteiramente de granito e coberto de mármore (que se conservou sobre o pavimento da rua atual), é um arco de volta perfeita, o que lhe conferiu grande solidez. Suas dimensões atuais são de quase 14 m de altura e 5,70 m de largura, ocupando a luz do arco 8,67 m.

Figura 6.15. “Arco de Trajano”, no Fórum Provincial de *Augusta Emerita* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Considerado um dos templos mais magníficos da colônia de *Augusta Emerita* (MATEOS CRUZ: s/d), a localização e documentação do Templo de la calle Holguín ou da Concórdia, ajudou a confirmar a hipótese de que o Fórum Provincial se localizava na antiga Plaza de Santiago, hoje da Constituição. É um edifício do final da época augustana ou do início da tiberiana. O pódio do templo eleva-se a 3,10 m, com largura de 7,95 m e comprimento de 15,20 m. Parte dele se encontra sob os edifícios modernos (Figura 6.16). Era delimitado por um paramento de silhares bem enquadrados.

Por volta da metade do século d.C. têm início as obras de marmorização do Fórum Provincial, em época Cláudia, período de crescimento econômico em toda a *Hispania* romana.

Outro desses “fóruns provinciais” foi identificado em *Tarraco* (Tarragona), capital da Província Tarraconense, e funcionava para toda a Espanha Citerior. O de *Emerita Augusta* abarcava toda a Província da Lusitânia. Ambas as capitais provinciais receberam autorização imperial para estabelecer um local de culto em honra ao *Princeps* ou à deusa *Roma* a título de um *conventus* ou de um *koinom*, isto é, uma comunidade que agrupa os cidadãos de uma província.

Figura 6.16. Delimitação provável do Fórum Provincial na malha urbana de Mérida (MATEOS CRUZ: s/d, fig. 22).

EBORA LIBERALITAS IULIA

Conventus Pacensis

Évora, capital do Distrito de Évora, Alentejo

De Évora, *Liberalitas Iulia Ebora*, uma cidade construída de raiz, conhecemos o traçado do aqueduto romano (o atual é posterior, mas manteve o traçado), o edifício termal (sob a Câmara), o complexo forense com o teatro a sul. A estrutura mais conservada é o templo do fórum, com seus elementos *in situ*. O edifício construído utilizando as estruturas sobreviventes foi demolido no século XIX e serviu, como última utilização, como um açougue (Figura 7.1).

Figura 7.1. Templo romano de Évora, antes do restauro Cunha Rivára (1845) escavações (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

O restauro, em 1870-1871, foi financiado pelo Município, com o apoio de Augusto Filipe Simões e José Cinatti (Figura 7.2). Havia, no restauro, uma intenção cenográfica: inscrever uma elegante ruína na paisagem urbana.

Figura 7.2. Templo de Évora (I. Doneux; acervo LARP, 2012).

Permanece *in situ* a estrutura do pódio que elevava o espaço sagrado do templo, vários capitéis (Figura 7.3) e bases de mármore e os fustes das colunas, em granito. Uma estrutura que misturava mármore (as bases e os capitéis) e granito (os fustes) não criava, como alguns costumam dizer, uma estrutura de duas cores. Na verdade, as colunas eram revestidas com estuque (moldado ou não) e pintadas.

Figura 7.3. Capitel do templo de Évora (I. Doneux; acervo LARP, 2012).

O pódio possui estrutura de *opus caementicium* revestido por um paramento pétreo.

“É possível perceber claramente as diversas camadas de betão, mostrando que o enchimento era feito em diversos terraços sobrepostos (como se faz ainda hoje), sendo tudo coroado por um pavimento que escondia a estrutura de betão, e com paramento exterior pétreo com silhar de grande dimensão, especialmente nas quinas, que necessitam de maior reforça. O pódio era inteiramente rebicado com uma argamassa de *opus signinum*, isto é, uma argamassa de cal que utilizava como inertes cerâmica triturada; depois, a superfície era rebocada e pintada” (FABIÃO 2013b).

Theodor Hauschild (2009: 27-36) estuda o templo e o fórum romano de *Ebora Liberalitas Iulia* baseando-se nas intervenções arqueológicas realizadas pelo Instituto de Arqueologia Alemão (entre 1989 e 1995). Percebeu as várias fases de intervenções, sendo que a marmorização ocorreu em época flávia, mas abrangeu principalmente a praça forense. Para Hauschild, o complexo era dedicado ao culto imperial.

Descobriu-se que havia um tanque de água que envolvia o templo em três dos seus lados e a praça do recinto do templo era margeada por pórticos apoiados em criptopórtico (Figura 7.4).

Figura 7.4. Évora. Planta do Templo Romano com a restituição do tanque de água envolvente e do criptopórtico (Haushild 1994) (HAUSCHILD 2009: 29, fig. 1).

Hauschild (2009) apresenta três observações a respeito das construções do fórum. A primeira foi sobre a interpretação do muro estruturado por pilastras, situado a sul do templo.

“Os restos do muro estendem-se por 20 m de extensão no sul do templo, transversal ao eixo do mesmo, não deixando sítio para a suposta escada frontal de acesso” (HAUSCHILD 2009: 28). A argamassa utilizada é diferente da do pódio, sendo provavelmente mais recente, possivelmente da época da construção do tanque d’água que circunda o templo, cujas paredes são feitas com argamassa da mesma qualidade.

O tanque, encostado aos alicerces do templo, é posterior a ele. “Os tanques de água junto ao templo tinham, como muitas vezes é referido, além do efeito estético de espelho, uma importância na interpretação do culto”. Luni, na Itália, apresenta um exemplo idêntico e coetâneo, e é modelo a fonte do templo de *Venus Genetrix*, no Fórum de César (Roma) (HAUSCHILD 2009: 28).

O templo de Évora em si – com seu recinto e muro determinante no sul – assemelha-se ao de *Augusta Emerita* (Mérida). O muro situado diante do templo tinha uma função de separação e suporte entre o recinto do templo e a parte cívica do fórum, situada em um nível inferior. O mesmo acontece com o fórum de Mérida (Figura 7.5), que também é modelo para o templo períptero sobre pódio.

Figura 7.5. Mérida, Planta do Templo de “Diana” com o muro estruturado por pilastras diante do Templo (Álvarez-Nogales, 2003) (HAUSCHILD 2009: 29, fig. 2).

Numa fase posterior, foi acrescentada ao muro diante do templo de Mérida uma êxedra. Já o de Évora, em uma segunda fase, recebeu um revestimento com grandes placas de mármore, datado através de uma moeda de Cláudio dos anos 41-42 e também da cerâmica de época flávia.

Assim, a marmorização do fórum de Évora ocorreu entre 42 d.C. e a época flaviana, mais recentemente que a do teatro de Lisboa (época de Nero). Também os capitéis e as bases das colunas do templo são de mármore, de época anterior à flávia. Seguiu o esquema de fórum cercado com a sacralização do espaço central da cidade, ou seja, sendo a praça do fórum separada do recinto sagrado do templo.

Quanto ao contexto de inserção do templo no fórum, havia uma zona de fachada semelhante à organização do templo e do fórum colonial de Mérida. O acesso era por duas escadas laterais e, rodeando três lados do templo, havia um tanque de água. A área do *témenos* ao redor do templo também era cercada por um criptopórtico. E, ao norte, o pavimento da praça era formado por grandes lajes de mármore cimentadas. Essa marmorização do pavimento é muito posterior à construção do templo. Nas proximidades de *Ebora* há um imenso complexo de extração de mármore altamente explorado em época romana e a cidade muito provavelmente usufruía dessa exploração (FABIÃO 2013b).

A segunda observação de Hauschild diz respeito às zonas específicas na superfície conservada na praça do fórum. O mármore que cobria a praça era de cor branca e oriundo das pedreiras na região de Estremoz, como também os capitéis do templo.

Duas portas se abriam entre os pórticos, nos limites da mureta com pilastras (sendo que a na direção sul foi identificada arqueologicamente). Desse modo, projetando simetricamente, a largura da praça teria, na área diante do templo, 35,44 m, exatamente 1 *actus* romano, que são 120 pés (Figura 7.6). Os furos redondos no pavimento são de época islâmica ou medieval, indicando silos. Já as formas retangulares pertencem, possivelmente, a aprofundamentos para bases de inscrições ou estátuas (Figura 7.7).

Figura 7.6. Évora. Desenho de restituição do templo e do muro de separação entre a praça do fórum e o recinto do Templo (p. Fialho e L. M. Cotrim Mateus) (HAUSCHILD 2009: 31, fig. 3b).

Figura 7.7. O pavimento marmóreo do Fórum de *Ebora*, revelado durante os trabalhos de escavação alemães (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Foram encontrados fragmentos de esculturas, inscrições e capitéis no templo e na área ao redor. Um desses fragmentos escultóricos é uma mão segurando uma *pyxis*, encontrado junto ao templo. “Acontece que em várias cidades foram encontrados fragmentos de uma mão com *pyxis* que falam de uma certa uniformidade deste tipo escultórico nos foros da Lusitânia” (HAUSCHILD 2009: 31). Pelos fragmentos de mármore de época visigoda, o templo foi transformado em igreja cristã.

E a terceira observação é sobre os restos construtivos na parte sul do fórum, especialmente dos limites da praça. Foram encontradas sepulturas de época islâmica e medieval na região do fórum ligada ao atual Museu Arqueológico (a sudoeste), em várias camadas, algumas cravadas no próprio pavimento do fórum romano.

“A utilização desta zona como cemitério, limitado por um muro, dava uma constante subida do terreno de aproximadamente 1,50 m de altura sobre o nível do pavimento da praça romana. Podemos apreciar esta situação no lugar diante da porta norte da Sé, cujo umbral foi colocado no século XII, seguramente no mesmo nível da praça do foro e que é, hoje em dia, bastante abaixo em comparação ao nível da rua” (HAUSCHILD 2009: 32).

Neste local, está muito provavelmente o muro limite leste da praça forense (Figura 7.8). Toda a área do fórum era pavimentada com placas de mármore. Pode ter havido um criptopórtico no limite sul da praça. A extensão total norte-sul da praça forense é de 60,95 m, ou 2 *actus* romanos, o que dá à praça uma proporção de 1:2.

Supõe-se que a basílica estaria no lado sul da praça, a sul do atual Museu, baseado no achado de um grande capitel jônico (reutilizado numa sepultura medieval). E também se supõe a possibilidade da existência de pórticos laterais e uma série de edifícios ou salas, como a cúria, o *comitium* e *tabernae*, no lado oeste da praça, entre o recinto do templo até o museu.

Para Mantas (2009: 176-7), “o fórum de *Liberalitas Iulia Ebora* corresponde perfeitamente ao modelo que temos presente [em *Ammaia*]. [...] É evidente que, em termos gerais, se trata do mesmo tipo de planeamento, largamente divulgado no final do século I e inícios do século II”.

Figura 7.8. Évora. Planta da zona do Museu e da Sé (A. Gonçalves, 1997) (HAUSCHILD 2009: 33, fig. 5).

Com base em fotografias aéreas, Vasco Mantas (Mantas, V.G., 1986, p. 17-24⁹⁹) concluiu que a cidade tinha uma rede de ruas em forma ortogonal, como confirmam os edifícios das termas e também as casas junto a uma rua localizada debaixo da muralha de época tardia romana. O que também leva a crer que a cidade tinha uma extensão maior no Alto Império.

A muralha atual apresenta vários trechos de épocas distintas, islâmica e medieval, e algumas portas que, desde a antiguidade, estavam no traçado das vias que ligavam com *Augusta Emerita*, *Pax Iulia*, *Salacia* e *Scallabis*. Portas estas que eram, normalmente, o início das principais ruas da cidade, o que levou à identificação do *Decumanus Maximus*. “O foro encaixou, então, nesta malha urbana de ruas, encontrando-se, provavelmente, junto do *Cardo Maximus* e do *Decumanus Maximus*” (HAUSCHILD 2009: 35) (Figura 7.9).

As muralhas são, atualmente, consideradas “romano-árabes”, pois foram construídas nos séculos II e X, e chamadas de *Cerca Velha*.

⁹⁹ Hauschild não cita o artigo de Vasco Gil Mantas, apenas a referência da obra onde se encontra: *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa.

“As suas origens devem remontar ao século III/IV, mas grande parte da estrutura actual é o resultado de obras posteriores, como a reconstrução no início do século X, em plena época islâmica. O seu perímetro é de aproximadamente 1200 metros e abrange uma área de cerca de 10 ha. Era protegida por várias torres e teve quatro portas, dispostas segundo os eixos cardiais” (Câmara de Évora).

Figura 7.9. Évora. Colina da cidade com curvas de nível e situação do Fórum e da Muralha (Hauschild) (HAUSCHILD 2009: 34, fig. 7).

Luís Jorge Gonçalves e Panagiotis Sarantopoulos (2009: 37-45) tentaram reconstituir, através dos escassos vestígios materiais conhecidos oriundos do fórum de Évora (esculturas públicas e elementos arquitetónicos), o seu programa iconográfico. De especial interesse é o friso dórico com elementos iconográficos de bucrâneos descarnados, *paterae* e tríglifos alternados e os capitéis coríntios (Figura 7.10). Entre as estátuas, todas em mármore, os vestígios remetem a estátuas colossais no fórum ou até mesmo no templo (Figura 7.11).

Figura 7.10. Vestígios do programa decorativo e iconográfico do Fórum de *Ebora*. Decoração arquitetônica: friso, cornija, capitéis (a partir de GONÇALVES e SARANTOPOULOS 2009: 43).

Figura 7.11. Vestígios do programa decorativo e iconográfico do Fórum de *Ebora*. Estátuas (a partir de GONÇALVES e SARANTOPOULOS 2009: 43).

Quando estudamos os fóruns – romanos e provinciais – percebemos claramente a presença de elementos do programa de renovação cultural iniciado com Otaviano (Zanker, *Augusto y el poder de las imagines*, 1992: 123 ss.). O programa ideológico do principado de Augusto destacava a *pietas*, com reforma de templos, renovação e retomada de cultos; a *publica magnificentia*, a restauração, construção e embelezamento dos edifícios públicos; a adoção do estilo coríntio, especialmente para a arquitetura religiosa, transformando-se na ordem cívica da arquitetura sacra; a restauração da *virtus romana*, cujo símbolo foi a retomada das insígnias romanas dos partas, em 20 a.C.; e, por fim, leis de renovação moral (de 18 a.C.), concluindo o saneamento interior (este último ponto, segundo Zanker, teve um

efeito mais simbólico do que real, prático). Assim, nada se oporia ao início da Idade de Ouro.

Com Augusto, as imagens públicas dos fóruns passaram a ter uma carga política programada, com a promoção dos novos valores ideológicos imperiais. Foi traçada uma associação entre a *gens Iulia* e um passado heroico divinizado, a promoção do *Princeps* e de sua família a sua estreita associação ao próprio Império. Exaltou-se, também, a *Pax Romana*, mas sempre tendo em mente o poder de subjugar os inimigos através da força, a abundância e a glorificação do triunfo e da missão de domínio romana, que podia ser clemente com os que se submetiam, mas implacável com os que se revoltavam.

O Fórum de Augusto, a *Ara Pacis* e o templo de Apolo no Palatino são os maiores ícones, em Roma, dessa nova ideologia. Nas cidades provinciais do Império, os fóruns eram os espaços por excelência desse discurso, proferido através das imagens. As capitais provinciais, especialmente no início do Império, eram as principais difusoras dessa ideologia imperial augustana.

No fórum de Évora, a apologia à *Pax Romana* e a sua consequente prosperidade e a entronização do *Princeps* estão representadas pelo friso dórico: os bucrâneos são símbolos da *Pax Romana* augustana, mas uma *Pax* baseada na superioridade bélica romana; a entronização do *Princeps* aparece no torso heroico e nos membros superiores, semelhantes aos grupos escultóricos de togados e outros elementos de deuses.

A decoração arquitetônica – cornija com mísulas – segue os padrões metropolitanos e mesmo da capital provincial, embora com desenho mais simplificado e esquemático.

Segundo Gonçalves e Sarantopoulos, não foram encontradas, em Évora, a iconografia relativa à gênese mítica de Roma e à glorificação do triunfo e a humilhação dos vencidos, que estão presentes em *Augusta Emerita*.

Para os autores, os habitantes de Évora parecem ter investido no programa iconográfico que estava não apenas dentro de suas disponibilidades, como também que transmitiam a mensagem que lhes interessava, ou seja, mostrar sua adesão ao *Princeps*, à *Pax Romana* e à *Abundantia*, mas não à humilhação dos vencidos e a glorificação do triunfo.

E concluem:

“Este parece ser o modelo iconográfico de outras cidades da Lusitânia Ocidental, casos de *Conimbriga*, *Aeminium*, *Pax Iulia* e *Salacia*, onde os vestígios dos programas iconográficos nos fazem remeter para o mesmo tipo de discurso ideológico”.

Para Carlos Fabião:

“São, Évora e *Emerita Augusta*, dois modelos muito semelhantes (o de Mérida, obviamente, sendo maior) e também semelhantes na organização: pórtico, tanques d’água, além da linha da fachada e o pavimento da praça diante do templo. Podemos supor, portanto, que havia uma interação entre quem construía e planificava um e outro; são os mesmos agentes que estavam a atuar. Não podemos esquecer que os complexos forenses não eram áreas abertas, mas fechados e com portas de acesso” (FABIÃO 2013b).

BOBADELA, OLIVEIRA DO HOSPITAL

Conventus Scalabitanus

Concelho de Oliveira do Hospital, Província do Douro

Pouco é conhecido sobre o nome da cidade romana sob Bobadela além de *splendidissima civitas*. Mas duas inscrições (*CIL* II 397 e 401) informam ter sido *civitas* e *municipium*. Portanto, é uma cidade de fundação augustana que alcança o estatuto municipal na época júlio-cláudia ou na época flaviana (FRADE 2009: 53-4).

Os vestígios mais antigos datam da época de Augusto, e aparentemente foi uma fundação *ex novo*. São conhecidos, do fórum de Bobadela, alguns elementos arquitetónicos, um arco de entrada, inscrições e uma cabeça colossal (talvez de Domiciano); além de dois aquedutos (um vindo do norte e outro, do leste) e o anfiteatro.

FÓRUM

O bairro do fórum inclui o próprio fórum (cujo “Arco de Bobadela” era uma das entradas), o anfiteatro e uma *insula* a norte (Figura 8.1).

Figura 8.1. Localização e esquemática do Anfiteatro e do Fórum de Bobadela (FRADE 2009: 49, fig. 1).

Existe um templo no meio da praça, também com orientação norte-sul, com a fachada voltada para norte e encostado na parede sul (Figura 8.2A), cujas medidas são 20,70 m (70 pés) X 8,18 m (27,5 pés), “e foi certamente dedicado ao culto imperial. É um próstilo tetrástilo, de modelo vitruviano, em que o comprimento é o dobro da largura”. Possuía uma escadaria frontal com dez degraus (A1). A *pronaos* (A2) media 17 pés de comprimento e possuía colunas jônicas; a *cella* (A3) possuía 35 pés de comprimento. “Ela era suportada por um *podium* e poderá ter tido uma cripta” (FRADE 2009: 50).

Figura 8.2. Estruturas escavadas no Fórum de Bobadela (FRADE 2009: 51, fig. 2).

A basílica situava-se na parte Norte do fórum (8.2B), mas há poucos vestígios dos seus elementos constitutivos; deve ter existido ao menos uma colunata. Foi encontrada uma zona delimitada por tijoleiras (B*) onde foi encontrada uma ponta de lança de bronze, interpretada como uma oferenda fundacional. Também há vestígios de pedestais de estátua honorífica ou inscrição (8.2C e 8.2C').

A estrutura 8.2D, com 3,25 m de largura (11 pés) e 6,50 m de comprimento (22 pés), com orientação Leste-Oeste, foi interpretada como as fundações de um pequeno templo *in antis*, de modelo vitruviano. O templete possuía uma escadaria frontal com três ou quatro degraus que levava à pequena cela retangular. “Estamos perante os restos das fundações de um dos dois temples que *Cantio Modestus* mandou construir em honra de Vitória e do Génio do Município” (FRADE 2009: 50). Pelas informações epigráficas, haveria outro pequeno templo, no lado norte do D (Figura 8.3).

Figura 8.3. Proposta de reconstituição do Fórum de Bobadela (FRADE 2009: 52, fig. 3).

O fórum teria, portanto, três templos: o de culto imperial e dois menores, dedicados ao Gênio Municipal e a Vitória. O pórtico, no lado leste (8.2E e figura 8.3), com 8 m de largura (27 pés), teria dupla colonata, uma interior e outra na fachada voltada para a praça. A colonata interior assentava-se em pequenos núcleos de pedra unidos com argamassa leve, com 3,20 m de espaçamento; a linha externa de colunas foi construída sobre um muro contínuo. Haveria uma soleira neste muro, diante do arco de entrada, o arco de Bobadela (8.2G), construído com pedras almofadadas (FRADE 2009: 51-2).

Também foram encontradas estruturas que indicariam a existência de um possível templete, com 7,35 m X 6,30 m de largura, ou um *nymphaeum* (8.2F). A marcação 8.2I indica uma rua.

Não há informações cronológicas relativas às estruturas do fórum, reduzidas que estão à suas fundações, nem evidências de um fórum anterior a este nem a diferentes fases (FRADE 2009: 53).

A cabeça de mármore, encontrada perto do fórum, representa um imperador romano e pertenceria a uma estátua colossal, com mais de 3 m de altura. “Estava colocada no fórum e representava Tibério, Domiciano ou Galba”; para Frade, representa Domiciano, o último dos imperadores flávios, “pois ele é representado como um imperador *formosus*, com penteados elegantes e elaborados” (FRADE 2009: 53).

A partir da época Júlio-cláudia, o fórum passa por importantes obras cujo auge foi na época flaviana, quando também houve uma renovação urbana.

O Arco de Bobadela (Figura 8.4), porta de acesso ao Recinto do fórum, aparentemente terá resultado de um ato de evergetismo. Apresenta semelhanças com o de Mérida, “podendo mesmo pensar-se numa influência directa dos modelos oficiais da capital da Lusitânia” (FRADE 2009: 53). São arcos de “volta perfeita”, em que as partes se conservam no lugar apenas com o encaixe entre elas. Assim, o Arco de Bobadela esteve sempre de pé.

“O aparelho almofadado, existente no arco romano, é normalmente associado aos inícios do império, mas perdura pelo menos até Trajano. Foi utilizado nas paredes laterais do templete da ponte de Alcântara, datado de 104, e no aqueduto de Los Milagros, em Mérida, também da época de Trajano ou nos cunhais e contraforte construídos com pedras almofadadas nas Termas Romanas de S. Pedro do Sul” (FRADE 2009: 53).

Figura 8.4. Arco de Bobadela (Oliveira do Hospital) (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

A área ao redor do Arco de Bobadela também passou por um processo de musealização e valorização (Figura 8.5).

Figura 8.5. Aspecto atual do Fórum de Bobadela, depois dos trabalhos de valorização. Ao fundo, é possível ver os muros delimitadores do anfiteatro (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

ANFITEATRO

O anfiteatro, estabelecido no alinhamento viário ortogonal, foi construído no último quartel do século I (FRADE) ou inícios do século II (CORREIA 2010: 18). Deixou de ser utilizado nos finais do século IV (FRADE 2009: 48-50). Na ligação entre o fórum e o anfiteatro, fica claro que o primeiro é anterior à edificação do segundo (FABIÃO 2013). Do anfiteatro foi construído em pedra apenas o muro perimetral da arena; as bancadas eram de madeira. O investimento em estruturas desse tipo também era variável conforme a capacidade de cada cidade (Figura 8.6).

Figura 8.6. Aspecto atual, musealizado, do Anfiteatro de Bobadela (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

CIVITAS COBELCORUM

Conventus Emeritensis

Torre de Almofala, Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda

No alto de uma colina, há a estrutura de um templo romano, que até época moderna foi uma torre de vigia cuja base é o revestimento pétreo do pódio do templo. Não era um santuário rural, como se acreditava, pois foram identificadas estruturas pouco conservadas ao redor, e com inscrições, indicando que se tratava de uma *civitas*. Portanto, uma nova cidade romana (FABIÃO 2013). Porém, não há vestígios dessa ocupação nem sobreviveu como assentamento.

Foi uma fundação *ex novo*, em um pequeno planalto no cimo de uma colina, dominando um território limitado pelos rios Douro (a norte), Águeda (a leste), Côa (a oeste) e pela Serra da Marofa, a sul.

Há poucas informações sobre o fórum, cujo sítio foi ocupado até o século XIX. Não foram localizados os muros que o delimitavam, mas se conhece “o templo, o embasamento da colunata do pórtico, soleiras e a planta de diversos compartimentos que poderão ter pertencido à Basílica”. Tinha alinhamento simétrico ordenado no sentido Leste-Oeste (FRADE 2009: 54) (Figura 9.1).

O templo forense media 16,30 m de comprimento por 8,15 m de largura (55 X 27,5 pés romanos), era próstilo tetrástilo, de planta clássica, com *cella* retangular, o comprimento sendo o dobro da largura. Suas fundações foram realizadas sobre a base de xisto, que sofreu um rasgo para o nivelamento, e silhares regulares de granito. O pódio tinha 2,65 m de altura (9 pés) e suas paredes são de granito. Havia uma escadaria na fachada leste levando à *cella* (FRADE 2009: 55).

No lado leste do templo, a cerca de 22 m de distância, haveria um pórtico colunado com 4 m de largura; a localização da basílica seria a leste deste pórtico.

Figura 9.1. Estrutura do Fórum da *Civitas Cobelcorum* (FRADE 2009: 55, fig. 4).

Também foram encontradas duas aras na área do fórum e vários fragmentos de mármore esculpido. Uma das aras é dedicada a *Iupiter Optimus Maximus* pela *Civitas Cobelcorum* (século I d.C.) (Figura 9.2); a outra, dedicada a uma divindade não identificada, também do século I d.C.

Figura 9.2. Ara dedicada a *Iupiter Optimus Maximus* pela *Civitas Cobelcorum* (século I d.C.) (FRADE 2009: 66, lâm. 7.3).

Foram encontrados fragmentos de uma estátua feminina de grandes dimensões, com atributos de sacerdotisa (a mão segura uma *pyxis*).

Não foi possível atribuir uma cronologia precisa à fundação dessa cidade, mas, pela ara dedicada a Júpiter, pode ser uma fundação augustana (FRADE 2009: 56-7). O estatuto jurídico-político também é desconhecido; pode ter sido um *oppidum stipendiarium* (como a vizinha capital dos *Meidubrigenses*) mas não há referência a ele em Plínio, o Velho.

O modelo do templo é vitruviano, o que “leva-nos a pensar que neste local intervieram pessoas profundamente conhecedoras dos modelos urbanísticos e artísticos romanos” (FRADE 2009: 57). Ou seja, o exército romano (Figura 9.3).

Figura 9.3. Templo da *Civitas Cobelcorum* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Como *Centum Cellas*, era uma *civitas* que não era propriamente cidade, mas uma espécie de fórum regional, usado por uma população dispersa em um território, que não se concretiza em uma cidade efetiva.

*CIVITAS IGAEDITANORUM, CIVITAS *IGAEDUS*

Conventus Emeritensis

Idanha-a-Velha, Concelho de Idanha-a-Nova, Distrito de Castelo Branco

Os **Igaedus*, ou *Igaeditani*, no período pré-romano, habitavam um castro, estabelecido em uma colina visível no horizonte de Idanha-a-Velha (Figura 10.1).

Figura 10.1. Vista de Idanha-a-Velha. Ao fundo, no alto do monte, o local do castro dos **Igaedus/Igaeditani* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

A cidade romana fica a NE de *Augusta Emerita* e liga-se a ela pela Ponte de Alcântara. Conserva-se a infraestrutura do pódio do templo do fórum, transformado em torre. A cidade romana foi fundada de raiz no final da República e aglomerava a população circundante. Na Idade Média, Idanha-a-Velha foi uma das cabeças de ponte da expansão cristã para o mundo islâmico e pertenceu à Ordem Templária (FABIÃO 2013b) (Figura 10.2).

Figura 10.2. Ruínas do pódio do templo de Idanha-a-Velha sobre o qual foi construída a torre templária (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Sondagens recentes identificaram algumas estruturas; não muito esclarecedoras sobre as do fórum, foram úteis para a cronologia do sítio. A cidade romana é de época augustana, baseada numa inscrição de doação (Figura 10.3). É um documento oficial, uma doação benemerente de um dos colonos de *Augusta Emerita*, que ofereceu à comunidade um relógio público em 16 a.C. Portanto, demonstra a existência de um espaço público onde o relógio estaria, e relacionado a uma comunidade organizada em *civitas*. A menção aos cônsules em Roma demonstra tratar-se de uma inscrição oficial, onde o tempo é medido a partir de Roma, e a própria doação demonstra haver uma medição das horas do dia à maneira romana. “Tentou-se colocar essa comunidade nova a viver no ritmo romano. A doação é recebida por indivíduos que são os representantes dessa comunidade: quatro indivíduos como o modelo do *quattrumviri* romanos, mas onomasticamente indígenas. Portanto, organizada segundo o padrão romano e no ritmo romano” (FABIÃO 2013b).

Figura 10.3. Inscrição de Idanha-a-Velha celebrando a oferta de um *orarium* aos *Igaeditani*, em 16 a.C. (Museu Epigráfico de Idanha-a-Velha) (MANTAS 2009: 182, fig. 13).

Q. TALLIUS. SEX[ti] F[ilius]. PAPI[ria tribu]. AVGV[sta].
 ORARIVM. DONAVIT
 IGAIDITANIS. L[ibens]. A[nimo]. F[ecit]. PER. MAG[istros].
 TOUTONI[um]. ARCI. F[ilium]
 MALGEINI[um]. MANLI. F[ilium]
 CELTI[um]. ARANTONI. F[ilium]
 AMMINI[um]. ATI. F[ilium]
 L. DOMITIO. AENOBARBO
 P. CORNELIO. SCIPIONE. CO[nsulibus]

Tradução (Dr. Carlos Fabião):

Q. Iallius, filho de Sextus, da tribo Papíria, originário de Augusta Emerita, ofereceu um relógio aos Igaeditanus. Foi de livre e boa vontade que o fez, tendo recebido a doação os magistrados Toutonius, filho de Arcius, Malgeinius, filho de Manlius, Celtius, filho de Arantonius, e Amminus, filho de Atius, sendo cônsules (em Roma) L. Domitius Aenobarbus e P. Cornelius Scipione [corresponde ao ano de 16 a.C.].

Outra inscrição honorífica, de 4 d.C. (Figura 10.4), foi consagrada a Caio César, filho de Augusto, pela *civitas Igaeditanorum*, em 3-4 d.C. Ou seja, estão oferecendo ao filho do imperador logo após sua fundação, sendo uma participação direta por iniciativa da comunidade ao mundo romano. É o retorno no processo (FABIÃO 2013b). Também indica tratar-se de uma *civitas*, “o que nos leva a considerar que a cidade terá sido estabelecida como capital dos *Igaeditani*, pelos finais do século I a.C., no quadro da reorganização territorial da Lusitânia” (MANTAS 2009: 181).

Figura 10.4. Inscrição dedicada a Gaio César, príncipe da juventude, filho de Augusto (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Idanha-a-Velha é a cidade com melhor acervo epigráfico na Lusitânia, e são inscrições datadas com precisão que mostram uma evolução rápida da cidade.

FÓRUM

Não há vestígios de um fórum augustano. Se existisse, teria dimensões modestas (Figura 10.5).

Figura 10.5. Sondagens na área do *forum* da *Civitas Igaeditanorum* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

A aquisição do estatuto latino ocorreu no período flaviano e, nos inícios do século II, a cidade possui o estatuto municipal. O fórum monumental, então, deve ter sido construído entre a concessão do *ius Latii*, por Vespasiano, e a construção da Ponte de Alcântara (MANTAS 2009: 183).

O fórum foi erguido no topo de uma pequena elevação, ocupando um retângulo de 30 X 73 m, em dois planos distintos separados por um paredão, o plano mais elevado reservado ao templo, cujo pódio os templários utilizaram para construir a torre de menagem da sua fortaleza.

No lado oposto da praça, num plano ligeiramente inferior, no lado esquerdo, havia um templete, talvez havendo outro simétrico, ladeando a entrada do fórum (Figura 10.6). Seriam os templos de Marte e de Vênus, mencionados epigraficamente (modelo também encontrado em Bobadela).

Figura 10.6. A aldeia de Idanha-a-Velha em 1956 e a localização das ruínas do fórum: 1. Templo; 2. Templete (MANTAS 2009: 185, fig. 18).

Não foi possível identificar a basílica, o que indica uma semelhança com o fórum flaviano de *Conimbriga*, que foi transformado em um santuário ao culto imperial, “do qual se ausentaram *tabernae*, basílica e cúria” (MANTAS 2009: 185).

O pódio, com c. 2 m de altura, construído em robusta silharia granítica, tem o interior oco. O templo seria tetrástilo, pseudoperíptero ou próstilo, provavelmente de ordem coríntia, com estuque (Figura 10.7).

Figura 10.7. Planta das ruínas do templo principal do fórum da *Civitas Igaeditanorum* (MANTAS 2009: 187, fig. 21).

Segundo Mantas (2009: 186), era um *templum rostratum*, como o templo de *Venus Genetrix*, no Fórum Júlio, e do templo do fórum de *Clunia*, entre outros. “Atendendo à alteração do estatuto da *Civitas Igaeditanorum* no último quartel do século I, não hesitamos em situar a construção do templo nesse período” (MANTAS 2009: 187). O templo pode ter sido consagrado a Júpiter ou ao culto imperial, mas não é sabido.

Para Mantas, em época flávio-trajana houve a remodelação do fórum, na sequência da concessão do direito latino e do título municipal.

“Apesar dos significativos progressos que se verificaram [nas pesquisas arqueológicas nas cidades romanas da Lusitânia], e que uma multiplicidade de publicações, que vão do simples folheto até à imponente tese, ilustram, continuam a existir áreas de sombra, para não dizer mais, em relação a muitas cidades luso-romanas” (MANTAS 2009: 188).

A cidade também possui uma muralha e uma porta musealizada (Figuras 10.8 e 10.9).

Figura 10.8. Porta da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

Figura 10.9. Circuito das muralhas da *Civitas Igaeditanorum* (gentilmente cedida pelo Dr. Carlos Fabião).

CENTUM CELLAS

Lancia Oppidani (?), *Conventus Emeritensis*

Concelho de Belmonte, Distrito de Castelo Branco, região central de Portugal

Na sua tese de mestrado, Maria Helena Simões Frade estudou o monumento conhecido como “*Centum Cellas*”, em Belmonte, entendendo a estrutura como parte de uma *villa* romana (Figura 11.1).

“[Considero] *Centum Cellas* como sendo a parte melhor conservada da casa de um romano rico. Foi construída em meados do século I e remodelada e aumentada nos finais do século III/IV. [...] Dizer que a Torre era um templo, do tipo *Fanum*, pertencente a um fórum do século I não tem certamente paralelo no mundo romano. Um fórum em que o pórtico é construído apenas nos finais do século III parece-nos pouco credível. A capital dos *Lanciensis Oppidani* deverá ser procurada na Cova da Beira, mas não em *Centum Cellas*” (FRADE 2009: 48, nota 1).

Figura 11.1. *Centum Cellas*, edifício conservado (GUERRA e SCHATTNER 2009: 334, fig. 1).

Frade faz esta observação sobre *Centum Cellas* pois no mesmo colóquio sobre os fóruns da Lusitânia e na publicação posterior, Amílcar Guerra e Thomas Schattner (2009)

apresentam um artigo onde consideram que a torre de *Centum Cellas* foi um templo do fórum de *Lancia Oppidani*.

Para estes autores, a estrutura não era um edifício pertencente a uma *villa* romana. Através da análise das demais estruturas romanas existentes no sítio, os autores concluem que a torre foi o fórum de *Lancia Oppidana*, uma cidade citada por Ptolomeu. Mais que isto, os autores também incluem o fórum de *Lancia* na série de fóruns de cidades lusitanas, embora o templo em si não se assemelhe aos templos forenses lusitanos. Mas “claramente pertence ao tipo de ‘templos de galeria’, um tipo do que até agora não há nenhum exemplo na *Hispania* e cuja maior difusão se produz na Germânia, na Gália e na Britânia” (GUERRA e SCHATTNER 2009: 333) (Figura 11.2).

Figura 11.2. *Centum Cellas*. Reconstituição hipotética do templo com galeria (GUERRA e SCHATTNER 2009: 335, fig. 2).

O templo está integrado ao fórum, cujas bases das estruturas estão delimitadas no solo rochoso.

Para o Dr. Carlos Fabião (2013), o caso de *Centum Cellas* é o mesmo do fórum de *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala): um fórum utilizado como local de reunião cíclica para a população de um território, sem se tornar uma cidade permanente. Pierre Gros (2002), quando fala dos fóruns provinciais, descreve casos semelhantes, ou seja, estruturas

monumentais que funcionam como centros regionais, no caso de Gros, religiosos. Os de *Lancia* e *Civitas Cobelcorum* teriam uma função, também, político-administrativa.

“Há *civitas* que não eram propriamente cidades, mas uma espécie de fórum usado ciclicamente por uma população dispersa em um território, em que não se concretiza em uma cidade efetiva. Portanto, o universo das cidades romanas é mais complexo” (FABIÃO 2013).

Quanto ao tipo do templo, semelhante a um *fanum*, arquitetura desconhecida até o momento na *Lusitania*, não podemos descartar a hipótese da influência do principal agente difusor nas províncias romanas: o exército, formado por membros oriundos de diversas regiões. Nada impede que a arquitetura de *Centum Cellas* tenha sido inspirada em exemplos gauleses, trazidos à *Lusitania* por indivíduos oriundos dessa – ou de outra – região que conhecia o templo de galeria. É claro, são hipóteses que precisam de provas.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO *CORPUS DOCUMENTAL LUSITANIAE*

Pudemos observar que a falta de dados concretos para as cidades romanas da *Lusitania* é uma constante. *Augusta Emerita*, por exemplo, a capital provincial, tem muitos dados seguros sobre os edifícios lúdicos, dado seu excelente estado de conservação. Mas, excetuando o “Templo de Diana” e o “Arco de Trajano”, muito pouco sabemos sobre seus fóruns.

A utilização de expressões no condicional faz-se necessária quando a falta de dados arqueológicos tornam as incertezas e imprecisões mais comuns do que a certeza de um conhecimento baseado em fatos concretos e precisos.

Também notamos que as pesquisas tendem a priorizar as grandes estruturas, tanto públicas quanto privadas. Obviamente, são estruturas mais sólidas que tendem a deixar vestígios mais evidentes. Mas a arqueologia está num patamar técnico e teórico que não justifica mais os estudos voltados apenas para os grandes monumentos. O estudo de *Ammaia* demonstrou como a tecnologia aliada à arqueologia, numa perspectiva multidisciplinar, permitiu a realização de prospecções não invasivas que praticamente “revelaram” a cidade escondida. Ao mesmo tempo, o aprofundamento dos dados necessita da realização de escavações.

Mas onde estão as pessoas dentro dessas cidades? Afora *Augusta Emerita* e o fórum “flaviano” de *Conimbriga*, as cidades estudadas não eram exatamente as estruturas “cenográficas” que imaginamos. Ali viviam pessoas, de camadas sociais diferentes, que precisavam, no seu dia-a-dia, de comércio, oficinas, casas etc. Essas dimensões na *Lusitania* têm sido pouco estudadas. Mesmo a tese de Virgílio Hipólito Correia (2010a) sobre a arquitetura doméstica de *Conimbriga* obrigatoriamente privilegia as *domus*, pois são as estruturas mais escavadas. Nas palavras de Carlos Fabião (2013b), “uma cidade é um todo biológico, não setores desintegrados entre si”.

Conimbriga e *Ammaia* são sítios privilegiados, por se tratar de verdadeiras cidades romanas, com todas as estruturas urbanas características das cidades romanas provinciais, e que não são mais habitadas, possibilitando a realização de pesquisas arqueológicas teoricamente ilimitadas nos seus perímetros urbanos.

Por esses motivos, procurei colocar nas descrições de *Ammaia* e *Conimbriga* mais do que apenas as estruturas urbanas, mas também seus respectivos territórios. A primeira é privilegiada com relação às informações sobre o seu território e *suburbium*; para a segunda, pouca informação arqueológica está disponível. Isto faz com que uma análise comparativa se torne imprecisa e superficial, e o possível a ser realizado com as informações recolhidas já foi apresentado no próprio *Corpus* de cada uma delas.

Não podemos esquecer uma questão fundamental quando estudamos as cidades romanas. Grandes monumentos públicos não eram uma necessidade em Roma até esta iniciar sua expansão. Se no mundo grego clássico os cidadãos definiam uma cidade, com Roma a cidade define a si própria, estabelecendo política e religiosamente locais adequados para as diferentes atividades. Com Roma, a *dignitas* de um povo passa pela sua arquitetura pública (e também privada). Assim, uma cidade só era entendida como cidade se possuísse monumentais edifícios públicos, próprios de sua dignidade, isto é, na prática, de seu estatuto e condição econômica. O fórum e o seu capitólio – posteriormente o templo do culto imperial – era o complexo monumental que identificava a urbanização romana. “O fórum era o local onde o Estado e seus funcionários podiam exhibir seu poder e os cidadãos, sua distinção e status social” (ZANKER 2000: 35).

Além do mais, o tamanho e opulência arquitetônicos dos edifícios públicos são reflexos da *auctoritas* da cidade e do poder de suas elites, da sua estatura e do seu poder. Não convém esquecer isto quando deparamos com estruturas tão monumentais quanto as de *Augusta Emerita*, ou mesmo em *Conimbriga* e *Ammaia*, de proporções bem menores que a panóplia pública da capital provincial.

Uma questão que perpassou a pesquisa foi com relação à continuidade dos assentamentos urbanos após o período romano. Para Fabião (2013b), de modo geral, cidades que se formaram sobre assentamentos pré-romanos tiveram uma longevidade maior e, inclusive, uma importância duradoura, como Lisboa. As estabelecidas de raiz, tenderam a ser abandonadas ao longo do período visigodo, islâmico ou medieval.

Augusta Emerita, uma *colonia ex nihilo*, que nunca foi abandonada desde sua fundação até os dias atuais, seria um caso a parte. Sua importância e longevidade se deveu, principalmente, pela construção da ponte sobre o Guadiana, que alterou o esquema de circulação, tornando-se o elemento central da circulação norte-sul provincial. Antes de

Augusta Emerita, o assentamento mais importante da região era *Medellinium*, que se localizava exatamente no vau do Guadiana. *Emerita*, posteriormente, tornou-se sede episcopal, centro islâmico, ponto de retomada católica etc.

Com *Conimbriga*, aconteceu exatamente o oposto. Mesmo com a existência de um assentamento indígena no local – sobre o qual, aliás, muito pouco se sabe, inclusive sobre seu tamanho – e possível sede episcopal, perde sua importância no período visigodo, não apenas devido aos cercos e ataques “bárbaros” como pela perda de sua fonte de água. *Aeminium* acabou por se tornar o centro regional, apossando-se não apenas da Sé, como do nome.

Quanto às demais cidades do *Corpus*, *Ammaia* confirma a opinião de Carlos Fabião. *Ebora*, considerada uma cidade de raiz, manteve sua importância. Bobadela, que ao que tudo indica foi uma fundação de raiz, pois não demonstra evidências de um assentamento pré-romano, tornou-se uma pequena vila, mas como não sabemos a importância real da cidade quando romana, talvez tenha se mantido no mesmo patamar.

Quanto a *Lancia Oppidani* (*Centum Cellas*) e *Civitas Cobelcorum*, do qual pouco resta além dos seus templos forenses e algo de seus fóruns, tudo indica que eram fóruns “sem cidades”, utilizado como local de reunião cíclica para a população de um território, sem se tornar uma cidade permanente. Pierre Gros (2002), quando fala de “fóruns provinciais”, descreve casos semelhantes, ou seja, estruturas monumentais que funcionam como centros regionais; porém, no caso de Gros, são grandes centros religiosos do culto imperial (como em Tarragona e Mérida). E, nestes casos, as cidades eram imprescindíveis, cidades estas que eram, na verdade, capitais provinciais.

Os fóruns de *Lancia* e *Civitas Cobelcorum* teriam uma função, também, político-administrativa regional. Com o fim do Império, acaba sua razão de existir.

E há Idanha-a-Velha, uma pequena cidade rural nos dias de hoje, cuja antecedente romana surgiu do deslocamento do *oppidum* original dos *Igaeditani* para um local mais aprazível, em termos imperiais romanos. Na Idade Média, foi utilizada como uma das cabeças de ponte da expansão cristã para o mundo islâmico e pertenceu à Ordem Templária (FABIÃO 2013b), o que lhe conferiu uma importância estratégica mais perene.

Desse modo, através do *Corpus* apresentado, não podemos chegar a qualquer conclusão sobre os motivos de longevidade ou não de uma cidade romana da *Lusitania*.

Pelos dados levantados no *Corpus*, as cidades estudadas possuem basicamente um mesmo modelo urbano, que já aparecia nas cidades da Península Itálica. Quer sejam fundadas de raiz, quer estabelecidas a partir de um assentamento pré-existente, reproduzem sempre o mesmo modelo, as variações sendo poucas em comparação com as semelhanças, até onde os dados podem indicar. Possuem fóruns quadrangulares na interseção central dos seus dois principais eixos viários; quase sempre possuem muralhas (as exceções são, exatamente, *Centum Cellas* e *Civitas Cobelcorum*); sistema eficiente de abastecimento de água; vias pavimentadas; prédios públicos específicos além dos fóruns, como termas; e, em três casos, anfiteatros conhecidos e estudados, na medida do possível (*Augusta Emerita*, *Conimbriga* e Bobadela). Quanto à arquitetura privada, possuem ruas ladeadas por pórticos, *tabernae*, além, obviamente, das casas.

Nas novas fundações, a perfeita ortogonalidade demonstra interferência da agrimensura militar. *Ammaia*, *Augusta Emerita*, *Ebora* e Bobadela tinham seus espaços urbanos divididos ortogonalmente, segundo o eixo nascente-poente. O encarregado da fundação de *Augusta Emerita* foi um general de Augusto, sob ordens de Agripa.

Quanto às muralhas encontradas, existiam dois tipos: as simbólicas, como de *Ammaia* e a alto-imperial de *Conimbriga*, e as “funcionais”, isto é, que visavam uma defesa mais efetiva do espaço urbano, normalmente construídas no Baixo-Império, como a segunda muralha de *Conimbriga*. Quanto a Évora, não consegui estabelecer se havia uma muralha alto-imperial; e as estruturas existentes passaram por tantas transformações desde o século II ao X que é difícil identificar claramente como seriam as estruturas baixo-imperiais. O fato é que, pela quantidade de reforços por que esta passou, não tinha uma função apenas simbólica.

Assim, no Alto Império, os muros urbanos tinham sempre uma função simbólica de delimitação e ordenação do modo de se entrar e sair da cidade, incluídas neste contexto as suas portas (conforme vimos no capítulo 3). As portas eram consideradas como o principal emblema de uma cidade, representando a cidade em si. Nas imagens monetárias vemos frequentemente a representação de portas urbanas e do circuito de muralhas, como em moedas de *Augusta Emerita*. Além do mais, portas e muralhas também constituem uma importante limitação e controle de circulação, pois são instrumentos de fiscalização (“aduanas”). Porém, com algumas exceções, pouco sabemos das portas das cidades da *Lusitania*.

Conhecemos a porta augustana de *Conimbriga*, com três vãos e flanqueada por dois torreões, e a baixo-imperial, com passagem única; não eram monumentais, como várias outras também não o eram. *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha) também foi estudada e reconstituída uma de suas portas. E a porta sul de *Ammaia* foi desmontada do local original e reconstruída alhures. Uma das portas de *Augusta Emerita*, exatamente a que vem da ponte sobre o Guadiana, foi estudada a partir dos vestígios encontrados na muralha.

FÓRUNS

Nas cidades romanas lusitanas, o fórum era sempre construído no centro da cidade e ele **era** este centro, uma vez que nele se fixavam os edifícios da administração e a praça pública. Era o emblema do urbanismo romano, mesmo que muitas vezes apresentado concretamente de forma idealizada.

Os fóruns descritos no *Corpus* são sempre fechados, quer por pórticos, quer por algum de seus edifícios característicos, como a basílica, *tabernae* ou cúria.

O fórum “flaviano” de *Conimbriga*, transformado em monumento ao culto imperial, é o exemplo mais canônico de fórum fechado dedicado ao culto imperial. Seguem o mesmo modelo os dois fóruns de *Augusta Emerita*. Mas Pierre Gros – como é comum acontecer quando se estuda a *Lusitania* – coloca o fórum “flaviano” de *Conimbriga* como exemplo para os demais fóruns, uma atitude que ignora a capital provincial como o modelo mais provável.

O fórum provincial de *Augusta Emerita*, se for considerado um santuário provincial de culto imperial, não pode ser visto como um verdadeiro fórum, no sentido de abrigar as atividades político-administrativas provinciais. Ou seja, possui a forma de um “fórum” mas não suas funções, apenas uma delas, a religiosa (entretanto, os dados são muito escassos). Neste sentido, o mesmo pode ser dito sobre o fórum “flaviano” de *Conimbriga*, que parece uma *emulatio* da capital provincial. *Augusta Emerita*, como *colonia* e capital, era a que estabelecia para as demais cidades da *Lusitania* os modelos urbanos romanos – quer arquitetônicos, quer os sociais. E também estabelecia as instituições religiosas de culto imperial (evidenciado epigraficamente, com a presença de sacerdotes oriundos de diferentes cidades lusitanas em *Emerita*). Somente nas *coloniae* eram encontrados sacerdotes do culto a César, por exemplo (*flamines Divi Iulio*), pois deveriam seguir o modelo de Roma, imitando rituais e dias festivos.

Desse modo, o fórum “flaviano” de *Conimbriga* seria um santuário de culto imperial, sem todas as prerrogativas coloniais, mas com uma “bela aparência” condigna de sua importância para seus cidadãos. Quanto aos demais fóruns de *Conimbriga*, voltarei a eles posteriormente.

Já o de *Ebora* segue o modelo canônico de fórum tripartido, ou em bloco: um setor dedicado ao templo de culto imperial, cercado por pórticos e mais elevado, como um *témenos*; uma separação física entre esta parte sacra e a parte secular; e uma grande praça cercada por pórticos, possuindo uma basílica (cuja localização, neste caso, é incerta) e *tabernae*. A praça forense era preenchida por monumentos honoríficos, estátuas e inscrições.

A variação encontrada entre os fóruns diz respeito ao posicionamento da basílica, a presença de uma cúria, separada ou não da basílica, e a quantidade de *tabernae*. E, obviamente, as dimensões do monumento. Porém, como observamos no *Corpus*, faltam dados, desde sobre a planta até sobre a decoração.

A planta do fórum de *Ammaia* foi praticamente toda ela estabelecida através de prospecções não invasivas. É um fórum em bloco, tripartido, com a basílica de três naves posicionada no lado oposto ao templo, em posição axial, a mais comum a partir da metade do século I d.C. Algumas áreas do sítio relacionadas ao fórum foram efetivamente escavadas, mas os dados levantados são insuficientes para uma melhor definição de ordens, altura, entradas e decoração. Provavelmente tinha um tribunal em um dos lados mais estreitos.

A estrutura e planta do fórum de Bobadela são conhecidas apenas através de algumas sondagens. É do tipo fórum-bloco, mas sua planta quase quadrada não é comum para um fórum fechado, sendo normalmente mais usual uma relação entre comprimento e largura de 2:1. E não apenas sua forma, mas também sua relação entre comprimento e largura, pois era mais largo do que comprido. Nenhum outro fórum apresentou esta característica. Entrando no universo das especulações, suas dimensões relativamente modestas (56,20 m de largura por 45,30 m de comprimento) e sua forma talvez se relacionem com o fato de se tratar de um assentamento mais modesto. Entretanto, tem um anfiteatro, o que as demais cidades – excetuando *Augusta Emerita* e *Conimbriga* – não possuem.

Centum Cellas e *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala), como já mencionado, possuem praticamente apenas os seus fóruns, e as demais estruturas, além dos respectivos templos, são praticamente ignoradas.

Quanto a Idanha-a-Velha, a *Civitas Igaeditanorum*, a análise de seu fórum é a mais difícil de estabelecer. As estruturas recentemente identificadas não são muito esclarecedoras, apesar de úteis para a cronologia do sítio. Não foi possível determinar se possuía ou não um fórum do período augustano, embora epigraficamente seja possível determinar que possuísse um espaço público em 16 a.C. O fórum monumental pode ter sido edificado apenas no início do século II, entre a concessão do *ius Latii*, por Vespasiano, e a construção da Ponte de Alcântara. Medindo 30 X 73 m, é alongado, como a maioria dos fóruns, e com separação física entre as áreas sacra e secular, em níveis diferentes. Foi identificado um pequeno templo ao lado da entrada do fórum, estabelecendo um modelo semelhante ao fórum de Bobadela, neste aspecto. Para Vasco Mantas, o fato de a basílica não ter sido identificada indicaria uma semelhança com o fórum “flaviano” de *Conimbriga*, transformado em um santuário ao culto imperial (MANTAS 2009: 185). Pela planta disponível, é melhor que as descrições se atenham ao templo tetrástilo (pseudoperíptero ou próstilo, possivelmente de ordem coríntia) sobre pódio.

Por falta de dados, não é possível determinar se havia *tribunalia* nas basílicas lusitanas. Talvez na de *Ammaia*. O mesmo acontece com as cúrias. Se estas eram o principal elemento constitutivo de um *municipium*, onde estão as cúrias dos fóruns lusitanos? Mais ainda: como entender a construção do fórum “flaviano” em *Conimbriga* como resultado de sua elevação a *municipium* e eliminar, no processo, a estrutura mais representativa de sua municipalização? Se houve outro fórum em *Conimbriga*, municipal, como sugere Virgílio Correia (2009b), como o município teve capacidade econômica e estrutural para, em tão pouco tempo, edificar dois fóruns, sendo um deles de tão grandes dimensões?

Cúria, como elemento independente, só encontrei no fórum “augustano” de *Conimbriga*.

FÓRUNS DE CONIMBRIGA

Então, finalmente, voltamos aos fóruns de *Conimbriga*. Como vimos na descrição apresentada no *Corpus*, havia, inicialmente, um debate sobre as fases de construção, basicamente resolvido e estabelecido como três. Mas não há um acordo sobre a cronologia de cada uma delas. Para Virgílio Hipólito Correia (2000a, 2009b e 2011a), não há qualquer dúvida sobre a cronologia flávia do terceiro programa de monumentalização do fórum – agora apenas sacro – de *Conimbriga*, estabelecida por José de Alarcão e Robert Étienne.

Já Anne Roth Congès (1987), a primeira a levantar a polêmica, reavaliando as plantas e dados das escavações, e realizando um trabalho comparativo, conclui que:

“Em definitivo, são três estágios e *não* dois que é preciso reconhecer para o fórum de *Conimbriga*: um estágio augustano com basílica de duas naves e *aedes Augusti*, e lojas; um provavelmente flaviano com templo do culto imperial e seu peribolo, basílica com três naves e lojas; um estágio tardio ao longo do qual, basílica e lojas sendo destruídas, uma restauração desajeitada as substitui por um pórtico em II, definindo com o peribolo do templo uma *area sacra* fechada que sem dúvida não é mais um fórum” (CONGÈS 1987: 711).

Portanto, a primeira fase é de época augustana, com uma primeira basílica de duas naves no lado norte associada a um *aedes Augusti*, e *tabernae* no lado oeste. Na segunda fase, esta sim flaviana, o lado norte (onde estava a primeira basílica) foi transformado em um verdadeiro santuário do culto imperial, cercado por pórticos apoiados sobre um criptopórtico. Portanto, é neste segundo estágio que acontece a mudança de todo o lado norte do fórum. Faz parte desta segunda fase a construção de uma nova basílica de três naves e uma cúria a norte dela, ambos os edifícios no lado longo leste; as *tabernae* permanecem.

E a terceira e última fase, esta de data incerta – pois a estratigrafia não permitiu estabelecer uma cronologia – conserva da precedente apenas o santuário, no lado norte, transformando todo o complexo em um santuário, deixando de ser visto como um fórum. Através da análise dos escassos elementos arquitetônicos (mais especificamente, um capitel coríntio), Roth Congès estabelece um *limite ante quem* no início do século II.

A proposta da estrutura da fase 1 para a basílica associada ao *aedes* muito se assemelha à descrita por Vitrúvio para a basílica de Fano (nunca encontrada). E acrescento que se parece com o santuário da época de Vespasiano (73 d.C.) encontrado em Brescia (Itália), dedicado a Júpiter.

Para Pierre Gros, o santuário de Brescia foi fruto do evergetismo imperial, “onde se observa a mesma correspondência entre o nível de circulação dos pórticos de enquadramento do templo e do pórtico deste”, e se assemelha ao templo augustano de *Conimbriga* (GROS 2002: 168-9).

Mas, em minha opinião, *a semelhança não está no templo, e sim no esquema da estrutura sacra, basílica de duas naves com a inserção da pronaos do templo nos pórticos!* (O templo é totalmente diferente: possui três *cellae*, por exemplo). Esta é exatamente a versão encontrada no fórum de *Conimbriga*, mas na fase 1 proposta por Congès.

É, portanto, uma questão em aberto. A fase 2 de Congès acrescenta a transformação da área sacra, que Virgílio Correia considera da fase 3.

O que proponho, para além das transformações da área sacra verificadas arqueologicamente, é que realmente foram três as fases, a segunda relacionada à aquisição do estatuto de *municipium*, quando então, e só então, foram edificadas a basílica de três naves e a cúria. Com grande probabilidade, a “*porticus duplex*” da fase 1 era uma basílica com a *pronaos* do templo inserida nela. Como afirmou Paul Zanker, a basílica é o mais tipicamente romano dos edifícios forenses, essencial em qualquer cidade tida como romana. E, como afirma Welch, não há *municipium* sem *curia*, esta tendo aparecido, em *Conimbriga*, juntamente com a elevação de estatuto.

O próprio Pierre Gros afirma que o esquema de transposição dos pórticos pela varanda do templo é considerado um esquema imposto pela liturgia dos cultos imperiais.

Quanto à datação da fase 3, até o momento só podemos especular. Talvez seja do período de Adriano (117-138 d.C.), que tanto investiu na arquitetura provincial. Ou do período severiano (180-235), quando há um “renascimento” da decoração flaviana nas províncias ocidentais. Em 212 há a *Constitutio Antoniniana*, a extensão do direito de cidadania a todas as províncias, uma excelente ocasião para se estabelecer um grande santuário de culto imperial. Mas, como disse, são apenas especulações. Sem pesquisas e, sobretudo, sem dados arqueológicos, a questão não pode avançar.

EDIFÍCIOS LÚDICOS

As variações encontradas na localização dos edifícios lúdicos têm a ver, no mundo romano, com o fato de não serem projetados de raiz e às grandes dimensões dessas estruturas. Porém, no caso de *Augusta Emerita*, parece ter ocorrido exatamente o contrário, pois estão simetricamente alinhados e integrados à malha urbana.

Para a *Lusitana*, há uma excepcional ausência de edifícios lúdicos. Em *Augusta Emerita* há os três tipos – teatro, anfiteatro e circo – muito bem conservados. Dada a importância deles no programa de romanização (já mencionado), não há nada de excepcional na precocidade de suas edificações na *colonia emeritense*.

O núcleo fundacional de *Augusta Emerita*, é claro, foi sendo transformado. O teatro “atual”, por exemplo, não é o primitivo. A cidade, obviamente, tem uma dinâmica própria e nem sempre se consegue reconhecer o núcleo fundacional original.

Em *Conimbriga*, o anfiteatro “provavelmente” é flaviano, mas não há muitos dados. E é um edifício localizado dentro da linha de muros alto-imperiais.

Em Miróbriga (Santiago do Cacém, Algarve) há um circo, assim como foi identificado outro na malha urbana de Lisboa (*Olisipo*), onde hoje se encontra a praça do Rossio.

Uma última questão diz respeito aos materiais de construção. Apesar de existir um costume generalizado em buscar o suposto momento de marmorização urbana, como uma fase em que os monumentos públicos passam por um processo de embelezamento, isto é apenas parcialmente válido para a *Lusitania*. Apenas onde existem jazidas marmóreas próximas é que se percebe uma marmorização, e apenas em alguns monumentos ou em partes deles. Isto ficou evidenciado em *Ebora*, que está próxima a uma jazida de mármore, e em *Augusta Emerita*, por seu status na *Lusitania*.

Mas o mais usual é a utilização do granito local estucado. Os lusitanos tinham grande habilidade e perícia no trabalho em granito, uma tradição que vem de períodos muito anteriores aos romanos. São demonstrações dessa arte, por exemplo, as esculturas dos guerreiros castrejos, mencionadas no capítulo 1, como também capitéis coríntios lavrados em granito cuja elegância exige uma longa tradição na arte escultórica (em *Conimbriga*, Figura 5.28; Braga, Figura 12.1), ou outros ornamentos, como vimos em *Ebora* (Figura 7.10).

Figura 12.1. Capitel coríntio encontrado em Bracara Augusta, demonstrando a perícia do trabalho escultórico das populações que habitavam a região noroeste, que incluía o norte da *Lusitania* (gentilmente cedida pela Dra. Helena Carvalho).

CONCLUSÃO

A análise do *Corpus Documental* foi realizada tendo em vista apresentar as principais conclusões a que cheguei neste trabalho. Dessa forma, esta conclusão pretende apenas apresentar algumas observações finais sobre a pesquisa, especialmente as trabalhadas nos demais capítulos.

Pelos dados levantados e analisados, podemos chegar a duas conclusões principais: faltam dados e, por causa disto, as pesquisas precisam priorizar o levantamento desses dados. Qualquer análise realizada tende a ser temporária e incompleta, no mínimo.

A melhor forma de sanar estas deficiências é a realização de pesquisas mais aprofundadas em espaços mais restritos. Nesse ponto, a presente pesquisa demonstrou ser um grande aprendizado.

Apenas para apresentar mais um pequeno exemplo da escassez de dados para a *Lusitania*, forneço uma tabela elaborada por Ramallo Asensio (com algumas pequenas alterações). Das 21 cidades pesquisadas para a província, apenas em seis, excetuando *Augusta Emerita*, o autor verificou a existência de alguma monumentalização nos equipamentos urbanos.

Programas de monumentalização nas cidades hispânicas (RAMALLO 2003: 138-19, com correções)

<i>Provincia Lusitana</i>								
Nome	Situação jurídica	Muralha	Fórum/ templo	Teatro	Anfiteatro	Circo	Termas	Arco com.
<i>Emerita</i>	<i>Colonia Augusta</i>	Augusto	Tibério	Augusto	Augusto	Tibério/ Cláudio		
<i>Metellinum</i>	<i>Colonia Metellinensis (Caesar)</i>			Flávio				
<i>Caesaribriga</i>								
<i>Norba</i>	<i>Col. Narbonensis Caesariana</i>							
<i>Ammaia</i>	<i>Municipium</i>							
<i>Bobadella</i>	<i>Municipium</i>							
<i>Collippo</i>	<i>Municipium</i>							
<i>Eburobritium</i>	<i>Municipium</i>							
<i>Trutobriga</i>	<i>Municipium Flavium T.</i>							
<i>Scallabis</i>	<i>Scallabis Praesidium Iulium</i>							
<i>Olisipo</i>	<i>Municipium d. Rom.</i>			Nero				

<i>Salacia</i>	<i>Munic. S. Imperatoria</i>							
<i>Ebora</i>	<i>E. Liberalitas Iulia (Munic.)</i>		Met. séc. I d.C. ?		Sem precisar			
<i>Mirobriga</i>	<i>Munic. Flavium Mirobriga</i>					1ª met. séc. III d.C.	Met. séc. II d.C.	
<i>Pax Iulia</i>	<i>Colonia Pacensis (Augusta)</i>							
<i>Myrtilis</i>	<i>Municipium</i>							
<i>Ossobona</i>								
<i>Balsa</i>	<i>Civitas Stipendiaria</i>							
<i>Capera</i>	<i>Municipium Flavium</i>							Flávio
<i>Conimbriga</i>		Augusto	Aug./ Flavios				Augustana/ séc. I d.C.	

Podemos observar que os quadros deixados em branco são a grande maioria. E o autor deixou de lado algumas cidades.

Ao mesmo tempo, os fóruns de *Conimbriga* e de *Ammaia* nos mostram uma ocorrência comum nas pesquisas arqueológicas na *Lusitania*: a dificuldade em estabelecer cronologias.

Conimbriga ainda apresenta um problema comum quando há algum sítio que se torna modelo com relação aos demais: torna-se o padrão, o sítio canônico utilizado como modelo de análise para os demais. *Conimbriga* ainda é vista como o modelo para a monumentalização das cidades da parte ocidental da *Lusitania*, pois foi o primeiro sítio romano em Portugal a passar por uma intervenção arqueológica metodologicamente estruturada, especialmente na zona do fórum; e, principalmente, com a completa publicação dos resultados.

Tornar-se referencial para investigações em outros centros urbanos lusitanos induziu a erros interpretativos, muitos deles graves. Em *Mirobriga* e *Seilium*, por exemplo, foi lido um pretenso respeito a ocupações indígenas anteriores quando o que os vestígios indicam é uma sobreposição de ocupações (BARATA 2009; FABIÃO 2009: 350-1); o mesmo ocorrendo com *Seilium* (FABIÃO 2009: 351).

Também notei uma tendência em interpretar vários fóruns como tendo passado por duas fases, uma augustana e a outra flaviana. Em Bobadela, a hipótese não se sustentou empiricamente (FABIÃO 2009: 351). Ocorre também em *Ammaia*, por Vasco Mantas (2000).

Apesar de ter observado uma prevalência de fóruns tipo bloco, ou tripartidos (praça / templo / basílica) – *Conimbriga*, *Ebora*, *Ammaia* e Bobadela – a generalização para toda a

Lusitania exige cuidados, pois faltam conhecimentos mais detalhados não apenas sobre os fóruns citados, como sobre os fóruns das demais cidades romanas conhecidas na *Lusitania*, sem mencionar as desconhecidas. Afirmações categóricas são impossíveis no atual estágio das pesquisas.

Causa especial espécie a falta de vestígios sobre os equipamentos essenciais que se esperaria encontrar relacionados aos fóruns – que são mencionados por Vitruvius (V, 1-2) e se encontram em outros fóruns, tanto em Roma quanto nas províncias, por exemplo, da Gália –, a saber, erários, cúrias, cárceres, arquivos.

Infelizmente, a capital da província da *Lusitania* se encontra, hoje, em outro país. O que deveria ser modelo para análise das cidades romanas lusitanas é, por motivos geopolíticos, muitas vezes ignorado por causa das novas fronteiras estabelecidas.

Ammaia representa outra forma de ler e tratar as cidades antigas. Foi possível fazer uma prospecção geofísica em toda a área da cidade (com três metodologias distintas), levando à identificação do fórum, termas, porta sul, traçado da muralha, malha urbana etc. Entretanto, o que se formou dela é um palimpsesto, ou seja, não se sabe o ritmo de implantação das estruturas.

“Tratar globalmente os *fora* da província da *Lusitania*, no estado actual dos nossos conhecimentos, afigura-se tarefa arrojada”. Para a *Lusitania* ocidental, os casos concretos são poucos: *Conimbriga* e *Aeminium*. Dos demais, “não dispomos nem de extensas investigações, nem análises detalhadas que permitam sustentar propostas de leitura”. Excetuando *Pax Iulia* e *Liberalitas Iulia Ebora*, que passam por trabalhos de investigação, nos demais sítios “pequenos sectores escavados, valorização de elementos arquitectónicos, frequentemente fora de contexto, ou escavações insuficientemente publicadas constituem a norma” (FABIÃO 2009: 354).

Para a área mais oriental da *Lusitania*, o caso investigado detalhadamente e publicado são os fóruns de *Augusta Emerita*; mas, como vimos, as pesquisas são restringidas pelo assentamento urbano moderno. Mesmo assim, é o caso excepcional. Para outros sítios, as pesquisas e/ou informações são insuficientes: *Norba Caesarina* (Cáceres), *Metellinium* (Medellín), *Augustobriga*. “O panorama é, portanto, mais fragmentário e lacunar do que minimamente conhecido ou expressivo” (FABIÃO 2009: 354-5).

Como vimos no Capítulo 1, Manuela Martins (1997) alerta sobre a ênfase que havia nos trabalhos arqueológicos portugueses no acúmulo de dados e informações, na sua catalogação e tipologia, mas sem nem sempre ser realizada uma análise e interpretação mais satisfatórias. Esta tendência parece estar mudando, pois surgem trabalhos que buscam interpretar – ou reinterpretar – dados exaustivamente levantados em campo (CARVALHO 2008; TRÉMENT e CARVALHO 2013; VERMEULEN 2013a; REVELL 2009; GUERRA e SCHATTNER 2009; CONGÈS 1987; e BARATA 2009, para citar alguns exemplos). Mas ainda percebemos pesquisadores que mantêm uma visão muito ancorada em antigas interpretações (como A. C. Ferreira da SILVA 1986, 2012) ou estabelecendo análises muito focadas em um só sítio (CORREIA 2009a, 2009b, 2010a).

Ao mesmo tempo, como foi possível observar neste estudo, e é alertado por diversos arqueólogos, há falta de dados, de pesquisas arqueológicas e de catalogação de muitos vestígios e materiais escavados. E, sobretudo, faltam publicações de divulgação dos resultados. Então, Martins tem razão até certo ponto. Sem acúmulo de dados e informações, os pesquisadores realizam análises incompletas ou, pior, erradas.

Outro problema levantado nas pesquisas foi com relação às definições – sejam elas históricas ou arqueológicas – para categorias de assentamentos pré-romanos. Como vimos, há pouca preocupação na definição de *oppidum*, por exemplo. Autores que trabalham com assentamentos que consideram *oppida* apenas o indicam, como se fosse do senso comum sua identificação. Demonstrei claramente no capítulo 1 como mudam as concepções e os tipos de povoados considerados *oppida* cronologicamente e regionalmente.

A diferença mais evidente diz respeito ao entendimento diferenciado que fazem os franceses dos ibéricos sobre a relação dos *oppida* com os romanos. Para os franceses, de modo geral, os *oppida* eram assentamentos protourbanos fortificados, que serviam de capital regional antes da presença romana. Mesmo que tenham sobrevivido alguns após a conquista, isto aconteceu num período muito curto de tempo.

Para os pesquisadores portugueses, especialmente, mas também espanhóis, os *oppida*, assentamentos que já existiam antes da conquista, tiveram uma longa permanência durante o período romano, e se tornaram romanos, mantendo a mesma designação de *oppida*.

Por outro lado, as pesquisas voltadas para os castros cada vez mais demonstram uma preocupação com a utilização de dados arqueológicos metodologicamente coletados e

analisados para elaborar uma visão mais científica dessa cultura. As atuais pesquisas – que se voltam para os dados arqueológicos e não para as definições dos autores clássicos sobre o noroeste montanhoso – estão demonstrando a sofisticação dos assentamentos urbanos (e não mais protourbanos) castrejos.

Com relação à região central da *Lusitania*, eu a entendo como uma área de fronteira entre a cultura castreja e o sul peninsular, com influências do oriente celta. Mas não encontrei um mínimo consenso sobre o tipo de assentamentos pré-romanos (por exemplo, a *Ammaia* fica numa região de confluências, assim como *Augusta Emerita*). Parece que há uma espécie de limbo acadêmico com relação a uma melhor definição das estruturas dos assentamentos.

Normalmente, a escolha da designação de assentamentos do Final da Idade do Ferro Hispânica e início do período romano depende de alguns fatores. Uma tendência ainda forte é a utilização de alguma fonte histórica que por ventura faça alguma menção especificamente a ele ou à região onde se localiza, gerando uma designação étnica estrangeira. Outro fator é a proximidade ou o pertencimento a uma região com assentamentos já designados anteriormente por outros pesquisadores como *oppidum*, ou castro, ou *castellum* etc. A que considero mais aceitável é uma escolha baseada nas suas características morfológicas e geográficas, aliadas à localização regional, deste que haja, para esta região, um estudo acurado.

A falta de estudos mais amplos, ou da troca de informações entre os pesquisadores, pode levar a casos como o da identificação do tipo de assentamento da *Conimbriga* pré-romana. Encontrei menções a *oppidum*, *oppidum* aberto (ou seja, sem muralhas, o que parece uma contradição) e castro. Onomasticamente, o sufixo *-briga* define o assentamento pré-romano como um *oppidum*, se seguirmos a definição de Almagro-Gorbea. Mas *Tongobriga* (que pertencia ao *conventus bracarenensis*), com o mesmo sufixo, é considerada castro (DIAS 1997).

Em resumo, parece haver uma separação geográfica **moderna** no uso de *oppidum*, castro e *castellum*.

Oppidum seria normalmente utilizado para as regiões centrais da Península Ibérica – incluindo, algumas vezes, a região central de Portugal – e a França e a Alemanha; nestes dois últimos casos, com cronologias diferentes dos ibéricos.

Castro define os assentamentos do noroeste Peninsular, incluindo o norte da Espanha (a Galícia) e de Portugal – um norte expandido para sul –, designando os assentamentos (proto) urbanos da Cultura Castreja. Neste caso, o termo “castro” pode ser permutado por *castellum*, na Espanha. E *emporion* e *urbs* são utilizados para a região mediterrânea ao sul.

Por fim, após me debater sobre a questão da definição de cidades, resolvi deixar esta preocupação em segundo plano. Tomei tal decisão por dois motivos principais. Em primeiro lugar, não há um consenso sobre o que seria uma cidade – tanto atualmente quanto na antiguidade – simplesmente porque as definições normalmente se baseiam na vivência e no próprio entendimento que diferentes autores em diferentes épocas possuem sobre as experiências urbanas. Dessa forma, uma cidade pode ser definida a partir do seu sistema de governo (uma definição política); fisicamente (suas construções); por seu papel dentro de uma comunidade ou país; em contraposição ao campo ou a outras cidades; ou mesmo pelo que nela está ausente. Isto faz com que qualquer definição que se escolha seja limitada cronológica e espacialmente.

O segundo motivo é de ordem prática. Não tive a pretensão de elaborar qualquer definição de cidade provincial romana. Na verdade, existe uma tendência entre os pesquisadores a trabalhar baseados em uma “flexibilização parcial”. Há indicadores claros de que uma cidade é romana ou sofreu a sua influência, mesmo que entre diferentes cidades haja diferenças evidentes. E o indicador mais evidente é a instalação de um fórum na parte central da cidade. Há outros “marcadores urbanos” romanos, como termas – uma estrutura que é muito evidente por causa da conservação ao longo do tempo de suas estruturas subterrâneas –, muralhas, sistemas de coleta e distribuição de água, grandes edifícios lúdicos etc. Estes são mencionados na pesquisa, mas o foco são os fóruns.

Creio que se tornou evidente, ao longo de todo o *Corpus Documental* como também de sua análise, que existe, por trás de cada cidade romana estabelecida em território lusitano, um projeto e um desenho pré-determinados, que demonstram um grande conhecimento de agrimensura – conhecimento militar – e de arquitetura. A literatura clássica sobre arquitetura que chegou até nós é o tratado de Vitrúvio, *De Architectura*, escrito justamente no período em que se formava a província de *Lusitania*. Neste tratado, Vitrúvio estabelece algumas características fundamentais que sempre devem estar presentes nas cidades romanas: solidez, funcionalidade e beleza. As cidades estudadas, a meu ver, possuem estas características.

As cidades romanas provinciais não foram estabelecidas e construídas para serem originais – “originalidade”, também na retórica clássica, era demonstração de ignorância com relação à tradição e aos costumes – mas sim para serem reconhecíveis como romanas estivessem elas onde estivessem, com os mesmos equipamentos urbanos que tornavam a vida da sua população, quer fosse ela romana, romanizada ou indígena, o mais semelhante possível aos padrões romanos.

E o principal modelo dessas cidades era a capital do Império. Não exatamente o modelo físico, mas o modelo intelectual. Seus edifícios públicos, religiosos e administrativos, de lazer e moradia, eram inspirados nos de Roma – ou nos de suas *coloniae* – refletiam a sua política e a sua sociedade. Quanto mais centralizadores e poderosos são os responsáveis por sua política, maior é o reflexo desta nos edifícios públicos que estabelecem.

Assim, Roma aparece como modelo, não exatamente o modelo físico, mas *especialmente o modelo intelectual*, baseado tanto no tipo de governo quanto nas estruturas individuais que tornam tal modelo viável.

Alguns aspectos da ideologia romana imperial aparecem com maior destaque nas cidades analisadas. Nos fóruns provinciais estudados, grande parte dos pequenos templos, santuários e locais sagrados que existiam no Fórum Romano não aparece, pois o foco principal era o culto a Augusto, inicialmente, depois substituído pelo culto ao imperador e sua família.

Vários signos e elementos do Fórum de Augusto são reproduzidos em monumentos coloniais, como Marte, Vênus, as gavinhas e a ordem coríntia. Notamos isto no fórum de *Ebora*, mas mais claramente no fórum municipal de *Augusta Emerita*, no conjunto de estátuas representando Enéas.

Portanto, apesar da escassez de dados para a *Lusitania* – o que só será sanado com o tempo – acredito que podemos utilizar, por enquanto, o modelo “padrão” de fórum tripartido (em bloco), não apenas para as cidades fundadas “de raiz”, isto é, *ex nihilo*, como as que foram estabelecidas a partir de assentamentos pré-existentes. Nas províncias ibéricas a presença romana foi precoce, além de o do sul da Península ter contato e conhecimento das cidades mediterrâneas. Entretanto, devemos sempre levar em conta a diversidade existente na Península Ibérica antes da presença romana, cuja dominação ocorreu, como sabemos, ao longo de praticamente dois séculos antes de Augusto, através de Agripa, estabelecer definitivamente a conquista da Galícia e organizar administrativamente a Península.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1977). “Panorama de la Cultura castrexa en el NO de la Península Ibérica”, *Bracara Augusta*, 31: 235-253, Braga: Câmara Municipal de Braga.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; GOLVIN, J.-C. (1994). *Conimbriga. A maqueta do centro monumental flaviano*. Instituto Português de Museus; Museu Monográfico de Conimbriga: Conimbriga [edição bilíngue].
- ALARCÃO, Jorge de (1988). *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de (2008). “Coimbra Romana”. In: *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra, Fundação Kaloustre Gulbenkian: 28-67.
- ALARCÃO, Jorge de (2010). “Época Medieval”. In: COSTA, P.; MOREIRA, C. (dir.). *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert (dir.) (1976). *Fouilles de Conimbriga. II, Épigraphie et Sculpture*. Paris, Diffusion E. De Boccard.
- ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert (dir.) (1977). *Fouilles de Conimbriga. I Architecture*. Paris, Diffusion E. De Boccard.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (1994). “Urbanismo de la Hispania ‘Celtica’. Castros y oppida del centro y occidente de la Península Ibérica”. In: ALMAGRO-GORBEA, M. & MARTÍN BRAVO, A. M. (eds.). *Castros y Oppida en Extremadura*. Madrid: Complutense; p. 13-75. (*Complutum*, Extra 4; Publicaciones del departamento de Prehistoria y Etnología de la Universidad Complutense de Madrid).
- AMICI, C. M. (1982). *Foro di Traiano: Basilica Ulpia e Biblioteche*. Roma.
- ARCE, Javier; ENSOLI, Serena; LA ROCCA, Eugenio (org.) (1997). *Hispania Romana. Da Terra di Conquista a Provincia dell'Impero*. Roma, Palazzo delle Esposizioni: 22 settembre-23 novembre 1997. Milão: Electa.
- ALARCÃO, A. Moutinho (1995). *Ruínas de Conimbriga*. 4. ed. revista. Instituto Português de Museus (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 2).
- ARGAN, Giulio Carlo (2003). *Da Antigüidade a Duccio*. Trad. Vilma De Katinszky. São Paulo: Cosac & Naify (História da arte italiana, v. 1).

- ASTIN, A. E. (2000). Cap. 1: Sources. In: ASTIN, A. E. *et alii* (eds.). *Rome and the Mediterranean to 133 B.C.* 2.ed.; 3. reimpr. Cambridge: Cambridge University Press [1989]: pp. 1-16. (The Cambridge Ancient History; VIII)
- BALTY, Jean-Ch. (1991). *Curia Ordinis. Recherches d'architecture et d'urbanisme antiques sur les curies provinciales du monde romain.* Bruxelles: Palais des Académies. ACADEMIE Royale de Belgique. Mémoires de la Classe des Beaux-Arts (Collection in-4° - 2° série, T. XV - fascicule 2).
- BARATA, M. Filomena (2009). “Caracterização geral de Mirobriga”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana.* Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 201-229.
- BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon (2000). *The Religions of Imperial Rome.* Cambridge: Cambridge University Press.
- BENDALA GALÁN, Manuel (2003). *De Iberia in Hispaniam: el Fenómeno Urbano.* In: ABAD CASAL, Lorenzo (ed.). *De Iberia in Hispaniam. La adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos.* Actas del Seminario de Arqueología organizado por la Fundación Duques de Soria. Soria, Convento de la Merced, del 23 al 27 de julio de 2001. Universidad de Alicante; Fundación Duques de Soria: 15-35 (Serie Arqueología).
- BORGES, Airan dos Santos (2010). *A organização do espaço social no Principado: um estudo de caso sobre a colônia Augusta Emerita entre os séculos I a.C. - II d.C..* Dissertação de Mestrado em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- BURILLO MOZOTA, Francisco (2009). “Origen y Desarrollo de la Ciudad en la Celtiberia”. In: MATEOS Pedro; CELESTINO, Sebastián; PIZZO, Antonio; TORTOSA, Trinidad (eds.). *Santuários, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el Origen y Desarrollo Urbano del Mediterráneo Occidental.* Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida: 175-193 (Anejos AEspA – Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLV).
- CARNABUCI, Elizabetta (1996). *I Luoghi dell'amministrazione della Giustizia nel Foro di Augusto.* Nápoles: Jovene Editore. [Istituto Adriatico per la Storia del Principato fra Adriano e Diocleziano (I.A.S.P.A.D.); 2].

- CARVALHO, Helena (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga, 3 vols. (<http://hdl.handle.net/1822/8755>).
- CARVALHO, Helena (2012). “Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de *Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)*”. *Archivo Español de Arqueología*, 85: 149-166.
- CARVALHO, Helena (2013). *Romanização e Dinâmicas da Paisagem no Noroeste da Hispânia*. Curso de Difusão. Laboratório de Arqueologia Provincial Romana, MAE-USP.
- CARVALHO, Pedro C. (1998). *O Fórum de Aeminium*. Coimbra: Ministério da Cultura; Instituto Português de Museus.
- CAVALIERI, Marco (2002). *Auctoritas Aedificiorum. Sperimentazioni urbanistiche nei complessi forum-basilica delle Tres Galliae et Narbonensis durante i primi tre secoli dell'impero*. Parma: Università di Parma – Istituto di Storia dell'Arte. (Quaderni del seminario di archeologia; diretti da Arturo Carlo Quintavalle; 21).
- CERILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (2003). “La reorganización del territorio. Los paisajes de la romanización”. In: ABAD CASAL, Lorenzo (ed.). *De Iberia in Hispaniam. La adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos*. Actas del Seminario de Arqueología organizado por la Fundación Duques de Soria. Soria, Convento de la Merced, del 23 al 27 de julio de 2001. Universidad de Alicante; Fundación Duques de Soria: 37-51 (Serie Arqueología).
- CÉSAR, Caius Julius (2003). *Guerre des Gaules*. Préface de Paul-Marie Duval; traduction de L.-A. Constans. S/I; Gallimard (para o prefácio, a bibliografia e os mapas; 1981); Les Belles Lettres (para a tradução francesa e as notas; 1950) (Folio Classique: 1315).
- CHAISEMARTIN, Nathalie de (2003). *Rome. Paysage urbain et idéologie. Des Scipions à Hadrien (IIe s. av.J.-C. – IIe s. ap. J.-C.)*. Paris: Armand Colin. (Collection U - Histoire).
- CHAMPION, Timothy ; CHAMPION, Sara (1986). Peer Polity Interaction in the European Iron Age. In: RENFREW, Colin; CHERRY, John F. (eds.). *Peer Polity Interaction and Socio-Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press (New Directions in Archaeology); p. 59-68.

- CHING, Francis D. K. (2010). *Dicionário Visual de Arquitetura*. 2. ed. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes.
- CLARIDGE, Amanda (1998). *Rome. An Oxford Archaeological Guide*. With contributions by Judith Toms and Tony Cobberley. Oxford: Oxford University Press.
- COARELLI, Filippo (2003). *Roma*. 3. ed. Roma-Bari: Laterza, 2003 (COARELLI: Guide Archeologiche, 6).
- COLIN, Anne (1998). *Chronologie des oppida de la Gaule non méditerranéenne. Contribution à l'étude des habitats de la fin de l'âge du Fer*. Paris: Édition de la Maison des sciences de l'Homme (DAF-Documents d'Archéologie Française; 71).
- COLLINS, Roger (1998). *Spain. An Oxford Archaeological Guide*. Oxford; Nova York: Oxford University Press (Oxford Archaeological Guides).
- COLLIS, John (1989). L'Europa Céltica prima dei romani. In: WACHER, J. (dir.). *Il Mondo di Roma Imperiale*. Roma; Bari, Laterza: 17-42.
- COLLIS, John (1996). The First Towns. In: GREEN, Miranda J. (ed.). *The Celtic World*. Londres e Nova York: Routledge [1 ed. 1995]: 159-175.
- CONGÈS, Anne Roth (1987). "L'hypothèse d'une basilique à deux neufs à Conimbriga et les transformations du fórum". *Mélanges de l'Ecole Française de Rome*. Antiquité T. 99, N°2: 711-751.
- CONNOLLY, Peter; DODGE, Hazel (1998). *The Ancient City. Life in Classical Athens & Rome*. Oxford: Oxford University Press.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2009a). "O Forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano". In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 89-105.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2009b). "Os espaços forais de Conimbriga". In: MATEOS Pedro; CELESTINO, Sebastián; PIZZO, Antonio; TORTOSA, Trinidad (eds.). *Santuários, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el Origen y Desarrollo Urbano del Mediterráneo Occidental*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida: 397-406 (Anejos AEspA – Archivo Español de Arqueología, XLV).

- CORREIA, Virgílio Hipólito (2010a). *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação do Prof. Doutor Jorge de Alarcão.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2010b). “Conquista Romana” e “Residências da população”. In: COSTA, P.; MOREIRA, C. (dir.). *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2011a). “Três leituras sobre o fórum de Conimbriga”. In: *Perspectivas sobre Conimbriga: Actualização Bibliográfica*. https://www.academia.edu/1741984/Tresleituras_sobre_o_forum_de_Conimbriga, acessado em 23/12/2013.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2011b). “Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal)”. In: NOGALE, Trinidad; RODÀ, Isabel (eds.). *Roma y las Provincias: modelo y difusión* (Vol. II). Roma, “L’Erma” di Breschneider: 681-691 (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 3).
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2012?). *A Memória das Pedras*. Restropectiva Fotográfica de Conimbriga 1930-1970. Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga.
- CORREIA, Virgílio Hipólito; DE MAN, Adriaan (2010). “Variação e Constância na Ocupação de Conimbriga e do seu Território”. In: CORSI, C.; VERMEULEN, F. (eds.). *Changing Landscape. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean*. Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide - Marvão 15th-17th May 2008. Bologna, Ante Quem: 299-310.
- CORSI, Cristina (2013a). “A descoberta de Ammaia e a sua história segundo fontes antigas”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 10-15.
- CORSI, Cristina (2013b). “Os resultados mais recentes”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 26-31.

- CORSI, Cristina (2013c). “O fórum de *Ammaia*”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 32-35.
- CORSI, Cristina (2013d). “O complexo termal”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 36-39.
- DE MAN, Adriaan (2010). “O Baixo Império”. In: COSTA, P.; MOREIRA, C. (dir.). *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- DIAS, Lino Tavares (1997). *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR-Instituto Português do Patrimônio Arqueológico; Ministério da Cultura.
- DÍAZ-ANDREU, Manuela; KEAY, Simon (eds.) (1997). *The Archaeology of Iberia*. Londres: Routledge.
- ENCARNAÇÃO, José d’ (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis [IRCP]*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- FABIÃO, Carlos (2009). “Modelos Forenses nas Cidades da *Lusitania*: Balanço e Perspectiva”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 343-359.
- FABIÃO, Carlos (2012a). “O ‘Portugal’ que os Romanos vieram encontrar”. *Visão História*. “Portugal no Tempo dos Romanos”, 17: 24-27.
- FABIÃO, Carlos (2012b). “Os povos Ibéricos”. *Visão História*. “Portugal no Tempo dos Romanos”, 17: 28-29.
- FABIÃO, Carlos (2012c). “Quando a Hispânia se tornou romana”. *Visão História*. “Portugal no Tempo dos Romanos”, 17: 33.
- FABIÃO, Carlos (2013). “Representar graficamente o mundo romano: potencialidades, virtualidades e desafios, mas também perigos e armadilhas de um processo”. *I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial* “Representações da Romanização no Mundo Provincial Romano”. Universidade de São Paulo, 27 a 29 de novembro.
- FABIÃO, Carlos (2013b). “Criando a rede de centros urbanos na *Lusitania*”. Curso de Difusão. Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE-USP.
- FARIA, Ernesto (1985). *Dicionário Escolar Latino-Português*. 6. ed. Rio de Janeiro; MEC.

- FAVRO, Diane G. (1996). *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FEAR, A. T. (1996). *Rome and Baetica. Urbanization in Southern Spain c. 50 BC-AD 150*. Oxford.
- FERNANDES, Lúcia (2001). Capitéis Romanos de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha-Marvão). *O Arqueólogo Português*, Série IV, 19: 95-158.
- FICHTL, Stephan (2005). *La Ville Celtique. Les oppida de 150 av. J.-C. à 15 ap. J.-C.* 2. éd. revue et augmentée. Paris: Errance.
- FISCHER, Cornelia (ed.) (2013). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora.
- FRADE, Maria Helena Simões (2009). “Os *fora* de Bobadela (Oliveira do Hospital) e de *Civital Cobelcorum* (Figueira de Castelo Rodrigo)”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 47-67.
- FREDOUILLE, Jean-Claude (1985). *Dictionnaire de la civilization romaine*. Paris: Larousse (Références Larousse, Histoire).
- GOLVIN, Jean-Claude (2005). *L'Antiquité Retrouvée*. 2. ed. Paris: Errance.
- GONÇALVES, Luís Jorge; SARANTOPOULOS, Panagiotis (2009). “Esculturas do fórum de *Ebora*: programa iconográfico”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 37-45.
- GROS, Pierre (1990). “Nouveau Paysage urbain et cultes dynastiques: remarques sur l'idéologie de la ville augustéenne à partir des centres monumentaux d'Athènes, Thasos, Arles et Nîmes”. In GOUDINEAU, C.; REBOURG, A. (eds.), *Les Villes Augusteennes de Gaule. Colloque d'Autun*. Autun: 127-140.
- GROS, Pierre (2002). *L'Architecture Romaine: du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire*. 1. Les monuments publics. 2. ed. [Paris] Picard [Gérard Nicolini (dir.), Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antiques)].

- GUALTIERI, Maurizio (2009). “L’Emergere di Strutture Istituzionali in un *Oppidum* Italico (IV-III sec. A.C.): un Caso di Studio”. In: MATEOS Pedro; CELESTINO, Sebastián; PIZZO, Antonio; TORTOSA, Trinidad (eds.). *Santuários, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el Origen y Desarrollo Urbano del Mediterráneo Occidental*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida: 227-235 (Anejos AEspA – Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLV).
- GUERRA, Amílcar (2012). “A Conquista da Lusitânia”. *Visão História*. “Portugal no Tempo dos Romanos”, 17: 30-32.
- GUERRA, Amílcar; SCHATTFNER, Thomas (2009). “El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de *Centum Celas* (Belmonte)”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 333-342.
- HASELGROVE, Colin (1986). Culture process on the periphery: Belgic Gaul and Rome during the late Republic and early Empire. In: RENFREW, C. & CHERRY, J. F. (eds.). *Peer Polity Interaction and Socio-Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press; (New Directions in Archaeology)
- HAUSCHILD, Theodor (2009). “Algumas observações nas construções do foro de *Ebora Lineralitas Iulia*”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stvdia Lusitana*, 4: 27-36.
- HOMO, Léon (1971). *Rome impériale et l’urbanisme dans l’Antiquité*. Paris: Albin Michel; volume triple [1951] (L’évolution de l’humanité, 33).
- IGESPAR (2013a). Ruínas de *Conimbriga*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70107/>. Acessado em 23/12/2013.
- IGESPAR (2013b). Ruínas romanas situadas na freguesia de São Salvador de Aramenha, incluindo a parte da via romana e a ponte denominada Ponte Velha que se encontra junto às mesmas. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69711/>. Acessado em 23/12/2013.
- JAVIER JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; DÁMASO SÁNCHEZ BARRERO, Pedro (2001). “El territorio emeritense: de la Protohistoria a la Tardoantigüedad”. *Memoria*, 5: 329-355.

- JOHNSON, Paul S. (2013). “Recolha de Dados. Estratégias e abordagens”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 16-25.
- KAISER, Alan (2000). *The Urban Dialogue*. An analysis of the use of space in the Roman city of Empúries, Spain. *BAR International Series*, 901, Oxford.
- KEAY, Simon (1997). “Urban transformation and cultural change”. In: DIAZ-ANDREU, M.; KEAY, S. (eds.) *The Archaeology of Iberia. The dynamics of change*. Londres e Nova York, Routledge: 192-209 (Theoretical Archaeology Group-TAG).
- KRUTA, Vencelas (2000). *Les Celtes. Histoire et Dictionnaire des origines à la romanisation et au christianisme*. Paris: Robert Laffont. (Bouquins)
- LA ROCCA, Eugenio; DE VOS, Mariette; DE VOS, Arnold (2000). *Pompei*. Milano: Mondadori. [1994] (Guide Archeologiche).
- LAURENCE, Ray; CLEARY, Simon E.; SEARS, Gareth (2011). “The reception of Roman urbanism in the West.”. In *The City in the Roman West, c. 250 BC – c. AD 250*. Cambridge: Cambridge University Press: 91-114.
- LAWRENCE, Denise L.; LOW, Setha M. (1990). “The built environment and spatial form”. In: *Annual Review of Anthropology*. Palo-Alto, California; v. 19. p. 453-505.
- LE ROUX, Patrick (2006). *Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (siglo II a.C. – siglo III d.C.)*. Trad. María José Aubet. Barcelona: Bellaterra (Bellaterra Arqueología).
- LE ROUX, Patrick (2010). *La Péninsule Ibérique aux Époques Romaines (fin du III^e s. av. n. è. - début du VI^e s. de n. è.)*. Paris: Armand Collin (Collection U, Histoire).
- LE ROUX, Patrick (2014). *Les territoires romains du Portugal au Haut-Empire*. Revista do Museu de Arqueologia e etnologia- MAE/USP, suplemento (no prelo).
- LEVEAU, Philippe (1989). La Ville Romaine et son Espace Rural. Contribution de l’Archéologie à la Reflexion sur la Cité Antique. *Revista Interbazionale per la Storia Economica e Sociale dell’Antichità*, 6-8: 87-100.
- LOPES, Maria da Conceição (2009). “O recinto forense de *Pax Iulia* (Beja)”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 189-199.

- LÓPEZ MOREDA, Santiago (2009). “*Laudes Urbium Lusitanae*”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 11-25.
- MacDONALD, W. L. (1986a). *The Architecture of the Roman Empire II: an Urban Appraisal*, New Haven.
- MacDONALD, W. L. (1986b). “Connection and Passage in North African Architecture”. In McCLENDON, C. (ed.), *Rome and the Provinces. Studies in the Transformation of Art and Architecture in the Mediterranean World*, New Haven: 29-36.
- MANTAS, Vasco Gil (2000). “A sociedade luso-romana do município de Ammaia”. In: *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana. “IV Mesa Redonda Internacional”*. Mérida: Série Estudos Portugueses, 13: 391-420.
- MANTAS, Vasco Gil (2009). “*Ammaia e Civitas Igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 167-188.
- MARTINS, Manuela (1997). “The Dynamics of change in northwest Portugal during the first millennium BC”. In: DIAZ-ANDREU, M.; KEAY, S. (eds.). *The Archaeology of Iberia. The dynamics of change*. Londres e Nova York, Routledge: 143-157 (Theoretical Archaeology Group-TAG).
- MATEOS CRUZ, Pedro (2004). “Topografía y evolución urbana”. In: DUPRÉ RAVENTÓS, Xavier (ed.) (2004). Mérida. Colonia Augusta Emerita. Roma: “L’Erma” di Bretschneider; Fundación El Monte: 27-39 (Las Capitales Provinciales de *Hispania*; 2).
- MATEOS CRUZ, Pedro (dir. científica) (s/d). *Simulacra Romae. História de Emerita Augusta*. <http://bib.cervantesvirtual.com/portal/simulacraromae/emerita/index.htm>, acessado em 12/2013.
- MIERSE, William E.; WAGG, F. Helen (1999). *Occhos Ensayos Interpretativos sobre el Arte Romano. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: Universidade de São Paulo. Suplemento 1.
- MOMIGLIANO, Arnaldo (1984). “The origins of Rome”. In: *Settimo Contributo alla Storia degli Studi Classici e del Mondo Antico. Storia e Letteratura. Raccolta di studi e testi*. [Trad. Cássia Bars; revisão e notas M. Isabel D’A. Fleming] Roma: Ed. di Storia e Lettera: 379-436 (Parte terza; Storia Romana: I).

- MOTES, J. Maluquer (1973). “La originalidad de la cultura castreña”. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 22, 3: 335-42, Porto: SPAC.
- MOTES, J. Maluquer de (1975). “La cultura castreña de la Edad del Hierro”. In: *I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciências Históricas*, 1: 269-84, Madri: Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2009). “Foros de Augusta Emerita: modelos en Lusitania”. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 231-259.
- OWENS, E. J. (1991). *The City in the Greek and Roman World*. New York.
- PACKER, James E. (1997). *The Forum of Trajan in Rome*. Berkeley.
- PACKER, James E.; SARRING, K. L. (1993). “Il Foro di Traiano”. *Archeo*, VII (11) nov. 1992 (1993): 63-93.
- PEREIRA MENAULT, G. (1992). “Aproximación crítica al estudio de etnogénesis: la experiencia de Gallaecia”, *Complurum* 2-3: 35-44.
- PEREIRA, Sérgio (2009). “A Cidade Romana de Ammaia. Escavações Arqueológicas 2000-2006”. *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*. Câmara do Município de Marvão: Colibri; número especial, II.
- POMPONIIUS MELA (2005). *De Situ Orbis*. Trad. Roberto Mascarenhas Roxo; org. Paulo de Assunção. São Paulo: Unifai Editora.
- RAMALLO ASENSIO, Sebastián (2003) “Las ciudades de Hispania en época republicana: una aproximación a su proceso de ‘monumentalización’”. In: ABAD CASAL, Lorenzo (ed.). *De Iberia in Hispaniam. La adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos*. Actas del Seminario de Arqueología organizado por la Fundación Duques de Soria. Soria, Convento de la Merced, del 23 al 27 de julio de 2001. Universidad de Alicante; Fundación Duques de Soria: 101-149 (Serie Arqueología).
- RAPER, R. A.(1977). “The Analysis of the Urban Structure of Pompeii: a Sociological Analysis of Land Use (Semi-micro)”. In CLARKE, D. L. (ed.). *Spatial Archaeology*: 189-221

- RAPER, R. A.(1979). "Pompeii-Planning and Social Implications". In BURNHAM, B. C.; KINGSBURY, J. (eds.). *Space, Hierarchy and Society. Interdisciplinary Studies in Social Area Analysis*, BAR International Series 59, Oxford: 137-148.
- REIS, Maria Pilar (2009). Tanques, fontes e espelhos de água nos *fora lusitanos*". In: NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.). *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Mérida, *Stydia Lusitana*, 4: 285-314.
- REIS, Maria Pilar (2010). "Captação de água". In: COSTA, P.; MOREIRA, C. (dir.). *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- REVELL, Louise (2009). *Roman Imperialism and Local Identities*. Nova York: Cambridge University Press.
- RICHARDSON Jr., L. (1992). *A New Topographical Dictionary of Ancient Roma*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.
- ROMANO, Elisa (1999). "Quella città che chiamamo Roma". Città reale e città ideale nella cultura di Età Repubblicana. In: SECONDA Università degli Studi di Napoli. *La Forma della Città e del Territorio. Esperienze metodologiche e risultati a confronto. Atti dell'Incontro do studio – S. Maria Capua Vetere 27-28 novembre 1998*. [Napoli?]: "L'Erma" di Bretschneider (Atlante Temático di Topografia Antica, v. V, suplemento).
- RUIVO, José (2010). "Época Medieval". In: COSTA, P.; MOREIRA, C. (dir.). *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- RYKWERT, J. (1964). *The Idea of the Town*. Hilverstum, The Netherlands.
- SANTOS, I. Doneux (2006). *A Basilica como elemento de urbanização na Galia Comata no período de dominação romana*. Dissertação de mestrado; MAE-USP.
- SILVA, Armando Coelho F. da (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, Armando Coelho F. da (2012). A Vida nos Castros do Norte. *Visão História*. "Portugal no Tempo dos Romanos", 17: 34-37.
- SILVA, Elaine C. Carvalho da (2012). Transformações culturais e modelos espaciais no estudo da paisagem da romanização em terras valencianas. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP – Campinas: 1-20*.

- TAEELMAN, Devi (2013). “*Ammaia - Porta Sul*”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora, Universidade de Évora: 40-43.
- TAEELMAN, Devi *et alii* (2013). “Roman Towns and Their Landscape. a geoarchaeological study of the suburban landscape of *Ammaia* (Portugal)”. In: VERMEULEN, F.; CORSI, C. (eds.). *Non-Destructive Approaches to Complex Archaeological Sites in Europe: a round-up Radio-Past Colloquium*, Ghent, 15-17 January 2013. Ghent University (http://www2.radiopast.eu/wp-content/uploads/Ghent_2013_Taelman_Ammaia.jpg).
-
- TRANOY, Alain (1981). *La Galice Romaine*. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité. Paris: De Boccard. (Publications du Centre Pierre Paris, ERA 522 ; Collection de la Maison des Pays Ibériques, GIS 15; vol. 7).
- TRÉMENT, Frédéric; CARVALHO, Helena (2013). “Romanisation et développement: Approche comparée des territoires de la partie occidentale du *Conventus Bracarenensis* (Tarraconaise) et de la *Civitas Arvernorum* (Aquitaine). Une perspective de longue durée (II^e s. av. J.-C. – II^e s. apr. J.-C.)”. In: PREVOSTI i MONCLÚS, M.; GUITART i DURAN, J.; LÓPEZ i VILLAR, J. (Eds.). *AGER TARRACONENSIS*, 5. Actes del simposi internacional “L’ager tarraconensis. Paisatge, poblament, cultura material i història”. Barcelona; Institut d’Estudis Catalans; Tarragona, Institut Català d’Arqueologia Clàssica: 249-269 (Sèrie Documenta (Tarragona), 16).
-
- VERMEULEN, Frank (2013a). “*Ammaia* no Contexto da *Lusitania*”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 7-9.
- VERMEULEN, Frank (2013b). “O *Suburbium*”. In: FISCHER, Cornelia (ed.). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 44-47.
- VERMEULEN, Frank; CORSI, Cristina; DE DAPPER, Morgan (2012). “Surveying the Townscape of Roman *Ammaia* in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area”. *Geoarchaeology: An International Journal*, 27: 123–139.
- VINCENT, Mary; STRADLING, R. A. (1997). *Espanha e Portugal. História e Cultura da Península Ibérica*. Madrid: Edições del Prado (Grandes Impérios e Civilizações; vol. I).

- VIRLOUVET, C. (1985). "Il Foro di Traiano". In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Roma Antiqua: l'area archeologica centrale: "Envois" degli architetti francesi (1781-1924)*, catálogo da exposição. Roma: 152-207.
- VITRÚVIO POLIÃO, Marco (2002). *Da Arquitetura*. Tradução e notas Marco Aurélio Lagonegro. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume.
- VITRUVIUS (1983). *On Architecture*. Vol. I (Livros I a V). Editado a partir do manuscrito 2767 e traduzido para o inglês por Frank Granger. 5. reimpr. [1. ed. 1931] Cambridge: Harvard University Press; Londres: William Heinemann (The Loeb Classical Library).
- WARD-PERKINS, J. B. (1974). *Cities of Ancient Greece and Italy: Planning in Classical Antiquity*, York.
- WELCH, Katherine (2003). "A new view of the origins of the Basilica: the Atrium Regium, Graecostasis, and Roman diplomacy". *Journal of Roman Archaeology*, 16: 5-34.
- WOOLF, Greg (2000). "Urbanization and its discontents in early Roman Gaul". In: FENTRESS, E. (ed.) *Romanization and the City. Creation, Transformation, and Failures*. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May, 1998. Portsmouth, Rhode Island: 115-131 (*Journal of Roman Archaeology*, Supplementary Series, n. 38).
- ZANKER, Paul (1992). *Augusto y el poder de las imágenes*. Trad. Pablo Diener Ojeda; revisão técnica Walter Tullmich. Madri: Alianza [*Augustus und die Macht der Bilder*. München, 1987].
- ZANKER, Paul (2000). "The city as symbol: Rome and the creation of an urban image". In: FENTRESS, Elizabeth (ed.) *Romanization and the City: Creation, Transformations, and Failures*. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May, 1998. Portsmouth, Rhode Island, 2000: 25-41. (*Journal of Roman Archaeology*; suppl. series; 38).

ANEXO 1

Os imperadores de Roma de Augusto a Constantino

Fonte: POTTER, David S. (Ed.) (2008). *A Companion to the Roman Empire*. 4. ed. Oxford: Blackwell (Blackwell Companions to the Ancient World) [1 ed. 2006]: XXIX-XX.

Dinastia Júlio-Cláudia		
Augustus	Augusto	31 a.C. – 14 d.C.
Tiberius	Tibério	14 - 37
Caligula	Calígula	37 - 41
Claudius (I)	Cláudio (I)	41 - 54
Nero	Nero	54 - 68
Galba	Galba	68 - 69
Otho	Oto	69
Vitellius	Vitélio	69
Dinastia Flávia		
Vespasianus	Vespasiano	69 - 79
Titus	Tito	79 - 81
Domitianus	Domiciano	81 - 96
Dinastia Antonina		
Nerva	Nerva	96 - 98
Trajanus	Trajano	98 - 117
Adrianus	Adriano	117 - 137
Antoninus Pius	Antonino Pio	137 - 161
Marcus Aurelius	Marco Aurélio	161 – 180
Lucius Verus (co-imperador)	Lúcio Vero	161 - 167
Dinastia dos Severos		
Commodus	Cômodo	180 - 192
Pertinax	Pertinax	193
Didius Julianus	Dídio Juliano	193
Septimius Severus	Septímio Severo	193 - 211
Caracalla	Caracala	211 – 217
Gera (co-imperador)	Gera	211
Macrinus	Macrino	217 - 218
Elagabalus	Héliogábalo	218 - 222
Alexander Severus	Alexandre Severo	222 - 235

Maximinus	Maximino	235 - 238
Gordian I	Gordiano I	
Gordian II (co-imperador)	Gordiano II	238
Pupienus e Balbinus	Pupieno e Albino	238
Gordian III (Caesar)	Gordiano III (César)	238
Gordian III	Gordiano III	238 - 244
Philip	Filipe	244 - 249
Decius	Décio	249 - 251
Gallus	Galo	251 - 253
Aemilianus	Emiliano	253
Valerian	Valeriano	253 – 260
Gallienus (co-imperador)	Galieno	253 – 260
Gallienus (único imperador)	Galieno	260 - 268 ¹⁰⁰
Claudius II (Gothicus)	Cláudio II (Gótico)	268 – 270
Vaballathus	Vabalato	269 - 271 ¹⁰¹
Aurelian	Aureliano	270 - 275
Tacitus	Tácito	275 - 276
Probus	Probo	276 - 282
Carus	Caro	282 - 283
Carinus	Carino	283 – 285
Numerian (co-imperador)	Numeriano	283 - 284
Diocletian	Diocleciano	284 - 305 ¹⁰²
Maximian (César)	Maximiano	285 – 286
Maximian (Augusto)	Maximiano	286 – 305
Constantius (César)	Constâncio	293 – 305
Galerius (César)	Galério	293 – 305

¹⁰⁰ De 260 a 274, grandes áreas do Império a ocidente e a norte dos Alpes estavam submetidas a um regime dissidente constituído por Póstumo (260-269), Mário (269), Vitorino (269-271) e Tétrico (271-274). Dois outros indivíduos, Leliano (269) e Domiciano (271?) também reivindicaram autoridade na sua parte do Império, mas Leliano foi morto por Póstumo e evidência real para Domiciano atualmente limita-se a duas moedas e uma referência de passagem em dois textos, ambos declarando que ele se rebelou contra Aureliano, o que pode implicar que o seu “reinado” pode ser datado de 274 e não de 271.

¹⁰¹ Apenas nas províncias orientais.

¹⁰² De 286 a 296, áreas das províncias ocidentais eram controladas por Carausius (286-293) e Allectus [Aleto] (293-296; apenas a Britânia).

Constantius (Augusto)	Constâncio	305 - 306
Galerius (Augusto)	Galério	305 - 311 ¹⁰³
Severus (César)	Severo	305 – 306
Maximin Daia (César)	Maximino Daia	305 – 310
Constantine (César)	Constantino	306 - 308
Severus (Augusto)	Severo	306 - 307
Maximin Daia (Augusto)	Maximino Daia	310 - 313
Licinius (Augusto)	Licínio	308 - 324
Constantine (Augusto)	Constantino	308 – 337
Crispus (filho de Constantine Augustus) (César)	Crispo	317 – 326
Licinius (filho de Licinius Augustus) (César)		317 – 324
Constantine (filho de Constantine Augustus) (César)	Licínio	317 – 337
Constantius II (filho de Constantine Augustus) (César)	Constantino	324 – 337
Constans (filho de Constantine Augustus) (César)	Constâncio	333 – 337
Dalmatius (sobrinho de Constantine Augustus) (César)	Constanso	335 – 337
	Dalmácio	

¹⁰³ Maxêncio reivindicou o título de Augusto na Itália entre 306-312, não foi reconhecido como um membro do colégio oficial de Augustos.

ANEXO 2

ORDENAMENTO ROMANO (DIAS 1997: 289)

Estruturas Urbanas:

Cidade

Vicus

Castellum

Estruturas rurais:

Villae

Casais

Pequenos povoados rurais-aldeias

Mansio – “locais que serviam como estalagem ou pousada, com estábulo, situados junto de vias” (DIAS 1997: 289)

Civitas/civitates – usado “com a noção de *territorium*, conceito que congrega o organismo urbano (cidade) e o território sobre o qual aquele organismo exerce a autoridade administrativa (LEVEAU, 1993, 152¹⁰⁴). A palavra *territorium* era empregada pelos romanos para designar o alfoz da *civitas* (MERÊA e GIRÃO, 1943, 250¹⁰⁵)” (DIAS 1997: 289).

“É geralmente aceite (ALARCÃO, 1988, 76-7¹⁰⁶) que os núcleos urbanos mais marcantes no ordenamento romano eram as cidades, particularmente aquelas que eram capitais de *civitates*. Estas cidades terão sido um dos maiores contributos (MANTAS, 1987, 15¹⁰⁷) da romanização e, simultaneamente, um dos seus principais factores”.

“Com estatuto municipal ou para-municipal, serviram, ao longo dos Sécs. I, II, III e IV, como capitais de um *territorium* e eram, ao mesmo tempo, centro administrativo,

¹⁰⁴ Philippe Leveau (1989). La Ville Romaine et son Espace Rural. Contribution de l'Archéologie à la Reflexion sur la Cité Antique, *Revista Interbazionale per la Storia Economica e Sociale dell'Antichità*, 6-8: 87-100.

¹⁰⁵ Paulo Merêa; Girão Amorim (1943). Territórios Portugueses no Séc. XI, *Revista Portuguesa de História*, 2, Coimbra: 255-63.

¹⁰⁶ Jorge Alarcão (1988). *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.

¹⁰⁷ Vasco G. Mantas (1987). *As Primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal*, Portugal.

comercial e religioso. Era-lhes cometido ainda um importante papel político (LE ROUX e TRANOY, 1984, 200¹⁰⁸), já que elas simbolizam e reflectiam o poder romano”.

“Depois destas cidades capitais de um *territorium*, os núcleos urbanos secundários, do ponto de vista de hierarquia e importância administrativa, eram *vici* ou *castella*”.

“Apesar de *vicus* designar um núcleo urbano romano (LE ROUX, 1993, 151-60¹⁰⁹) que em termos jurídico-administrativos era menos importante que uma capital de *civitas*, aquele poderia ser mais extenso ou populoso, e mais activo, industrial ou comercial, que algumas capitais (PAUNIER, 1994, 283-5¹¹⁰)”.

“Das três funções essenciais, os *vici* só possuíam a religiosa e a económica, não tendo a política. Embora o número de *vici* fosse elevado e com estruturas organizativas distintas, alguns deles podiam ser essencialmente santuários e mercados (OLIVEIRA, 1950, 26¹¹¹)”.

“Os *castella* eram também núcleos importantes, certamente como consequência da adaptação da arquitectura e estrutura castreja às influências e exigências da vida urbana introduzidas pelas modas romanas. Os *castella* que existiram no período romano foram, provavelmente, resultado da maturação das estruturas proto-urbanas e da sua adaptação às novas exigências. Apesar destas adaptações que poderiam culminar na construção de pequenos espaços que serviam como praça, estes castros, na sua maioria, continuaram como simples aglomerações urbanas. Cronologicamente eram anteriores aos *vici*, porquanto estes só resultaram de iniciativas romanas” (Dias 1997: 289-290).

Casais – “casas dispersas junto das explorações agrárias, para habitação e arrumos. São sítios onde aparecem telhas, tijolos, cerâmica romana e mós” (Dias 1997: 290).

¹⁰⁸ Patrick Le Roux; Alain Tranoy (1984). Villes et Fonctions Urbaines dans le Nord-Ouest Hispanique sous Domination Romaine, *Portugália*, 4-5, Porto: 199-201.

¹⁰⁹ Patrick Le Roux (1993). Vicus et Castellum en Lusitanie sous l’Empire, *Studia Historica-Historia Antigua*, 10/11, Salamanca, 151-60.

¹¹⁰ Daniel Paunier (1994). Spécités du vicus, in *Les Agglomérations Secondaires – La Gaule Belgique, les Germanies et l’Occident Romain*, Paris: 283-90.

¹¹¹ Miguel Oliveira (1950). *As Paróquias Rurais Portuguesas – Sua Origem e Formação*, Lisboa.

ANEXO 3

Metodologia do Projeto Radio-Past em *Ammaia*

JOHNSON, Paul S. (2013). “Recolha de Dados. Estratégias e abordagens”. In: FISCHER, Cornelia (Ed.) (2013). *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Évora: Universidade de Évora: 16-25.

Os resultados científicos foram obtidos no âmbito do projecto Radio-Past e em colaboração com: Fundação Cidade de Ammaia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Universidade de Évora, Ghent University, Eastern Atlas GmbH, 7Reasons Medien GmbH, University of Ljubljana, British School at Rome, Past2Present.

Seu objetivo era realizar pesquisas não invasivas e testar novas técnicas de prospecção, testando equipamentos e métodos.

“Um dos aspetos mais importantes do projeto Radio-Past era a possibilidade de testar a viabilidade da aplicação de metodologias de prospecção não-invasivas, no âmbito de um projeto-piloto, a um único sítio arqueológico complexo. A cidade romana de *Ammaia* preenchia estes requisitos na perfeição e permitia que várias técnicas de prospecção e levantamento fossem empregues, testadas e aperfeiçoadas. Desde o início, o nosso projeto teve como objetivo explorar o potencial de uma estratégia plenamente integrada e utilizar estas técnicas de forma ponderada e complementar” (JOHNSON 2013: 16).

O lançamento do projeto foi em 2001, com a escolha de *Ammaia*.

Passos:

1. Levantamento geomorfológico e topográfico do *Suburbium* da *civitas*:

1.a. Campanhas de prospecção do terreno (2001 a 2004), por equipas da Universidade de Ghent (Bélgica) e de Cassino (Itália), para a delimitação da área de interesse arqueológico;

1.b. Análise da exploração dos recursos materiais existentes no território da cidade romana (água, minerais e pedras) (2004 a 2010).

Duas campanhas foram realizadas como complemento às prospecções não invasivas, em 2010 e 2011, onde se escavou a área do fórum, em dois locais diferentes; e 2011, as termas do fórum.

2. a. Prospecção geofísica intensiva;

2.b. Algumas sondagens no decurso de 3 anos de trabalhos de campo;

3. Em 2011, a atenção concentrou-se no sítio da antiga cidade. Coleta de informações 3D sobre as características naturais e/ou antropogênicas da paisagem (via LiDAR, *Light Detection and Ranging*).

Com o projeto, foi revelada a planta intramuros da cidade, localizaram-se áreas de ocupação e atividade entre a cidade e o rio Sever; confirmou-se a presença de uma estrada de ligação ao norte; a ausência de estruturas onde se pensava haver um teatro; obtiveram-se informações (via GPR – *Ground Penetration Radar*) sob a estrada N 359, estrada de Portalegre, obtendo informações sobre as esquinas sul e norte do circuito de muralhas.

O projeto gerou publicações e simpósios. Seu término é em 2013.

VERMEULEN, Frank; CORSI, Cristina; DE DAPPER, Morgan (2012). Surveying the Townscape of Roman *Ammaia* in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area. *Geoarchaeology: An International Journal*, 27: 123–139.

“In April 2009 a European Project named *Radiography of the Past* (Radio-Past) was launched (Corsi, 2012, Van Roode et al., 2012). This project aims to combine the resources and different skills needed to tackle each possible aspect connected with “nondestructive” approaches to complex archaeological sites. In this context, the deserted Roman town of *Ammaia* was chosen as an “open laboratory for research and experimentation”. With one of the final objectives being the scientifically correct, high-resolution digital reconstruction of the townscape of a Roman urban settlement, the Radio-Past team is currently applying a methodology which takes full advantage of the complementary nature of the different data sets and available field techniques. This involves a wide range of field survey techniques, such as geomorphological, pedological and topographic surveys, geophysical prospection, vertical aerial photography interpretation, and innovative low-altitude aerial photography, as well as new strategies for data processing, modeling, three-dimensional visualization, and site presentation. The results obtained so far mainly focus on the evidence from geophysical survey, combined with stratigraphic and geomorphological observations. They reveal the full intramural town plan in its ancient landscape setting, limiting the necessity for large-scale and costly excavation procedures, but at the same time allowing a three-dimensional view of the townscape and opening up prospects for sustainable tourism and cultural validation of a complex site” (VERMEULEN *et alii* 2012: 124).

ANEXO 4

Cronologia sinóptica

Data	Personagem ou imperador	Política	Cultural e Urbanismo
1.100 a.C.		Data transmitida pela literatura Greco-latina para a fundação de <i>Gadir</i> (na atual Cádiz)	
575 a.C.		Cronologia tradicional para a fundação das colônias gregas de <i>Emporion</i> e <i>Rhodes</i> (costa da Catalunha)	
Primeira metade do I Milênio a.C., no Ocidente Ibérico Idade do Ferro I			Período “Orientalizante”, com presença de artigos exóticos importados, originários do mediterrâneo oriental. Registro de vários fenômenos de origem e inspiração externas: primeiras formas de escrita com signos pré-latinos, construção em pedra seca e terra de edifícios de plantas complexas e de inspiração mediterrânea, introdução do torno de oleiro, dos moinhos giratórios, intensificação da exploração dos recursos locais
Segunda metade do I Milênio a.C. no Ocidente Ibérico II Idade do ferro ou Período Pré-Romano			Profundas transformações nos modelos de povoamento local, com surgimento de grandes povoados fortificados, denunciadores de fenômenos de concentração de população
Séc. VIII a.C.		Fundação de Cartago, na costa da Tunísia	
Séc. V-IV a.C.		Crescimento da influência cartaginesa no litoral da Península Ibérica	
264 a.C.		Início da I Guerra Púnica	Primeiros combates de gladiadores em Roma (<i>munus</i>), organizados por Juno Bruto. Roma: início das construções temporárias no <i>Forum Boarium</i> e, depois, no Fórum Romano para os <i>munera</i> .
237 a.C.	Reinado Bárcida na Espanha (Hamílcar)	Expansão cartaginesa no sul da Península Ibérica, com penetrações para o interior.	
226 ou 225 a.C.		“Acordo de Ebro”, aliança entre Roma e <i>Sagunto</i> , segundo o qual os romanos reconhecem a soberania púnica nas regiões hispânicas ao sul do rio Ebro.	
221 a.C.	Aníbal na Espanha		Construção do <i>circus Flaminius</i> em Roma.
220 a.C.		Declaração do protetorado de Roma à cidade de <i>Sagunto</i> .	
219 a.C.		Início do cerco de Sagunto por Aníbal; tomada de <i>Sagunto</i> e início da II Guerra Púnica.	
218 a.C.	Desembarque da Gneo Cornélio Cipião em <i>Emporion</i> (Ampúrias)	Primeiros confrontos com os cartagineses. Início da conquista da Espanha com os exércitos romanos iniciando os confrontos com os cartagineses. Exércitos romanos invernam em <i>Tarraco</i> , que passa a ser sua base principal.	
218 – 216 a.C.		Série de vitórias de Aníbal na Itália. Numerosas cidades gregas aliam-se a Aníbal.	
Fim séc. III a.C.			Início do emprego do <i>opus caementicium</i> nas construções, na Campânia e depois em Roma.
210 a.C.			Incêndio do Fórum Romano e de seu entorno.
209 a.C.	Cipião, na Espanha, retoma Cartagena.		Construção das <i>tabernae novae</i> no Fórum Romano.
206 a.C.		Triunfo final dos romanos sobre os cartagineses, que abandonam a <i>Hispania</i> .	
204 a.C.		Desembarque do exército de Cipião em Utica. Aníbal deixa a Itália.	
202 a.C.		Fim da II Guerra Púnica.	
201 a.C.	Triunfo de Cipião em Roma; assume o nome de <i>Africano</i> .	Tratado de paz com Cartago.	
Última déc. séc. III a.C.			Estabelecimento das primeiras fortificações hispânicas.
197 a.C.		<i>Hispania</i> torna-se província romana com a criação de duas <i>provinciae</i> : <i>Hispania Citerior</i> (a oriente) e <i>Hispania Ulterior</i> (a ocidente).	
183 a.C.		Mortes de Cipião e Aníbal.	
155-136 a.C.		Guerra Lusitana, mas quase todo o conflito decorre	

		fora do espaço do atual Portugal.	
154-152 a.C.		Campanha de Marcelo contra os celtibéricos.	
149 a.C.		Início da III Guerra Púnica.	
147 a.C.		Início da guerra contra Viriato na Espanha.	
146 a.C.		Tomada de Cartago e fim da III Guerra Púnica.	Início do emprego do mármore em Roma.
143 a.C.		Início da III guerra Celtibérica (ou Guerra da Numância).	
140 a.C.		Início do cerco de Numância.	
139 a.C.		Morte de Viriato, que comandou as tropas Lusitanas contra os Romanos desde 147/5 a.C.	
138 a.C.	Décio Júnio Bruto	Primeira campanha militar romana conhecida no espaço de Portugal atual. Décio Júnio Bruto estabelece posições de retaguarda no Baixo Tejo e caminha até a foz do Minho, sempre pela plataforma litorânea.	
133 a.C.		Conquista da Numância por Cipião Emiliano.	
c. 100 a.C.			Primeira versão do fórum e do Capitólio de Empúrias.
96-94 a.C.	Governador Públio Crasso	Crasso consegue identificar a rota para as áreas produtoras de estanho (Ilhas Cassitérides) até então dominada exclusivamente pelos gaditanos.	
80 - 72 a.C.	Quinto Sertório	Guerra civil romana na Península Ibérica, com a sublevação de Sertório, que controla o ocidente peninsular.	
61 - 60 a.C.	Primeiro Triunvirato (César, Pompeu e Crasso)	Júlio César é pretor (governador) da <i>Hispania Ulterior</i> . Desenvolve importantes campanhas militares na zona do maciço central e uma expedição naval até a Galícia.	
59 a.C.	Consulado de César		
49 - 45 a.C.	César e Pompeu	Novamente a Península Ibérica é palco de conflitos entre os romanos. César atravessa o Rubicão e tem início a Guerra Civil.	49 a.C. e ss. Vitrúvio acompanha César nas suas campanhas como <i>scriba armamentarius</i> .
44. a.C.		Assassinato de César.	
43 a.C.	Segundo triunvirato		
42 a.C.	Otávio torna-se <i>divi filius</i>		
33 a.C.	Segundo Consulado de Otávio		
31 a.C.	Terceiro Consulado de Otávio	Vitória em <i>Actium</i> . Otávio torna-se único mestre do <i>imperium Romanum</i> .	32-25 a.C. Redação e publicação do <i>De Architectura</i> de Vitrúvio, dedicado a Augusto.
28 a.C.	Otávio é designado <i>Princeps Senatus</i>		
27 a.C.	Otávio é denominado <i>Augusto</i> pelo Senado romano	Otávio recebe o governo de várias províncias, entre elas as hispânicas.	
26 – 25 a.C.	Augusto	Guerras Cantábricas .	
25 a.C.			Fundação de <i>Augusta Emerita</i> (Mérida), com os veteranos das guerras cantábricas.
24 – 19 a.C.		Continuação das guerras astures-cantábricas. M. Agripa dirige as operações.	
24 a.C.	Décimo Consulado de Augusto		Dedicação do teatro de <i>Augusta Emerita</i> .
23 a.C.	Augusto recebe o pleno poder tribunicio e abandona o Consulado		
16 a.C.		Conclusão da conquista da Península Ibérica.	
16 – 15 a.C.		Segunda visita de Augusto à <i>Hispania</i> e criação da nova divisão provincial: a <i>Hispania Ulterior</i> é dividida em Bética e Lusitânia.	
12 a.C.	Augusto torna-se Pontífice Máximo		
Primeira metade do século I a.C.	Dinastia Júlio-Cláudia		Primeiros desenvolvimentos da urbanização romana do extremo ocidente peninsular.
2 d.C.	Augusto torna-se Pai da Pátria		
4 d.C.		Augusto adota Tibério.	

14 d.C.	Morte de Augusto. Tibério assume o poder.		
37 d.C.	Morte de Tibério. Calígula assume o poder.		
41 d.C.	Assassinato de Calígula. Cláudio assume o poder.		
Segunda metade do século I a.C.	Dinastia Flávia		Incremento do processo de municipalização das cidades hispânicas.
54 d.C.	Morte de Cláudio. Nero assume o poder.		50-65 d.C. Período provável da construção do Capitólio de <i>Baelo Claudia</i> .
68 d.C.	Suicídio de Nero. Galba assume o poder.	Sublevação de Galba na Tarraconense.	
69 d.C.	Ano dos 4 imperadores: Galba, Oto e Vitélio. Vespasiano assume o poder. Início da Dinastia Flaviana.		
70 d.C.	Primeiro Consulado de Vespasiano.		
71 d.C.		Tito acede à <i>tribunicia potestas</i> .	Anos 70 d.C. Construção do Santuário Provincial do Culto Imperial em Tarragona.
73-74 d.C.	Censura de Vespasiano e Tito.	Sob Vespasiano, concessão do Direito Latino (<i>latium minus</i>) a todas as cidades peregrinas da Hispânia (direito que regula a relação entre cidadãos romanos e peregrinos, i. e., indígenas de condição livre, mas que não possuíam a cidadania romana).	Reorganização das províncias orientais.
79 d.C.	Morte de Vespasiano. Início do reinado de Tito.		Erupção do Vesúvio, com a destruição de Pompeia, Herculano e <i>Stabiae</i> .
81 d.C.	Morte de Tito. Domiciano assume o poder.		
96 d.C.	Assassinato de Domiciano. Nerva assume o poder.		
98 d.C.	Morte de Nerva. Trajano assume o poder. Início da Dinastia Antonina.	Nascido em <i>Italica</i> (na Bética, perto de Sevilha), Trajano é o primeiro imperador de origem provincial.	
117 d.C.	Morte de Trajano. Adriano sobe ao poder.		
121-125 d.C.		Primeira viagem de Adriano às Províncias.	
128-134 d.C.		Segunda viagem de Adriano às Províncias.	
138 d.C.	Morte de Adriano. Antonino Pio assume o poder.		
Meados do séc. II d.C.			Construção do Anfiteatro de <i>Italica</i> .
161 d.C.	Morte de Antonino. Marco Aurélio assume e se associa a Lúcio Vero no poder.		
169 d.C.	Morte de Lúcio Vero.		
177 d.C.		Cômodo associa-se ao Império.	

180 d.C.	Morte de Marco Aurélio. Cômodo assume o poder.		
192 d.C.	Assassinato de Cômodo.		
193 d.C.	Pertinax torna-se imperador. Assassinado, o poder é assumido por Dídio Juliano.		
193 d.C.	Sétimo Severo torna-se único imperador. Inicia-se o Período Severiano.		
196 d.C.	Clódio Albino declara-se imperador.		
198 d.C.		Caracala torna-se Augusto.	
205-208 d.C.			Realização da <i>Forma Urbis</i> severiana (a planta de mármore de Roma, fixada na parede do <i>Forum Pacis</i>).
209 d.C.		Geta torna-se Augusto.	
211 d.C.	Morte de Sétimo Severo. Caracala e Geta tornam-se co-imperadores. Geta é assassinado.		
212 d.C.		"Constituição Antoniniana", ou édito de Caracala, que concede a cidadania a todos os habitantes do Império.	
217 d.C.	Assassinato de Caracala. Macrino torna-se único imperador.		
218 d.C.	Morte de Macrino. Heliogábalo torna-se imperador.		
222 d.C.	Assassinato de Heliogábalo. Alexandre Severo torna-se imperador.		
235 d.C.	Assassinato de Alexandre Severo. Maximino proclamado imperador.		
292 d.C.	Diocleciano inaugura a Tetrarquia	Império é dividido em quatro partes governadas separadamente.	
Séc. III-IV			Máximo desenvolvimento da economia rural e criação dos grandes "latifúndios". Forte desenvolvimento das Indústrias de salga e conserva de peixe e exportação massificada.
305 d.C.		Nova divisão provincial da Hispânia, em 5 províncias: Tarraconense, Bética, Cartaginense, Lusitânia e Galécia, e há a inclusão da Mauritània Tingitana.	
379 d.C.	Teodósio, novo imperador hispânico, reina no Oriente		
407 – 418 d.C.		Germanos invadem a Península Ibérica. Na impossibilidade de os combater, o Império negocia sua instalação nas províncias ocidentais. Somente a Tarraconense permanece sob o domínio romano.	
Século V		Desenham-se duas realidades políticas distintas na península Ibérica: um reino Suevo, a noroeste, e um reino Visigodo no restante do território.	